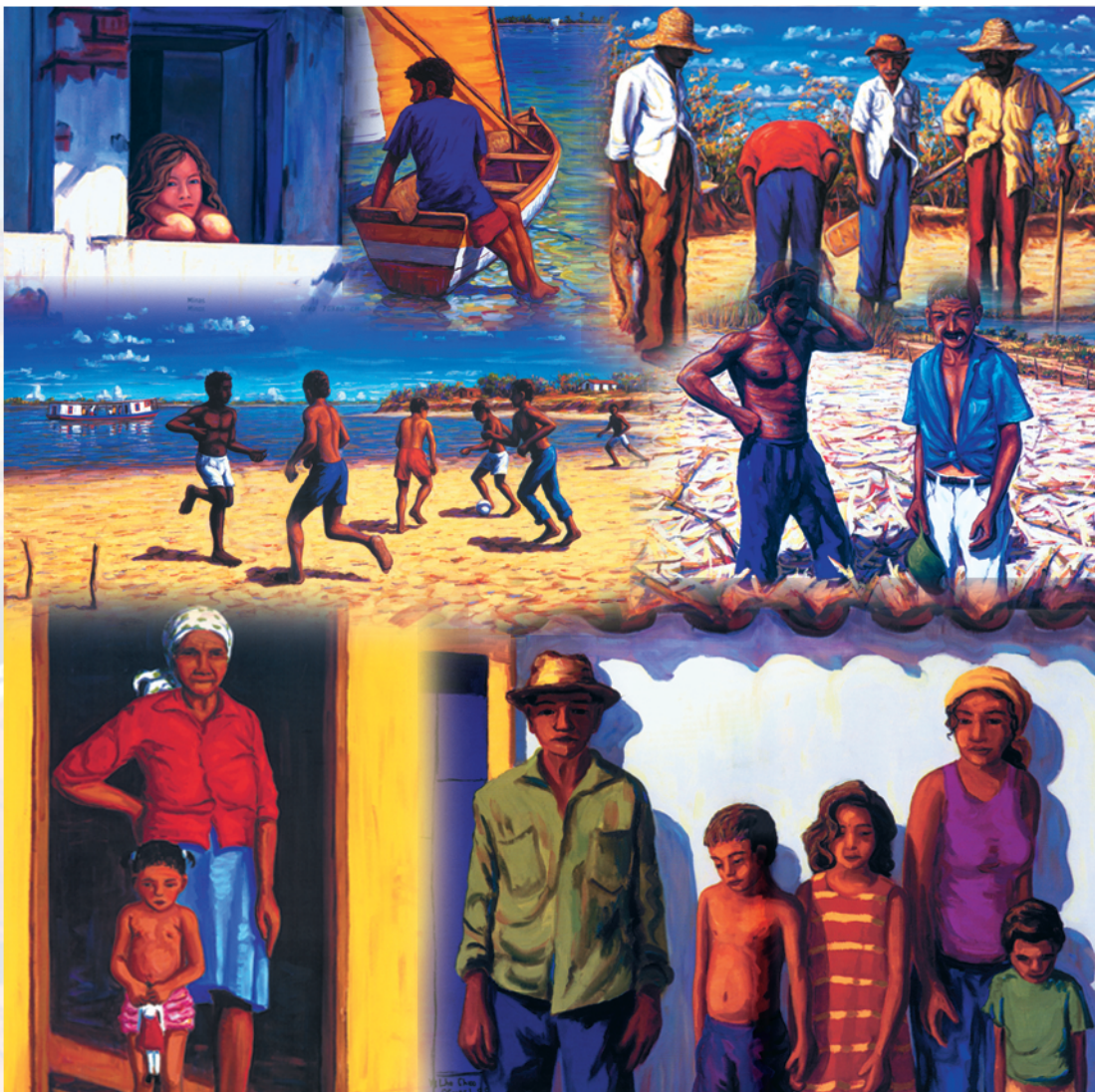




**SENADO  
FEDERAL**

# RETRATOS BRASILEIROS



**Senador Renan Calheiros**

Brasília – 2001



SENADO FEDERAL

Senador RENAN CALHEIROS

# RETRATOS BRASILEIROS

2ª edição

Brasília – 2003

# Sumário

	Pág.
Prefácio.....	7
<b>DISCURSOS</b>	
<hr/>	
Indulgência criminosa .....	11
20 anos depois: a anistia social.....	14
Os caminhos do PMDB.....	18
O estado e a cidadania.....	23
O novo PMDB .....	32
A tragédia das armas.....	36
As vítimas do silêncio .....	40
Soluções criativas.....	43
Modernização necessária.....	47
Dois anos do Código de Trânsito .....	49
Tempo de reformas.....	52
A lei é para todos.....	56
Delitos virtuais .....	59
Culturas esquecidas .....	61
Soluções brasileiras .....	64
A CHESF é nossa.....	68
Lavouras desprezadas.....	71
Violência: diagnóstico e soluções .....	74
Excessos aéreos .....	80
A crise do século XXI .....	82
Vinculações saudáveis.....	92
A crise habitacional .....	94

	Pág.
Longe dos palácios .....	96
As antenas da raça .....	100
O pecado do esquecimento .....	104
Deveres do Congresso .....	106
Acordos ilegais.....	108
Soberania do espaço aéreo .....	111
Nordeste, uma nova visão!.....	114

## ARTIGOS

---

Adeus ao passado.....	123
Na contramão da cidadania .....	125
A necessidade da anistia social .....	127
Agosto cinzento.....	129
Em busca do futuro.....	131
A terceira margem .....	133
A promessa do paraíso .....	136
A crise nossa de cada dia.....	138
Tragédias repetidas .....	140
Lições democráticas.....	142
O Código Penal que a sociedade quer.....	144
A hora da verdade.....	146
Preço no produto: vitória do consumidor .....	148
Justiça para todos .....	150
Pânico dos menores.....	152
Os números na ladeira.....	154
Mortes no escuro.....	156
Calvário da violência .....	158
Além do silêncio.....	160
Medidas definitivas.....	162
Natal com esperança.....	164
Em busca da esperança .....	166

	Pág.
O silêncio das armas.....	168
Armas: a hora da verdade.....	170
Democracia plena.....	172
A regra do jogo.....	174
Espuma na fusão.....	176
Dever de casa.....	178
Vergonha nacional.....	180
Celebração responsável.....	182
Década amarga.....	184
Balas perdidas.....	186
Crimes modernos.....	188
A dupla face dos juros.....	190
A matriz energética nacional.....	192
Estradas perigosas.....	194
O Brasil e os outros 500.....	196
Retratos brasileiros.....	198
Precipícios sociais.....	200
Subúrbios da globalização.....	202
Descompasso tropical.....	204
Nação do medo.....	206
Turbulência na aviação.....	208
Recursos saudáveis.....	210
Prioridade para o Brasil.....	212
Hiatos no pacote de segurança.....	214
Retrovisor do atraso.....	216
Contradições brasileiras.....	218
Vítimas da insensibilidade.....	220
Falsas previsões.....	222
O Brasil em preto e branco.....	224
Respostas urgentes.....	226
Lições da tragédia.....	228

	<b>Pág.</b>
Agilidade e precisão .....	230
A ética necessária .....	232
Limpeza orçamentária .....	234
Em busca da verdade .....	236
Abrandamentos temerários .....	238
Os males da corrupção .....	240
O aprendizado democrático .....	242
A voz das urnas.....	244
Cargas roubadas .....	246
O máximo para o mínimo .....	248
A hora da decisão .....	250
Nas asas da esperança .....	252
A correção da década .....	254
A reconstituição brasileira.....	256
Assepsia eleitoral.....	258
Promessas esquecidas .....	260
Sociologia da insensatez.....	262
Infância abandonada .....	264
Esperança necessária .....	266
A conquista do futuro .....	268
Maximizando a convocação .....	270
Na mão certa.....	272

## **ENTREVISTAS**

---

Renan vota contra o salário mínimo de R\$151,00 .....	277
O País tem 2,9% da população mundial e contribui com 10% dos homicídios .....	280
Renan avalia que eleição fortaleceu o PMDB.....	284
Alagoas pode virar laboratório de delinquentes .....	287
Renan avalia que eleição teve resultado positivo para o PMDB.....	291

## PREFÁCIO

Este livro vai além de uma compilação de discursos, artigos e entrevistas. É uma visão panorâmica e harmônica que um político coerente e de idéias tem de seu ofício e da conjuntura que lhe coube viver e, em alguns momentos, até mesmo dirigir.

Renan Calheiros emergiu da vida provinciana de Alagoas no início dos anos 90. Chegou a Brasília já como liderança respeitada e, desde então, não mais saiu do primeiro plano da cena política. No Governo Fernando Henrique, chegou ao Ministério da Justiça, de onde não hesitou em se afastar tão logo viu comprometidas suas idéias e convicções.

O notório temperamento afável e natureza conciliadora, entretanto, não são inibidores de iniciativas arrojadas e posturas, quando exigidas, muito firmes. Sua formação política na Esquerda e sua convicção democrática delimitam sua transigência. A ousadia de abrir mão de cargos em defesa de idéias tem sido marca da atuação política de Renan.

É parlamentar combativo que, sem prejuízo da perspectiva abrangente com que lida com a política, jamais perde de vista a fonte de seu mandato: o eleitor. Este livro é, sobretudo, uma prestação de contas. Ainda que escrito no calor dos acontecimentos, não perde em perspectiva histórica e, simultaneamente, ganha em intensidade e autenticidade.

Renan, como poucos políticos, vocaliza na plenitude as demandas nacionais por ética, racionalidade e compromisso. Alagoas e o Nordeste estão contemplados sobejamente em suas preocupações. São temas recorrentes e quase obsessivos. Mas, acima deles, está a questão nacional.

Neste livro, fica clara a importância que para ele representou sua passagem pelo Ministério da Justiça. Ali, de maneira apaixonada, abraçou a





## INDULGÊNCIA CRIMINOSA

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL) na sessão do Senado Federal, em 10 de agosto de 1999.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, há exatos 50 dias, no Fórum das Américas para Segurança e Educação no Trânsito, aqui em Brasília, o Governo brasileiro destacava as evoluções conquistadas a partir do novo Código de Trânsito e anunciava que não permitiria o afrouxamento das regras de civilidade no trânsito.

Sr. Presidente, na última semana, estarecido, vi o Governo propor o abrandamento da pontuação para suspender a habilitação de 20 para 30 pontos. Vamos dar mais 10 pontos de chance para o troglodita do trânsito? É a oportunidade para que ele, quem sabe, mate alguém. Mais grave, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a sugestão simplista e até irresponsável de anistiar cerca de 20 mil maus motoristas que já foram punidos.

Mais uma vez, lamentavelmente, mudamos de via, e agora vamos na contramão da cidadania. O Código, discutido por seis anos no Congresso Nacional, com um ano e meio de vigência, é um instrumento de convivência civilizada e de preservação de vidas. Sua concepção em educação e segurança revelam resultados verdadeiramente alentadores.

A eloquência dos números não comporta contraditas. No primeiro ano de vigência do Código, o número de mortes foi reduzido em 25%; 6 mil vidas foram poupadas – há quem ache pouco. Os acidentes caíram 22%; menos 70 mil acidentes – há quem ache pouco. Os feridos diminuí-

ram em 26%; 83 mil pessoas a menos – há quem ache pouco. O número de veículos envolvidos em acidentes também foi menor, em 26%.

Em 1998, três mil e quinhentos maus motoristas tiveram sua habilitação suspensa; outros dezenove mil e oitocentos já tinham ultrapassado os limites dos 20 pontos e estavam prestes a perder a autorização para dirigir. São apenas, Sr. Presidente, 23 mil infratores contumazes, menos de 1% de condutores do Brasil. A mácula de sangue e sofrimento vinham sendo reduzida.

A experiência internacional já nos provou que muitas significativas, efetivamente aplicadas, diminuem os números de acidentes, as infrações e as próprias multas. A nossa incipiente experiência ratifica também esta equação.

Sr. Presidente, todos os países do mundo que resolveram seus problemas de violência no trânsito o fizeram com leis claras, com multas significativas, rigorosamente aplicadas. Não é a multa pela multa, não é a multa pela indústria, não é a indústria da multa, não é a multa para arrecadar mais. É que a população somente observa melhor as regras, as leis, se temer multas significativas, se verdadeiramente doer no bolso.

A Polícia Rodoviária Federal aplicou, em 1997, antes do Código, 2 milhões e 300 mil multas. Em 1998, em vigência o Código, esse número foi de apenas 1 milhão e 200 mil multas.

A perspectiva da impunidade elimina e desfaz a esperança de cidadania. É preciso uma razão muito forte para pensarmos em mudar uma lei tão recente e que, segundo os números, já demonstrou sua eficácia. Que não se iluda a sociedade. A tolerância proposta pelo Governo representará a morte de 6 mil pessoas por ano. Se a infelicidade familiar for pouco, consideremos o acessório: o aumento dos custos médico-hospitalares e previdenciários.

A propensão de retorno à selvageria e ao canibalismo no trânsito é gerada pelo interesse ilegítimo de atender maus motoristas, que tiveram suspensas suas habilitações. Isto, Sr. Presidente, repito, representa menos de 1% dos condutores de todo o País.

Sinal verde para premiar os transgressores, verdadeiros pit bulls do trânsito, e, exemplarmente, punirmos os outros 30 milhões de condutores,

que respeitaram as leis, contribuindo para melhorar nossas melancólicas estatísticas.

Prefiro, sinceramente, não acreditar que a espinha dorsal do Governo tenha se curvado à barbárie sobre rodas para atender a uma sedução populista. Fica no ar uma suspeita de demagogia. Se o Governo for adiante nessa insensatez, irá, com a expressão indiferente de um cozeiro, lamentavelmente, sepultar um de nossos melhores e mais eficazes instrumentos de cidadania.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que essa luz vermelha que está à frente da Mesa Diretora irá se acender permanentemente para qualquer proposta que vise ressuscitar a mancha de sangue infiltrada em nossas estradas. Estou certo de que o Senado da República não irá reforçar na sociedade a idéia de que aqui fazemos leis em cima da perna, leis que pegam, leis que não pegam, e que a toda hora precisam ser modificadas.

É admissível, claro, que possamos aprimorar qualquer legislação. São obras humanas, sujeitas a erros e a imperfeições. Intolerável, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é permitir qualquer flexibilização que implique a reedição da guerra no trânsito, que dá uma triste notoriedade ao Brasil.

Ao lançar a idéia, se é que podemos considerá-la como tal, o Governo já contribuiu para o arrefecimento da legislação e acrescentou uma desnecessária contribuição à banalização da violência no trânsito. Transigir na preservação de vidas, sob qualquer argumento, é uma inaceitável subordinação a uma minoria e a certeza de reconquistarmos o nefasto pódio de campeões mundiais em acidentes de trânsito.

Será, Sr. Presidente, que depois de tanto esforço para aprovar a lei, para regulamentá-la e para convenceremos a população da sua necessidade, vamos contribuir para que o Código de Trânsito se torne inócuo? Certamente este Plenário não concordará com o sangue no asfalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 20 ANOS DEPOIS: A ANISTIA SOCIAL

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL) na sessão do Senado Federal, em 27 de agosto de 1999.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no calendário político do Brasil, 27 de agosto é um dia de comemoração. É o vigésimo aniversário da Anistia de 1979, que tirou da cadeia e das catacumbas, resgatou do medo, trouxe do exílio numerosos brasileiros perseguidos pelo regime político que se instalou no país em 1964. A Anistia devolveu-os como cidadãos à luz, à pátria, à família, aos amigos, ao trabalho e novamente muitos deles integraram-se á atividade política e hoje ocupam altos cargos da República – a começar do principal.

É hora de lembrar o Movimento Feminino pela Anistia, fundado em 1975 por dona Teresinha Zerbini. O Comitê Brasileiro pela Anistia, que se espalhou em núcleos por todo o país. O ativismo dos militares, que contaram centenas, talvez milhares de perseguidos pela doutrina da Segurança Nacional estranha aos valores brasileiros. A atividade dos partidos políticos de oposição que, mesmo na ilegalidade, com os líderes no exílio, fundaram grupos de defesa da anistia pelo mundo, pressionando o governo brasileiro para reparar seus erros. A imprensa independente teve um papel fundamental na difusão da anistia como um direito a que faziam jus, ampla e ir-restritamente, todas as vítimas da intolerância do regime militar.

É de lembrar a atuação da Igreja, simbolizada na figura de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, que expôs até a vida para defender os valores cristãos num ambiente restritivo da liberdade, de vez que um sem

número de religiosos foi perseguido e atormentado, a exemplo do dominicano Frei Tito de Alencar. É de exaltar homens que, nesta casa, fizeram sua voz da liberdade, como Paulo Brossard e o saudoso menestrel das Alagoas, o inesquecível Teotônio Vilela, dois Senadores que aqui traduziram o sentimento do povo organizado. O senador Brossard engrandeceu os anais do Congresso com uma série de três discursos, já em 1976, denunciando este crime hediondo que é a tortura, e apontando o caminho da anistia como a rota da esperança de que o País retomasse o caminho da democracia em paz e com desenvolvimento.

Um cálculo feito na época indicou que eram 500 mil os beneficiários da anistia – incluindo presos, desaparecidos, mortos, banidos, exilados, aposentados ou reformados compulsoriamente, estudantes punidos pelo decreto 477 e todos os que haviam sido presos, processados, indiciados ou condenados.

Não podemos e não devemos esquecer este hiato antidemocrático que tanto custou à inteligência do país. Desde 9 de abril de 1964, quando foi inaugurada a série de infames atos institucionais, os brasileiros perderam a maior das referências cívicas, a liberdade. Foi um hiato porque a liberdade não se toma, não se perde, não se acaba. Pode ser suspensa, interrompida, adiada, mas permanece viva, latente, para um dia se impor como a luz à treva. É por isso que hoje saudamos em especial a presença, neste Senado, de Gilberto Mestrinho, figurante na primeira lista de 100 cassados. Ele voltou com a liberdade. Muitos outros parlamentares puderam reaver a vida política e hoje enobrecem o Congresso. Pelos que não voltaram, faço minha homenagem na figura de Rubens Paiva, assassinado na tortura.

A comemoração da anistia se impõe porque é um daqueles remédios que precisamos ter à mão para jamais usar. Desde que foi aplicada na Grécia, pela primeira vez, ao tempo de Sólon, configurou-se como um instituto jurídico que paulatinamente integrou-se ao Direito dos países civilizados. Foi aplicada na Revolução Francesa, na Guerra Civil Americana, na União Soviética socialista – sempre com o sentido de apagar atos antes considerados criminosos.

A História do Brasil é pródiga de anistias – em quantidade proporcional à tendência de nossos governos de considerar criminosos os que se

opõem a eles. Estão registrados, no entanto, vários episódios de reparação de erros e mesmo de generosidade de vencedores sobre vencidos.

Já em 1654, os patriotas que expulsaram os holandeses do Nordeste, agiram com nobreza ao anistiar todos aqueles que lutaram ao lado da Holanda, permitindo até que continuassem a viver livremente no Brasil. Houve anistias durante o 1º reinado, beneficiando, por exemplo, os revoltosos de Pernambuco em 1817, os que combateram pela Independência, perdoados por Dom Pedro I ainda em 1822, os combatentes da Confederação do Equador, em 1824, da Balaiada, em 1840, da Guerra dos Farrapos, em 1845, da Revolução Praieira, em 1849.

Na República, um dos primeiros atos do Marechal Deodoro foi anular o banimento dos derrotados, permitindo o retorno ao País do Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete monarquista. A anistia aos marinheiros que participaram da Revolta da Chibata, em 1910, foi liderada, nesta Casa, pelo senador Rui Barbosa. Em 1934, também por decisão do Congresso, foi concedida anistia ampla e irrestrita aos que se sublevaram na chamada Revolução Paulista Constitucionalista de 1932. Em 1945, quando o país saía da ditadura do Estado Novo, uma grande movimentação das forças democráticas, iniciada pela União Nacional dos Estudantes, levou às ruas a campanha pela libertação dos presos e restituição dos direitos políticos aos perseguidos. O decreto saiu em 18 de abril, seis meses antes da queda de Getúlio Vargas, permitindo a reintegração à cidadania plena de brasileiros como Luis Carlos Prestes, Octavio Mangabeira, Carlos Marighela, Hermes Lima, Armando de Salles Oliveira e Julio de Mesquita Filho.

Daf até 1963 foram concedidas mais seis anistias, inclusive para jornalistas acusados de crimes de imprensa, e a de Juscelino Kubitschek aos oficiais da Aeronáutica, liderados pelo major-brigadeiro Haroldo Veloso, que, em 1955 e 56, se rebelaram, em Aragarças e Jacareacanga, contra a posse do Presidente legitimamente eleito.

A anistia de 1979 é para ser comemorada como um dos grandes momentos de nossa história política. Não pertence ao Governo, que por exigência da Emenda Constitucional de 69 tinha o privilégio de encaminhá-la, nem ao Congresso, que em memorável batalha parlamentar a apro-

vou. Pertence ao povo brasileiro, ao ideário republicano de uma nação, compreensivelmente dividida por classes e interesses, mas unida no sentimento de cidadania que não pode discriminar pessoas por suas idéias, nem deve punir os que ousam defendê-las em nome da democracia.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

## OS CAMINHOS DO PMDB

*Pronunciamento do Senador Renan Calheiros na posse da Presidência da Fundação Ulysses Guimarães em Brasília/DF, em 28 de setembro de 1999.*

Inicialmente, quero manifestar os meus agradecimentos ao líder e Presidente do meu partido por confiar-me mais esta missão. Desejo estender ainda este agradecimento ao companheiro Paulo Lustosa, secretário executivo da Fundação.

Espero corresponder a confiança em mim depositada pelo Presidente Jader Barbalho e pelos meus companheiros de partido para dirigir a Fundação, que a partir de hoje passará a se chamar Fundação Ulysses Guimarães.

O nosso partido conseguiu superar um grande problema: a falta de unidade. Estamos coesos respeitando a pluralidade de idéias, de forma democrática e participativa. O itinerário está sendo cumprido.

Estamos buscando e promovendo o crescimento do partido. E isto ocorre inclusive em áreas difíceis para nós como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, tudo fruto de um trabalho intenso, particularmente de nossos Líderes.

Mudamos o eixo do nosso relacionamento com o Poder. O partido tem se definido em favor da transformação estrutural e da modernização institucional da economia e da sociedade brasileiras, com o objetivo de corrigir históricas distorções econômicas e arraigadas injustiças sociais,



que limitam o nosso potencial de crescimento econômico e de desenvolvimento social e político.

Partícipe da formulação do Plano de Estabilização Econômica e fiador da governabilidade, o PMDB jamais se recusou, no julgamento do mérito, o caráter imperioso das reformas, da modernização do Estado e da sociedade, do combate à inflação e da integração econômica ao mercado mundial. Porém, quanto ao método, quanto aos objetivos finais, quanto as escolhas importantes de prioridades, quanto ao grau de sacrifício a ser suportado por cada segmento social, aí sim, PMDB tem sua palavra a dizer.

A responsabilidade do PMDB perante a Nação não lhe permite calar face aos desafios não superados. A estabilidade está em processo de consolidação e requer ações econômicas complementares. As altas taxas de inflação foram substituídas por juros elevados, tendo-se registrado, no País, os patamares mais altos do mundo. A economia cresce lentamente, abaixo de seu potencial. O desemprego aumenta. Os formidáveis e crescentes déficits nas contas externas fragilizam a nossa economia e aumentam a sua vulnerabilidade e dependência em relação aos fluxos internacionais de capitais.

A Nação está inquieta e apreensiva e ao PMDB cabe participar do encaminhamento de soluções para suas carências. As insatisfações crescentes impõem o retorno histórico do PMDB, para aplacar, como tem feito, ao longo dos últimos trinta anos, a desconfiança e a insegurança do povo em relação aos destinos do País. O PMDB não é, como nunca foi, partidário da estratégia de terra arrasada. A idéia é consubstanciar uma proposição construtiva de teses e modos de atuação, em favor do País.

Nesse ponto de inflexão da vida nacional, quando os rigores da crise planetária cobram de nossos homens públicos definições e decisões que balizarão o ingresso do País no terceiro-milênio, cabe ao PMDB reinventar-se como protagonista contemporâneo, pró-ativo e sempre sensível ao pluralismo característico da experiência brasileira, a fim de apresentar ao nosso povo um horizonte de esperança conseqüente no futuro, infundido de credibilidade, criatividade e competência ao seu compromisso permanente com a construção desse amanhã.

Na presente circunstância, o País necessita que o Partido atualize seus compromissos programáticos. Os novos cenários – político, econômico e social – marcam uma perspectiva para a sociedade brasileira a partir de um mundo mais integrado, sem espaço para autarquias ou isolamentos. O desenvolvimento há que tomar lugar nessas bases, o que só se constrói por meio de reordenamento dos fundamentos de nossa sociedade.

A base do reordenamento são compromissos estratégicos que a Nação há que adotar, os quais fazem parte do ideário do PMDB:

1. estabilização econômica consistente, o que implica melhor distribuição de renda e criação de postos de trabalho, que pode ser feito, imediatamente, na construção civil, agricultura e no financiamento da pequena e média empresa;

2. revisão do papel do Estado, o que resulta garantir maior responsabilidade política aos governos locais, em outras palavras, um federalismo fiscal efetivo, onde ao maior poder local corresponda maior responsabilidade e, por conseguinte, menor dependência do Governo Federal;

3. a modernização das instituições e da gestão pública, de forma a permitir o espraiamento mais eficiente da modernidade produtiva, em favor da competitividade nacional, vale dizer, em prol de um cenário consistente, sem artificialismos, de mais empregos e maiores e melhores oportunidades para todos; e,

4. as reformas política, tributária e judiciária; e, principalmente,

5. a Reforma do Sistema de Segurança Pública. O art.144 da Constituição, que trata do assunto, nunca foi regulamentado; a União não dispõe de nenhum centavo para segurança e os recursos são aplicados de maneira pulverizada e improvisada. Não podemos mais ver a violência como uma cruel estatística. Por isso o PMDB, através da Fundação Ulysses Guimarães, assume publicamente o seguinte compromisso: uma justa vinculação orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios, a exemplo do que ocorre com a educação, a ser aplicada em segurança pública. Nada mais amedronta nossa sociedade.

O papel essencial da Fundação consiste em produzir, levantar, sistematizar, analisar e interpretar dados e informações sobre a conjuntura eco-

nômica, política e social e suas principais tendências, subsidiando a formulação das opções estratégicas para a sociedade brasileira bem como a articulação do discurso partidário no debate e encaminhamento das grandes questões que angustiam a consciência nacional. A Fundação será, efetivamente, o braço pensante do partido, uma usina de idéias, propostas e de discussões.

Cabe à Fundação formular propostas alternativas ao projeto nacional e às questões específicas para apoiar a ação ordenada e eficaz de nossos filiados e membros.

Quatro áreas serão de prioridade:

1. assessoramento técnico;
2. comunicação;
3. estudos e pesquisas;
4. integração das ações das várias fundações regionais.

O assessoramento técnico à Executiva Nacional, à Presidência, aos Líderes na Câmara e no Senado e aos nossos parlamentares deverá ocorrer na forma de pareceres, avaliações de propostas, análise de projetos, entre outros para permitir balizar as ações do Partido. As áreas de economia, finanças, orçamento, desenvolvimento social, problemas de desigualdades espaciais e regionais, direito constitucional e comunicação, serão prioritárias na nossa ação.

O aperfeiçoamento da área de comunicação envolverá um trabalho articulado e coordenado na difusão de idéias dos membros do nosso partido fazendo uso de jornal, revista temática, seminários, encontros, workshops, internet, rádio e, inclusive, uso de canal de televisão por assinatura. O PMDB, atestam as pesquisas, é o principal interlocutor com a sociedade. Vamos falar com o povo e para o povo.

A realização de estudos e pesquisas são fundamentais para garantir o respaldo às ações estratégicas e ao discurso uniforme do Partido. Vamos também, sistematicamente, utilizar o telemarketing – uma via de duas mãos instantânea entre o PMDB e o cidadão.

Finalmente, a integração das ações da Fundação Nacional com as regionais vão cimentar e amalgamar a unidade sempre buscada e respaldarão o projeto de poder do nosso Partido. Amanhã mesmo estaremos reunidos com a fundações estaduais. E eu vou visitar todo o país, começando por Minas Gerais, recolhendo o pensamento dos companheiros.

Estas, Senhor Presidente e companheiros, são algumas idéias, reconhecidas, que pretendo pôr em prática frente à Fundação Ulysses Guimarães e, para tanto, só o condicional apoio dos colegas permitirá o sucesso da missão que ora nos é confiada.

Sinceramente, tenho muito orgulho de participar deste projeto.  
Muito obrigado a todos.

## O ESTADO E A CIDADANIA

*Discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros, em 25 de outubro de 1999, no XXV Encontro Nacional dos Procuradores de Estado em Alagoas.*

Senhoras e Senhores, é com grande satisfação que aqui compareço, a este XXV Encontro Nacional dos Procuradores de Estado. É, sem dúvida, uma valiosa oportunidade para examinar e debater questões vitais que envolvem a presente conjuntura político-institucional do País.

O tema do Encontro “Transformações Políticas e Sociais” favorece essa análise e remete a passagens importantes da história contemporânea do Brasil. Registro aqui que a grande transformação na vida política brasileira deste século, aquela que resume e resulta de todas as outras, é o advento da cidadania, como fenômeno social, definitivamente incorporado ao processo político formal.

No espaço de um século, evoluímos da política de clientela e de eleições a bico de pena, em regra fraudadas, para uma sociedade civil que se organiza gradualmente para exercer efetiva vigilância sobre as instituições do Estado.

Saímos de um ambiente em que o povo cumpria papel de mero figurante e espectador, num cenário político reservado ao entrechoque de interesses das elites governantes.

Quando essas elites se desentendiam e não mais era possível dar funcionalidade à encenação democrática, tinha-se o fechamento do regime, via intervenção militar. Daí os golpes e contragolpes que começaram já na

alvorada da República, atravessaram quase todo o século e findaram em 1985, com o Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves e José Sarney.

A instabilidade institucional marcou quase todo o século XX. Era o que o falecido General Golbery do Couto e Silva, protagonista de um dos períodos autoritários mais prolongados de nossa história, o do regime de 64, chamava de “sístoles e diástoles” da política brasileira, movimento (que julgava inevitável) de contração e descontração, fechamento e abertura do regime e que, de fato, pautou nossa história republicana até há pouco.

A cidadania, mais que impor transformações às práticas públicas, tornou-se o grande anticorpus contra eventuais tentativas de retrocessos e ameaças à estabilidade democrática, único fator capaz de pôr fim ao movimento pendular da instabilidade institucional, presente não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

A participação da sociedade civil, sua crescente vigilância sobre os homens públicos, é a melhor diria mesmo que a única garantia à manutenção da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito.

A construção desse processo, no entanto, não está concluída. Ao contrário, pode-se dizer que está apenas nos seus incícios e que há ainda muito por fazer e consideráveis obstáculos a transpor. O primeiro e maior deles é o escasso índice de alfabetização da população brasileira.

Ele responde pelos bolsões de atraso político, que alimentam a demagogia e o aventureirismo eleitoral, levam as instituições do Estado a profundo e perigoso processo de desgaste e dificultam a modernização econômica e administrativa do País.

Não é casual que a grande crise com que se defronta hoje o Brasil seja a crise de credibilidade. A disfuncionalidade do nosso sistema político construiu gradualmente profundo abismo entre Estado e Nação. Trata-se de um sistema em que os partidos carecem de nitidez ideológica e programática, não mantêm vínculos de fidelidade com seus integrantes e em que os governantes raramente respondem por desmandos administrativos.

Nosso maior desafio, políticos da situação ou da oposição, é restaurar a confiança da sociedade civil brasileira no processo político formal e nas instituições públicas. Sem que essa confiança se estabeleça, a democracia perde consistência e o País torna-se vulnerável à investida

dos demagogos e aventureiros. E o que conquistamos até aqui, a duras penas, em matéria de construção da cidadania, pode simplesmente comprometer-se. Temos próximos a nós exemplos de retrocesso institucional resultantes da deterioração da imagem dos homens públicos perante a sociedade.

O Peru, de Fujimori, e a Venezuela, de Chavez, são exemplos que merecem reflexão aprofundada por parte da classe dirigente brasileira. O perigo, não nos iludamos, existe.

As pesquisas de opinião pública aí estão a atestar que a descrença do povo nos seus dirigentes é cada vez maior. Reporto-me a uma pesquisa recente, publicada nos jornais do último dia 20 de outubro, feita pelo Instituto Vox Populi, por encomenda da Confederação Nacional dos Transportes.

Abordo aqui alguns de seus itens que mais me chamaram a atenção. Não dou tanta ênfase à reiterada impopularidade do Presidente da República. A crise com a opinião pública existe e ela só será superada a partir de políticas sociais que confirmam ao plano real uma feição humana. No Brasil há sempre a tendência da sociedade em personalizar os problemas. Não há, como em outros países, um questionamento de sistema e modelos. Desta forma o alvo da insatisfação popular será sempre a autoridade que encarna o poder. Não considero, pois, este o ponto central da pesquisa.

O que me surpreende é o desencanto da população com os homens públicos. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, edição do mesmo dia 20, “a pesquisa revelou certo ceticismo da população quanto à capacidade dos virtuais candidatos à Presidência da República resolverem os problemas do País”.

Quer dizer, há não apenas descrença quanto ao presente; há indícios claros de que o povo está perdendo a confiança no futuro. E isso, além de trágico, é perigosíssimo.

Vejamos mais esta revelação da pesquisa: 47% dos entrevistados, quase a metade, constata que vivem pior que seus pais no passado e acham que têm menos probabilidades que eles de progredir no futuro.

A gravidade aí está: a perda da esperança, cuja tradução mais direta é uma palavra que assusta: desespero. O desafio dos que compõem a elite di-

rigente do País, não importa se à direita ou à esquerda do espectro ideológico, é impedir que esse quadro de deterioração avance. É criar condições para que a crise de credibilidade do Estado brasileiro, seja erradicada.

Para tanto, só vejo um caminho a seguir: o fortalecimento da cidadania, o estímulo a que se intensifique sua participação no processo político, a que se torne cada vez mais protagonista e não apenas espectadora dos acontecimentos.

Não há dúvida de que o processo constituinte de 1987/1988 estimulou e influenciou na construção da cidadania. A Carta de 88 é a primeira de nossa história a sofrer em alguma medida influência da opinião pública. Talvez seja uma das constituições mais avançadas em matéria de direitos e garantias individuais.

Mas, infelizmente, é só.

Está consideravelmente desfigurada na sua essência, sobretudo no capítulo da ordem econômica, longe de propiciar os benefícios que intentamos. Circunstâncias diversas contribuíram para sua precoce desfiguração. A primeira delas decorreu das próprias transformações por que passou e vem passando o planeta, desde o colapso dos regimes socialistas, no final da década passada.

O processo de globalização das economias e abertura dos mercados aí está, gostemos ou não dele. Não nos preparamos para os seus desafios, não vislumbramos seus efeitos, enfim não conduzimos bem esta questão. Em consequência, não adotamos medidas compensatórias, não graduamos o processo.

O resultado é que a abertura econômica teve impacto traumático sobre a indústria nacional; sobre a economia como um todo, agravando o problema do desemprego e da crise social. O drama da miséria aumentou e aí estão os sem-teto, os sem-terra, a engrossar o cortejo dos sem-esperança.

Os governos que se seguiram à promulgação da Carta de 88, sob o impacto das pressões externas, conceberam e condicionaram seus programas administrativos a reformas constitucionais – reformas de tal modo abrangentes e profundas que equivaliam a estabelecer nova ordem constitucional.



O ânimo revisionista estabeleceu-se já no Governo Sarney, aprofundando-se nos que o sucederam. Por ironia, deixou-se no entanto de aproveitar o processo de revisão constitucional, previsto pela própria Constituição. As resistências políticas de então somaram-se a um momento delicado do Congresso Nacional. A CPI do Orçamento, que cassou lideranças políticas influentes e a oportunidade da revisão foi desperdiçada.

O atual Governo elegeu-se e reelegeu-se sob o compromisso reformista. Obteve, até aqui, bem menos do que intentou e acreditou possível, mas as reformas que já fez, somadas às de seus antecessores, são suficientes para afirmar-se que a ordem constitucional de 88 já desfigurou-se.

Nos sete anos que vão de março de 1992 a março deste ano, a Constituição Federal foi emendada em 28 ocasiões! A média de quatro por ano, uma a cada três meses.

Em apenas dez anos de vigência, foram propostas cerca de 2.000 ações diretas de inconstitucionalidade, número que dá idéia da conflitividade gerada pelo instável, precário e em grande parte provisório ordenamento jurídico do País.

O que vemos e vivemos hoje – e esta é a síntese da crise – é a consequência dessa anomalia de se estar num limbo jurídico.

Esta é uma velha mania nacional, ainda hoje presente: os governos não adaptam seus programas à Constituição, mas, inversamente, querem adaptá-la a seus programas. Como o sistema político brasileiro é disfuncional, pois não há fidelidade partidária e portanto não há compromisso formal entre o Governo e sua base aliada, o processo de reformas é lento, caro e penoso.

Cada votação é precedida de prolongadas e exaustivas negociações. Os resultados, inevitavelmente, acabam refletindo a pluralidade da representação no Congresso. Nos períodos recentes o que conseguimos conquistar foi a transparência nas decisões, fator que, paulatinamente, vai substituindo na opinião pública o sentimento de desconfiança sobre articulações clandestinas ou acordos irreveláveis. Isto, com a fiscalização saudável da mídia e a multiplicidade de veículos privados e institucionais que cobrem as atividades do Congresso, contribui para fortalecer as instituições.

Penso que o País precisa de novo horizonte, chamo de horizonte e não pacto. O termo pacto está desgastado pela exaustiva exploração a que foi submetido nos últimos anos, sem que, no entanto, nada de concreto tenha sido feito para materializá-lo. Há dias, o Presidente da República mencionou essa necessidade. O presidente de honra do PT, Lula, que resiste formalmente a esse aceno, admite-o na prática ao aproximar-se de uma liderança adversária como a do Senador Antônio Carlos Magalhães, na busca comum de um projeto que atenuie o problema da pobreza no País.

Penso e insisto, sem prejuízo dessas iniciativas pontuais, materializadas em lutas contra a pobreza ou contra a corrupção, que a chave do processo de transformação política e social do País, de consolidação da democracia, está no fortalecimento da cidadania.

Em minha recente passagem pelo Ministério da Justiça, busquei dar ênfase a essa questão. Busquei acionar alguns dos instrumentos conquistados pela sociedade – e que, embora insuficientes, já lhe permitem algum tipo de ação defensiva: o Código de Defesa do Consumidor, que é um dos mais modernos do mundo e que, inclusive, vem servindo de exemplo a outros países, o Código de Trânsito Brasileiro, o Código da Criança e do Adolescente, a legislação de proteção ao meio ambiente, entre outros.

São, todos eles, frutos das transformações sociais, originados de pressões nascidas dentro da sociedade civil organizada. A nova legislação do trânsito, por exemplo, foi debatida por quase sete anos com a sociedade. Formou-se e continua disseminando-se dentro da sociedade clara consciência a respeito da importância do resgate e preservação de valores fundamentais, como a defesa da vida, da qualidade de vida, da educação para a paz.

O Código de Defesa do Consumidor nasceu da repulsa da sociedade a práticas comerciais desonestas e desiguais; da angústia de uma sociedade exausta da exploração sem tréguas, por parte do poder econômico. Quando o Estado coloca esses instrumentos em defesa do cidadão, torna-se seu interlocutor, resgata parte de sua credibilidade perdida e isso pode constatar na resposta do público quando de minha passagem pelo Ministério da Justiça.

Sinto que a cidadania é o conceito-síntese a ser trabalhado exaustivamente. Não se pode mais cogitar de reordenamento jurídico-institucional do País sem levar em conta as transformações sociais em curso. São, em última análise, os fatos sociais que devem condicionar a elaboração da norma jurídica e não o contrário. Quando esse fundamento é ignorado, tem-se a anomalia das leis que “não pegam”, muito comuns no Brasil.

A reforma política, a meu ver, é a mais urgente de todas, pois reformata o processo político, dando-lhe funcionalidade e coerência. As mudanças essenciais já estão mais ou menos estabelecidas e acordadas no projeto que tramita no Senado e que inclui, entre outras, a adoção da fidelidade partidária, a cláusula de barreira para o registro de partidos políticos, regras para o financiamento de campanhas eleitorais e sistema eleitoral distrital misto.

Mas o resgate da credibilidade institucional não se esgota no saneamento do quadro partidário. O Legislativo, por ser um Poder aberto e desarmado e de maior visibilidade, tem sido o alvo mais constante das críticas do público e da mídia. Não é, porém, o único nem o mais necessitado de reformas profundas.

O Poder Executivo freqüentemente usurpa funções que não lhe cabem. O uso abusivo de medidas provisórias é exemplo eloqüente dessa prática. No período de 1995 a 1998, apenas uma legislatura, o Congresso Nacional aprovou 642 leis, enquanto o Poder Executivo editou ou reeditou o triplo de Medidas Provisórias: 1.971, para ser mais exato.

E aí está o Poder Judiciário, submetido a desgastes igualmente consideráveis. De um lado, o anacronismo de sua estrutura o impede de atender às crescentes demandas da sociedade; de outro, a falta de uma estrutura administrativa centralizada estabelece o caos gerencial.

A questão fundamental – levar Justiça a toda a população – está comprometida por essa estrutura insuficiente e malgerida. Basta ver as proporções, aqui e no Primeiro Mundo, de juízes por habitante. No Brasil esta relação é de um juiz para um grupo de 30 mil habitantes.

No mundo desenvolvido, a proporção é de um juiz para cada 7 mil habitantes e, em alguns países, como a Alemanha, a relação é de 1 para 700 cidadãos. Há ainda a má distribuição do trabalho, que sobrecarrega uns e

subproveita outros. Há também um déficit crônico de vagas de juiz. As poucas vagas disponíveis são de difícil preenchimento, tal a deficiência a que chegou o ensino do Direito no País.

A questão central da crise no Judiciário brasileiro envolve um rosário de problemas: constituição inadequada, imperfeições administrativas, carência de quadros; excesso de normas e leis, muitas ininteligíveis e redundantes, além de uma burocracia enervante.

O quadro atual é desalentador, tanto para os membros do Poder Judiciário quanto para a população, especialmente os mais pobres que vêm a justiça como um horizonte longo e inalcançável. O diagnóstico deste colapso é unânime: uma justiça vagarosa, burocrática, cara, desigual e permeada por problemas administrativos.

Nesta reforma, que agora felizmente, começou a andar, temos a obrigação de abandonar a política do retrovisor e vislumbrarmos o futuro. Neste contexto, um conselho para acompanhar questões disciplinares e administrativas é fundamental. Assim como o efeito vinculante no intuito de atendermos aos princípios de celeridade e uniformidade.

Justiça só serve se for rápida, eficaz, igualitária e, principalmente, acessível a todos. E neste aspecto convém destacar o fortalecimento dos Juizados de Pequenas Causas – que já detêm 30% de todas as ações – e uma ampliação efetiva das defensorias públicas, inclusive as defensorias públicas federais, como tivemos a satisfação de fazer no projeto que enviamos ao Congresso ainda durante minha passagem pelo Ministério da Justiça.

Um dos raros consensos junto à elite dirigente brasileira é de que a crise judiciária é uma das carências vitais do País. Dela, derivam diversas outras anomalias e perversões, que vão do campo dos direitos humanos à economia, passando pela administração pública, permeando todo o tecido moral, social e cultural do País.

Sirvo-me novamente de dados do jornal *Gazeta Mercantil*, que publicou, em agosto do ano passado, uma série de reportagens a respeito da crise do Judiciário e seu reflexo no chamado Custo Brasil. Segundo o jornal, “a lentidão do Judiciário brasileiro influencia negativamente a decisão dos investidores externos que pretendem instalar-se no Brasil”. E cita uma série

de casos concretos de empresas que desistiram de investir no Brasil em função da ineficiência do Poder Judiciário.

O Ministro Nélson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, conta, em uma das reportagens do jornal, que, em 1992, quando era ainda deputado federal, ouviu de um megainvestidor, em Hong Kong, que acabara de remeter US\$40 bilhões ao Canadá, que não investira parte desse capital no Brasil em virtude de seu precário aparelho judiciário.

Em dezembro de 1997, o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP), de São Paulo, tentou medir a influência do colapso da Justiça no Custo Brasil. Ouviu 300 empresários, que declararam que “se o Judiciário brasileiro tivesse desempenho e imparcialidade equivalente aos do Primeiro Mundo, aumentariam seu nível de investimento em graus variados”. A taxa média desse aumento, aferida pelo IDESP, seria de 10,4%.

Sem justiça, tem-se impunidade e, a partir dela, o descrédito às instituições, matriz de tantos infortúnios da vida brasileira contemporânea. Por isso, sustento que o resgate dessa credibilidade é o grande desafio da classe política. O Estado precisa falar a língua do povo, compartilhar dos anseios e interesses do cidadão, tornar-se seu aliado. É essa a forma de resgate que vislumbro e que, modestamente, tentei pôr em prática ao tempo em que exerci a titularidade do Ministério da Justiça.

Para concluir, quero dizer que sou otimista. Creio na criatividade da sociedade brasileira, historicamente demonstrada, para superar desafios. Somos um país jovem, formado por múltiplas etnias e que ainda não se sedimentou culturalmente e isso nos favorece diante das vertiginosas transformações mundiais que, em velocidade assustadora, estabelecem dia a dia novos paradigmas para a humanidade.

Creio em nossa capacidade de recuperar, o tempo perdido, suprimir etapas e, em prazo relativamente curto, retomar o campo do desenvolvimento econômico. A chave, repito, está no reconhecimento da cidadania como fonte e destino das transformações políticas, econômicas e sociais.

Muito obrigado.

## O NOVO PMDB

*Discurso do Presidente da Fundação Ulysses Guimarães,  
Senador Renan Calheiros, em 18 de novembro de 1999.*

Meu caro Governador Moreira Franco, senhores deputados federais e estaduais, senhores prefeitos, senhores vereadores, senhores candidatos a prefeito, a vereador, militantes do PMDB...

Eu queria, nessas poucas palavras, dizer que esta reunião materializa uma nova realidade do nosso partido: o PMDB vive, realmente, um novo momento. Superamos nossos problemas internos e estamos unidos, coesos, prontos para pensarmos num projeto para o país.

A pesquisa nacional, realizada em maio, em várias oportunidades aqui lembrada pelo Professor Cid Pacheco, numa exposição magistral, nos permitiu enxergar uma enorme riqueza de informações.

Junto à pesquisa do Rio de Janeiro, elas traduzem que o PMDB conseguiu superar um quadro de divergência nacionalmente conhecido e vive hoje um férreo momento de coesão e de unidade.

Unidade – evidentemente – na pluralidade, porque o PMDB é um partido democrático, um partido que existe nacionalmente. É considerado, pela opinião pública, o partido que mais influencia, o maior partido, e também, o partido que governa mais estados (seis estados), mais municípios, por eleições diretas. O partido que tem a maior bancada do Senado Federal, uma das maiores bancadas da Câmara Federal, que tem nas Assembleias Legislativas, com certeza também, a maior bancada.

É óbvio, que esse partido precisa fazer o que nós estamos fazendo aqui no Rio de Janeiro: revigorar-se na prática e no dia-a-dia. Estas pesquisas, avaliações, e estudos nos proporcionam elementos para fazê-lo de maneira criteriosa, científica.

É preciso estabelecer as bandeiras. O partido precisa, o mais rapidamente possível, voltar a ser o principal interlocutor com a sociedade para que nós possamos, no momento certo, ter candidato competitivo à Presidência da República, porque o PMDB só vai cumprir o seu papel, enquanto partido, quando nós conseguirmos eleger um Presidente da República.

Por enquanto, nós temos que fazer isso: pegar no pulso do partido, conhecer as nossas debilidades, enfrentar os problemas, mobilizar a opinião pública, politizar as pessoas, para que o PMDB continue a ser, nesta eleição municipal, o grande partido que sempre foi. E volte a cumprir o papel que, historicamente, cumpriu em todas as regiões do país, inclusive, aqui no sudeste.

Eu quero colaborar com isso.

Na Fundação Ulysses Guimarães nós temos este objetivo que é, como disse em outras oportunidades, apresentar projetos, apresentar propostas, defender idéias e levá-las adiante.

O nosso compromisso é com o país, não com o Governo. O PMDB não pode dar as costas à sociedade. É preciso defender o país. O momento é do país.

Acho que nós não podemos, sequer, defender nomes agora.

O PMDB dispõe de excelentes nomes: o Pedro Simon é pré candidato lançado, nós temos o presidente Itamar Franco que é Governador de Minas Gerais, nós temos o Ex-Presidente José Sarney, nós temos o Presidente da Câmara Michel Temer, nós temos o Presidente do Partido, Jader Barbalho, e outros excelentes nomes.

Aqui mesmo, nós temos o nome do Governador Moreira Franco que é um nome expressivo e respeitado pelo PMDB nacional.

O fundamental é que nós possamos, cada vez mais, consolidar esta união para que o partido amanhã decida, claramente, ouvindo todas as instâncias, o que deve fazer.

E apresentar propostas. Por exemplo, um dos grandes problemas hoje que angustia o país, que atemoriza a sociedade, é o problema da segurança pública.

As pessoas vivem o pavor da insegurança, em todo o Brasil, e sobretudo, no sudeste. O Brasil, segundo dados da ONU, é campeão mundial em homicídios por arma de fogo. E São Paulo, na violência, na impunidade, superou o Rio de Janeiro. Só 1,7% dos crimes praticados em São Paulo são esclarecidos. É claro, que o PMDB, enquanto o partido mais influente, reconhecido pela sociedade, tem que apresentar propostas. E nós não vamos resolver o problema da segurança de vida das pessoas se nós não vincularmos um percentual do Orçamento da União Federal para a segurança pública, se nós não fizermos a reforma do Judiciário, se nós não mudarmos a Legislação de Armas no país, se nós não voltarmos a crescer economicamente para gerar empregos, para gerar oportunidades de trabalho, para gerar fontes de trabalho.

E este é o papel do PMDB. Em reuniões como esta, eu queria parabenizar o Governador Moreira Franco, pela oportunidade de conversar com os líderes do partido. A opinião pública também entende que o PMDB é o partido que dispõe das maiores lideranças estaduais, para que nós possamos, cada vez mais, elaborar o discurso do partido, vincular o partido com a sociedade, e com bandeiras que sejam as que a sociedade deseja.

O PMDB tem que ir aonde o povo está.

Essa questão que foi colocada aqui da participação no Governo Federal, isso tudo nós vamos discutir no momento certo.

Nós temos que apresentar propostas alternativas e defender o país.

Não o Governo, mas o país.

Quando o Governo não prestar atenção nas propostas do PMDB, aí sim, o PMDB terá que fazer o tem que ser feito:

– Reunir as suas instâncias partidárias, definir o que vai fazer, apresentar um programa alternativo para o país e um candidato competitivo à Presidência da República.



Aí, terá chegado o momento de nós elegermos o nosso Presidente, e tocar o destino do Brasil.

Eu queria nessas poucas palavras parabenizar o esforço que se faz no Rio de Janeiro, a mobilização, e agradecer mais uma vez ao Professor Cid Pacheco. É importante que nós possamos estar fazendo exposições como essa em outros estados do Brasil. Nós estamos viajando, amanhã. Nós vamos visitar o Estado de Santa Catarina, fazendo o que nós estamos fazendo aqui. Conversando com as pessoas, discutindo os problemas regionais, encerrando os encontros com uma discussão dos problemas nacionais, para que nós possamos, cada vez, com mais coerência, encaminhar o PMDB rumo ao futuro.

Para que o PMDB continue um partido coeso, fundamentalmente, é preciso mudar: mudar para ser coerente, mudar para não envelhecer. É essa a mensagem principal que nós tiramos da exposição do Professor Cid, e dos números que a pesquisa do IBOPE revela.

Eu agradeço a todos, e me coloco à disposição.

Quantas vezes for necessária a minha presença, bem como a presença do Presidente Jader Barbalho, como a presença de qualquer Dirigente Nacional do PMDB, nós estaremos aqui, inteiramente à disposição dos companheiros para participarmos desse trabalho conjuntamente.

## A TRAGÉDIA DAS ARMAS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão de 24 de novembro de 1999.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, a história do direito e a experiência mundial, em diversos períodos, comprovam a necessidade de uma estreita relação entre as normas jurídicas e a realidade.

Os legisladores precisam estar sintonizados com a opinião pública a fim de captar as evoluções sociais formulando ou adaptando leis que tenham ressonância na sociedade.

Leis originadas exclusivamente do pensamento acadêmico, de costas para opinião pública, se tornam inócuas e aumentam a relação de normas que não pegam. O Brasil é pródigo em exemplos.

A legislação sobre armas, ainda que pesem a vontade de acertar e o criterioso trabalho feito no Congresso, envelheceu precocemente, está anacrônica, apesar de sua pouca idade. A lei acabou favorecendo a clandestinidade, de forma que hoje temos, aproximadamente, 20 milhões de armas ilegais e apenas 1,5 milhão devidamente registradas.

Temos nesta legislação um emblema do distanciamento entre a norma e a realidade. O que é inadequado, ineficiente, devemos, humildemente, corrigir.

No dia primeiro de junho deste ano, ainda no Ministério da Justiça, encaminhei uma proposta proibindo a venda de armas e munição em todo País.

A proposta, intencionalmente rigorosa, prevê indenizações para devolução de armas e restringe as exceções às Forças Armadas, órgãos de inteligência e segurança e às empresas de segurança legalmente constituídas.

O projeto, lentamente, foi desfigurado. Este desvio levou o senador José Roberto Arruda, a reproduzir a proposta aqui no Senado e o PMDB me honrou com a relatoria do projeto.

Tenho predileção pelos números e estatísticas. Eles são eloquentes, não comportam paixões e, quase sempre, falam por si só:

- 89% dos crimes no Brasil, são cometidos com armas de fogo;
- ocorre um homicídio por hora em grandes cidades como São Paulo;
- o Brasil, segundo a ONU, ostenta o melancólico título de campeão mundial de homicídios;
- dos homicídios ocorridos no País, mais de 60% têm motivos banais: discussões acaloradas em bares, rugas em estádios, bate boca no trânsito, na rua e até nas escolas, se transformam em tragédias se uma arma estiver ao alcance;
- o País tem, hoje, cerca de 20 milhões de armas ilegais em circulação;
- mais de 80% das armas apreendidas no Rio de Janeiro eram destinadas à exportação;
- 96% das vítimas armadas, que reagem, acabam brutalmente assassinadas;
- os 4 fabricantes nacionais de armas já exportam 90% de sua produção.
- na pesquisa que fizemos no meio do ano, 85% da população concordaram com a proibição da venda de armas;
- 76% consideraram que a idéia não elimina, mas ajuda a reduzir nossos índices vergonhosos de violência;
- e 79% opinaram que a posse de armas só prejudica a segurança da pessoa;
- a Inglaterra, primeiro país a proibir a comercialização de armas de fogo, reduziu drasticamente as estatísticas de mortes.

Então, a pergunta é obrigatória: armas para que? para quem? na raiz do problema, sempre está a arma de fogo. O cidadão de bem é sempre o surpreendido e o bandido tem destreza no manuseio. Se ela não serve para defesa, nossa complacência com a proliferação das armas está servindo a quem?

Vamos transformar a Comissão de Constituição e Justiça num fórum amplo e transparente para discutirmos esta proposta, tão controversa.

Vamos trazer a sociedade, os governadores, responsáveis pela segurança, as entidades civis e, pelo respeito ao contraditório, os próprios fabricantes de armas. Se preciso vamos fazer outras pesquisas.

Vamos abrir a Internet para receber sugestões, críticas e um placar de votação, contra ou a favor. Desta forma não votaremos de costas para a opinião pública.

Espero que este projeto propicie ainda uma discussão de todo o capítulo da segurança pública, onde, é inegável, precisamos urgentemente definirmos as competências e, principalmente, as fontes de financiamentos.

A letargia inquietante com a segurança pública está provocando uma erosão na credibilidade do Estado. Governos são efêmeros, mas a sociedade e o Estado não. É pra eles que temos que legislar.

Senhor presidente, senhores senadores, senhoras senadoras, até quando seremos tolerantes? Até quando iremos pedir paciência às consciências amedrontadas e intranquilas? Quantas tragédias mais serão necessárias? Até quando continuaremos a oferecer os corpos submissos de nossos cidadãos à imolação dos bandidos?

É tempo de ousar, enfrentar o *lobby* obsceno, apagar nosso triste cotidiano de violência e mortes, calar os estampidos das armas e silenciar os ecos de nossas tragédias. A indignação da sociedade não nos permite ficar confortáveis em nossas cadeiras. A paralisia está transformando o Brasil numa nação do medo.

A cidadania se faz no dia a dia. Neste tiroteio, tenho a convicção, o senado saberá fazer a opção correta entre a sociedade, assustada e desamparada com a violência, e uma pequena confraria de fabricantes de armas, cujo alça de mira só focaliza lucros num raciocínio contábil e medieval.

Tenho certeza, senhor presidente, senhores senadores e senhoras senadoras, que o interesse de uma minoria não irá se sobrepor aos estampidos ensurdecedores das balas. Quero crer que, aqui, a sociedade terá mais poder de fogo. De minha parte eu sei de onde virá o tiro, mas não vou me esquivar.

Muito obrigado a todos.

## AS VÍTIMAS DO SILÊNCIO

*Discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros, na sessão do dia 25 de novembro de 1999.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, no mês de julho deste ano, quando ainda ocupava a Pasta da Justiça, aprovamos e sancionamos a lei que criou o programa de proteção às vítimas e testemunhas. Naquela oportunidade anunciamos, ainda para este ano, o remanejamento de recursos da ordem de um milhão e trezentos mil para os 5 meses restantes – uma quantia modesta para dimensão do crime no País.

Esta lei, inspirada em exemplos bem-sucedidos de países como Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Holanda, concretizou evoluções significativas em matéria legislativa. Inquestionavelmente representou um marco jurídico importante para o Brasil no combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Entre outras providências a lei contemplou: segurança na residência e controle de telecomunicações, escolta em deslocamentos, transferência de domicílio, preservação de identidade e imagem, ajuda financeira mensal, suspensão temporária de atividades profissionais, apoio e assistência médico-psicológica além do sigilo dos atos relativos à proteção.

Apoiei ainda a redução de um a dois terços da pena para condenados que colaborassem com as investigações e o perdão judicial de toda pena em caso de réus primários, desde que estes, efetivamente, apresentassem elementos para esclarecer o delito, como identificação dos demais participantes, paradeiro de vítimas ou recuperação do produto do crime.

O crime organizado, com tentáculos disseminados pelo País e que gradualmente vão sendo revelados pela CPI do narcotráfico, tem o princípio da intimidação, da coação, da imposição do medo, do estado de terror às vítimas e da cumplicidade coletiva e passiva. A legislação de proteção às testemunhas e vítimas é o melhor instrumento jurídico para revogarmos uma outra lei que nunca foi votada ou sancionada – a lei do silêncio.

A violência de alguns maus policiais, dos grupos de extermínio, das quadrilhas, do crime organizado, a violência contra adolescentes, crianças, no campo, carcerária, contra mulheres e índios é um flagelo nacional sistematicamente denunciada pelos organismos mundiais de direitos humanos. A violência e o crime não têm causa única, a origem é multifacetada, mas certamente a impunidade robustece a delinquência.

A gênese da lei de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas é exatamente esta : acrescentar meios, através da prova testemunhal, para elucidarmos os crimes, desmantelarmos organizações criminosas e acabarmos com este sentimento nefasto de impunidade que confere aos País títulos tão vergonhosos. A impunidade deforma o País e desacredita as instituições.

Os criminosos ameaçam, agem impunemente, pressionam e matam. A sociedade emudece, está insegura, impotente. As vítimas e testemunhas ficam desprotegidas, abandonadas e desamparadas. Os corpos vulneráveis se curvam ao poder paralelo dos criminosos. Nossos cidadãos se transformam em mendigos empalidecidos pelo medo.

A eficácia desta lei está subordinada ao grau de prioridade que ela terá do Governo Federal. Não basta termos a lei se não assegurarmos os recursos para sua execução. A parcimônia de verbas para o atendimento às vítimas e testemunhas poderá tornar a lei inócua e até mesmo ridicularizá-la. Não podemos admitir, depois de tantos esforços que fizemos, que esta lei seja uma mera matriz para enredos fictícios. É imperioso que eliminemos a burocracia no acesso e na liberação de recursos para o programa. Só assim realmente a proteção será dada a quem dela necessita.

Igualmente necessária será ampliação dos recursos previstos para este programa. Nós deixamos um milhão e trezentos mil para cinco meses, mas as projeções, a partir da experiência do Gajop em Pernambuco – pioneiro

na assistência às vítimas e testemunhas no Brasil – indicam a necessidade de aumentarmos os recursos para este fim.

Nos Estados Unidos, a título de exemplo, o programa já existe há 27 anos. O gasto anual é de 20 milhões de dólares, o que equivale hoje a, aproximadamente, 40 milhões de reais. Até hoje não houve nenhuma baixa no programa norte americano. O número de vítimas e testemunhas assistidas gira em torno de 150 ao ano. Convém ressaltar que o programa norte americano é exclusivamente estatal, portanto distinto do modelo adotado no país.

No Brasil, nos seis estados onde o programa já foi adotado através de convênios com o Ministério da Justiça, a curta experiência já demonstrou que a média de atendidos será de, pelo menos, de 50 pessoas ao ano. Projetando este número para os 27 estados da federação, teremos então, cerca de 1.300 pessoas inscritas. Considerando-se o custo mensal mínimo, em torno de 300 reais, para manutenção da assistência a uma família e o custo inicial de inscrição de 500 reais, teremos então a necessidade mínima de algo próximo a 5 milhões e 400 mil reais todos os anos. Devemos, obrigatoriamente, comparar este valor com o gasto anual do Brasil em decorrência da violência: 84 bilhões de reais, segundo o banco interamericano de desenvolvimento.

Só com este programa, com o combate sistemático à violência e à criminalidade, com a reforma do judiciário, a mudança da lei de armas e a definição de fontes para segurança pública, é que nós vamos inverter esta majestade sombria de sermos campeões mundiais de crimes e impunidade. A lei de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas é um de nossos melhores meios legais para combatermos o crime organizado, os matadores de aluguel, o tráfico de mulheres e crianças, o contrabando e o tráfico de drogas e armas.

O Governo não deve hesitar um segundo na viabilização dos recursos para concretizar este programa. Até porque, como todos sabem, o Governo Federal dispõe dos recursos. Esta lei não pode se transformar em mais uma esperança infértil, em mais um exemplo de leis que não pegam e não saem do papel.

Muito obrigado a todos.



## SOLUÇÕES CRIATIVAS

*Discurso proferido no Senado Federal durante a sessão ordinária realizada em 3 de dezembro de 1999.*

Guimarães Rosa, que ao lado de Graciliano Ramos, é um dos melhores escritores brasileiros, possui um conto cujo título é “A terceira margem do rio”. Ousei citar o título de um dos melhores contos do eterno Guimarães Rosa no intuito de demonstrar que, mesmo naquelas situações onde, aparentemente, se apresentam apenas duas soluções, é possível trabalharmos para encontrar alternativas fora do raciocínio binário. Uma dessas dicotomias é a controvérsia das águas do rio São Francisco, ou como gostaria Guimarães Rosa, o “Velho Chico”.

A idéia de transpor águas de outras bacias para atender regiões carentes de recursos hídricos é muito antiga. Os primeiros estudos foram feitos à época do Imperador D. João VI. Em 1847 o Deputado cearense, Marcos Macedo, defendeu a migração das águas do São Francisco para o rio Jaguaribe e agora o Governo, por meio do Ministro Fernando Bezerra e do Presidente, decidiram retomar o assunto. Apesar de longevidade do tema não há concordância sobre a real necessidade ou mesmo sua oportunidade.

A seca no Nordeste foi agravada com as idas e vindas da legislação, desde 1946. Foram vários projetos, idéias e propostas messiânicas, jamais concretizadas. Em 1975 ganhou robustez a proposta de Secretaria de Políticas Regionais de transpor as águas do São Francisco para as bacias de quatro Estados: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Em sua última versão estimou captação de setenta metros cúbicos

por segundo com o custo em adução estimado em 3 bilhões de reais, sem mencionar a construção das barragens, que consumiram outros 1,7 bilhões.

A descontinuidade das políticas para o semi-árido é um dos principais fatores para situação indigente de mais de 10 milhões de brasileiros. A proposta apresentada ao País se fundamenta em duas premissas, que a justificaria: a dificuldade de captação de águas profundas, tendo em vista a existência de 100 mil km<sup>2</sup> (quilômetros quadrados) de embasamento cristalino e a redução em 75% do estoque de 20 bilhões de m<sup>3</sup> (metros cúbicos) dos diversos reservatórios.

Vários especialistas no assunto se debruçaram sobre a proposta e apresentaram argumentos opostos aos do governo. Segundo as publicações de diversos segmentos da área, os 100 mil km<sup>2</sup> (quilômetros quadrados) representam apenas 10% de todo semi-árido, o que nos oferece 90% de toda a região a ser explorada na captação subterrânea de água. Sendo verdadeira a redução dos reservatórios em 75%, ainda assim, dos 20 bilhões de m<sup>3</sup> (metros cúbicos), na verdade 22 bilhões conforme o DNOCS, restariam 5,5 bilhões de m<sup>3</sup> (metros cúbicos)- o suficiente para abastecer 75 milhões de pessoas, metade da população brasileira, já que o consumo médio é de 73m<sup>3</sup> ( metros cúbicos) ao ano, ou seja 200 litros por dia.

Todo o esforço da engenharia e os elevados custos do projeto trariam resultados modestos para o Nordeste. A proposta como vinha sendo colocada beneficiaria os leitos dos rios Salgado-Jaguaribe (CE), Apodi e Açu (RN) e Piancó-Piranhas (PB), ou seja, apenas 3% de todo o Polígono das Secas, cuja área é de 1.064.000km<sup>2</sup> (quilômetros quadrados). Acrescente-se ainda que a proposta atenderia ao Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que detêm, juntos 94% das águas acumuladas da região.

Os quatro estados (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), possuem, somados, 180, dos 265 açudes da região Nordeste. Os outros 5 Estados possuem apenas 85 açudes e representam 68% da área do Polígono das Secas. E mais um dado: a transposição de 70m<sup>3</sup> ( metros cúbicos) por segundo, ou 1,15 bilhão de m<sup>3</sup> ( metros cúbicos por ano, representam 5,5% da capacidade de estocagem dos 180 açudes do Ceará, Paraíba,

Pernambuco e Rio Grande do Norte, que é de cerca de 20 bilhões de m<sup>3</sup> (metros cúbicos).

Falta uma política sensata e racional de armazenagem de águas, planos de preservação dos afluentes, gestões para manter a vegetação, adaptação da economia para as condições regionais e, óbvio, políticas econômicas e sociais que desenvolvam o País e redistribua a renda.

O Velho Chico é a segunda maior reserva de água doce do País e é responsável por 66% dos recursos hídricos do Nordeste. Já tem problemas graves como assoreamento, poluição química, irrigação desregrada, pesca predatória e barragens sem estudo de impacto ambiental. Qualquer projeto audacioso para com este velho senhor, exige ponderação, racionalidade e muita cautela, principalmente, com os impactos ambientais da transposição. Estas foram as principais conclusões da Comissão Especial do Senado, que teve a honra de presidir em 1995 e que, durante sete meses, discutiu minuciosamente o assunto.

No famoso plurianual, lançado recentemente o Governo Federal anunciou que estaria retomando prioritariamente os estudos para a transposição das águas do rio São Francisco para, na expressão do próprio Governo, enfrentar, “de forma definitiva”, a seca no Nordeste. A seguir, afirma o governo, novamente me utilizo das palavras do documento oficial, a transposição será “mitigar” o efeito das secas. Aqui, sem dúvida, há um problema de conceitos: se é para mitigar, não é definitivo, se é definitivo, então não é mitigante. Mas este é um problema semântico, de menor importância.

Os representantes, nos executivos e legislativos nos estados que, verdadeiramente, são benzidos pelas águas magistrais do São Francisco, devem analisar detalhadamente esta proposta com a consciência, responsabilidade e a perspectiva de risco de estarmos comprometendo 2/3 dos recursos hídricos de toda a região Nordeste.

Além dos estudos ambientais, do benefício a ser alcançado do custo altíssimo da obra, da queda de vazão e outras preocupações conexas, vamos ponderar, refletir muito e decidir se este é o curso certo. Ao contrário do atual governador de Alagoas, eu, particularmente, entendo que não é uma obra boa para o nosso Estado, e lutarei nos limites das minhas forças para

impedir que este projeto vá adiante. Não vamos desidratar o São Francisco irresponsavelmente. Não vamos navegar cegamente em soluções messiânicas.

A transposição não é uma solução mágica que a todos males sana instantaneamente. Ela não modifica o corte social do Nordeste. A miséria tem outras causas: má distribuição de rendas, claudicante reforma agrária, ausência de políticas continuadas, desemprego, analfabetismo, clientelismo, falta de programação para armazenagem de água, necessidade de preservar a vegetação, adaptação da economia para as condições regionais e preservação dos afluentes.

Só após exaurirmos a potencialidade hídrica da região, de otimizar-mos o aproveitamento de outras bacias, implantamos outras tecnologias como adutoras e exploramos os poços ( hoje são em torno de 25 mil), seria recomendável mexermos com o Velho Chico, cujas águas vêm benzendo o nosso povo há milhares de anos.

## MODERNIZAÇÃO NECESSÁRIA

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão extraordinária do Senado Federal, no dia 17 de janeiro de 2000.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, há quase dez anos, como proposta de combate efetivo ao crime organizado, o Departamento de Polícia Federal apresentou como solução dois programas: o Promotec e o Pró-Amazônia. No mês de setembro estas propostas estarão completando exatos dez anos de existência entre idas e vindas na burocracia brasileira.

Os projetos passaram, lentamente, por todas suas instâncias burocráticas e ainda, mesmo aprovado em todas elas, desliza nos gabinetes dos tecnocratas da República. O acordo de cooperação para modernização e aparelhamento da Polícia Federal com o Governo Francês foi assinado pelo Presidente Fernando Henrique no começo de 1997 e promulgado em janeiro de 1998.

Diante de algumas considerações jurídicas levantadas à época, eu ainda à frente do Ministério da Justiça, para que não permanecesse nenhuma dúvida, encaminhei o assunto ao Tribunal de Contas da União e a operação foi aprovada em abril do ano passado. A partir deste fato todas as operações bancárias referentes aos investimentos foram concluídas e já devidamente credenciadas pelo Banco Central.

Este projeto consiste numa participação efetiva da Polícia Federal na região amazônica com novos postos e bases eficientes de operação nas áreas

mais críticas para prevenção e repressão aos crimes federais, entre eles o contrabando de madeira, armas, pedras preciosas, prostituição internacional, tráfico de crianças, crimes ambientais e aqueles contra comunidades indígenas. Mas o Pró-Amazônia servirá, principalmente, para reprimir o tráfico de drogas na amazônia. O Promotec será a complementação do mesmo programa no resto do País.

Os projetos propõem a incorporação de tecnologias de ponta em comunicação, informação e transporte a fim de assegurarmos uma real repressão ao crime organizado, que hoje se sente confortável e encontra comodidades para operar na região amazônica, tendo em vista a extensão da área e as limitações de recursos e pessoal da Polícia Federal.

É fundamental frisarmos que o projeto, que hoje está estimado em 400 milhões de dólares, será financiado integralmente por recursos externos, sem nenhum aporte do Governo brasileiro a título de contrapartida. Estes recursos irão ser aplicados em pessoal, capacitação e meios para controlar o tráfego de embarcações, aeronaves e veículos na região. Ele é a outra ponta do SIVAM. O SIVAM será um mero exercício de contemplação de rastreamentos se a Polícia Federal não dispuser de meios para se movimentar na região e, verdadeiramente, reprimir o crime.

O Governo Francês, que reiteradas vezes já cobrou uma decisão sobre os projetos, acaba de prorrogar por mais três meses o prazo de garantia para o financiamento. Ela havia expirado em dezembro de 2000 e foi dilatado até março deste ano.

A própria CPI do narcotráfico em recente visita a Belém constatou a precariedade da fiscalização atual e a imperiosidade de se implantar o Pró-Amazônia imediatamente. Estamos num ponto limite, num momento de decisão. Não podemos permitir que o narcotráfico, o crime organizado, que dispõem de dinheiros e estrutura, transformem a Amazônia em uma capitania da droga ou um feudo de crimes e banditismo.

Muito obrigado a todos.

## DOIS ANOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros  
(PMDB – AL), na sessão extraordinária do Senado Federal,  
no dia 20 de janeiro de 2000.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, no próximo dia 22, o Código de Trânsito Brasileiro estará completando 2 anos de vigência. As estatísticas de acidentes e mortes em 1998 demonstraram, cabalmente, a eficácia de um código rigoroso quando efetivamente aplicado. O Código, que teve a honra de regulamentar, é, inquestionavelmente um de nossos melhores instrumentos de cidadania.

Os números de 1998 falam por si só e devem ser cotejados com as estatísticas do ano passado. A eloquência das reduções de mortes, feridos e acidentes é argumento suficiente para que as autoridades de trânsito reflitam e, rigidamente, continuem a fiscalizar e, de maneira inflexível, passem a aplicar o Código. Os números não comportam paixões e por isso vamos rememorar-los: em 1998, no primeiro ano de vigência do Código, o número de mortes caiu em 25%, 6 mil vidas foram poupadas, a quantidade de acidentes foi reduzida em 22%, 70 mil acidentes a menos e os feridos diminuíram em 26%, portanto menos 83 mil feridos. Foram índices históricos. Se a dor de milhares de famílias for pouco, consideremos ainda o volume de investimentos públicos em assistência médica a gastos previdenciários.

Em 1998 foram suspensas 3.500 habilitações de motoristas que excederam os 20 pontos em um período de 12 meses e outros 19 mil processos estavam em andamento. Os dados de 1999 entristecem o País e apontam para contra-mão da cidadania e o retorno à selvageria sobre rodas : 2.300 carteiras suspensas de um total de 150 mil condutores que ultrapassaram os 20 pontos. Apenas 1,5% dos infratores perderam, temporariamente, o direito de dirigir. É sempre oportuno lembrar que os infratores contumazes representam menos de 1% dos 30 milhões de habilitados.

A vasta experiência mundial e nossa incipiente legislação, discutida por longos 6 anos no Congresso Nacional, evidenciam que a bárbarie no trânsito só é resolvida com regras permanentemente rígidas e multas significativas. Não a punição pela punição ou a multa pela multa, mas pelo caráter pedagógico. O que não pode acontecer é o excesso de multas para aumentar a arrecadação.

A indulgência dos agentes do Sistema Nacional de Trânsito é uma ameaça perigosa à eficácia da legislação e a certeza de convivermos novamente com a nódoa de sangue que envergonham o Brasil. Nada menos do que 16 estados brasileiros, 60%, não aplicaram punições de suspensão de habilitação, embora haja milhares de condutores que tenham superado os 20 pontos. Esta paralisia enxovalhante ameaça as regras de convivência civilizada no trânsito.

A desorganização, incompetência, má vontade ou a simples resistência à fiel aplicação do Código merecem atitudes enérgicas e imediatas dos Governos Estaduais e do Federal, que tem o Ministério da Justiça como órgão máximo da Política Nacional de Trânsito e dispõe de mecanismos legais para intervir onde estiver havendo negligência ou corpo mole. A tolerância e a inércia ameaçam vidas e contribuem para desmoralização do Código.

De outro lado, o Governo tem ainda o compromisso de implantar todo o Código. Diversos artigos da lei ainda estão no papel, patinando em discussões estéreis e, algumas, inconfessáveis : a câmara de compensação de multas, a inspeção veicular, as aulas de trânsito no ensino fundamental, a utilização dos bafômetros, a política de pontos e a padronização das lombadas.



O Código de Trânsito nasceu do inconformismo da sociedade com o caos e não admite recuos. Podemos sempre aperfeiçoá-lo, como já o fizemos em seus excessos, mas nunca transigir quando está em discussão vidas humanas. Tentativas de abrandamento das regras, afrouxamento na fiscalização e anistias veladas só irão contribuir para tornarmos inócua uma de nossas melhores leis e voltarmos ao vergonhoso pódio de campeões mundiais em acidentes.

Muito obrigado

## TEMPO DE REFORMAS

*Discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros, em 21 de janeiro de 2000, por ocasião da solenidade de formatura da turma de Direito da CESMAC.*

É com grande satisfação que, na qualidade de patrono da turma, compareço a esta solenidade de formatura.

Antes de mais nada quero agradecer a escolha do meu nome para tão elevado privilégio. Estou verdadeiramente honrado com a homenagem. Honra-me a oportunidade de pronunciar algumas palavras neste importante momento da vida de vocês. Honra-me a preferência com a qual fui distinguido, eu que, com muito orgulho, sou originário da representação popular. É nessa trincheira que tenho lutado, sem tréguas, por um país melhor.

Estou honrado e grato com o privilégio.

A colação de grau é o divisor de águas entre a experiência escolar e o exercício da profissão. É quando se deixa de ser simplesmente estudante para assumir as responsabilidades inerentes à carreira jurídica.

Caros amigos. Formados, vocês irão enfrentar as dificuldades naturais de um mercado de trabalho congestionado e que, por isso mesmo, exige constante aperfeiçoamento. O panorama da Justiça também não é animador. O Poder Judiciário brasileiro se debate com a maior crise de sua história e conserva ainda hoje a mesma estrutura de cem anos atrás, fazendo lenta, burocrática, cara e desigual a entrega da prestação jurisdicional.

Sem dúvida, neste contexto o operador do Direito exerce destacado papel. Da atuação digna, honesta e eficiente do magistrado, do promotor, do advogado, do delegado de polícia, depende a sociedade. Tais profissionais têm compromisso com a legalidade, com a liberdade e com a cidadania. Como integrantes de uma elite privilegiada em um País que bate recordes de analfabetismo, a responsabilidade dos senhores e das senhoras é extraordinária.

Posso testemunhar que dos bancos dessa escola saíram profissionais de prestígio, que se notabilizaram como procuradores, membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos e advogados.

Esse desempenho louvável decorre, é evidente, do estudo sério e diuturno, mérito individual, mas também, justiça seja feita, dos ensinamentos de excelentes mestres, cuja ação sempre esteve fixada no objeto do desenvolvimento da Ciência e do Direito em particular, preocupados com a efetiva informação e formação dos futuros profissionais. Por isso mesmo é correto afirmar que a importância da seriedade e da qualidade do ensino está diretamente ligada ao perfeito exercício da profissão.

O ofício abraçado por vocês é realmente árduo. A missão de lutar pela perfeita administração da Justiça, buscando-a rápida, barata e eficiente, envolve dificuldades de elevado quilate. No entanto, o momento histórico é fértil e a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e ordenada exige a participação de todos. Este é o grande desafio que se nos apresenta.

É tempo de reformas. A convivência com textos de lei que mais confundem do que esclarecem já se tornou insuportável. A nossa legislação precisa ser urgentemente enxugada, em nome da indispensável eficácia social.

O excesso de leis, ferramenta do operador do Direito, é um dos graves problemas que merece toda atenção. O Brasil possui aproximadamente dez mil leis de caráter geral e essa exuberância legislativa traz apenas insegurança. Nada mais. É como se estivéssemos perdidos num pântano escuro e movediço. Há milhares de leis ininteligíveis, imprecisas e redundantes e um obscuro processo de revogação, lançando sombras sobre um sistema que precisa ser claro para funcionar a contento.

A agilização da Justiça como instrumento democrático e de cidadania pede menos leis e leis mais claras – para isso a legislação federal está sendo consolidada. À frente do Ministério da Justiça formei duas comissões temáticas, iniciando o gigantesco esforço de compactar as dez mil leis em vigor em aproximadamente mil textos legais.

Racionalizar o arcabouço de leis federais significa entregar à sociedade brasileira um instrumento democrático e ágil de defesa dos direitos individuais e coletivos.

Da mesma forma que uma lei só é boa se tiver em harmonia com o sentimento da sociedade, a Justiça só serve enquanto rápida, eficaz, igualitária e, principalmente, democrática, de modo a permitir o acesso de todos. Assim, é fundamental reconhecer que de nada adiantará modernizar o Poder Judiciário e alterar regras processuais se não for consolidada a legislação federal.

A consciência do País evoluiu e amadureceu. A evolução da sociedade reclama um Poder Judiciário expedito, moderno e universal. E para isso é preciso eliminar todos os entraves que ocasionam o acúmulo de processos e tornam lenta a entrega da prestação jurisdicional. Daí a urgência das reformas em tramitação.

Dentre tantos e tão complexos problemas que afligem a sociedade brasileira, hoje, nenhum parece mais grave, abrangente e profundo do que a crise do Judiciário.

Nada obstante, a situação pode ser domesticada com a colaboração de todos, a partir de idéias criativas que superem os obstáculos. É preciso avançar além das críticas e dos diagnósticos, participando e realizando as mudanças necessárias no modelo que se mostra ineficaz, sem preconceitos e sem índole corporativista.

É essencial pôr um freio na sobrecarga de trabalho a que o Judiciário está submetido – e aqui destaco que o juiz brasileiro suporta o maior volume de serviço do mundo. O acúmulo de processos vem importando em prejuízos à celeridade e à efetividade da prestação jurisdicional, impondo intolerável ônus àqueles que buscam na tutela judicial a defesa dos seus direitos.

Uma das causas desse congestionamento é a falta de juízes. O Brasil tem processos demais e juízes de menos. Calcula-se que há um juiz federal para 270 mil habitantes e um juiz de direito para 30.000 habitantes. Na Europa a média é de 1 juiz para 7.000 habitantes.

O modelo processual vigente permite o abuso do direito de apelação. Inconformado com a situação, o ilustre Desembargador José Fernandes Filho, Presidente do Colégio dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, chegou a listar 80 possibilidades de recurso numa mesma causa.

Profunda alteração deve sofrer o sistema que faz a tutela jurisdicional refém de filigranas processuais. Esta é uma singular oportunidade histórica de resolver a crise da Justiça e não apenas dar um simples retoque na situação. É essencial discutir todas as saídas a fim de elaborar uma reforma para o presente mas com olhos voltados para o futuro, modernizando o aparelho judiciário, agilizando o andamento dos feitos e concedendo ao cidadão o mais amplo acesso à Justiça.

A busca de uma Justiça rápida, segura e eficaz para todos foi uma das minhas principais preocupações no Ministério da Justiça. Encaminhei ao Congresso Nacional dois projetos para viabilizar a implantação definitiva da Defensoria Pública da União e a assinatura de convênios com as unidades federativas, possibilitando que em todo o território nacional o cidadão que não possua recursos para contratar advogado tenha acesso à Justiça.

Estou convicto de que a cidadania é o conceito-síntese para o reordenamento jurídico-institucional do País. Também creio que no direito está a solução para uma sociedade mais justa e ordenada.

Prestação jurisdicional rápida, barata, universal, eficiente e séria é instrumento vital à democratização de oportunidades, bem como constitui requisito fundamental para melhor distribuição da renda, do bem-estar e do poder.

O sonho de uma Justiça mais ágil e democrática é de todos nós. Vamos lutar por ele.

Boa sorte a todos.

Contem sempre comigo.

Muito obrigado.

## A LEI É PARA TODOS

*Discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão extraordinária do Senado Federal, no dia 2 de fevereiro de 2000.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, no último dia 29 de novembro o Superior Tribunal de Justiça publicou o acórdão que obriga os supermercados a colocarem o preço em cada produto. A decisão do tribunal, juridicamente inquestionável e socialmente justa, ocorreu no dia 13 de outubro e agora está publicada, portanto em vigor.

Pessoalmente nunca tive dúvidas quanto à legalidade desta exigência contida no artigo trinta e um do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, onde estão relacionados os direitos básicos do consumidor. O Código é cristalinamente claro : “a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade, origem entre outros dados, bem como os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”.

No Ministério da Justiça, convencido da clareza deste artigo, determinei que os supermercados colocassem o preço nos produtos a fim de que o consumidor, a ponta mais vulnerável na cadeia de consumo, tivesse garantido o mais elementar e indisponível dos direitos: o da informação clara.

Este foi o episódio batizado, na minha opinião equivocadamente, de a guerra das etiquetas. Na ocasião, além do aspecto jurídico, o Ministério da Justiça, auxiliado por diversos órgãos de defesa do consumidor, identifi-

cou discrepâncias entre os preços colocados nas prateleiras e aqueles efetivamente cobrados no caixa.

Estas diferenças, em média, estavam em 15 por cento, chegando a se registrar diferenças de até 182 por cento entre a gôndola e a registradora. Ressalte-se, é relevante, esta diferença ocorria sempre em desfavor do consumidor, gerando constrangimentos de toda ordem, como, por exemplo, a vergonha de devolver produtos porque o consumidor não conseguia dimensionar o custo de suas compras.

A entidade que representa o setor tentou à época, inutilmente, criar falsas contradições, que foram rechaçadas pela opinião pública. Entre elas a de que a colocação dos preços nos produtos seria um retrocesso tecnológico. Chegaram ao extremo de tentar falsas simbologias entre a máquina de etiquetar e os tristes tempos da inflação.

Nunca fui, como diversas vezes tive a oportunidade de registrar, contra a automação, contra o código de barra. Sempre defendi, como se verifica em todo mundo, a coexistência do código de barras com o preço no produto, no mesmo selo. O código de barras oferece agilidade e comodidade. Ele agiliza o procedimento comercial, diminui fila e dispara a reposição automática de estoques. Os dois conceitos, código de barra e código do consumidor não são excludentes.

Eu sequer, à época, defendi alguma modalidade de se colocar o que a lei determina, o preço no produto. O produto pode sair da indústria já com preço no rótulo, existem os carimbos e as famosas etiquetas. Só para se ter uma idéia, mil etiquetas colocadas, com mão de obra, impostos, tudo incluído, tem um custo de 1,50 (um real e cinquenta centavos).

Este processo todo se estendeu por mais de 14 meses e culminou com a histórica decisão do Superior Tribunal de Justiça. Foi uma verdadeira batalha jurídica. Antes nós chegamos a derrubar 17 liminares em todo o País até o voto final do STJ. O setor tem logística, é organizado, tem um faturamento de cerca de 50 bilhões por ano e tentou de tudo para fugir ao fiel cumprimento da lei. Até cartas ao Presidente da República escreveram. Mas só os grandes supermercados resistem ao fiel cumprimento da lei, os pequenos já praticam o preço no produto. Os grandes são 7 por cento, mas, do volume de transações, detêm 60%. É um *lobby* poderoso e tem força.

A população sempre se posicionou favorável ao preço no produto. Na pesquisa que realizamos, 96 por cento manifestaram o desejo de ter o preço no produto e 85 por cento defenderam uma punição severa para os reincidentes que insistissem em negligenciar a lei.

Pois bem, qual é o quadro hoje? Após a decisão inequívoca do STJ, os grandes supermercados insistem em descumprir a lei e afrontar a ordem judicial. Modernidade é respeitar os direitos do consumidor, compatibilizar as inovações tecnológicas e se submeter ao estado de direito.

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é composto dos PROCON, de responsabilidade dos Governos Estaduais, do Ministério Público e do Ministério da Justiça, órgão máximo de proteção do consumidor. Diante da decisão, que já tem dois meses de publicada no *Diário da Justiça*, é necessária uma ação enérgica de todo o sistema no intuito de assegurar ao consumidor o atendimento ao mais básico dos direitos, que é da informação.

A indulgência contribui para desacreditarmos o Código do Consumidor, uma das legislações mais modernas do País e elogiado em muitos países do mundo. Tem servido, inclusive, de modelo para países que ainda não dispõem de semelhante arcabouço legal.

É preciso atuar, fiscalizar e punir. Não será só a multa que consolidará o Código, mas a harmonia dos participantes nas relações de consumo, que são eternas, e o respeito à lei. A lei está aí e prevê severas punições.

É imperioso que os órgãos públicos de defesa do consumidor assumam suas responsabilidades. As sanções já estão previstas no Código do Consumidor e vão desde multas, de até três milhões, até intervenção, passando pela apreensão de produtos, suspensão da atividade e interdição. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor não pode se omitir nesta questão para não permitir a desmoralização do Código e, principalmente, para que não se levante suspeição quanto à sua isenção.

É esta, Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senadoras, a questão que o PMDB gostaria de deixar registrada.



## DELITOS VIRTUAIS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 27 de março de 2000.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, a rede mundial de computadores é, inquestionavelmente, um dos mais eficientes instrumentos de comunicação dos tempos modernos. Sua universalidade e agilidade propiciam a integração e instantaneidade necessárias ao atendimento das mais diversas demandas sociais.

A Internet é um vocábulo e um conceito que, progressivamente, vai se incorporando ao cotidiano de milhares de pessoas no Brasil. A rede de computadores, que globaliza e compartimentaliza o mundo, tem uma concepção anárquica que pretende fugir de qualquer mecanismo de controle ou punição. Nós, como legisladores temos a obrigação e o compromisso de não permitirmos que isto aconteça.

Não obstante todas as virtudes inegáveis da Internet, é cada vez mais freqüente o uso indevido da rede, um espaço virtual que traz comodidade, rapidez, mas que ainda está carente de segurança. É natural que os atos ilícitos se reproduzam na rede com a mesma freqüência do nosso cotidiano.

Recentemente uma invasão inviabilizou a operação normal de um grande *site* norte-americano e até declarações do Presidente Bill Clinton foram adulteradas na Internet. No Brasil, mesmo em escala menor, vários *sites* da Internet já foram invadidos e tiveram suas atividades suspensas em virtude dos piratas cibernéticos.

Estima-se que o número de usuários da Internet no Brasil está em torno de 8 milhões de pessoas, número que, no mundo, sempre registrou progressão geométrica. A grande maioria dos países, inclusive da América Latina, já adotou ou adaptou legislações no intuito de capitular, prever e punir os ilícitos praticados através do computador.

A Organização das Nações Unidas reconheceu que este tipo de delito, os chamados cibercrimes, se constitui em um sério problema e necessita de uma tipificação penal de forma a inibir o crime e uma punição que atinja os piratas cibernéticos, os chamados "Hackers". Além de preservar a inviolabilidade de informações pessoais, precisamos estar atentos ao chamado ciberterrorismo, delito que constitui em uma invasão de determinada base de informações com intuito de prejudicar o andamento normal dos serviços, inclusive os essenciais com prejuízos para aqueles que, eventualmente, nem saibam o que é Internet.

No ano passado, quando ainda ocupava o Ministério da Justiça, estas novas modalidades criminosas foram exaustivamente debatidas no encontro de Ministros da Justiça e Procuradores Gerais, promovido pela Organização dos Estados Americanos. O Brasil estava, então, concluindo a Reforma do seu Código Penal, enrugado pelo tempo.

Como não há crime sem uma lei prévia que o defina, estou apresentando à Casa um projeto de lei tipificando cerca de 20 novos ilícitos, todos cometidos através do computador. Para os delitos cometidos em um ambiente virtual precisamos de punições reais.

O projeto está dividido em sete grupos de delitos: os crimes contra a inviolabilidade de dados, contra a propriedade e o patrimônio, contra a honra e a vida privada, contra a vida e a integridade física das pessoas, contra o patrimônio fiscal, contra a moral pública e contra a segurança nacional.

Todos estes crimes com penas de detenção, reclusão e multa. Atenção especial mereceu os delitos cometidos contra concessionárias de serviços públicos, como distribuição de energia elétrica, centrais telefônicas e outros, que terão suas penas agravadas.

Espero contar com o apoio de todos os partidos na votação deste projeto, tendo em vista que sua urgência é reconhecida por todos. É desnecessário frisar que, por ser obra humana, o projeto está aberto a aperfeiçoamentos e sugestões no sentido de aprimorá-lo.

Muito obrigado a todos.

## CULTURAS ESQUECIDAS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 30 de março de 2000.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, a cultura do coco no Brasil é uma atividade que emprega um grande contingente de mão de obra na área agrícola e em toda cadeia produtiva, seja na indústria ou no comércio. As estimativas do setor apontam que hoje, aproximadamente, 4 milhões de pessoas vivem direta ou indiretamente de atividades do cultivo do coco. No senso agropecuário do IBGE, de 1995/1996, foram registradas 224 mil declarações de produtores de coco.

A cultura do coco é predominantemente nordestina. Os Estados do Nordeste, e todo brasileiro tem conhecimento deste fato, são responsáveis por 85% da produção nacional. É desnecessário frisar a importância econômica e social do coco para nossa região.

No final da década de 80, em virtude de um declínio na produção nacional agravado pela seca na região Nordeste, foram iniciadas as primeiras importações do coco ralado integral desidratado. As importações vieram, principalmente, de países asiáticos e africanos, onde segundo o Sindicato Nacional de Produtores de Coco do Brasil, a produção é amplamente subsidiada.

No começo da década de 90, mas precisamente em 1992, a produção interna se recuperou e retomou seus números históricos. Mesmo assim as importações, em detrimento do mercado nacional, continuaram a evoluir

de maneira injustificada. De acordo com os dados dos produtores brasileiros, em 1992 foram importadas 5 mil toneladas de coco, ou que representa em números exatos, 40% de consumo nacional. Registra ainda o Sindicato Nacional dos Produtores de Coco que a cada mil toneladas de coco importado, 7.200 trabalhadores brasileiros perdem seus empregos.

A partir da legítima pressão dos produtores nacionais a fim de preservar a produção e o mercado interno, os Ministérios da Agricultura e Abastecimento e o da Indústria, Comércio e do Turismo baixaram uma portaria interministerial em agosto de 1995 estabelecendo direitos compensatórios para os produtos de coco originários dos países asiáticos e africanos. Houve contestações internacionais, como das Filipinas, mas a Organização Mundial do Comércio considerou justas as alegações dos produtores nacionais de coco.

Mesmo assim o mercado brasileiro continuou representando um paraíso para os importadores de coco que chegam a lucrar 108% em cada quilo importado. E as importação agora vêm de países sem nenhuma tradição no plantio de coco, como, observem Senhores Senadores e Senadoras, Suíça e Chile. É necessário que, a partir da denúncia feita pelos produtores nacionais e já checada pela Secretaria da Receita Federal, as autoridades brasileiras responsáveis pelo assunto, os Ministérios envolvidos, da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e Comércio, tomem providências para averiguar e coibir a prática de venda triangular do coco e os prejuízos causados aos produtores nacionais e a repercussão negativa no mercado de trabalho.

No documento encaminhado ao Procurador-Geral da República, os produtores de coco do Brasil vão além dos prejuízos econômicos e apontam ainda para um grave risco do Brasil estar importando doenças e pragas exóticas de outros países, inexistentes no País, ameaçando várias culturas brasileiras, como o próprio coco e também a centenária cana-de-açúcar, além da saúde do cidadão brasileiro.

O Ministério da Agricultura e Abastecimento baixou em março de 1998 a Portaria de número 70, contendo normas sanitárias e requisitos fitossanitários para importação do coco e seus derivados. Esta portaria foi objeto de contestação judicial por parte dos importadores no sentido de li-

berar os produtos do coco importado. Aí, Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senadoras surge o antagonismo de difícil compreensão.

Ao responder o mandado de segurança impetrado pelos importadores, a Divisão de Controle do Trânsito e Quarentena Vegetal, subordinada ao próprio Ministério da Agricultura, em sentido contrário ao que havia decidido a Portaria do Ministério que proibiu a importação do coco ralado, afirma que a proibição não encontra “respaldo científico” e que a portaria anterior, da de número 70, “mostra incorreções”.

Como, Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senadoras, o Ministério da Agricultura, responsável pela qualidade, segurança e adequação de produtos alimentícios que chegam ao consumidor, pode ter opiniões divergentes e conflitantes sobre o mesmo assunto? Faço um apelo ao Ministro da Agricultura, tendo em vista o pronunciamento oficial de órgãos como a Embrapa quanto à inadequação dos produtos importados e às normas internacionais sobre a importação de coco; faço uma apelo ao Ministro Pratini de Moraes que acompanhe atentamente este problema e o solucione.

Devemos considerar três questões nesta discussão: se a importação, sem controles, estaria prejudicando a produção nacional e conseqüentemente o nível de emprego no Brasil, se está ocorrendo triangulação nas importações e por fim, Senhor Presidente, Senadores e Senadoras, se o coco que está sendo importado oferece ou não danos à saúde do consumidor brasileiro.

Muito obrigado a todos.

## SOLUÇÕES BRASILEIRAS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – Al), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 8 de abril de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, o mundo inteiro vem se empenhando e investindo em pesquisas para encontrar fontes alternativas de produção de energia. Estes esforços se concentram em duas premissas : matrizes energéticas menos poluentes e a redução da dependência das oscilações dos combustíveis fósseis e finitos, como o petróleo e seus derivados.

O Brasil dá sinais hesitantes de que também pretende ingressar neste campo e se associar aos países modernos em geração de energia. Foi assim, em agosto de 1997, quando o Governo Federal anunciou a decisão de reativar o Programa Nacional do Alcool. Determinação que, obviamente, induziu os produtores a aumentarem o plantio de cana.

O crescimento da produção provocou problemas conhecidos por todos, especialmente entre os nordestinos, como fechamento de unidades produtoras e o desemprego de milhares de trabalhadores. Isso porque a disposição retórica não foi acompanhada de nenhuma ação concreta no que tange à indústria sucoalcooleira.

A mais recente crise do petróleo, que não será a derradeira, em março último, quando o preço do barril chegou a 34 dólares e nós importamos a modesta quantidade de 230 mil barris por dia, deveria servir como um memorizador para os burocratas do governo que insistem em conspirar

contra importância do álcool como matriz energética. E não seria exagero lembrar, Senhoras e Senhores, que a produção foi elevada em 7% e o preço foi reduzido por uma insustentável pressão norte-americana.

Na década de 70, o Brasil mostrou sua capacidade e pioneirismo na pior das crises do petróleo com o Programa Nacional do Álcool. Chegamos a ter, em 1985, 95% dos veículos movidos a álcool hidratado. Hoje, dos 18 milhões de carros em circulação, temos insignificantes 3,2 milhões de veículos utilizando o álcool como combustível, algo em torno de 17% da frota nacional. É claro que poderíamos e deveríamos aumentar este percentual.

Ocorreram problemas? Claro Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores. Houve uma ausência de políticas de monitoramento da produção e falta de regulamentação nas exportações. Houve falta do combustível e isso levou o programa ao descrédito. Mas isso justificaria jogarmos fora a tecnologia que o País detém no assunto e esquecermos que somos os maiores produtores de cana do mundo e a importância inegável do álcool como fonte de energia? É claro também que não. Precisamos de uma política clara, definida. Isso e nada mais.

Ainda que alguns saibam, é necessário reafirmar os benefícios dos álcool como matriz energética: atualmente gera 1,3 milhões de empregos, normalmente utiliza a mão-de-obra menos qualificada, tem capacidade para criar mais 3 milhões de postos de trabalho; é um combustível limpo, de alta octanagem com menor poluição, é renovável, tecnologicamente é o mais avançado e é um poupador invejável de divisas, o que diminui nossa dependência externas e evita sustos como o de março deste ano, quando todo o Plano Real, que implicou em tantos sacrifícios, poderia ser comprometido com o impacto na inflação do aumento dos preços da gasolina e do óleo diesel.

Cada barril de álcool consumido no Brasil significa uma economia de 76 dólares. Se atingirmos o índice de 50% da frota nacional de carros movidos à álcool, vamos economizar até o ano 2010, nada mais nada menos do que 117 bilhões de dólares. Portanto reativar e conferir a importância que tem o álcool não significa nenhum tipo de ônus para o País. Sua importância econômica, social e estratégica é inquestionável.

Só em Alagoas, o segundo maior produtor de álcool do País, a desativação do Programa provocou a insolvência do setor e o fechamento de 11 unidades produtoras, desempregando 70 mil pessoas. Hoje, em Alagoas, a cana-de-açúcar, em toda a cadeia de produção, mantém empregados 150 mil trabalhadores, ou seja, 750 mil pessoas dependem exclusivamente desta atividade. Alagoas é um espelho de toda a região Nordeste, cujos os estados são os maiores produtores de cana do País.

Não creio que seja uma postura correta fazermos apenas a arqueologia de nossos fracassos. Temos êxito e já demonstramos ao mundo nossa capacidade inovadora diante da iminente crise energética. O PROÁLCOOL se converteu em palavrão, mas devemos identificar onde erramos, reativar e rebatizar o programa e não repetirmos os erros do passado. Não creio que haja ninguém pedindo benesses ou privilégios. O que nós queremos são políticas corretas e claras para o setor.

O Governo Federal deve cobrar os estudos e soluções do Comitê Interministerial do Açúcar e do Alcool, estimular a indústria a voltar a produzir veículos movidos a álcool, estabelecer cristalinamente as regras para o setor definindo, principalmente, a fatia que caberá ao álcool na matriz energética brasileira. Precisa ainda fazer uma campanha séria para resgatar a credibilidade do setor e informar à sociedade brasileira sobre os benefícios do Alcool como combustível alternativo.

São vários os caminhos. Poderia o Governo adotar a chamada “frota verde”, com veículos oficiais, táxis e carros de locadoras movidos a álcool. Isso abarcaria 10% do mercado e seria um importante sinalizador para a indústria. Poderia ainda aprovar a mistura, tecnicamente viável, do álcool ao óleo diesel, enfim, se a disposição do Governo brasileiro for realmente retomar o programa, são várias as sinalizações para estimular o mercado.

É necessário que o Governo Federal, já que anunciou a reativação do Programa do Alcool, se manifeste. Mesmo que, na contramão do mundo, opine por sua desativação, o que eu não acredito ser possível, permitirá aos Governos estaduais que busquem soluções locais e aí poderemos pensar em vários incentivos dentro da área de competência estadual.

O que não é mais compreensível é esta desatenção voluntária e as promessas fluídas. Não podemos esquecer os compromissos como quem deixa



Renan Calheiros:

um guarda-chuva após a tempestade. Espero, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, que a simples menção do tema não esteja provocando uma espécie de embriaguez generalizada ou mesmo produzindo uma amnésia alcoólica coletiva.

Muito obrigado.

## A CHESF É NOSSA

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PDMB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 10 maio de 2000.*

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, o processo de privatização, conduzido pelo atual Governo, não foi concluído e, até então, vem trazendo questionamentos sobre as vendas já realizadas e calorosos debates sobre aqueles que aguardam na fila, entre eles o estratégico setor de geração de energia elétrica. Em alguns setores a retirada do Estado não contribuiu em nada para melhorar os serviços e reduzir tarifas, como foi anunciado e como a população esperava. As pesquisas estão aí a demonstrar este fato.

Do ponto de vista conceitual, acho que poucos segmentos no País, exceto por motivações ideológicas, discordavam da tese de que o Governo deveria se ausentar de setores que pouco ou em nada guardavam relação com a sociedade para se dedicar em investimentos em áreas precípuas de competência do Estado como educação, segurança, saúde, habitação entre outros.

Não pretendo aqui discutir a execução deste conceito privatizante. Mas com as experiências já conhecidas, fica claro que o modelo adotado foi equivocado, com alguns casos em que o Estado praticamente financiou e vem financiando a compra daquilo que já lhe pertencia. Quanto aos benefícios esperados pela sociedade, todos conhecem a realidade após a venda das estatais. Bem, o fato é que muitas jóias da coroa já foram entregues

e, lamentavelmente, não foram verificadas melhorias na geração de empregos, incrementos salariais, infraestrutura básica, distribuição de renda, combate à violência e avanços em nosso índices sociais, que permanecem a nos envergonhar diante do mundo.

Este ano, anunciam os tecnocratas do Governo, será a vez do setor de geração de energia elétrica. Dentro deste cardápio de generosidades que o Brasil vem ofertando aos comensais internacionais, está incluída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF, que aos olhos e ouvidos privados de sensibilidade e de contorno humano dos tecnocratas em contabilidade irá gerar uma receita de 6 bilhões.

Esta empresa, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, não pode, não deve e o Senado não há de permitir que ela engrosse uma equação matemática, uma mera venda de ativos, uma operação financeira. Ela, para milhões de nordestinos, que já vivem margeando a indigência, significa vida, alimentação, água, sobrevivência, ainda que isso não sensibilize, infelizmente, algumas cabeças desidratadas do poder.

A CHESF é estratégica e sua permanência no controle público é indispensável. Ela tem uma atuação interligada e interdependente. Todo o complexo no rio São Francisco é encadeado, não só as usinas que geram energia e acumulam recursos hídricos, mas o controle da vazão do rio, fator indispensável para navegação, abastecimento de água para consumo humano e animal, irrigação e pesca. Ela tem um funcionamento orgânico com a CODEVASF e por este motivo é difícil de projetar a continuidade desta harmonia se o Governo transformá-la numa *pizza* e cada grupo empresarial comer um pedaço. Sem um comando unitário, com vários proprietários independentes, como seria possível sacrificar a geração de energia para viabilizar o consumo de água e irrigação em períodos de estiagem, como deve ser feito?

Isso, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, para não mencionar o já existente sacrifício da região do Baixo São Francisco alagoano e sergipano registrado após a construção da barragem de Sobradinho, com assoreamentos, erosão e salinização, com óbvias consequências na fauna aquática.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco se difere em todos os aspectos de tudo que aqui já foi discutido envolvendo as vendas de empresas públicas. Seu comando único, nas mãos do Estado, é vital para sobrevivência do semi-árido. Ela não pertence a este governo ou às convicções neoliberais ou estatizantes. Parece repetitivo, tendo em vista a exaustão do tema, mas ela pertence ao povo brasileiro e é sinônimo de vida para região Nordeste. A venda da CHESF seria um exagero privatizante imperdoável, pelo qual teremos de responder a várias gerações. Vender a CHESF é privatizar o próprio rio São Francisco e este é inalienável, pois não pertence a governos, que são transitórios, mas sim um patrimônio do País.

Muito obrigado a todos.

## LAVOURAS DESPREZADAS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 17 de maio de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, a agricultura brasileira, infelizmente, é arcaica e utiliza, em plena era digital, técnicas primitivas que comprometem significativamente seus resultados. Os inimigos naturais, pragas e pestes, são conhecidos e o homem do campo, com decisiva colaboração da EMBRAPA, luta para livrar sua lavoura de um ataque destas doenças: a vassoura de bruxa no cacau, o bicudo no algodão e tantos outros exemplos.

Com inimigos naturais tão nocivos, a agricultura não precisava contar com a antipatia da burocracia, que vem se comportando de maneira insensível e distante desta dura realidade no campo. A ausência de políticas definidas para o setor tem provocado o surgimento de crises cíclicas em nossas culturas, a cada instante em um lugar, em um produto.

O meu Estado, Alagoas, que ostenta os piores índices sociais do País, por falta de uma política agrícola e por omissão do Governo estadual, está condenado, ao que parece, a ser o principal prejudicado da Federação também na agricultura. Recentemente fiz um pronunciamento cobrando do Governo uma solução para o problema do coco, responsável pela sobrevivência de cerca de 4 milhões de brasileiros. Há denúncias de toda ordem, entre elas a de venda triangular, pois o coco importado, subsidiado, está vindo de países como a Suíça e Chile.

Outra cultura importante para Alagoas, a cana-de-açúcar, também está causando vários transtornos aos milhares de trabalhadores em virtude de inexistência de uma política definida para o setor. O caminho, muitos concordam, seria a retomada da produção de veículos movidos a álcool. Um combustível limpo, poupador de divisas, renovável e grande gerador de empregos.

O algodão, outra cultura de vital importância socioeconômica para toda a região Nordeste, padece também do esquecimento. Já tivemos 3,5 milhões de hectares cultivados na região, hoje temos cerca de 130 mil hectares. A cada hectare correspondia um emprego. Mas aqui também, com os benefícios habituais, preferiu o governo importar algodão da Malásia e Egito, onde o plantio é subsidiado.

O leite também tem uma grande contribuição para economia do Estado, mas lamentavelmente, o Governador do Estado, em detrimento da produção local, optou por importar leite da Argentina para merenda escolar. E o pior é que os preços são discutíveis.

Agora a segunda maior cidade de Alagoas, que cresce em ritmo superior ao Nordeste, vive sob o fantasma do desemprego de cerca de 40 mil pessoas, que vivem direta ou indiretamente do plantio do fumo. E fica até monótono e repetitivo apontar as razões. São as mesmas das outras lavouras, preço baixo, falta ou políticas equivocadas, juros impagáveis e concorrência com produtos subsidiados em seus países de origem.

Segundo o jornal *Gazeta de Alagoas*, em matéria do jornalista Mozart Luna, os agricultores de Arapiraca, que é um dos maiores produtores de fumo no País, diante da inviabilidade econômica da cultura, ameaçam não plantar mais, fato que irá provocar o desemprego em massa em todo agreste alagoano. A região é um exemplo da exploração inteligente da terra, com uma estrutura de minifúndios, que deveria, inclusive, servir de modelo para o País, mas que agora corre o risco de desaparecer.

O renomado Pronafinho, sem buscar a diversificação, não dimensionou criteriosamente o aumento do número de produtores. Eles eram 500 na lavoura de fumo e, após os financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil, este número subiu para 2 mil produtores. Houve uma super safra e

os desdobramentos foram os previsíveis: redução do preço em função da grande oferta e inadimplência de vários produtores.

O Governo Federal e local devem, em parceria, buscar alternativas a fim de viabilizar o plantio, encontrar meios de industrializar o fumo e criar mecanismos através de incentivos para o cultivo e a exportação do produto.

O resultado desta desatenção, não sei se voluntária ou involuntária, todos conhecem: êxodo rural, crescimento descontrolado das metrópoles, favelização, violência, fome, desemprego, indignidade, analfabetismo, mortalidade infantil, enfim, tudo o que os indicadores socioeconômicos do Brasil estão refletindo neste momento.

Muito obrigado.

## VIOLÊNCIA: DIAGNÓSTICO E SOLUÇÕES

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros na sessão ordinária do Senado Federal em 25 de maio de 2000, como líder do PMDB.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, a segurança pública, atribuição constitucional do Estado que, até então, vinha sendo tratada com distância, é o tema que mais preocupa e angustia a sociedade brasileira atualmente. As estatísticas são perversas e enxovalham o Brasil. Os governantes, aprisionados por uma letargia angustiante, preferem abordar a violência sob a ótica de uma estatística a ser lamentada. Os governados, assombrados e ameaçados, desconhecem ações concretas para diminuir a onda de criminalidade que vai dominando o Brasil impunemente.

A gênese da violência tem origens múltiplas e conhecidas de todos, e nós temos a obrigação de contribuir no sentido de diminuí-la. Na raiz do problema está o processo de exclusão social, que empurra nossos cidadãos para a indigência ou marginalidade e, lamentavelmente, não é possível, na atualidade, constatar nenhum gesto econômico ou social para resgatarmos nossos farrapos de cidadania.

Os indicadores socioeconômicos sobre a América Latina e o Brasil, que se assemelham a subúrbios pálidos da globalização, são melancolicamente convergentes e desalentadores: o relatório da Comissão Econômica para América Latina, CEPAL, no biênio 1998/1999 mostrou o crescimento da pobreza



na América Latina em 12%. Ou seja, nossos indigentes pularam de 200 para 224 milhões.

O mais recente relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, revela a década de 90, como a mais amarga do continente. Há 50 anos a renda *per capita* da América Latina só era superada pelo primeiro mundo. Hoje estamos atrás do Leste Asiático, Oriente Médio e Europa Oriental. Houve um brutal achatamento da renda e ainda assim somos o continente com a maior concentração de renda do planeta. Um quarto da renda está concentrada nas mãos insaciáveis de 5% da população. O Brasil particularmente, tem a pior distribuição de renda do globo. Triste menção para quem, carregado de um tosco ufanismo, se orgulha de ser a oitava economia mundial.

O IBGE confirma os índices em sua síntese de indicadores sociais referente a 1999. Um rico ganha o mesmo que 50 pobres. No Nordeste esta lógica é ainda mais cruel e, em Alagoas, meu Estado, temos a pior distribuição de renda do Brasil, a mais elevada taxa de analfabetismo e números superlativos de mortalidade infantil. Estamos beirando o ridículo e condenando nossos filhos, em nome de gráficos matemáticos impressionistas, apresentados por messiânicos insensíveis que apoderaram-se de uma verdade única, que a população não consegue enxergar, não consegue tocar.

Os estudos do BID e do IBGE registram ainda outros conceitos que nos envergonham : somos o País mais violento do mundo. Temos a maior taxa de homicídios do planeta e as maiores vítimas são os jovens, 68% dos assassinatos vitimam adolescentes entre 15 e 19 anos. Esses índices são superiores em 40% ao dos paradisíacos países acima do Equador, para onde estamos drenando, irresponsavelmente, todas as nossas riquezas. Se continuarmos neste rumo estaremos novamente nos submetendo a uma triste condição de vassalagem colonial.

Neste cenário lúgubre de decomposição social, mantemos a fidelidade adúltera aos compromissos externos exterminando nossos fiapos de esperança, decência, cidadania e dignidade. Os números da economia, mesmo com a insistência de determinados setores em afirmá-los bons e prósperos, revelam um fluxo contínuo de recursos para o exterior travestidos de lucros, dividendos e dívidas. O mercado interno inexistente.

Os resultados desta lógica nociva são perceptíveis. A sociedade, ainda que não domine as terminologias intangíveis da economia, se indigna, se revolta e vai para as ruas. Os índios reprimidos com excessos na festa que era para ser deles, greve de caminhoneiros comprometendo o abastecimento, invasões do MST a prédios públicos e a bancos, paralisações na esfera federal por melhores salários que vão estimulando outros segmentos e até excessos intoleráveis contra autoridades que merecem a censura de todos nós.

O Estado, e não o Governo ou governos, que vem se mostrando ineficiente na prestação de seus serviços, busca sua autoridade perdida pela ineficácia nas ações duras e nas palavras intimidatórias, das quais ninguém sente saudade. Involuimos e voltamos a conviver com censura, Lei de Segurança Nacional, SNI, repressão, Exército nas ruas e uma série de emblemas primitivos e incompatíveis com uma democracia. O Exército tem sua atribuição constitucional de defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, no máximo e circunstancialmente, poderia fornecer apoio logístico e homens nas fronteiras a fim de combater o narcotráfico e ao tráfico de armas.

Temos vizinhos envolvidos em aventuras medievais de golpes, sublevações e centralização de poder. Se as jovens democracias do continente e também a brasileira estão ameaçadas, não será lícito atribuir o risco à sociedade, que legalmente tem o direito e razões para suas reivindicações.

O Estado, em nome da normalidade, em nomes de seus contribuintes, deveria humildemente parar para uma reflexão se estamos no caminho certo e corrigir rumos. Nada, exceto a palavra de alguns, indica melhorias a curto prazo em nossos infames indicadores socioeconômicos.

O diagnóstico, tenho certeza que vários senadores e senadoras compartilham deste sentimento angustiante de degeneração social, é este. Ele necessita de respostas rápidas e eficazes no sentido de conferirmos ao Plano Real uma face humana, um contorno social. A questão não é mais macroeconômica. O País não é habitado por números frios e não pode se converter num escritório meramente contábil e asséptico. Neste ritmo não teremos crescimento, distribuição de renda, geração de empregos e muito dificilmente diminuiremos a violência. Não podemos ir para as urnas sem termos feito nosso dever de casa.

O Governo ensaia uma reestruturação administrativa e ações concretas para dar mais eficiência ao setor de segurança pública, mas sabem os responsáveis pelo assunto que, sem os recursos necessários, os resultados serão tíbios. É sim, preciso conferir uma organicidade harmônica ao sistema nacional de Segurança Pública, integrando esforços, mas também é imprescindível assegurar os meios para que as polícias atuem no combate à criminalidade, já que a prevenção através do viés social não está a merecer muita consideração. A área econômica precisa de um desfibrilador cardio-social.

Nesta perspectiva continua sendo insuficiente o exercício inútil de mudar a mobília de lugar, ainda que isto tenha submetido o Governo a desgastes desnecessários. Temos a urgente tarefa de, articuladamente com os Executivo, Judiciário, Ministério Público e sociedade civil, modificar o panorama de criminalidade e impunidade no Brasil.

Atualmente não há sequer um centavo no Orçamento destinado à segurança pública e tão pouco foi regulamentado o artigo 144 da Constituição, que trata do assunto. Há um contínuo improvisado de receitas e de ações, desproporcional à gravidade do problema em nosso País.

É imperioso definir, cristalinamente, as atribuições das Polícias, Federal, Militar, Rodoviária, Civil e Guardas Municipais. Mais do que isso temos a responsabilidade de indicarmos suas fontes de financiamento, pois é notório o sucateamento dos meios e a insuficiência de policiais, que necessitam ir para as ruas com condições de fazer o policiamento ostensivo e de se integrar com a comunidade. O exemplo da Polícia Federal, que tem missões abrangentes no combate ao tráfico, contrabando, exerce o papel de polícia marítima, aeroportuária e também é a polícia judiciária da União, é emblemático. Ela, num país continental como o nosso, tem apenas 6 mil homens, quando na Argentina, geograficamente menor e com atribuições análogas, são mais de 40 mil homens. Aqui me permitiria um pequena parênteses para registrar o excelente que a Polícia Federal desenvolve com as limitações que são conhecidas.

Eu, particularmente, ainda que soe dois tons acima aos ouvidos da área econômica, sou favorável a uma definição vinculando orçamentos mínimos para segurança. Problemas desta magnitude não comportam mais o improvisado financeiro.

Nós do Congresso temos de acelerar a tramitação de iniciativas legislativas que, aprovadas, contribuiriam significativamente no combate ao crime. Os acordos com a França para proteger a Amazônia, o Pró-Amazônia e o Promotec para as demais regiões do País, especialmente depois do Senado norte americano ter aprovado um empréstimo de 8 bilhões de dólares para a Colômbia combater o narcotráfico; os acordos de cooperação judiciária em matéria penal, especialmente com os Estados Unidos, que serpenteia pela Câmara; a reforma do Judiciário, essencial para agilizar e tornar a justiça eficaz e, se assim entender o Senado Federal, a tipificação dos chamados ciberdelitos e o projeto de desarmamento. A banalização da arma de fogo provocou uma epidemia de violência no País. São cerca de 20 milhões de armas ilegais contra, aproximadamente, 1,5 milhões de armas regularizadas. Segundo informações das Secretarias de Segurança dos estados mais violentos do País, Rio e São Paulo, aproximadamente 60% dos homicídios acontecem por motivos banais, pela facilidade de acesso a uma arma, são os chamados crimes sem causa. Oitenta e nove por cento dos crimes no Brasil são cometidos com armas de fogo. São dados eloqüentes que merecem reflexão.

O Executivo tem sob sua responsabilidade a garantia de recursos para aparelhar e modernizar o sistema de segurança pública, enquanto a fonte definitiva de custeio não é indicada; tem a Reforma do Código Penal, que vai e vem do Palácio como uma roda gigante; a regulamentação do abate de aeronaves hostis, cuja importância para combate ao contrabando e ao tráfico é indiscutível e não sei por quais motivos, talvez por pressões externas, sua regulamentação, apesar de pronta, até hoje não foi publicada; o número único de registro de identidade civil, que além de facilitar a vida do cidadão contribuirá muito contra falsificação de documentos e, portanto, facilitará o trabalho da polícia contra o crime organizado, e resta ainda a viabilização financeira do programa de proteção às vítimas e testemunhas, experiência exitosa no combate ao crime em todos os países em que foi adotado. Este programa, amparado pelos recursos necessários, é essencial na repressão ao tráfico de drogas, ao contrabando de crianças, ao tráfico internacional de mulheres, de armas, ao roubo de cargas e a falsificação de remédios, motivos pelos quais o Brasil é, tristemente, lembrado no exterior. Igualmente é necessário construir e humanizar nossos presídios, hoje excelências de promiscuidade e verdadeiras academias do crime. O déficit

de vagas chega a 140 mil e isso porque, aproximadamente, 400 mil mandados de prisão não foram cumpridos.

O Governo não deve permitir ainda a mutilação do Código de Trânsito, talvez seja hoje o nosso mais eficiente instrumento de preservação de vidas, e precisa ainda elaborar um plano nacional antidrogas, dando ênfase na área de prevenção e recuperação de dependentes, modernizando a lei atual, iniciativa de competência da Secretaria Nacional Antidrogas que optou por não priorizá-la.

Este conjunto de ações é vital para atenuarmos nosso triste cotidiano de violência e sairmos do humilhante pódio de país mais violento do mundo, mas a solução a longo prazo, todos sabem, passa pela evolução de nossos índices sociais e econômicos. E a curtíssimo prazo pela liberação de recursos a serem investidos prioritariamente em Segurança Pública. Tenho certeza que o Ministro José Gregori reúne todas as condições para ter êxito neste trabalho. Espero que, desta vez, a área econômica não seja tão comedida em investimentos. O País, amedrontado, não pode esperar mais.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado a todos.

## EXCESSOS AÉREOS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 1.º de junho de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, todos estão acompanhando a crise que vem se abatendo sobre as quatro grandes companhias aéreas brasileiras. Não obstante a preocupação que devemos ter para com o setor, em virtude do número de empregos que ele gera, convém olharmos estes percalços sob outro ângulo, a fim de preservarmos os direitos do consumidor.

Uma das empresas brasileiras vem enfrentando contratemplos financeiros que a obrigaram a devolver aviões e cancelar rotas dentro e fora do Brasil. De outro lado duas companhias decidiram fazer um acordo operacional que também redundaram em diminuição de ofertas de vôos. Parece claro que a demanda continuará a mesma e que reduzindo a oferta haverá uma enxurrada de queixas dos consumidores.

Mas o que mais preocupa é o instituto do *overbooking*, a venda de passagens superior à capacidade do avião. Este mecanismo já é fartamente utilizado atualmente, provocando toda ordem de transtornos para o consumidor, longas esperas, aborrecimento, acomodação em outros horários e prejuízos financeiros. Só em 1999, segundo dados DAC – Departamento de Aviação Civil –, foram quase 600 reclamações contra o *overbooking*. Claro que a prática é muito maior do que as queixas formais. Nos PROCON a média de denúncias é de cerca de 1.500 por ano.

A fim de prevenir o abuso na prática do *overbooking* e minimizar os prejuízos para os passageiros, estou apresentando ao Senado um Projeto de Lei estabelecendo as penalidades aplicáveis às companhias aéreas pela prática do *overbooking*. Tendo em vista estarmos perto das férias do meio de ano, quando o problema se agrava, vou solicitar o apoio dos líderes para que esta proposta seja examinada em regime de urgência-urgentíssima.

O projeto cria uma novidade já praticada em outros lugares do mundo. O chamado leilão. O transportador aéreo poderá buscar passageiros voluntários que se predisponham a aceitar a acomodação em outro voo mediante a oferta de créditos compensatórios.

Pela proposta que ora apresento, havendo a ocorrência do *overbooking* caberá aos passageiros prejudicados, aqueles que tiverem bilhetes válidos, com reserva e que tenham se apresentado no horário, escolher a compensação pelo prejuízo causado. Ele poderá optar pelo crédito em dinheiro, fornecimento de outra passagem, *up grade* para categoria superior e no pagamento de excesso de bagagem, não sendo, é claro, obrigatória sua aceitação.

O projeto prevê que estas indenizações serão indexadas aos direitos especiais de saques, que é divulgado pelo Banco Central e corrigido trimestralmente. Trata-se de uma unidade adotada mundialmente a fim de preservar os consumidores. Deste modo a compensação para viagens até 1.100 quilômetros será de 105 direitos especiais de saque. E nas viagens acima de 1.100 quilômetros a indenização será de 175 direitos de saque. Hoje um direito especial de saque está em torno dois reais e cinquenta centavos.

Estes créditos terão, pelo projeto, validade de um ano e as empresas ficarão obrigadas a informar ao passageiro os mecanismos e opções de ressarcimento diante da ocorrência do *overbooking*. É este, em síntese, o projeto que submeto à apreciação da casa para discussão e aperfeiçoamentos.

Muito obrigado a todos.

## A CRISE DO SÉCULO XXI

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), sobre a transposição do rio São Francisco, no 1.º Encontro de Promotores de Justiça da região sul de Alagoas, na cidade de Penedo – AL, no dia 1.º de junho de 2000.*

Senhor Procurador Geral de Justiça de Alagoas, Doutor Lean Antônio Ferreira de Araújo, Senhor Presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas, Doutor Eduardo Tavares Mendes, Senhores Promotores de Justiça de Penedo, Doutores Humberto Bulhões, Carlos Simões, José Carlos Silva Castro, Senhor Joaquim Nabuco, Engenheiro Agrônomo, Prefeito de Penedo, Doutor Alexandre Toledo a água, inquestionavelmente, será objeto de intrincados contenciosos no próximo século. São poucos os que discordam deste panorama e da quantidade de conflitos que a disputa pelo controle dos recursos hídricos que serão desencadeados a partir do domínio destas reservas estratégicas. Mas não são poucos também os especialistas que afirmam que o índice de domínio dos recursos hídricos servirá de paradigma para classificação da viabilidade das nações.

Prenúncios desta beligerância futura já podem ser detectados na atualidade. Egito e Etiópia se digladiam em torno da águas do Nilo, Jordânia e Síria repetem no Oriente Médio os embates pelo controle do Rio Yarmuk, assim como o Iraque e a Síria disputam o rio Eufrates. São guerras antigas que tendem a se perpetuar em torno do controle da água. Emblema mais conhecido se verifica no Estado de Israel. Não obstante sua excelência na



exploração dos recursos aquíferos, onde tudo é reciclado, inclusive esgotos, e nenhuma gota é desperdiçada, Israel vive um conflito permanente com os palestinos pelo território de onde são extraídos 30% da água consumida na região. Isso para não mencionar a tensão latente entre Espanha e Portugal. De acordo com a Organização Meteorológica Mundial, cerca de 200 bacias hidrográficas estão em regiões limítrofes potencializando a progressão do problema. A Organização das Nações Unidas calcula que 5 milhões de pessoas morrem por ano pela falta ou má qualidade da água.

O Brasil, neste particular, apresenta todos os indicadores para se graduar nesta complicada hierarquia existente entre Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto mundo. O Brasil detém 12% dos recursos hídricos do globo, ainda que este potencial esteja concentrado na região amazônica. É a maior reserva individual entre as nações, o que nos impõe uma maior responsabilidade sobre a gerência da água que, ao contrário do que se supõe, é um recurso esgotável, finito. Há previsões soturnas, nas quais eu prefiro não crer, por acreditar que teremos bom senso para preservar nossas riquezas naturais, de que em 30 anos a água do Terceiro Mundo irá se esgotar. Há ainda projeções mais alarmista, como da NASA, asseverando que “em se mantendo as condições atuais, o rio São Francisco em 2.060 terá se transformado em um simples riacho”.

Esta breve prospecção, a guisa de introdução, tem o intuito de pavimentar o tema que me trouxe a este congresso que afortunadamente elegeu um assunto tão tempestivo, que vem sendo robustecido no noticiário nacional sob uma abordagem superficial, politicamente carimbada e emotiva. Sem dúvida são categorias secundárias para debatermos o futuro dos recursos hídricos do Brasil e, particularmente, da região Nordeste, onde estão 45 milhões de brasileiros e, resalte-se, 10 milhões de indigentes, que a área econômica prefere tratar pelo eufemismo de “abaixo da linha da pobreza”. É com grande satisfação que verifico o engajamento do Ministério Público em torno do sensível projeto de transposição e na defesa do rio São Francisco.

A decantada transposição do rio São Francisco criou uma linha de Tordesilhas entre os nordestinos. De um lado os que são fervorosamente favoráveis e, de outro, aqueles radicalmente contrários à tese de mudar as águas de endereço. Gostaria de fazer um breve retrospecto sobre a idéia. O que ela tem de longevidade, tem de controversa, tem de polêmica. Os primeiros estudos conhecidos, do engenheiro Henrique Halfeld, são de 1852 por ordem do Imperador Dom Pedro II. Após a mais vigorosa seca do Nordeste, em 1877, que matou meio milhão de nordestinos, foram feitos novos diagnósticos e a proposta ressuscitou. Em 1908 o escritor Euclides da Cunha defendeu a transposição. Já em 1913 o antigo IFOCS, predecessor do atual DNOCS, decidiu priorizar o empreendimento e, após um período adormecida, a idéia ressurgiu e naufragou na campanha presidencial do Ministro Mário Andreazza e posteriormente na gestão do Ministro Aluízio Alves.

Agora, dentro da ficção chamada Plano Plurianual, o Governo retomou, como prioritários, os estudos técnicos para levar adiante a transposição das águas do rio São Francisco com o objetivo de perenizar rios no Nordeste Setentrional, nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. No famoso PPA, me utilizo da expressão do próprio documento do Governo, a transposição é a “forma definitiva” para enfrentar a seca na região Nordeste. No mesmo documento o Governo afirma que a transposição irá “mitigar” o efeito das secas. Aqui, inquestionavelmente, há um problema de conceitos : se é para “mitigar”, então não é definitivo. Mas não pretendo conduzir a discussão para os equívocos semânticos dos documentos elaborados pela área econômica do Governo Federal. Estes documentos são a manifestação literária da ausência de contorno social do plano real, da carência de uma face humana.

Ainda que a natureza humana incorpore um pendor espontâneo pela dicotomias, penso ser prudente levantarmos e indicarmos caminhos além do antagonismo “sou contra” ou “sou favorável”. Mas antes de ingressarmos na cardápio de possibilidades, é obrigatório um mergulho profundo na situação de deterioração, na qual se encontra o rio São Francisco, que de

rio da unidade nacional, passará, lamentavelmente, a rio da discórdia regional. Conflito gerado pela inabilidade de alguns segmentos do Governo que optaram por conferir traços apaixonados em torno de um debate, que deveria se circunscrever ao aspecto técnico, científico e racional.

O diagnóstico de todos que, direta ou indiretamente estudam ou vivem da generosidade das águas do Velho Chico, é coincidente. Eu mesmo, que recentemente fiz uma viagem e visitei um a um todos os municípios ribeirinhos do São Francisco em Alagoas, pude constatar o estado de deterioração do rio. O São Francisco enfrenta o desmatamento de suas matas ciliares, erosão, assoreamentos, queda de vazão, especialmente após a hidrelétrica de Xingó, poluição, baixa piscosidade, inúmeros bancos de areia, alargamento da distância entre suas margens, redução da profundidade e o mais grave dos problemas que precisa ser corrigido imediatamente: a salinização progressiva de sua foz, aqui na divisa entre Alagoas e Sergipe, especialmente após o desaparecimento das enchentes que, apesar dos transtornos conhecidos, eram vitais na ressurreição cíclica do rio, na agricultura, navegação e pesca.

Nesta viagem colhi depoimentos sofridos de muitos habitantes da região e até realidades injustificáveis. Alagoanos, que moram a poucos metros do rio vivem abandonados, às escuras, sem sequer ter luz em casa e o Velho Chico foi, sempre, priorizado para geração de energia elétrica. Dos sete Estados que integram a bacia do São Francisco, minha Alagoas é o que mais sofre com esta devastação. De Paulo Afonso a Piaçabuçu, outrora a zona mais piscosa de todo o rio, com grande produção de dourados, surubins e curimatãs, a degradação ambiental transformou mais de 10 mil famílias de pescadores em bóias frias. Muitas delas foram obrigadas a migrar em busca da sobrevivência incerta em outros sítios. Na agricultura também Alagoas foi prejudicada. Tínhamos em torno de 80 áreas plantadas de arroz e mais de 50 indústrias de beneficiamento que foram desaparecendo com a devastação do rio.

Outro aspecto que pode ser comprovado em toda sua dramaticidade, pelo ângulo de Alagoas, é o efeito da construção de grandes barragens. De-

pois de Paulo Afonso, Sobradinho e Itaparica, o fenômeno da piracema vem sendo severamente restringido. Isso ameaça a reprodução de várias espécies, algumas já fadadas à extinção. A diminuição da vazão, após Sobradinho e Xingó, retirou do rio o vigor para arrastar milhões de toneladas de detritos e areias jogadas em seu leito, provenientes de mais de 400 cidades onde o esgoto não é tratado.

A salinização, todos sabem, é devastadora para a pesca e para agricultura da região. A mesma desatenção com o problema foi registrada na foz do rio Colorado, no México. Este foi um erro cometido e posteriormente corrigido no conhecido “Tenessy Valey”, projeto norte-americano que recuperou o rio Colorado, maximizou o uso múltiplo da água e hoje irriga sete estados americanos e também o vizinho México. O rio Colorado foi recuperado após um minudente trabalho de planejamento e de execução. Sua vazão, sete vezes menor que o rio São Francisco, irriga 4 milhões de hectares, enquanto o nosso São Francisco, pelos equívocos pretéritos, tem potencial para irrigar atualmente apenas 800 mil hectares.

Os pescadores aqui de Penedo e de Piaçabuçu conhecem no dia-a-dia a salinização, e hoje observam mistura que já ocorre de peixes de água doce e salgada no leito do rio em até 40 quilômetros de distância da foz. Todos estes problemas, é óbvio, acabam por provocar uma catástrofe social na região. Tudo isso coloca o rio no estado de morte iminente e nada pode ser feito antes de sua revitalização. A prioridade que se deu, após a criação da CHESF, à geração de energia elétrica, acabou por prejudicar o rio de maneira, felizmente, reversível. É sob aspecto que a discussão deve ser colocada. O primeiro e imprescindível passo para que o São Francisco forneça água para o Nordeste Sententrional –cuja carência de água e rios perenes e reconhecida – é a volta de sua pujança e caudaliosidade. A preliminar, da qual não podemos nos afastar, é a revitalização do Velho Chico e, após concretizado este primeiro passo, devemos ter um projeto integrado para toda região Nordeste. Do contrário estaríamos entrando em soluções, novamente, redentoras, messiânicas e apressadas. Ponderação no trato com o

responsável por 66% dos recursos hídricos do Nordeste é um conceito inafastável.

O que tenho defendido e serei irredutível nesta tese é a demonstração cabal, não perdurando nenhuma dúvida ou questionamento que seja, sobre a viabilidade do planejamento nas obras de engenharia, a sustentabilidade do projeto ao longo dos anos, os benefícios a serem gerados para população e os relatórios de impacto ambiental, prometidos mas que até o momento não foram concluídos. Estes relatórios deverão, obrigatoriamente, demonstrar as conseqüências sobre a vazão do rio, a relação custo-benefício e todos os desdobramentos socioeconômicos do projeto. Para quem pretende lançar os primeiros editais da obra em outubro, temo que o debate não esteja suficientemente amadurecido. Estes esclarecimentos à sociedade não podem e não devem ser confundidos com táticas postergatórias. A magnitude e delicadeza do projeto recomenda sensatez na elaboração de uma proposta baseada em estudos científicos, isenta de paixões ou convicções políticas. Não podemos reduzir este mega projeto a abordagens menores. É, afinal, a sobrevivência do rio São Francisco e de 1/3 da população do País que está em jogo.

O Nordeste Setentrional, que seria beneficiado pelo projeto que ora está sob a análise do Ministério da Integração Nacional, possui um índice pluviométrico semelhante à Europa Central, porém as chuvas não são distribuídas ao longo do ano, sendo sua incidência em apenas 3 meses para 9 meses de seca. A evaporação compromete a água acumulada nos açudes e o abastecimento da região se torna precário. O subsolo cristalino dificulta a extração de águas subterrâneas e várias cidades grandes, em virtude desta insegurança de abastecimento de água, não conseguem se expandir, a exemplo de Campina Grande, porque há o temor de investimentos na região em virtude da imprevisibilidade dos recursos hídricos.

Ninguém se recusa a encontrar uma solução para nossos irmãos nordestinos, mas temos que encontrar uma solução integrada para toda região e não paliativos localizados, que podem se desmoronar em alguns anos. Não podemos pautar a solução nem sob a ótica dos beneficiários circuns-

tanciais e nem sob a perspectiva de fatias do Nordeste. A solução tem, imperiosamente, de ser integrada e não pode implicar na certidão de óbito do rio. A desunião enterra a perspectiva de um Nordeste viável.

E quais seriam as alternativas possíveis para revitalização do São Francisco antes dele se tornar um doador para as bacias do Nordeste Setentrional? Os estudos existentes são vários e poderiam ser consultados antes de uma decisão final do Governo. É sempre louvável a humildade de se considerar outras propostas a fim de escolhermos a melhor dentro da especificidade do Brasil.

Inicialmente gostaria de registrar que a Comissão do Senado para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a qual tive a honra de presidir em 1995, trabalhou durante sete meses no intuito de colher sugestões para atenuar a situação de indignação que vitima os brasileiros atingidos pela devastação das secas. Providências elementares, recomendadas na conclusão deste trabalho, no qual ouvimos dezenas de especialistas, técnicos, secretários e ministros, poderiam ser adotadas a fim de maximizar a utilização da água.

Não temos ainda uma política permanente de armazenagem de recursos hídricos, inexistem planos de preservação dos afluentes, de manutenção ou recuperação da vegetação e deveríamos trabalhar mais insistentemente com tecnologias de adutoras e explorarmos a captação de água subterrânea e mais poços, hoje são apenas 25 mil. Estas seriam providências singelas recomendáveis antes de entrarmos no passo seguinte que é a transposição de bacias para atender zonas carentes de recursos hídricos.

As propostas para ressurreição do rio São Francisco, tenho certeza que os senhores já tiveram a oportunidade de ouvir, passam pelo reforço da vazão do rio, hoje em 2.060 metros cúbicos por segundo, o que irá regularizar a ecologia e economia de toda a região. É igualmente necessário o reflorestamento das matas ciliares, o desassoreamento, o combate às causas da erosão, a remoção das ilhas de areia, a recuperação da navegabilidade, a recuperação de lagoas e também a construção da hidrelétrica Pão de Açúcar

car, no intuito de regularizar a vazão até a foz do rio, contendo o processo assustador de salinização.

As opções para o reforço da vazão passam pela interligação das águas do rio Tocantins, que tem vazão abundante, cinco vezes superior ao São Francisco, e poderá ceder suas águas ao Velho Chico sem prejudicá-lo, tendo em vista os altíssimos índices pluviométricos da região.

Aceitando a ponderação do elevado custo para modestos benefícios oriundos da interligação Tocantins/São Francisco, não seria demasiado ao governo analisar a proposta saída da CODEVASF, intitulada Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco e do semi-árido nordestino, mais adequada a realidade socioeconômica brasileira, que prevê a revitalização do São Francisco a partir da utilização dos afluentes do próprio São Francisco, do rio Paraná e Tocantins. Por esta proposta, 13 afluentes concederiam suas águas que significariam um aumento de 50% da vazão do Velho Chico.

Pelos estudos desenvolvidos até aqui os ganhos seriam expressivos. No setor energético a proposta indica a possibilidade de ganhos de até 50% do que é gerado atualmente pela CHESF, na irrigação seriam mais 1,6 milhões de hectares, 800 mil ribeirinhos e 800 mil no nordeste setentrional, estimulando a fruticultura – hoje o maior gerador de postos de trabalho por real investido –, criando desta forma cerca de 3 milhões de empregos. O projeto aponta para uma maior piscosidade, perenização de leitões, maior navegabilidade, incremento da agroindústria e aproveitamento do potencial turístico da região. O custo avaliado deste projeto se sobrepõe ao do Governo Federal, porém implica na recuperação do São Francisco e a segurança que até então não temos sobre a proposta do Governo Federal.

É praticamente impossível tratar da preservação do São Francisco, sobre modelos de transposição, sem mencionarmos uma questão conexas, intrinsecamente ligada ao problema. O Governo Federal anunciou, ainda para este ano, a privatização dos serviços do importante setor de gera-

ção de energia elétrica, onde se inclui a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF.

O processo de privatização vem trazendo questionamentos sobre o que já foi comercializado e calorosos debates sobre as futuras privatizações. Em alguns setores a retirada do Estado não contribuiu em nada para melhorar serviços ou reduzir tarifas, como foi prometido. As pesquisas sobre a queda da qualidade de vários serviços e a elevação dos custos demonstram cabalmente este fato.

Não pretendo discutir a execução deste conceito privatizante. Mas com as privatizações já realizadas, fica claro que o modelo adotado foi equivocado. Em alguns casos o Estado financiou e vem financiando a compra do patrimônio que já lhe pertencia. Quanto aos benefícios esperados ao consumidor, todos conhecem a realidade. O fato é que as melhores jóias da coroa, restando apenas a geração de energia, já foram entregues e, lamentavelmente, o fato do Estado ter economizado gastos e investimentos não representou melhorias na geração de empregos, incrementos salariais, desenvolvimento, distribuição de renda, combate à violência e não se traduziu em avanços de nossos enxovalhantes índices socioeconômicos, que persistem em nos envergonhar diante do mundo.

Dentro do cardápio de generosidades que o Brasil vem propiciando a determinados setores empresariais e financeiros, nosso comensais internacionais, está agora incluída a CHESF, que aos olhos e ouvidos privados de sensibilidade social dos tecnocratas em contabilidade, só significa uma receita de 6 bilhões de reais.

A atipicidade desta empresa não pode, não deve, e o Senado há de resistir, permitir que ela engrosse apenas uma equação matemática, que ela se converta em uma mera venda de ativos, uma reles operação financeira. Ela, para milhões de nordestinos que tangenciam a indigência, significa vida, alimentação, água, sobrevivência. Isto é claro não toca algumas cabeças desidratadas do poder. A CHESF é estratégica e sua permanência sob o controle público é indispensável. Sua atuação é interligada e interdepen-



dente. Todo o complexo do São Francisco é encadeado, não só a geração de energia e o acúmulo de recursos hídricos, mas o controle da vazão do rio, fator indispensável para navegação, abastecimento de água para consumo humano e animal, irrigação e pesca. É impossível projetar o funcionamento orgânico se ela for transformada numa *pizza* média, de quatro fatias, e cada grupo empresarial abocanhar um pedaço.

Sem um comando unitário, com vários proprietários independentes, como seria possível sacrificar eventualmente a geração de energia para viabilizar o consumo humano e a irrigação em períodos de estiagem?

A CHESF se difere em todos os aspectos de tudo que já foi discutido envolvendo a venda das empresas públicas. Seu comando único, nas mãos do Estado, lembre-se que o projeto do rio Colorado manteve sempre o controle público, é vital para sobrevivência do semi-árido. Ela não pertence a este governo ou às convicções neoliberais ou estatizantes. Parece repetitivo, tendo em vista a exaustão do tema, mas ela pertence ao povo brasileiro e é sinônimo de vida para região Nordeste. A venda da CHESF seria um exagero privatizante imperdoável, pelo qual teremos de responder a várias gerações. Vender a CHESF é privatizar o rio São Francisco, e este é inalienável, pois não pertence aos arroubos transitórios do poder, mas é um bem eterno do País.

Que este Congresso consiga robustecer no Ministério Público a convicção, já existente em vários segmentos sociais, de que devemos reunir todos nossos esforços na preservação e na defesa da vida no rio São Francisco.

## VINCULAÇÕES SAUDÁVEIS

*Discurso do Senador Renan Calheiros pronunciado na sessão ordinária do Senado Federal, em 9 junho de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, a emenda constitucional, oriunda da Câmara, que prevê a vinculação de um percentual mínimo do orçamento a ser aplicado na área de saúde é de importância social inquestionável. Até o momento, após intensos debates sobre o assunto, não pude observar nenhuma crítica consistente à proposta.

Em um país cujos índices socioeconômicos são lamentáveis, nada mais legítimo do que assegurar investimentos mínimos no objetivo de melhorarmos ou atenuarmos estas estatísticas. Não consigo assimilar a idéia de que tudo no País continue a ser tratado em termos numéricos, como o balanço de uma empresa.

Na Câmara a proposta teve apenas três votos contrários e no Senado ela foi amplamente discutida com todos aqueles que se dispuseram a comparecer à Comissão de Constituição e Justiça na última semana.

Alguns governadores foram contrários, outros favoráveis e outros tiveram a oportunidade de esclarecer as dúvidas remanescentes. Penso, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, que após o debate, temos que votar urgentemente a proposta.

Não seria lícito de nossa parte, tendo em vista a fragilidade do sistema de saúde, conferir a esta emenda uma conotação exclusivamente política,

afastando, desta forma, a discussão sobre sua relevância, urgência e o que ela significará em benefício dos usuários do SUS.

Não há dúvidas quanto à necessidade de sua aprovação e sinto que o Senado não irá economizar esforços para que a saúde adquira sua estabilidade orçamentária, longe de improvisos que comprometem sua atuação. A certeza de um orçamento, sua previsibilidade, é decisivo no êxito de um planejamento para qualquer setor.

A vinculação de 12% a 15% do Orçamento para saúde irá representar um acréscimo de, aproximadamente, sete bilhões de reais no setor, o que seguramente, irá ampliar a área de cobertura e o número de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde.

A insensível área econômica do Governo, todos sabem, tem reparos às vinculações, mas resultados positivos em educação, saúde e também segurança como defendo, não podem ser dimensionados pelas equações contábeis dos economistas, que tendem transformar tragédias sociais em estatísticas residuais.

Penso ser oportuno discutirmos também a vinculação para a segurança pública, que hoje está órfã de fontes de financiamento. A indefinição de recursos nos conduz para o pódio lamentável de país mais violento do mundo.

Não devemos nos sentir confortáveis, precisamos dar respostas eficientes e rápidas ao cidadão, que anda cansado de discursos e promessas de paraísos inalcançáveis.

Muito obrigado.

## A CRISE HABITACIONAL

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 12 de junho de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, a descontinuidade de políticas habitacionais justas e, eventualmente, até sua inexistência, tem provocado uma série de contratemplos e humilhações para os mutuários e paliativos improvisados e ineficazes por parte dos órgãos responsáveis pela condução da Política habitacional no país.

Hoje temos um problema gravíssimo, de repercussão nacional, nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação que não estão amparados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. São cerca de 177 mil contratos, com resíduos que superam os 5 bilhões de reais. A grande maioria destes contratos apresentaram desequilíbrios e o saldo devedor está acima do valor do próprio imóvel financiado.

Há um temor de que, aproximadamente, 650 mil ações judiciais desta natureza provoquem um boicote generalizado nos pagamentos, o que, sem dúvida, irá inviabilizar todo o sistema, que já é ineficiente. Mas os mutuários não estão com suas ações atrasadas ou inadimplentes pelo prazer ou gosto, mas sim porque os planos de financiamento, com juros elevados e corrigidos pela TR, tornam impossível a quitação do que foi contratado.

Em Alagoas, meu Estado, a gravidade do problema é ainda maior. Em conjuntos habitacionais modestos, a Caixa Econômica Federal, de maneira desnecessariamente truculenta, está despejando famílias inteiras

em virtude do atraso de pagamentos. Foram cinco conjuntos, Osman Loureiro, Graciliano Ramos, Jardim do Farol, Tabuleiro do Martins e Artemísia.

Os mandados de despejo nestes conjuntos alarmou mães e assustou crianças dormindo, por se assemelharem a uma operação policial. A Caixa está recorrendo à Polícia Federal, armada, para desabrigar pessoas inofensivas e apavoradas, crianças e mulheres. Faço um apelo para que esta prática cesse imediatamente e que se encontrem soluções para que o morador encontre condições de continuar pagando sua casa.

A retomada de imóveis, além de condenar várias famílias ao relento e aos viadutos, não implica em ganhos para a Caixa Econômica, porque o imóvel acaba sendo vendido por um valor inferior. Por isso, muito melhor seria buscar uma solução que mantivesse o mutuário em sua residência, sinônimo de bem-estar, tranquilidade e dignidade.

Afinal, em razão de equívocos pretéritos, em Brasília, mansões suntuosas foram construídas com financiamentos da Caixa e hoje pagam 400, 300 e até 200 reais de prestação, enquanto em moradias humildes, as prestações chegam as 600 reais ao mês. É um desequilíbrio injusto para o qual, reitero o apelo para que se encontre uma política definitiva e justa para o problema da habitação, tão dramático em nosso País.

É uma lógica perversa abordarmos a questão habitacional, direito constitucional garantido pela Emenda do ilustre Senador Mauro Miranda, como uma mera operação bancária. Trata-se, no fundo, de uma política social e é sob este ângulo que o Governo deve buscar as soluções para o elevado índice de inadimplência nas prestações da casa própria. Não se pode cometer o equívoco de esperar o problema se tornar insanável. É necessária uma atuação antecipada para evitar o pior.

Muito obrigado a todos.

## LONGE DOS PALÁCIOS

*Discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão do Senado Federal, no dia 16 de junho de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no dia 23 de março de 1976, o então Senador Teotônio Vilela, com o brilho de sua incomparável retórica, veio a esta tribuna para, num pronunciamento repassado do lirismo de que só ele era capaz, sempre que se referia à nossa terra, tributar sua homenagem à memória do amigo e conterrâneo Manoel Sampaio Luz, falecido dez dias antes, na idade de 75 anos. Sem que tenha a aspiração de um dia ombrear-me com aquele que foi um dos maiores políticos alagoanos de todos os tempos, cumpro em sua ausência o dever de desincumbir-me de uma tarefa bem mais grata, a de registrar em nossos Anais o centenário de nascimento desse líder sertanejo que, em vida, tornou-se conhecido pelos apelidos com que o povo o chamava, Juca Sampaio para uns, "seu Juca" para outros, Juca para quase todos. Patriarca de uma larga descendência que fincou raízes numa das mais aprazíveis e encantadoras cidades de Alagoas, Palmeira dos Índios – coincidentemente, terra natal de nossa querida Senadora Heloísa Helena –, os seus títulos de várias vezes prefeito municipal, deputado estadual, vice-governador do Estado, além de empresário, agricultor, comerciante, empreendedor, pioneiro e visionário que lutou e conquistou implantar a segunda emissora de televisão do Estado, a TV Alagoas, talvez não fossem bastantes, como já disse Teotônio, para justificar este registro. O que assinalamos aqui é algo mais valioso que

as conquistas materiais e mais nobre que as vitórias na vida pública e na vida privada. Refiro-me, Senhor Presidente, às qualidades humanas e às condições morais daqueles que, como Juca Sampaio, venceram as adversidades do próprio destino e foram capazes como tantos outros Jucas Sampaio espalhados pelo interior do Nordeste, de dar sentido, alento e rumo à própria vida e à daquele que lhes coube liderar, mais do que pela pregação, pelo exemplo.

As instituições municipais sempre foram, durante mais de três séculos, e continuam a ser, nos dois seguintes de nossa existência como nação, as únicas a que na maioria das vezes podia recorrer o cidadão esquecido e desamparado, que na constatação de Capistrano de Abreu, devassou e revelou o Brasil, abrindo o que ele mesmo chamou de “os caminhos antigos”, a que devemos a unidade nacional, a continuidade territorial e a conquista da língua, graças à qual nos comunicamos em qualquer parte do País. É verdade que, em muitos casos, essa descentralização serviu, como escreveu Victor Nunes Leal, para oprimir, mas em números outros, também para redimir. Em alguns municípios está a raiz da oligarquização, mas em outros, se plantou e se fez vicejar a semente da democratização. Os mais aptos e os mais fortes tomavam em suas mãos o destino coletivo para tornar a vida mais suportável e as agruras menos doídas. Esses homens tinham a consciência de seu próprio destino, mas tinham também a noção de seus compromissos para com o meio em que viviam. Foram eles que a despeito do Poder Público e alguns até contra o próprio poder, suportaram o ônus de dar abrigo aos desamparados, socorrer os desassistidos e manter acesa a chama da esperança contra as adversidades do meio que, no sertão e no agreste nordestino, tornaram dura e incerta a própria sobrevivência nos períodos de seca. Uma saga que há mais de um século vive o povo nordestino, ainda hoje desamparado do que mais seja a precariedade dos programas de emergência.

Estes homens que plantaram, como Juca Sampaio, a semente do civismo e a sustentaram, inúmeras vezes com o sacrifício e até o risco da própria vida, são aqueles varões de Plutarco, heróis anônimos de um mundo para muitos desconhecido que sustentaram a vida pública nos confins perdidos deste Brasil com padrões éticos irrepreensíveis que tanta falta hoje

nos fazem. Eles não encarnavam só a autoridade do poder político, quando se investiam dos mandatos a que concorriam, mas sobretudo ora a do patrão, ora a do amigo, verdadeiras instituições públicas que a urbanização, o progresso e o tempo aos poucos fizeram desaparecer do cenário político brasileiro. No caso de Manoel Sampaio Luz, está viva a sua memória, cultuada não só pela presença e pela atuação dos filhos sobreviventes, mas também por sua viúva, D. Heloisa, hoje com 94 anos de idade a presidir e a participar do centenário tão celebrado. Dois de seus filhos foram deputados federais. José Sampaio, já falecido, e Geraldo Sampaio, meu grande amigo que, como ele, foi também deputado estadual, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas de Alagoas e hoje, também como o pai, é vice-governador do Estado, Juca foi vice de outro grande homem público, Lamenha Filho, do interior de São Luís do Quitunde, que foi um dos grandes governadores de todos os tempos. O outro dos filhos sobrevivente, Gileno Sampaio, ocupou o cargo de prefeito, o mesmo que o pai tantas vezes exerceu. Alguns de seus netos, sobretudo o que leva o seu nome, seguem-lhe o rumo e a estes, companheiros de minha geração, alguns outros mais jovens que eu, dedico esta homenagem como tributo a quem foi cidadão exemplar, político equilibrado e sereno, homem público austero e dotado de retidão de caráter que ainda hoje honra a sua memória.

As instituições municipais que alicerçaram o poder político e mantiveram acesa a chama da vida cívica, muita vez com a paixão que extravasa as próprias famílias, para se espriar por gerações e pelas legiões de seguidores, hoje estão decadentes, não porque lhes falem virtudes, mas porque se viram cada vez mais abandonadas pela tendência centralizadora da União que lhes nega recursos, lhes impõe ônus de encargos que não podem assumir e a elas apelam, sempre que seus projetos falham, seus programas claudicam e suas metas não se cumprem.

A oportunidade das comemorações do centenário de Manoel Sampaio Luz, exemplo e paradigma desse espírito empreendedor e de devotamento à causa pública, pode e deve ser aproveitado como homenagem ao que ele representou em vida, nas palavras de Teotônio Vilela – Político do Interior – vidas que morrem ignoradas dos palácios e da História, vidas simples, que sofrem pelas grandes causas, pelos encantos e desencantos da refrega



política. Nascem e morrem nas vilas, nos povoados, nas pequenas cidades, nos campos, toda uma existência, coberta de veneração pelos dirigentes do País, toda uma existência dedicada a ensinar aos filhos e à população as virtudes da Pátria, o destemor dos seus heróis, a grandeza sem par dos pleitos políticos, os benefícios de uma vitória, a perspectiva do desenvolvimento da comunidade. A missão do político do interior é multiforme. A pobreza o convida a socorrê-la, a dor o chama.

Assim foi a vida de Juca Sampaio, e na homenagem que lhe presto, em honra de tantos que, ao contrário dele foram esquecidos, lembro a sua família com o meu testemunho, que sua vida pode ter sido ignorada pelos palácios, cujo poder é efêmero, mas não pela História nem por seu povo, menos ainda por sua gente, sua terra, seu Estado e por todos aqueles que, como ele, persistiram até a morte na senda da política, como instrumento da capacidade de redenção de Alagoas.

Muito obrigado a todos.

## AS ANTENAS DA RAÇA

*Pronunciamento do Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), durante a entrega da homenagem de sócio benemérito da Academia Alagoana de Letras, no dia 28 de julho de 2000.*

### NOMINATA

A liturgia das homenagens, via de regra, nos impõe um discurso modesto que, invariavelmente, resvala para a discussão do merecimento ou não da distinção. Inicialmente, gostaria de não subverter integralmente este cânone, mas é imperioso que eu deixe consignado, ainda que as palavras sejam insuficientes – e todos os presentes, certamente, já se depararam com esta angústia, a de que a palavra, mesmo a mais precisa, nem sempre comporta a intensidade do sentimento que ansiamos reproduzir –, mas é preciso registrar que, sincera e verdadeiramente, não sou merecedor desta homenagem, Sócio Benemérito da Academia, que hoje as melhores cabeças de Alagoas me fazem.

Sou um homem das vilas, dos povoados, de poucas ambições e de pretensões intelectuais extremamente moderadas. Venho da representação popular. Através do verbo, ainda que sem a loquacidade e o brilhantismo corriqueiro a todos desta academia, fui honrado com mandatos populares, os quais tenho me exigido cumpri-los dignamente e com absoluta e necessária transparência. Me impus, no exercício da política, que envolve coerência, disciplina e rigor, tanto quanto as letras, a obrigação de prestar contas aos cidadãos do meu País e de Alagoas, que é um estado de infinitas possibilidades.

Nesta tarefa, de tornar público minhas atividades, idéias, propostas, votos e todos os demais bastidores da atividade política, tenho tido o compromisso de fazer o registro freqüente e público de tudo que penso, discuto, decido e voto no Parlamento ou mesmo em qualquer outro cargo público que tenha ocupado. Fruto desta auto-imposição, venho, ao longo dos anos, publicando em livros estes modestos registros, na forma de artigos, entrevistas, palestras e discursos, não como uma manifestação de um pendor literário reprimido ou oculto, mas como uma satisfação aos cidadãos deste País, desencantados e desesperançados com sua classe política. Isto para não mencionar os alheados, aqueles contaminados por uma indiferença desértica, cuja omissão não contribui em nada para remodelarmos o Brasil que ansiamos.

Não me inscrevo, por opção e por ausência de atributos que me habilitem, entre aqueles que polemizam de maneira infecunda em torno de uma suposta distância entre os intelectuais, as academias e o cotidiano da sociedade, como se os primeiros, numa desatenção voluntária, ficassem a flutuar no seu tempo, numa nostalgia eterna buscando outros espaços, outros tempos que não aquele no qual eles vivem, como se fossem ponteiros de um relógio a buscar uma fresta, uma saída, de um círculo contínuo que não se modifica.

Quem não cria, cita e reverencia. Os poetas já foram batizados de “as antenas da raça”, síntese exata do compromisso e do grau de envolvimento da alma dos poetas, não só com o seu tempo, mas também com o futuro. Ainda que a imagem faça uma alusão restritiva – aos poetas –, me atrevo a pedir licença a um dos maiores escritores de todos os tempos, para estendê-la a todos aqueles que, cotidiana e disciplinadamente, se empenham em observar simultaneamente todos os tempos, processá-los para, posteriormente, após uma íntima reflexão, indicar os rumos da humanidade.

Ainda que esta postura, equivocadamente, possa soar ou ser interpretada como uma indiferença, claro que não é assim. Na reclusão, eventualmente dolorosa, dos escritores e pensadores, o universo está em movimento e por estas usinas transformadoras passam o mundo e o porvir. A percepção que têm do universo e sua capacidade singular de extrair tão-somente a essência dos fatos triviais, os convertem nestes entes quase

“virtuais”, como tão propriamente foram definidos como “as antenas da raça”.

E quem, senão os escritores, introjeta mais nossas paisagens desbotadas, nossa geografia árida, nossa majestade imperfeita, nossos homens brutalizados e macerados, nossa miséria e nossos farrapos de cidadania? Em cada compartimento de suas atividades, este desalinho, este desacerto, este panorama rústico e imperfeito está a incomodá-los ruidosamente, porque são eles os que buscam e sonham com a plenitude e a perfeição, mesmo que, para alguns, estas categorias sejam encontradas no desassossego. É importante que se diga, a Academia, os intelectuais deste País, em momentos críticos, sempre estiveram na vanguarda dos movimentos sociais relevantes e tiveram papel decisivo na solução de intrincados problemas nacionais.

Os fatores externos, gestões políticas, panoramas sociais e gerências econômicas, estão diuturnamente a afetá-los, a penetrar clandestinamente em suas almas, incorporando-se em seus espíritos de maneira indelével, alojando-se em suas mentes e contaminando sorrrateiramente suas obras. No dia-a-dia da Academia, seus membros e dirigentes são constrangidos a amargar dissabores, de natureza econômicas-financeira, e compelidos a adiar projetos e sonhos por ausência de apoio ou de políticas definitivas para o setor cultural.

Desde sua fundação, mesmo com os contratempus, que vêm se reproduzindo, a intrepidez dos valorosos membros desta Academia e de seus dirigentes, souberam não esmorecer e, com determinação e denodo, mantiveram de pé esta casa e, progressivamente, com as limitações conhecidas de todos, trilharam veredas novas para ampliar suas atividades.

Desta forma, a Academia Alagoana de Letras, pulsa no coração do Estado e no cenário nacional de maneira intensa, com sua revista, sua página literária na *Gazeta de Alagoas*, vários lançamentos de livros, exposições, seu concurso literário anual e sua biblioteca pública, de inquestionável valia para os estudantes e a sociedade em geral. Mas eu, como suponho, todos os presentes, defendo que, mesmo realizando, não devemos nos eternizar no voluntarismo. Precisamos, organizadamente, cobrar ações concretas do Estado para que não nos desidratemos na utopia.

No conceito de Estado, claro, estão compreendidos os Municípios, os Estados e a União. Temos, atualmente, um estilo de governar centralizador, onde o Estado se supõe detentor de uma verdade única, postura que, por princípio, é equivocada. Conseqüência deste messianismo se manifesta na tentativa monótona de manufaturar a realidade e desqualificar quem não compartilha com sua perspectiva do mundo e do processo histórico. A Academia, mesmo que tenha poucas oportunidades para externar publicamente suas discordâncias, tem sabido reagir a este pendor fundamentalista e colonizador. É uma saudável resistência silenciosa.

O setor cultural, aí abrangidas todas as suas várias manifestações, é uma vítima empalidecida da omissão do Estado, que, monocórdio e enfadonho, está seduzido pela obsessão de tornar o País num escritório de contabilidade e na assepsia de balanços, como se aqui não morassem pessoas, mas fosse uma equação matemática com 160 milhões de variáveis. É lamentável concluir que os habitantes do Brasil estão sendo tratados como incógnitas de uma expressão numérica.

Precisamos, urgentemente, saltar da fé no futuro para uma realidade palpável. O Plano Real precisa adquirir uma face humana e abandonar a arqueologia intangível de seus méritos pretéritos para ingressar na vida das pessoas. O real se converteu numa janela de vidraças translúcidas. O vemos e o compreendemos, mas não conseguimos tocá-lo. Tenho convicção que não nos permitiremos ser moldados por promessas fluidas, de densidade invisível, e por paraísos inatingíveis. É preciso antecipar o futuro para evitar que nos tornemos, novamente, em mendigos do sonho.

Para encerrar, desejo agradecer a todos na pessoa do Presidente da Academia, Doutor Ib Gato Falcão. Poucos alagoanos podem se comparar do Doutor Ib Gato em criatividade, serviços prestados e vigor intelectual. É preciso que se faça este reconhecimento publicamente. Serei eternamente grato a este reconhecimento por, humildemente, confessar que não tenho a envergadura necessária para tamanha distinção.

Muito obrigado a todos.

## O PECADO DO ESQUECIMENTO

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 6 de setembro de 2000.*

Diante da decisão dos partidos de oposição, que eu respeito, mas lamento, e para honrar minha coerência política, comunico ao Plenário que não me sinto confortável para presidir um fórum de facções. Sempre defendi um trabalho isento, equilibrado e, sobretudo, independente. Sem a participação democrática de todos os partidos representados no Congresso, a subcomissão perde todos estes conceitos, de isenção, equilíbrio e independência, e, portanto, não obteria a credibilidade necessária para dar a satisfação que a sociedade brasileira merece e espera de nós.

Meu partido me honrou, ao me indicar para a presidência, mas quero deixar claro que presido uma subcomissão e não um processo de submissão. A ninguém interessa que estas dúvidas existentes não sejam esclarecidas. Todos perdem. Fica como mais uma nuvem, mais uma névoa não desfeita. Eu só posso lamentar, mas tenho compromisso com minha coerência. Não vou presidir uma comissão carimbada como governista. Sempre insisti que não permitiria a politização desta subcomissão e a ausência de um segmento político, que é a Oposição, compromete a isenção deste fórum.

Quanto à possibilidade, sempre possível, de uma outra instância para investigar os fatos que, devo deixar registrado, não foram completamente apurados por quem tinha competência legal, a CPI do Judiciário, cabe ao meu partido tomar uma posição. Por enquanto não há um fato, mas se ele

surgir, o Congresso nunca se opôs a uma apuração completa de todas as denúncias que surgiram nos últimos anos. Não há uma propensão ou mesma uma intenção de acobertar quem quer que seja. Temos compromisso com a verdade e não com aqueles que, circunstancialmente, pretendem impor sua única e exclusiva verdade.

A subcomissão não é uma religião com pendores fundamentalistas, onde só um segmento tem razão. Ela foi criada para apurar e dar satisfações à opinião pública. Perdendo a representatividade do conjunto do Congresso, seu trabalho se torna faccioso e seus resultados não serão aceitos pela sociedade. Seria um exercício de inutilidade e desconfiança.

Todo o trabalho realizado até então é muito eloqüente e não permite leituras políticas secundárias. Foram, em menos de um mês, 25 depoimentos, atravessamos horas durante a madrugada e, todos acompanharam, fomos um-a-um, a todos os órgãos públicos para estabelecer uma interface que permitisse uma dinâmica, uma maior agilidade na apuração. Todos os órgãos, Ministério Público, Banco Central, Receita Federal, Tribunal de Contas, Polícia Federal se prontificaram e colocaram à nossa disposição técnicos e peritos para ajudar. Só este trabalho indica disposição e a vontade de todos os membros da comissão.

A Oposição, mesmo respeitando a decisão adotada, precisa estar consciente de que está fechando uma porta, a única até agora existente, de apuração. Se a Oposição não pretende utilizar este instrumento, a subcomissão que é o único fórum aberto, discutindo diariamente o assunto e mantendo a opinião pública informada, eu só posso lamentar. Mas a desqualificação desta subcomissão pode servir também para sepultar o assunto, e isso só vai agradar àqueles que, sempre, pretenderam isso. Calada a subcomissão, suas transmissões pela TV, mantendo o assunto na ordem do dia, é possível que o tema entre numa zona cinzenta de esquecimento. Por isso reitero que lamento muito a decisão. Será mais um passivo do Congresso com a sociedade. Esquecer tem sido nosso maior pecado. É isso que gera o sentimento mais perverso no Brasil: a impunidade.

## DEVERES DO CONGRESSO

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal, no dia 12 de setembro de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Orçamento da União, como muitas vezes já foi dito por vários oradores nesta tribuna, é uma fantasia, uma ficção e tem sido a gênese dos problemas recentes do País. Medidas inibidoras tomadas há pouco tempo por iniciativa do Congresso e do próprio Executivo precisam ser complementadas no sentido de aprimorarmos os mecanismos de fiscalização e evitar a manipulação e o desvio de verbas públicas.

O Congresso Nacional, todos concordam, precisa reagir e adotar medidas saneadoras para execução orçamentária. Temos alternativas sobejamente discutidas e devemos evoluir para adotá-las rapidamente. Até lá precisamos ser rigorosos e assumirmos definitivamente uma das principais atribuições do Parlamento que é a fiscalização. E este controle deve ser exercido, ao limite, no próprio orçamento.

Mas, paralelamente, ao mesmo tempo que precisamos adotar regras rigorosas para destinação e aplicação do orçamento público, é vital que este ano nos concentremos em dois pontos específicos da proposta orçamentária de 2001 encaminhada ao Congresso Nacional. O salário mínimo e a situação de penúria dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios.



A previsão de reajuste de apenas 5,5% para o mínimo em maio do ano que vem é uma provocação, só posso entender desta forma. A inflação dos institutos que medem a evolução de preços, todo pai de família, toda dona de casa sabe, não é a mesma inflação do caixa do supermercado, do preço da gasolina, da tarifa do ônibus, do gás de cozinha, da energia elétrica, da saúde, da escola, da habitação, do vestuário e da tarifa dos telefones. Com estes repiques inflacionários, a estimativa de apenas 5,5% de aumento para o salário mínimo é uma brincadeira, desagradável devo dizer.

O Plano Real, que vive de uma publicidade monotemática e recursiva do controle inflacionário, está necessitando de uma feição social, de um passaporte brasileiro, precisa avançar e chegar até as pessoas, através de melhores salários, crescimento, distribuição de renda e geração de empregos. Nós vemos e compreendemos o Plano Real, mas a população não consegue tocá-lo. É uma asséptica vidraça que nos condena à contemplação.

Como todo plano tem um vilão, elegeram novamente a categoria dos servidores públicos. A proposta orçamentária para 2001 não prevê nenhum tipo de reajuste para os servidores públicos. Não bastasse os seis anos sem um centavo de aumento, pretendem os especialistas de balancete que a penúria dos funcionários públicos seja levada ao limite, à degradação, à humilhação. Nunca é demasiado lembrar que a taxa de inflação em seis anos de Plano Real foi de 90%.

Dinheiro para honrar contratos externos existe, para obras faraônicas também, para bancos idem. Será possível, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, que não haja nenhuma margem, nenhuma possibilidade de reajuste para esta categoria espezzinhada pela obsessão dos chefes deste imenso escritório de contabilidade? Não acredito.

Os servidores públicos não podem mais ser tratados como incógnitas de uma expressão matemática fria, distante e cruel. A insensibilidade está provocando não somente a degradação do servidor público, mas também está puindo irremediavelmente a máquina pública que tem em seus funcionários sua melhor expressão. Este País é habitado por pessoas, por trabalhadores honrados e dignos que só esperam respeito por parte de seus governantes.

Muito obrigado.

## ACORDOS ILEGAIS

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na sessão ordinária do Senado Federal no dia 22 de novembro de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na última semana, os jornais de Alagoas, anunciaram um acordo realizado entre o Governador de meu Estado e a Secretaria Nacional de Justiça, subordinada ao Ministro José Gregori. Este acordo foi objeto de reportagens e editoriais envolvendo todos os segmentos sociais do Estado durante toda semana.

O acordo celebrado entre o Governo de Alagoas e o Ministério da Justiça é, no mínimo, surreal, inacreditável. Em troca de uma verba de 2,6 milhões para dar continuidade à construção do presídio de segurança máxima, Baldomero Cavalcante, o Governador concordou em transformar o Estado num laboratório do crime, numa universidade da delinquência, na meca do banditismo. O Governador admitiu transferir para Alagoas criminosos de altíssima periculosidade que estavam cumprindo penas em outros estados da Federação.

Por este acordo, cinco integrantes do Comando Vermelho, condenados em outras unidades da Federação, já foram transferidos para Alagoas. Igualmente foram para o presídio Baldomero Cavalcante, em Maceió, os dois seqüestradores de Wellington Camargo, irmão dos cantores Zezé de Camargo e Luciano.

A Ordem dos Advogados de Alagoas, o Ministério Público do Estado e os juízes das Varas de Execução Penal foram unânimes em repudiar, com

veemência, o acordo e alertar sobre sua ilegalidade. Portanto, o acordo conduzido pelo Senhor Ronaldo Lessa, além de imoral e condenável é, absolutamente, ilegal.

Alagoas não é um estuário do crime organizado, não é um laboratório da delinqüência. A sociedade alagoana não aceita que o Estado seja transformado em um depósito de assassinos bárbaros, narcotraficantes e seqüestradores de altíssima periculosidade.

A iniciativa do Senhor Ronaldo Lessa deixou a sociedade apreensiva e pode transformar Alagoas no estado do pânico, dominado pelo medo. Os prejuízos para Alagoas são superlativos.

A imagem do Estado, pela qual a bancada federal trabalha exaustivamente, ficará seriamente comprometida, caso este acordo não seja desfeito.

Concentrar em um único espaço físico, o que há de mais podre no sistema carcerário é criar condições para criar uma escola da bandidagem no Estado. Além de prejudicar seriamente a imagem de Alagoas, além do desgaste, esta iniciativa tresloucada, irá potencializar a violência, permitir a estruturação do crime organizado no Estado e instalar o medo na sociedade.

Este acordo inominável, vergonhoso, foi feito de maneira quase que clandestina. Mesmo os juízes da execução penal que, por lei, deveriam receber os papéis dos presos transferidos, só tomaram conhecimento das transferências pelos jornais. Ou seja, autoritariamente, o Governador decidiu sozinho e, de maneira equivocada, transformar o Estado num importador de bandidos.

Que autoridade tem o Governador para falar em tolerância zero contra a violência? Que moral tem este senhor para falar em combate ao crime? Nenhuma, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Este mesmo Governador que importa pacotes de criminosos de outros estados, foi o mesmo que mandou embora de Alagoas os agentes da Polícia Federal que lá estavam para combater o crime organizado, é o mesmo que interrompeu o combate ao crime organizado e agora, ao que parece, está muito confortável com tantos criminosos perigosos ao seu redor.

Faço desta tribuna um apelo pessoal ao Ministro da Justiça, com quem tive a honra de trabalhar, para que ele tome a iniciativa de rever este acordo tão nocivo a Alagoas. O mais fragilizado estado do País, econômica e socialmente, não pode ser tão cruelmente punido. Alagoas não é a alcatraz brasileira. O povo honrado, decente e trabalhador de Alagoas não irá aceitar que queiram converter o Estado num caldeirão do crime organizado.

Muito obrigado.

## SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO

*Discurso pronunciado pelo Senador Renan Calheiros na sessão ordinária do Senado Federal, em 27 de novembro de 2000.*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, em março de 1998, para ser mais preciso no dia seis daquele mês, o *Diário Oficial* publicou a sanção do Senhor Presidente da República à Lei n.º 9.614, que modificou o Código Brasileiro de Aeronáutica.

A lei, de iniciativa do próprio Poder Executivo, permite o abate de aeronaves hostis com o objetivo de aumentar o policiamento do espaço aéreo brasileiro, especialmente nos vôos não regulares. A medida, além de fornecer meios para reprimir o narcotráfico e o contrabando de armas, significa a preservação da soberania do espaço aéreo nacional.

Os debates acalorados em torno desta lei demonstraram sua importância na vigilância do espaço aéreo brasileiro, notadamente nas áreas de fronteira, e no combate ao tráfico de drogas e ao contrabando de armamentos.

Reconhecendo a essencialidade e urgência desta medida, os Ministérios da Justiça e da Aeronáutica, ainda no ano de 1998, elaboraram, com a agilidade que a circunstância reclamava, uma proposta de decreto regulamentando o que caracterizaria uma aeronave hostil e em que momento, extremo, ela poderia ser abatida.

Tive a honra de assinar com o ex-Ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo, a regulamentação desta lei e enviá-la ao Palácio do Planalto. Pas-

sados mais de dois anos e meio, esta regulamentação, de importância estratégica irrefutável, continua dormitando em alguma gaveta ociosa.

Nutríamos uma esperança, não concretizada, de que esta medida estaria no plano de segurança nacional anunciado com pompa pelo Governo em junho deste ano. Lamentavelmente, isso não ocorreu, como também não saíram do papel outras providências anunciadas à época. Posteriormente, o investimento norte-americano no combate ao tráfico na vizinha Colômbia, também poderia ter ensejado a ressurreição desta medida, mas, infelizmente, não aconteceu.

A regulamentação desta medida, para quem não se recorda em função do longo hiato desde sua sanção até hoje, é simples e fornece instrumentos eficazes para que o País não seja um corredor indulgente ao narcotráfico e ao contrabando de toda ordem, como é hoje.

Com esta regulamentação, entre outros casos, aeronaves que não tiverem plano de vôo autorizado, que não possuam autorização para sobrevôo em território nacional, que tiverem decolado de pistas clandestinas, que voem de luzes apagadas, que estiverem com marcas falsas ou não tiverem marcas ou matrículas estarão sujeitas à destruição na hipótese de não obedecerem as ordens das autoridades brasileiras.

Na abordagem destas aeronaves, a primeira providência seria a de determinar um local para pouso e averiguação. Descumprida esta ordem, a interceptação poderia ser feita por rádio ou sinais visuais de conhecimento de toda aviação. Não sendo atendida a determinação, estaria o piloto autorizado a efetuar tiros de aviso. Desrespeitadas todas as orientações anteriores, estaria a autoridade brasileira autorizada a abater a aeronave hostil.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, o gravíssimo problema da insegurança no País nos impõe responsabilidades e agilidade. Não há dúvidas que o narcotráfico e o contrabando de armas alimentam a violência. Dentro desta ótica, não é legítimo ao Estado brasileiro retardar a vigência de uma lei tão importante como a que permite o abate de aeronaves hostis.

Faço um apelo pessoal ao Ministro da Justiça, José Gregori, ao Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e ao Presidente Fernando Henrique Car-

doso para que retomem esta regulamentação, a fim de que possamos contar, na prática, com instrumentos que auxiliem na repressão ao tráfico de drogas e armas e na defesa do espaço aéreo nacional. Desta forma estaremos dando um importante passo para diminuir os vergonhosos índices de violência no País.

Muito obrigado.

## NORDESTE, UMA NOVA VISÃO!

*Pronunciamento do Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), na abertura do III Congresso do Ministério Público do Nordeste, em Maceió, em 29 de novembro de 2000.*

É para mim motivo de orgulho e alegria compartilhar com este Plenário minhas reflexões, preocupações e minhas análises acerca da questão nordestina.

Inicialmente quero deixar claro que minha abordagem não é, nem poderia ser, a do economista, do cientista social, ou a do técnico em políticas públicas, muito embora eu considere que a retomada do diálogo entre estes e outros especialistas seja fundamental para redefinirmos o modelo de compreensão da problemática do Nordeste. Minha contribuição reflete a experiência de um nordestino militante que optou pelo caminho da política para dar forma aos meus ideais de justiça.

Tenho clareza de que essa fé na Justiça, como preconditionção da cidadania plena, é o fundamento da identidade entre mim e senhoras e senhores que muito me honraram com este convite e sua atenção. Considero de fundamental importância o papel desempenhado pelo Ministério Público na defesa da sociedade, do interesse público e da cidadania. Aliás, esse pensamento guarda total coerência com os princípios que defendi como constituinte e também quando ocupei o honroso cargo de Ministro da Justiça. trabalhei para o fortalecimento do Ministério Público justamente por acreditar nele.



Fazer justiça ao Nordeste significa, prioritariamente, compreender a especificidade e a natureza dos desafios que a região enfrenta no atual momento brasileiro.

Tal compreensão passa, em primeiríssimo lugar, pelo reconhecimento de que a chamada questão nordestina faz parte da grande questão nacional da miséria, da exclusão, da desigualdade e da dívida social.

Trata-se, sem dúvida, de uma parte altamente significativa, uma vez que, dos cerca de 40 milhões de brasileiros que sobrevivem abaixo da linha de pobreza, quase 60% estão no Nordeste, em especial nos seus bolsões de miséria rural e nas favelas. Cabem a esta região as piores taxas de alfabetização, tempo médio de permanência na escola, acesso de serviços públicos, expectativa de vida, mortalidade infantil e concentração de renda.

Eis por que qualquer esforço sério para corrigir essa situação indigna no conjunto do País deverá focalizar prioritariamente a nossa região.

A primeira compreensão impõe uma segunda: não é possível continuar falando no Nordeste como uma realidade monolítica e indiferenciada.

Não há um, mas vários Nordeste, com características, necessidades e potencialidades distintas, que reclamam um encaminhamento de soluções conforme as peculiaridades de cada subárea e as disparidades de condições de vida de suas respectivas populações.

Foge a qualquer racionalidade dispensar-se tratamento idêntico à Zona da Mata e ao semi-árido; às áreas emergentes de produção de grãos do sul do Maranhão e do oeste da Bahia e à faixa de ovino ou caprinocultura dos sertões; à zona cacaueteira ou do fumo e à do algodão.

Generalizações dessa ordem costumam conduzir a falsas conclusões, decorrentes da ilusão estatística das médias. por exemplo, cidades como Petrolina e Juazeiro, que já têm atendidas em 90% suas demandas de água e esgoto, não podem, para efeito de política pública de saneamento, ser tomada em pé de igualdade com municípios que ainda não atingiram níveis toleráveis no atendimento dessa necessidade básica.

Um terceiro e crucial aspecto a ser considerado diz respeito à marginalização do Nordeste no quadro das ações estatais que teriam a missão de promover um desenvolvimento nacional mais isonômico e integrado.

Segundo dados do IPEA, há mais de dez anos o Nordeste continua com a mesma participação no PIB – em torno de 14% –, o que, dentre outras distorções, faz com que a renda de um piauiense ou de um alagoano corresponda, hoje, a 10% da renda de um cidadão das regiões mais abastadas.

Quanto aos tão combatidos incentivos decorrentes de renúncia fiscal, o Nordeste fica apenas com 12% do total, enquanto 60% são apropriados pelo Sudeste.

O mesmo Sudeste, que é a mais rica região brasileira, concentra 46% de todos os gastos federais, aí incluídos os investimentos das empresas estatais, ao passo que o Nordeste fica com apenas 9%.

Até o BNDES, que, em 1983, aplicava 27,6% dos seus fundos no Nordeste, hoje não investe aqui sequer a metade deste percentual, ou seja, 13,7%.

O impacto acumulado de décadas de desacertos, omissões e políticas descontínuas acabou obscurecendo a percepção do vastíssimo potencial da diversidade nordestina e aprofundando o traço comum da desigualdade e da concentração de renda.

Dessa maneira, o vácuo de criatividade transformadora e iniciativa gerencial foi ocupado pelo assistencialismo e pelo paternalismo que nada resolvem e só servem para aviltar e humilhar dezenas de milhões de nordestinos sedentos de uma oportunidade digna de trabalho e famintos do reconhecimento de seus direitos básicos de cidadãos.

Minhas senhoras e meus senhores, apesar disso, sempre considerei que os grandes problemas sociais, cujo encaminhamento depende da capacidade política de gerar consenso para a ação coletiva, têm uma crucial analogia com as questões matemáticas, qual seja a de que parte de sua solução já está contida no enunciado.

Passo, portanto, ao delineamento de um breve conjunto de propostas que, a curto prazo, atenuariam a dramaticidade do nosso sofrido cotidiano.

A primeira ordem de providências consiste em definir programas, projetos e instrumentos de ação para o desenvolvimento economicamente rentável, socialmente harmonioso e ecologicamente sustentável dos “vários nordestes”, com propostas, soluções e arranjos institucionais capazes de responder aos seus distintos desafios e canalizar suas diversas potencialidades.

As áreas-programa resultantes desse mapeamento devem inserir-se nos novos paradigmas internacionais de eficiência e competitividade, sob pena de patrocinar-mos um surto artificial de desenvolvimento de fôlego curto e resultados frustrantes, baseado apenas em empresas de baixo nível tecnológico e gerencial.

Nesse sentido, uma política de fomento à formação e difusão de pólos de empreendimentos especializados em torno de grandes empresas será capaz de diversificar as economias interioranas e reduzir os fluxos migratórios, fortalecendo o mercado interno, multiplicando exportações, gerando empregos e criando inéditas oportunidades lucrativas para micro, pequenos e médios negócios em uma variedade de setores como indústria automobilística, informática, papel/celulose, têxteis e calçados, entre outros.

O sucesso da fruticultura irrigada no vale do São Francisco, onde o crescimento da produção de uva já impulsiona a fabricação de vinhos de tipo exportação, mostra o caminho para o conjunto das atividades primárias: agregar valor aos produtos mediante a expansão da agroindústria moderna.

A dinamização da agropecuária e o aproveitamento da dinâmica de realocização industrial, que, nos últimos anos, reorientou grandes investimentos em benefício do Nordeste, reduzirão o atual desequilíbrio entre o interior e as capitais, elas que no momento geram 70% do PIB regional.

De sua parte, o Nordeste litorâneo poderá experimentar um surto inigualável de prosperidade com a consolidação do turismo, da pesca, dos pólos industriais já instalados e de operações portuárias que agilizarão o transporte e baratearão os custos de frete de grãos e frutas tropicais para os grandes mercados do hemisfério Norte.

A Zona da Mata, centro histórico do povoamento e da colonização de nosso País graças à cultura da cana, poderá experimentar uma revolução produtiva a partir do corajoso reexame técnico e mercadológico de suas possibilidades de recuperação. O mesmo raciocínio se aplica a outras culturas tradicionais como o algodão e o cacau.

Todo esse novo círculo, em parte já iniciado aguardando apenas oportunidades institucionais para se completar e fortalecer, reclama o apoio de mecanismos inovadores de planejamento, programação e avaliação, em

substituição a instrumentos de política regional que envelheceram e perderam sua capacidade de funcionar em um contexto socioeconômico marcado pela aceleração do ritmo das mudanças, a globalização e as exigências crescentes de participação democrática dos cidadãos nas decisões que afetam a todos.

A alternativa que antevejo para guiar essas transformações em prol do bem-estar da maioria da população nordestina, de acordo com os interesses estratégicos da região, é a de uma constelação de agências de desenvolvimento local e sustentado para as diferentes sub-regiões e áreas-programa aqui apenas esboçadas.

O Estado – aí compreendidos os três níveis de governo – atuaria nessas agências como instância facilitadora e indutora da troca de informações, da difusão de experiências vitoriosas, da assistência técnica e do acesso ao crédito por parte, principalmente, de micro e pequenos empreendedores.

O papel principal nesse arranjo institucional caberia, de fato e de direito, aos representantes do empresariado, dos trabalhadores e demais organizações autônomas da sociedade civil, como ocorre hoje no mezzogiorno italiano, na galiza espanhola e no alentejo português, cujas comunidades locais aprenderam a exercitar com maestria a preciosa arte da cooperação voluntária.

Nesse ponto, ao mesmo tempo que reitero minha visão de que os atuais órgãos de desenvolvimento perderam o rumo e o velho elenco de incentivos fiscais e financeiros se esvaziou, quero salientar que a pura e simples extinção desses instrumentos, sem um projeto novo capaz de romper o bloqueio dos paradigmas falidos, desafiar a imaginação criadora e liberar energias produtivas, será mais um ato de irresponsabilidade contra o povo nordestino.

Para encerrar, preconizo uma nova, estratégica e insubstituível missão para o Poder Público no Nordeste. Ela se traduz no compromisso intergovernamental com a elevação progressiva dos gastos federais, estaduais e municipais por habitante, até que estes se igualem à média nacional, tomando como medida de desempenho o conceito de Índice de Desenvolvi-

mento Humano (IDH), consagrado e aperfeiçoado pelas nações unidas ao longo desta última década.

Essa definição nortearia intervenções localizadas em três segmentos vitais (saúde, educação e saneamento básico), levando em conta as carências diferenciadas de cada município nas diversas sub-regiões ou áreas-programa, com a finalidade de alcançar, no prazo de cinco anos, o IDH médio do Brasil e, para cada estado, o maior IDH existente nas áreas.

O mecanismo aqui sugerido me parece capaz de superar o grande obstáculo à aceleração do desenvolvimento nos dias atuais: a formação de capital humano pela qualificação da mão-de-obra, a educação permanente da população e a redução progressiva das desigualdades.

Eis a receita que deu e continua dando certo no Sudeste Asiático, onde gigantescos pólos de microeletrônica, automobilismo e artigos esportivos prosperam abastecidos por um suprimento inesgotável de trabalhadores bem treinados.

O Governo Federal já reconheceu, pelo menos em parte, a justeza dessa abordagem ao lançar recentemente o “projeto alvorada”, voltado aos estados com IDH abaixo da média nacional. Está pecando, porém, no meu entender, por não democratizar a discussão com todos os segmentos políticos e sociais representativos das populações-alvo, requisito indispensável para a legitimação e, portanto, para o êxito final da iniciativa. Esta vocação messiânica dos tecnocratas de plantão pode neutralizar resultados de programas como este.

Essa timidez beira a paralisia quando se trata do indispensável apoio do Executivo. Um exemplo simples seria a desoneração dos produtos integrantes da cesta básica do trabalhador. Conforme os cálculos de economistas do Governo, somente essa medida representaria um aumento de mais de 10% no poder de compra do salário mínimo.

Enfim, minhas senhoras e meus senhores, a concretização dessas transformações é o grande desafio que se coloca não apenas para nossa atual geração de líderes nordestinos, parcela importante da qual vejo tão bem representada neste plenário, mas para o conjunto de nossa Federação. Uma federação cuja sobrevivência e cuja integridade são incompatíveis com o alto potencial de conflito e ressentimento engendrado pelo crescimento

regional desequilibrado que, pouco a pouco, envenena a convivência entre irmãos brasileiros.

O Nordeste está cansado de ser a região das oportunidades perdidas e não aceita mais políticas eufemísticas. Exige, eu repito, pura e simplesmente, justiça.

E a justiça só virá com o cumprimento do artigo 174 de nossa Carta Magna, que determina a união de forças e vontades do Governo e da sociedade para a redução dos desníveis regionais. A justiça se fará com a concentração de forças políticas, empresariais, intelectuais e populares em torno do objetivo inadiável da redenção nordestina.

Muito obrigado.

# Artigos





## ADEUS AO PASSADO

*“Aquele que sabe não haver cometido injustiças  
sempre alimenta uma doce esperança.”*

*A República – Platão*

O Brasil ostenta um dos mais melancólicos títulos de desrespeito ao ser humano. É um dos campeões da pobreza, da miséria e da indigência. A cada dia aumenta a população dos excluídos, de pessoas que vivem de lixos e sobras. Esta paisagem sombria aflige a todos, envergonha os governantes e estarrece os governados. É imperioso que, independentemente de discussões acessórias, de identificação de paternidade, todos se debrucem sobre este retrato da miséria e apontemos, urgentemente, as soluções, não paliativos.

O PMDB está empenhado no Congresso na priorização de uma agenda social. O Plano Real representou conquistas mas não pode se converter em um museu de referências sobre suas virtudes. O Plano precisa ganhar uma face humana e adquirir um contorno social. Os gráficos impressionistas da área econômica não dizem respeito à população. A sociedade brasileira está saturada de horizontes róseos e promissores que nunca chegam.

Na última semana fui honrado pelo meu partido ao ser indicado como um dos membros da comissão do Congresso que irá discutir e apresentar propostas concretas para combater a miséria. No Congresso existe mais de uma centena de projetos voltados para o combate às desigualdades sociais. Eu mesmo apresentei uma proposta de distribuição de renda vinculada à educação e considero extremamente oportuna uma discussão

imediatamente a fim de apresentarmos à sociedade projetos factíveis que, progressivamente, nos possibilitem honrar esta hipoteca tão pesada.

Não seria precipitado, tendo em vista a grandeza do País, considerarmos que uma das soluções pode ser encontrada na própria execução orçamentária, que hoje, estranhamente, é voltada para priorizar o pagamento de juros. Estamos carentes de vontade política e vítimas do alheamento e messianismo de alguns economistas que vivem de cultivar, com zelo único, um narcisismo incompreensível. Qual plano pode ser apresentado como eficiente se exclui sua população? Que mérito têm os gráficos econômicos sofisticados e ininteligíveis à população? Que plasticidade têm as infinitas filas do desemprego?

Nesta semana, é impossível deixar de expressar nossa indignação, foram divulgados os balanços dos 15 maiores bancos brasileiros. O cotejo entre a rentabilidade do primeiro semestre de 1998 e 1999 demonstra a confortabilidade dos banqueiros e ratifica a convicção de que o Brasil está se distanciando do óbvio: financiar a produção, estimular verdadeiramente a agricultura e gerar empregos. Bancos no paraíso, a produção no limbo e os trabalhadores no purgatório. O eixo, indubitavelmente, está equivocado.

Não podemos nos deixar seduzir pela facilidade das generalizações. Nem tudo é omissão. Tenho a íntima convicção de que a integração dos esforços, a soma de idéias, o combate à sonegação, o corte de privilégios e a vontade política do Congresso de fazer preponderar o social, irão nos permitir quitar esta dívida com a população. Afinal, é justo restituir o que é devido à sociedade. Não creio que seja o caso de discutirmos novos impostos. Temos de administrar os recursos existentes, distribuir renda, tributar e cobrar de quem deve e pode pagar. A proposta terá de ser, obrigatoriamente, uma obra aberta e coletiva.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 8-8-99*

## NA CONTRAMÃO DA CIDADANIA

Na reunião do Fórum das Américas para segurança e educação no trânsito, no dia 21 de junho de 1999 em Brasília, o Governo brasileiro destacou as evoluções conquistadas a partir da vigência do Código de Trânsito e assegurou ao mundo que não permitiria o afrouxamento das regras de cidadania no trânsito.

Na última semana fui surpreendido pelo anúncio do Governo, que está ensaiando uma flexibilização no Código. A intenção seria elevar em 10 pontos, de 20 para 30, o teto para que o mau motorista tivesse sua habilitação suspensa. Estaria o Governo cogitando até mesmo uma anistia aos infratores contumazes. Penso ser uma proposta simplista e na contramão da cidadania. Impunidade não rima com evolução social.

O Código de Trânsito foi discutido minuciosamente durante seis anos no Congresso e está em vigência há um ano e meio. É um instrumento, um dos poucos disponíveis no País, de convivência civilizada e de preservação de vidas. Sua concepção nos eixos de educação e segurança já revelaram resultados altamente satisfatórios.

A eloquência dos números não permite réplicas. No primeiro ano de vigência do Código, de acordo com os dados dos Detran de todo o País, o número de mortes foi reduzido em 25%, seis mil vidas poupadas. Os acidentes caíram em 26%, menos 70 mil acidentes. Os feridos diminuíram em 26%, 83 mil pessoas a menos. Foram suspensas 3.400 habilitações e outros 19 mil motoristas já tinham ultrapassado o limite de 20 pontos.

É preciso um motivo muito forte para modificarmos uma lei tão recente que, segundo os dados, já comprovou sua eficácia. Ampliar a pontua-

ção e anistiar trogloditas do trânsito – menos de 1% do total de condutores do País – é o sinal verde para premiar os transgressores e punirmos, exemplarmente, os 30 milhões de motoristas que respeitaram a lei e contribuíram para melhorar nossas melancólicas estatísticas.

A simples menção do Governo em discutir o tema, fato que nunca aceitei à frente do Ministério da Justiça – órgão máximo da política nacional de trânsito – já contribuiu para o arrefecimento da legislação e para o retorno da violência. Transigir na preservação de vidas é uma inaceitável subordinação a uma minoria e a certeza de reconquistarmos o nefasto pódio de campeões mundiais em acidentes.

Como ministro que regulamentou o Código fui obrigado a ir à tribuna do Senado para proferir um discurso contundente contra o abrandamento da lei. Admito aperfeiçoar qualquer legislação. Afinal, como obras humanas, elas estão sujeitas a erros. Não posso tolerar é a reedição da barbárie sobre rodas. Espero que o Governo não vá adiante nesta insensatez.

Tenho convicção que o Plenário do Senado refutará qualquer proposta que vise ressuscitar a mancha de sangue infiltrada em nossas estradas. O Senado também não irá reforçar na sociedade a idéia de que as leis são feitas de afogadilho e precisam sempre ser refeitas. O Código foi criteriosamente debatido por seis anos e não será um aceno populista que irá torná-lo inócuo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 15-8-99*

## A NECESSIDADE DA ANISTIA SOCIAL

No calendário político do Brasil, 27 de agosto é um dia de comemoração e, simultaneamente, de reflexão. É o vigésimo aniversário da Anistia que tirou da cadeia e dos subterrâneos, resgatou do medo e trouxe do exílio numerosos brasileiros.

É fundamental realçar alguns nomes que ousaram desafiar as trevas e exigir a anistia: o Movimento Feminino fundado em 1975 por Dona Teresinha Zerbini, o memorável e saudoso menestrel das Alagoas que pregou por todo País, Teotônio Vilela, à OAB, a ABI, o Cardeal de São Paulo Dom Evaristo Arns, que expôs até a vida para defender os valores cristãos e o próprio PMDB, cujo congresso em 1971, em Recife, deu início à marcha pela Anistia. Eu, então como deputado estadual e militante dos direitos humanos, participei de vários atos pelo País e, modestamente, tive a honra de colaborar para sua concretização.

A anistia representou a libertação de centenas de presos políticos, resgatou os direitos de banidos e de milhares de políticos, cujos mandatos foram abruptamente usurpados pela tirania e violência do regime. Um cálculo feito à época indicou que cerca de 500 mil cidadãos brasileiros foram beneficiados pela anistia.

Este hiato democrático, que não se repetirá jamais, significou perdas, cujo símbolo maior foi Rubens Paiva, assassinado na tortura. Além de vidas, foi prejudicada a inteligência do País. Com a série infame de atos ditos institucionais perdemos nossas referências cívicas, a cronologia da evolução e, principalmente, a liberdade.

A anistia ampla, geral e irrestrita não pertence ao Governo, que por exigência da Emenda Constitucional de 69 tinha o privilégio de encaminhá-la, não pertence ao Congresso que, em memorável batalha parlamentar a aprovou, nem pertence à imprensa, que teve um papel fundamental neste processo. A anistia pertence ao povo brasileiro, à sociedade organizada, ao ideário republicano e a nossa vocação democrática.

A comemoração, entretanto, não deve ofuscar uma outra discussão: o exílio social involuntário dos brasileiros que estão na miséria, na indignidade da cidadania, distantes da dignidade. O País, que foi pródigo em anistias políticas, tem a obrigação de promover o resgate do cidadão. O banimento social, sem atos formais, dói em todos e humilha nossa Nação.

Assim como aqueles que foram perseguidos pela defesa de suas idéias, milhões de brasileiros estão hoje sem pátria, mendigando pelas ruas, sem amigos, sem trabalho, sem família e sem cidadania. É uma expatriação indigna. Precisamos urgentemente modificar os atos institucionais dos burocratas da economia para promovermos uma verdadeira anistia social.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 22-8-99*

## AGOSTO CINZENTO

Nesta última semana os partidos de oposição reuniram cerca de 80 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios para protestar contra a política econômica. O movimento conseguiu o inusitado de somar insatisfações de setores tradicionalmente vinculados à direita – os produtores rurais, que ainda estavam em Brasília – e segmentos populares identificados com a esquerda – trabalhadores, sindicatos e sociedade civil.

Nos últimos trinta dias, é o terceiro movimento organizado de protesto à política econômica do Governo. Melhor conviria ao Governo dar ouvidos ao que ele mesmo já rotulou de “voz rouca das ruas” ao invés de tentar diminuir estes protestos. As declarações do Governo só conseguiram colocar uma lente de aumento no assunto.

Atendendo, provavelmente, a fertilidade de algum “gênio” anônimo do *marketing* político, o Governo optou por ironizar o movimento na tentativa infecunda de desmerecê-lo. Em suas próprias palavras classificou a marcha dos “sem rumo” e, depois, acusou o movimento de “golpista”. A gravidade e a responsabilidade da acusação parece não terem sido dimensionadas.

Ficamos, a partir destas acusações, com duas hipóteses : 1) o Governo lançou mão de uma pesada acusação no intuito de arrefecer a marcha. Prefiro não acreditar; 2) o Governo, em virtude de possuir um competente serviço de informações, sabe mais do que falou e, neste caso, deve mais explicações. O Brasil tem o direito de saber quem são aqueles que conspiram, nos subterrâneos, contra as instituições democráticas e a ordem jurídica.

O custo da redemocratização do País foi alto e não temos o direito de negligenciar nossos mortos, desaparecidos, exilados e os sofrimento de

milhares de famílias. Se o Governo exagerou, não poderia tê-lo feito – os excessos podem transformar as centelhas em incêndios. Cumpra que peça desculpas à Nação. Se fez declarações correspondentes à verdade ainda deve satisfações e deve indicar os conspiradores. Afinal do Governo esperamos bom-senso e ponderação, não exageros.

A marcha denominada dos 100 mil não pode, todavia, ser desconsiderada. Ao contrário do caminhonço e dos produtores rurais – setores que reivindicavam alterações específicas e pontuais –, o movimento dos 100 mil é difuso, não pretendeu negociar nada em particular. Pretende, sim, fazer uma pressão legítima e democrática para alterar o eixo da política econômica, lamentavelmente, voltada para pagamento de juros e saciar o apetite infundável de banqueiros.

Manifestações populares, desde que pacíficas como a última, é o direito-síntese da democracia. Cabe aos governantes ter humildade para captar as insatisfações e corrigir rumos. A marcha demonstrou que o descontentamento não é mais uma estatística, mas é de carne e osso. Afinal ela encarna os últimos dados do IBGE, pelos quais a renda *per capita* caiu, a carga de impostos aumentou, a participação do trabalho na renda nacional declinou e o PIB também encolheu. Por isso a insatisfação cresce dia a dia.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 29-8-99*



## EM BUSCA DO FUTURO

Em 59 a.C. a sociedade romana, que tantos legados deixou ao mundo em várias áreas do conhecimento, começou a conviver com um novo produto chamado de *Actas Diurna* (Atividades diárias). O *Actas Diurna* foi o primeiro jornal publicado em edições diárias. Isso foi no tempo do Imperador romano, Júlio Cesar, há 2.058 anos.

O pioneiro do jornalismo era afixado nos principais pontos da cidade e seu formato era bem semelhante aos periódicos de hoje em dia. Trazia novidades políticas, sociais, julgamentos, anúncios de nascimentos, casamentos, mortes, teatro e o esporte. Talvez o melhor diferencial esteja no controle da linha editorial.

O *Actas Diurna* era totalmente controlado pelo governo, fato que, obviamente, não lhe permitia liberdade e massa crítica para, autonomamente, apontar os erros dos governantes e questionar suas decisões. Felizmente, esta herança não nos coube. Exemplo emblemático é o nosso *O Jornal* que, exultante, vejo comemorando seu quinto ano de existência.

É inegável que *O Jornal*, lido hoje por milhares de alagoanos, é o resultado de arrojo, disposição, muito trabalho, espírito coletivo, isenção, credibilidade e de compromisso com a opinião pública. Aproveito este aniversário para homenagear toda a equipe do jornal em nome de Nazário Pimentel, Luis Carlos Barreto, Plínio Lins, Luiza Barreto e Valderi Melo. Estou certo que iremos comemorar mais e mais aniversários. Vamos, juntos, em busca do futuro de Alagoas.

É desnecessário destacar a importância da competitividade e da liberdade de imprensa. Quem viveu sem as duas sabe identificar o peso de cada uma delas. Neste aspecto Nazário Pimentel vem dando uma grande

## Retratos Brasileiros

contribuição ao Estado de Alagoas. Empresário dinâmico e trabalhador se lançou em um mercado competitivo para propiciar ao leitor as informações de que ele necessita.

*Artigo publicado em O Jornal em 29-8-99*

## A TERCEIRA MARGEM

Ousei citar o título de um dos melhores contos do eterno inovador Guimarães Rosa no intuito de demonstrar que, mesmo naquelas situações onde, aparentemente, se apresentam apenas duas soluções, é possível trabalharmos para encontrar alternativas fora do raciocínio binário. Uma destas dicotomias é a controversa transposição das águas do rio São Francisco, ou, como gostaria Guimarães Rosa, o “Velho Chico”.

A idéia de transpor águas de outras bacias para atender regiões carentes de recursos hídricos é muito antiga. Os primeiros estudos foram feitos à época do Imperador Dom João VI. Em 1847, o Deputado cearense, Marco Macedo, defendeu a migração das águas do São Francisco para o rio Jaguaribe. Apesar da longevidade do tema não há concordância sobre a real necessidade ou mesmo sua oportunidade.

A seca no Nordeste foi agravada com as idas e vindas da legislação, desde 1946. Foram vários projetos, idéias e propostas messiânicas, jamais concretizadas. Em 1995 ganhou robustez a proposta da Secretaria de Políticas Regionais de transpor as águas do São Francisco para as bacias de quatro Estados: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Em sua última versão estimou captação de 70m<sup>3</sup> por segundo com o custo em adução estimado em 600 milhões de dólares, sem mencionar a construção de 42 barragens, que consumiriam outros 1,7 bilhão.

A descontinuidade das políticas para o semi-árido é um dos principais fatores para situação indigente de mais de 10 milhões de brasileiros. A proposta apresentada ao País se fundamenta em duas premissas, que a justificariam: a dificuldade de captação de águas profundas, tendo em vista a

existência de 100 mil km<sup>2</sup> de embasamento cristalino e a redução em 75% do estoque de 20 bilhões de metros cúbicos dos diversos reservatórios.

Vários especialistas no assunto se debruçaram sobre a proposta e apresentaram argumentos opostos aos do Governo. Segundo as publicações de diversos segmentos da área, os 100.000km<sup>2</sup> representam apenas 10% de todo semi-árido, o que nos oferece 90% de toda a região a ser explorada na captação subterrânea. Sendo verdadeira a redução dos reservatórios em 75%, ainda assim, dos 20 bilhões de metros cúbicos, na verdade 22 bilhões conforme o DNOCS, restariam 5,5 bilhões de metros cúbicos – o suficiente para abastecer 75 milhões de pessoas, metade da população, já que o consumo médio é de 73m<sup>3</sup> ao ano, ou seja 200 litros por dia.

Todo o esforço da engenharia e os elevados custos do projeto trariam resultados modestos para o Nordeste. A proposta como está colocada beneficiaria os leitos dos rios Salgado-Jaguaribe (CE), Apodi e Açu (RN) e Piancó-Piranhas (PB), ou seja, apenas 3% de todo o Polígono das Secas, cuja área é de 1.064.000km<sup>2</sup>. Acrescente-se ainda que a proposta atenderia ao Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que detêm, juntos, 94% das águas acumuladas da região.

Os quatro estados (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), possuem, somados, 180, dos 265 açudes da região Nordeste. Os outros cinco estados possuem apenas 85 açudes e representam 68% da área do Polígono das Secas. Noventa e sete por cento do Polígono das Secas não seriam contemplados com o oneroso Projeto de Transposição das Águas do rio São Francisco. E mais um dado: a transposição de 70m<sup>3</sup>/segundo, ou 1,15 bilhões de metros cúbicos por ano, representa 5,5% da capacidade de estocagem dos 180 açudes do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que é de cerca de 20 bilhões de metros cúbicos.

O Velho Chico é a segunda maior reserva de água doce do País e é responsável por 66% dos recursos hídricos do Nordeste. Já tem problemas graves como assoreamento, poluição química, irrigação desregrada, pesca predatória e barragens sem estudo de impacto ambiental. Qualquer projeto audacioso para com este velho senhor, exige ponderação, racionalidade e muita cautela, principalmente, com os impactos ambientais da transposição.

A transposição não é uma solução mágica que a todos males sana instantaneamente. Ela não modifica o corte social do Nordeste. A miséria tem outras causas: má distribuição de renda, a claudicante reforma agrária, ausência de políticas continuadas, desemprego, analfabetismo, clientelismo, falta programação para armazenagem de água, necessidade de preservar vegetação, adaptação da economia para as condições regionais e preservação dos afluentes.

Só após exaurirmos a potencialidade hídrica da região, de otimizar-mos o aproveitamento de outras bacias, implantarmos outras tecnologias como adutoras e explorarmos os poços (hoje são em torno de 25 mil), seria recomendável mexermos com o Velho Chico, cujas águas vêm benzendo nosso povo há milhares de anos.

*Artigo publicado no jornal Gazeta de Alagoas em 1º-9-99*

## A PROMESSA DO PARAÍSO

O Governo Federal acaba de apresentar ao País o Plano Plurianual, rebatizado de “Avança Brasil”, e o Orçamento para o ano 2000. O Plano Plurianual dividiu o País em nove regiões e prevê investimentos de 1,1 trilhão de reais até o ano 2003, prometendo gerar 8,5 milhões de novos empregos, especialmente nas áreas de transporte, telecomunicações e energia elétrica.

As previsões governamentais indicam que boa parte destes recursos sairiam das receitas fiscais, da seguridade e que outra fatia considerável viria da iniciativa privada. Ocorre que a própria política econômica descapitalizou as empresas nacionais que, desta forma, estariam impossibilitadas de participar desta parceria.

De outro lado é preciso um grande esforço matemático para adivinharmos de onde virão os recursos públicos, levando-se em consideração o austero acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional, onde é exigido um superávit primário (receita-despesa) de 3,5% do Produto Interno Bruto para pagamento de juros da dívida.

A pirotecnia governamental lançou o plano numa previsível tática de responder a marcha dos 100 mil da semana passada. Como estratégia de *marketing* atingiu seus objetivos, pelo menos temporariamente. Mas a sociedade exige que, além dos efeitos especiais, o Governo leve adiante este plano e que, paralelamente, adote medidas emergenciais para combater o desemprego e a miséria e investir na agricultura e na construção civil.

Junto com o plano, o Governo está enviando ao Congresso o orçamento para o ano que vem. Há previsão de crescimento das despesas e também da receita. O Governo não tem controle sobre 80% do orçamento

e dificilmente consegue executá-lo, como está ocorrendo este ano, onde só foram executados 8,7%. O Orçamento que será apreciado no segundo semestre, reafirma a tendência de eternizar o provisório, a exemplo da CPMF.

Atrelados ao orçamento e ao PPA tramitam dois projetos de lei que revelam um dos equívocos da política econômica: o primeiro é no bolso do contribuinte e pretende prorrogar até o ano 2002 o adicional de 10% no Imposto de Renda da pessoa física com remuneração superior a R\$1.800,00, e um segundo estendendo até 2007 a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal, o FEF, do qual fui relator e condicionamos sua aprovação ao argumento de que ele não seria mais reeditado. O FEF já cumpriu sua missão.

O gerenciamento administrativo e político de uma nação não pode se converter em um exercício literário, onde são escritas páginas e mais páginas sobre como conquistar o paraíso e ele nunca ser alcançado. Obras de ficção só rendem popularidade aos diretores de Hollywood, mestres dos efeitos especiais. No Senado não medirei esforços para mudar a proposta. Os eleitos têm lealdade com os eleitores e não compromisso com os erros.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 5-9-99*

## A CRISE NOSSA DE CADA DIA

A aridez do Planalto Central em setembro vem contribuindo para desidratar algumas cabeças. Uma semana após o lançamento da ficção denominada “Avança Brasil”, pelo qual o Governo pretende retomar o crescimento, retornam ao palco os mesmos personagens que desde outubro do ano passado nutrem cirurgicamente as crises internas do Governo.

O falso antagonismo “desenvolvimentismo” *versus* “monetarismo” vem sendo utilizado como uma cortina de fumaça que serve de biombo para ocultar a disputa pelo controle da política econômica com vistas à sucessão presidencial. Lá atrás, em outubro, o *script* para criticar a política econômica coube ao ex-Ministro “desenvolvimentista”, Luis Carlos Mendonça de Barros, ejetado do Governo por conversas pouco ortodoxas ao telefone.

Na última semana, o novo porta-voz dos autodenominados “desenvolvimentistas” foi o ex-Ministro Clóvis Carvalho que, publicamente, criticou o Ministro da Fazenda. A sua histórica proximidade ao Presidente da República obrigou a todos a uma leitura óbvia: o Ministro Malan vinha perdendo força no Governo. Clóvis Carvalho, escalado ou não para dar o recado, acabou sendo vítima de sua ousadia e saiu do cargo apenas um mês e meio depois da posse.

Não resta nenhuma dúvida de que a política econômica, hoje voltada exclusivamente para pagamento de juros, necessita de correções. É imperioso que o Plano Real adquira um contorno social e assuma feições humanas. O próprio Ministro Malan, em conversas com o PMDB, já reconheceu esta necessidade. O tempo e as circunstâncias irão determinar a tempesti-



vidade das mudanças. As pesquisas de opinião e as manifestações públicas atestam a vontade popular de que o País avance.

Não obstante esta realidade, precisamos refletir sobre as sucessivas disputas internas no Governo, que há 11 meses ocupam as primeiras páginas do jornais e só contribuem para piorar nossa imagem e acentuar, desnecessariamente, uma propalada falta de diretriz, de comando mesmo. Eu, particularmente, não acredito em geração espontânea de crises. Elas só existem e se tornam públicas em virtude de alguém, com poder, as estar alimentando anônima ou explicitamente.

Não sei a quem, dentro do Governo, possa interessar a fragilização da figura do Presidente da República. Ao País não convém. As asas dos condutores da crise estão maiores que seus ninhos. Que as bruxas se acautelem para que o País não sofra nenhum dano. Um presidente não pode ficar enredado em fuxicos e administrar posturas adolescentes, ele precisa governar. Que os arautos das crises deixem o País seguir seu rumo de grandeza. Há um lugar para o Brasil no futuro.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 12-9-99*

## TRAGÉDIAS REPETIDAS

O Brasil está de joelhos, vilipendiado pela violência e impunidade. O sangue inocente escorre livre e impunemente pelas ruas de nossas cidades. A população, que penosamente, honra uma das maiores cargas tributárias do mundo, está órfã, desesperançosa e desesperada. Um de seus mais elementares direitos, segurança de vida, está sendo pulverizado pela ousadia dos criminosos.

Dois crimes bárbaros, sem esquecermos as milhares de vítimas anônimas, humilharam o País nos últimos dez dias e reforçam a idéia de paraíso do banditismo e da impunidade que se tem hoje sobre o Brasil: no Mato Grosso, foi executado o Juiz Leopoldino Marques do Amaral e no Rio de Janeiro o ex-comandante da PM, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira.

Os títulos das duas vítimas, covardemente assassinadas, já dão a dimensão do clima de barbárie e justifica este incomodo e doloroso sentimento de orfandade da população. Se juízes e coronéis são executados cruelmente à luz do dia, que impressão pode ter a sociedade, senão a melancólica certeza de que está abandonada pelos governantes?

O Juiz Leopoldino Marques do Amaral veio a Brasília com um extenso dossiê denunciando atividades irregulares no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entre elas a venda de sentenças, nepotismo e até, pasmem, conexões com o narcotráfico. O fato é que suas denúncias incomodaram e 45 dias depois de apresentar seu dossiê, ele foi encontrado morto com dois tiros na cabeça.

O Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, policial experiente e honrado, repetia sua rotina rumo ao trabalho e, lá, no *hall* de entrada de

um ex-governador Carioca, foi eliminado covardemente. Em suas duas gestões à frente da PM do Rio enfrentou duas chacinas que envolviam policiais – Vigário Geral e Candelária –, além de, corajosamente, estourar pontos dos bicheiros cariocas, que hoje se confundem com o crime organizado.

O Governo Federal precisa, urgentemente, se debruçar sobre o capítulo da Constituição Federal que trata da segurança pública. Não podemos prosseguir no remanejamento improvisado de recursos para garantir a segurança do cidadão em seu cotidiano. É imperioso que abandonemos outros temas, a fim de definirmos as fontes de financiamento da segurança pública. Proponho um fórum permanente de especialistas até que se encontre a solução.

De outro lado, o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, precisa adquirir a consciência de que o País já dispõe de uma lei federal de proteção às vítimas e testemunhas. Eu mesmo, ainda como ministro, assegurei os recursos necessários para todo o ano de 1999. Este programa, executado, representa a preservação de vidas e a certeza de desmantelamento do crime organizado.

A sociedade, com toda razão, está indignada. Ela já não suporta mais colecionar episódios e nomes impunes. Até quando vamos acumular em nossa vergonhosa história lembranças amargas como o “Bateau Mouche”, Sérgio Nayas e João Alves. Até quando?

*Artigo publicado em vários jornais do País em 19-9-99*

## LIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Os líderes de todos os partidos no Congresso Nacional passaram os últimos dias debatendo a quem caberia a relatoria do Plano Plurianual (PPA) enviado pelo Governo, que contempla nove projetos até o ano 2003. A polêmica em torno do PPA tem algumas premissas importantes para o equilíbrio democrático que precisam ser registradas.

Regimentalmente, não ficou dúvida, a relatoria cabe ao PMDB, dentro de um justo e histórico critério de alternância entre os partidos do Congresso. O Presidente do PMDB, partido fiel ao cumprimento das normas e do regimento, se colocou como uma sugestão para a relatoria.

Ao longo das discussões, o PMDB foi surpreendido com manobras de bastidores no intuito de subtrair do partido uma prerrogativa legítima e legal. Nestas ações buscou-se até pareceres jurídicos para tentar descaracterizar este direito transparente e claro do PMDB.

Não restou outra alternativa ao partido, diante de uma tentativa de solução de força, senão firmar sua posição, aglutinar seu pares e iniciar um intenso trabalho de convencimento junto aos líderes dos demais partidos. Foram dias e noites de conversas no sentido de encontrarmos uma alternativa consensual e democrática.

Os partidos de oposição compreenderam a posição do PMDB e se aliaram à tese do partido de que o regimento teria de ser respeitado e que não poderia haver nenhuma decisão que implicasse em imposições não amparadas pelas normas do Congresso Nacional.

De acordo com o regimento, a lei interna de funcionamento do Congresso, a questão teria de ser, obrigatoriamente, decidida no âmbito da Comissão de Orçamento, jamais fora de lá, com consulta aos líderes de todos

os partidos da Câmara e do Senado. Os Presidentes do Senado e da Câmara não têm a prerrogativa de eliminar a primeira instância da discussão, que é a Comissão de Orçamento.

Na longa sessão na noite da última quarta-feira (23), a expressiva maioria dos discursos confirmaram a tese defendida pelo PMDB. A discussão foi devolvida ao fórum legítimo – a Comissão de Orçamento – e a relatoria, após um entendimento entre todos os líderes, coube, regimentalmente, ao PMDB.

O Presidente do PMDB abriu mão da relatoria em nome de um deputado do partido, que será escolhido no começo desta semana. A solução preservou o Regimento, manteve o equilíbrio entre os partidos, revitalizou o colégio de líderes e o rodízio, o que beneficia os partidos de oposição. Venceu o Congresso, o consenso, e ficou demonstrado que o diálogo é, sempre, o melhor caminho.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 26-9-99*

## O CÓDIGO PENAL QUE A SOCIEDADE QUER

A experiência mundial, em diversos períodos e localidades, comprova a necessidade de uma estreita relação entre as normas jurídicas e a realidade social. As legislações geradas exclusivamente do pensamento acadêmico e dos tratados jurídicos, sem ressonância social, perdem a eficácia e alimentam a relação das leis que não pegam. O Brasil é pródigo em exemplos.

É inquestionável a urgência e oportunidade de mudarmos nosso obsoleto Código Penal, que data do início da década de 40 e, cujo conteúdo, foi progressivamente sendo ultrapassado pela evolução social. Dentre os tipos que já se tornaram letra morta podemos citar a bigamia, o adultério e a sedução. A sociedade desloca ininterruptamente suas convicções e a leis precisam captar esta mudança a fim de que não se tornem inócuas.

Com todo respeito que tenho pelo Ministro da Justiça, José Carlos Dias, e a devoção pela divergência saudável de opiniões, não me parece que a sociedade concorde com uma alteração do Código Penal que implique abrandamento de penas. O Brasil, lamentavelmente, lidera um melancólico *ranking* de violência e impunidade. A sociedade, de maneira direta, sofre com isto e esta inquietação se refletiu na pesquisa do Ibope, em que 84% da população consideraram as penas no Brasil muito brandas.

No final do ano passado, reconhecendo a necessidade de revisão do sistema penitenciário, ampliamos as possibilidades de penas alternativas, em que a cadeia é substituída pela prestação de serviços à comunidade. Mas este benefício se restringia a criminosos de baixa periculosidade, representando um economia anual de R\$280 milhões. Não é possível esten-

der este benefício aos delitos de graves conseqüências (colarinho branco) e aos hediondos (narcotráfico, estupro, homicídio etc.).

Durante dois anos, uma comissão de renomados juristas, designados pelo Ministério da Justiça, num trabalho exaustivo e metucioso, procedeu à revisão da Parte Especial do Código Penal. O anteprojeto recebeu, durante 8 meses, sugestões de toda a sociedade. Ao desconsiderar este trabalho, o atual Ministro, inutiliza o empenho e profissionalismo deste grupo e retarda as mudanças que a sociedade anseia.

O eixo do trabalho autônomo da comissão de juristas foi o da modernização do Código, introduzindo novos conceitos, como crimes cometidos pela informática e tipificando novos delitos, como a fraude imobiliária, assédio sexual e outros. O Governo poderia aproveitar este minudente trabalho e dar-lhe o contorno, liberal ou não, que achar por bem. À época, o presidente da comissão, Ministro Vicente Cernicchiaro, me falava com otimismo: “Espero que este trabalho vá adiante”.

É muito claro o antagonismo entre os juristas, teóricos do direito, e a classe política. O primeiro grupo, legitimamente, se debruça em estudos acadêmicos e tendências do direito internacional. A classe política que, em última instância irá votar, também licitamente, está atenta à opinião pública. O agravamento de penas, sempre polêmico, serviu, por exemplo, na falsificação de remédios, que atingiu 30% do mercado. A tipificação como crime hediondo inibiu este tipo de delito. A sociedade quer penas maiores e, certamente, o Congresso não irá votar de costas para o povo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 3-10-99*

## A HORA DA VERDADE

O Governo, por decisão de insuspeita legalidade do Supremo Tribunal Federal, deixará de arrecadar 2,3 bilhões de reais com a contribuição de 900 mil inativos para a Previdência. A decisão deve, espartanamente, ser obedecida e o Governo Federal procura uma alternativa para não acentuar o déficit que, além dos desdobramentos econômicos, fere profundamente a credibilidade do País no exterior.

Os economistas, obsessivamente monotemáticos, repetem a ladainha enfadonha de aumentar impostos e cortar gastos. Tentam, sem ressonância no Congresso, impor cardápios indigestos ao contribuinte com a elevação de alíquotas. O Governo, sensível à inquietação da sociedade, dá sinais de que está disposto a dialogar com todos para compensar o estrago na Previdência.

O PMDB, na maturidade propositiva, não aceita o prato feito da econocracia. Com a responsabilidade de avalista da governabilidade, foi chamado a apresentar soluções e refutou mais um pequeno milagre da área econômica. Não há mais espaço, tolerância e tampouco aceitação social para o aumento de impostos, novas taxas ou contribuições. É hora de mudar o eixo, de ousar.

O partido não irá fugir da discussão, desde que seja aberta, sincera; desde que não haja conversas reservadas em um formato e as públicas sejam distintas. Seja qual for o nome, consenso nacional, surrado pacto, entendimento, diálogo social, o PMDB irá colaborar com uma pré-condição: para equilibrar as contas, não vamos penalizar quem já exauriu sua cota de sacrifício.



Objetivamente, o PMDB sugeriu ao Presidente que tribute as grandes empresas e os bancos na remessa de juros, dividendos e lucros para o exterior. Desde o início da privatização, a economia foi desnacionalizada, a importação aumentou e a remessa de lucros para o exterior triplicou. Tudo em detrimento do mercado interno. É absolutamente racional, depois deste processo de abertura, rever a legislação sobre remessa de lucros. O primeiro passo foi dado pelo PMDB e aceito pela área econômica.

O Governo, cioso de suas responsabilidades, compreende também que, ao propor um pacto nacional para discutir o tema, está, implicitamente, admitindo considerar outras propostas e levar adiante soluções que não aquelas do embalsamado figurino clássico dos economistas do Governo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 10-10-99*

## PREÇO NO PRODUTO: VITÓRIA DO CONSUMIDOR

O Superior Tribunal de Justiça, numa decisão jurídica e socialmente louvável, resolveu esta semana que os supermercados estão obrigados a colocar os preços nos produtos expostos à venda, como determina, de maneira inequívoca, o artigo 31 do Código do Consumidor. A decisão fortalece a defesa do consumidor, da cidadania e não comporta outros recursos jurídicos.

Em 1998 o Ministério da Justiça, órgão máximo do Sistema de Defesa do Consumidor, passou a exigir o cumprimento do estabelecido no texto legal: “A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores”.

À época, além da exigência legal, o Ministério da Justiça, auxiliado por órgãos de defesa do consumidor, detectou uma discrepância entre os preços colocados nas prateleiras e os efetivamente cobrados nos caixas. As diferenças, em média, eram de 15%, com casos que chegaram até 182% no Rio de Janeiro. É oportuno frisar que as divergências de preços eram, sempre, desfavoráveis ao consumidor, gerando inúmeros constrangimentos.

O assunto foi amplamente discutido entre o Ministério e os representantes do setor por um longo período. O próprio Ministério, com a ajuda da Advocacia-Geral da União, chegou a derrubar 17 liminares em todo o País no intuito de preservar o direito à informação do consumidor. Houve

uma contenda jurídica que durou 14 meses até a decisão do STJ nesta semana.

Obviamente o direito do consumidor, que é ver o preço no produto, não exclui as inovações tecnológicas do código de barras. Eu nunca fui contra o código de barras. Sempre defendi a coexistência entre os dois, como ocorre na França, Espanha, Grã-Bretanha e Portugal, só para citar alguns países. O Código agiliza o procedimento comercial, diminui filas e dispara, automaticamente, reposição de estoques e ele deve, como determina a lei, conviver com o direito do consumidor de ver o preço no produto.

Há várias modalidades de colocação do preço no produto, entre elas o carimbo, o produto já sair da indústria com o preço e a própria etiqueta. Só à guisa de exemplo, mil etiquetas colocadas, incluindo mão-de-obra e impostos, custa R\$1,50. É necessária uma ampla campanha de divulgação e de fiscalização para que os grandes mercados não tentem repassar este custo, que é muito baixo. Convém realçar ainda que apenas 7% do setor estão automatizados, um número pequeno para justificar repasses de custos. Os grandes mercados são refratários à determinação, mas 93%, os pequenos e médios, já praticam o preço no produto.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 17-10-99*

## JUSTIÇA PARA TODOS

A reforma do Judiciário, finalmente, começou a andar no Congresso. O texto básico das mudanças foi aprovado esta semana e o início do caminho para mudarmos uma das estruturas mais arcaicas da atual Constituição.

O quadro atual é desanimador, tanto para os membros do Poder Judiciário quanto para a população, especialmente para os mais pobres, que vêem a Justiça como um horizonte longínquo, inatingível. O diagnóstico deste colapso é unânime: uma Justiça vagarosa, burocrática, cara, desigual e permeada de imperfeições administrativas.

Há, inegavelmente, uma carência de juízes no País. Existe no Brasil um juiz federal para cada 270 mil habitantes e um juiz de direito para cada grupo de 30 mil habitantes, quando a média européia é de um juiz para cada 7 mil cidadãos, e em países como a Alemanha a relação é de um para 700 habitantes. O resultado é o acúmulo de processos e lentidão. No Brasil, um processo passa 69% do tempo parado no cartório.

O Supremo Tribunal Federal julgou em 1989 15 mil processos. Este número pulou para 53 mil em 98 e este ano a previsão é de mais de 60 mil. Isto representa cerca de 6 mil processos para cada um dos ministros. A título de comparação a Supremo Corte dos EUA analisa 300 processos ao ano. No Superior Tribunal de Justiça, esta sobrecarga se repete com cerca de 102 mil processos anualmente.

Por outro lado, o Brasil possui um cipal de leis, uma extensa e intrincada relação de normas. São quase 17 mil e nem todas inteligíveis e bem redigidas. A abundância e a falta de clareza das leis contribuem, em

muito, para agravar morosidade do Judiciário. A Justiça só serve se for rápida, eficaz, igualitária e acessível a todos.

É necessário abandonarmos a política do retrovisor e fazer a reforma com os olhos voltados para o futuro. Dentro deste contexto, algumas mudanças são essenciais no Poder Judiciário. Além de organizar a administração do Judiciário, a fim de impedir abusos, é preciso trazer a Justiça para a sociedade.

Um conselho externo, para analisar ações administrativas e questões disciplinares do Judiciário, é fundamental. Ele poderá banir o nepotismo e o faraonismo. É igualmente imperioso, atendendo aos princípios de agilidade e uniformidade, a instituição do efeito vinculante. Os tribunais precisam seguir o exemplo do STF e, terminantemente, proibir a contratação de parentes.

Não há, hoje, como extinguir a Justiça trabalhista. Ela é a Justiça dos mais pobres. Atualmente existem mais de um milhão de processos na área trabalhista. É conveniente, sim, eliminar a figura do juiz classista. Acho oportuno, também, um fortalecimento efetivo, inclusive na Justiça Federal, dos tribunais de pequenas causas, um modelo eficiente de Justiça rápida. Hoje eles já são responsáveis por 30% dos processos.

A reforma deve ainda punir o litigante de má-fé, aquele que usa o recurso só para protelar, ampliar as defensorias públicas para quem não tem recursos, assegurar iniciativa legislativa em matéria processual aos tribunais superiores, estimular a mediação em questões trabalhistas, preservar o papel constitucional do STF e exigir a prática forense de, no mínimo, 2 anos para nomeação de juízes.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 24-10-99*

## PÂNICO DOS MENORES

Em qualquer pesquisa de opinião pública, a sociedade irá manifestar sua preocupação com dois dos principais problemas nacionais, os que mais angustiam as pessoas: a escalada da violência e o desemprego. São Paulo, lamentavelmente, assistiu esta semana a um espetáculo medieval e desumano.

Em mais uma rebelião, em centros teoricamente destinados a recuperar menores – as FEBEM –, foram feridos 48 e linchados, brutalmente imolados, quatro adolescentes. Muito embora a sociedade tenha perdido a capacidade de se assombrar, as cenas de pavor e as declarações do Governador paulista espantaram a todos.

O problema é anterior e não foi devidamente acompanhado. No mês de setembro, no espaço de nove dias, ocorreram nove rebeliões em unidades da FEBEM em São Paulo. Exatos 891 menores voltaram às ruas da cidade atemorizando e deixando mais insegura a sociedade. O número de furtos, assaltos, roubos e estupros cresceu. Em todo ano de 99 foram 2.200 fugas.

O que diz o Governador, há cinco anos no cargo? Que precisaria de um tempo para resolver o problema e que, se preciso, dormiria na FEBEM. Não honrou a declaração demagógica de dormir na FEBEM e tampouco se ocupou de evitar a explosão do problema. Ou faltam recursos, que não é o caso de São Paulo, ou falta governo. Se o Governador se confessa incompetente, alguém poderá suscitar, legitimante: para que governo?

Mais do que uma declaração desastrada, equivocada, lamentável, é um comportamento irresponsável de quem foi às ruas pedir votos para resolver problemas da população. Ela transcende as questões específicas e ati-

ra o Governo do Estado numa zona nebulosa de ineficiência e descrédito. Se o Governo não é capaz, por que os elevados impostos e pedágios: para patrocinar algo que não opera?

Os dados sobre segurança pública em São Paulo são alarmantes e continuamente crescentes. Apenas 1,7% dos homicídios daquele Estado são apurados e as estatísticas da violência já ultrapassaram as do Rio. É o resultado de uma ausência de políticas e o esvaziamento proposital de projetos que vinham sendo elogiados internacionalmente, entre eles o fim das escolinhas de futebol na periferia – comandadas por ex-craques como Ademir da Guia, que chegou ao limite de ir à TV, chorando, lamentar a extinção do programa.

A FEBEM se esgotou, implodiu. É uma academia de delinqüência e não consegue ressocializar os menores infratores. A responsabilidade é clara e direta – do Governo do Estado –, mas nenhum segmento da sociedade terá o direito de fugir de uma solução para o problema dos menores. É clara a ausência de políticas articuladas entre as esferas de governo e é mais evidente ainda a miséria no País – quase 1/3 dos menores e adolescentes brasileiros estão abaixo da linha da miséria.

O caminho para a solução seria rever todo o sistema prisional, as unidades de correção de menores, votarmos rapidamente a reforma do Judiciário, modificarmos o Código Penal, humanizarmos o Plano Real e, sobretudo, disciplinarmos a segurança pública no País. São necessárias fontes de financiamento para segurança claramente definidas. Só assim vamos nos livrar dos vergonhosos índices de violência no País.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 31-10-99*

## OS NÚMEROS NA LADEIRA

O relatório trimestral sobre o comportamento da economia brasileira, elaborado pelo comitê de política monetária, menos do que uma obrigação legal e burocrática, deveria servir de reflexão para a própria equipe econômica, uma vez que os números são inquietantes.

Na área de consumo, comparando-se o primeiro semestre de 1999 com 1998, foi registrada uma queda de 3,7% no setor atacadista e um declínio de 4,7% no varejo. A venda de automóveis foi reduzida em 24%, a produção industrial registrou um decréscimo de 3,2% e o desemprego atinge oficialmente 7,79% da população economicamente ativa.

Estas estatísticas, limitadas à comparação do primeiro semestre de 99 e 98, não são nada alentadoras. Mais impressionantes são os dados do “Boletim Econômico e Fiscal” da FENAFISCO, que faz uma radiografia macroeconômica dos últimos cinco anos.

A taxa de desemprego em cinco anos pulou de 13,2% para 18,3% dos 75 milhões de brasileiros economicamente ativos. Já são, pelo DIEESE, 15 milhões de desempregados. No mesmo período as reservas internacionais em dólar caíram de US\$52 bi para US\$42,1 bi.

A dívida externa subiu em 43,8%, saindo de US\$159,26 bi em 1995 para 228,19 bi em 1998. A dívida interna foi além e cresceu 100%. Passou de US\$170 bi em 1995 para US\$340 bi em 1998. O déficit público também cresceu em 92%, a taxa de juros aumentou com uma previsível queda na produção industrial e a carga tributária, que em 1995 era de 25% do PIB, saltou para 30% do Produto Interno Bruto no último ano.

Estes números já são suficientes para observarmos o que está sendo priorizado pela atual política econômica. Entretanto outros dados são



extremamente relevantes e devem ser registrados. Eles evidenciam que a globalização no Brasil tem outro nome: desnacionalização.

Nos últimos cinco anos a participação do capital estrangeiro no patrimônio líquido das empresas nacionais cresceu em 78%. Esta participação subiu de US\$72 bi em 1995 para 129 bi em 1998. O pagamento de juros da dívida externa evoluiu positivamente em 51% e mesmo assim o principal da dívida externa saltou 43%. Com a desvalorização ela deve estar acima de 35% do PIB.

O desdobramento óbvio foi o meteórico crescimento da remessa de lucros para o exterior em detrimento do mercado interno. As remessas aumentaram em 102%. Em 1995 foram repassados para fora do País US\$3,5 bi e em 1998 esta cifra atingiu 7,1 bi. Os lucros das empresas não estão sendo reinvestidos, mas drenados para o exterior.

Os números não comportam paixões políticas. São dados concretos e, não sendo precisos, necessitam de uma explicação cabal do Governo. Do nosso lado as reservas estão caindo, os juros subindo, foram-se as empresas nacionais e as dívidas (interna e externa) só cresceram, a inflação atingirá 15% este ano, os salários estão congelados, o desemprego cresce, os impostos aumentam. Do lado do paraíso, os lucros continuam chegando às custas do suor e infelicidade de nosso povo. Algo está errado.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 7-11-99*

## MORTES NO ESCURO

O ato bárbaro e violento protagonizado pelo estudante Mateus Costa Meira, de apenas 24 anos, que entrou no cinema em São Paulo e disparou aleatoriamente, matando três pessoas e ferindo outras cinco, além de estar-recedor, nos impõe a responsabilidade de ousarmos no combate à violência.

Episódios como este são cotidianos nas periferias das grandes cidades. Ocorre um crime por hora nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio. Quando atinge a classe média, ele se sobressai na rotina de violência. Na raiz desta e de milhares de outras tragédias está a vulgarização da droga e a banalização das armas.

No Brasil, 89% dos homicídios são praticados com armas de fogo e, mais de 60% deles, por motivos banais. Uma discussão acalorada em um bar, uma rusga em um estádio, um bate-boca no trânsito, na rua ou na escola, acabam em tragédias que nos conferem estatísticas sinistras de violência, como o campeão de homicídios, segundo a ONU.

Durante minha gestão no Ministério da Justiça, propus a proibição da venda de armas e munição em todo território nacional. Uma lei publicada no *Diário Oficial*, é claro, não resolve o problema da violência, mas é um passo decisivo e necessário para acabarmos com o crime sem causa, fruto da facilidade de se adquirir armas no País.

Estamos demasiadamente tolerantes, complacentes com a proliferação das armas. Quantas tragédias mais serão necessárias para acabarmos com esta epidemia da violência? Circulam no País, aproximadamente, 20 milhões de armas e só 1,5 milhão legalizadas. A legislação atual está ultra-

passada e favorece a clandestinidade. Vamos silenciar estas armas. Este é o momento.

O cidadão de bem se arma na ilusão de que ficará seguro e protegido. Isto não adianta. O bandido está sempre pronto e sabe manusear a arma. Surpreendido é sempre o cidadão honesto. As estatísticas revelam que 96% das vítimas armadas, quando reagem, acabam sendo assassinadas. Então para que armas?

A sociedade já se manifestou de maneira eloqüente. Numa pesquisa nacional, 85% da população aprovaram a proibição da venda de armas e de munições, mesmo entendendo que uma lei, por si só, não elimina, mas reduz a violência.

O projeto está no Congresso paralisado pelo *lobby* obscuro dos quatro fabricantes nacionais. É preciso sempre ter a consciência de que a cada estapido poucos lucram e muitos perdem familiares e amigos. Vamos estimular a exportação de toda a produção nacional, o que não prejudicará nenhum emprego do setor.

Depois de proibirmos a comercialização, é necessária uma unificação das polícias no combate ao sofisticado contrabando das quadrilhas internacionais. Há estatísticas de que, no Rio, 72% das armas apreendidas só foram exportadas no papel. Ficaram aqui mesmo alimentando a violência. O Congresso, em nome do País, está obrigado a resistir e a enfrentar os mercadores da morte. Chega de armas.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 14-11-99*

## CALVÁRIO DA VIOLÊNCIA

No último dia 25 foi comemorado o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher. Esta data foi criada durante o Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 1981. No Brasil, este dia, lamentavelmente, é menos de celebração e mais de atenção às nossas responsabilidades.

Estamos evoluindo lentamente nesta área. Temos arcabouços legais que necessitam ser complementados e outros atualizados. O legado patriarcal, ilegitimamente, transformou inúmeros lares brasileiros em calvários de violência e agressões de toda ordem contra a mulher.

O lar, santuário, símbolo de afeição, segurança e paz, em muitos casos, se converte num reduto de maus tratos e brutalidade: violências sexuais, físicas, psicológicas e ameaças intoleráveis, que afetam o desenvolvimento pessoal de pulveriza a autoestima de milhares de brasileiras.

As estatísticas, ainda que poucas, indicam a necessidade de uma grande mobilização nacional para combater a violência intrafamiliar. O primeiro passo foi dado quando ainda estava à frente do Ministério da Justiça. Mas o que evidencia a urgência para enfrentarmos o problema são exatamente os números invisíveis. A grande maioria das mulheres, vítimas de brutalidades e maus-tratos preferem a cumplicidade do silêncio, por medo ou desconhecimento.

Nos EUA, cerca de 20% das mulheres sofreram agressões físicas do próprio companheiro. No Canadá, os números se repetem. Na América Latina e no Caribe, aproximadamente, 30% das mulheres sofreram abusos sexuais e mais de 45% foram ameaçadas. No Brasil, 63% de vítimas da violência doméstica são mulheres.

Desde 1994, quando o Brasil começou a contar com as primeiras delegacias especializadas no atendimento à mulher, já são mais de 170 mil boletins de ocorrência. A expressiva maioria denunciando lesões corporais. Mesmo sendo um número irreal e modesto, a impunidade surpreende também aqui: 70% dos processos não evoluem e a razão de condenados é de um para 10 absolvições.

Mais estarrecedoras são as simulações feitas pela Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde: somente 2% dos casos de abusos sexuais cometidos contra menores, por pessoas da intimidade das vítimas, são denunciados. Nos EUA, apenas 18% dos estupros são praticados por desconhecidos.

Precisamos evoluir socialmente e o Congresso precisa expressar sua preocupação votando leis mais severas para punir os agressores e obrigá-los a reparar os danos causados às mulheres. A proposta de reforma do Código Penal foi concluída e entregue ao Palácio do Planalto ainda em minha gestão no Ministério da Justiça, mas, inexplicavelmente, não chegou ao Congresso.

Para combatermos a violência intrafamiliar, maus-tratos, exploração sexual, tráfico de crianças, pornoturismo, prostituição infantil e o assédio, além de outras modalidades de agressão, será necessária uma mobilização diária e efetiva de todos: Governo, sociedade, o mundo acadêmico e os meios de comunicação.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 28-11-99*

## ALÉM DO SILÊNCIO

Em julho deste ano, aprovamos e sancionamos a lei que criou o programa de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas. Inspirada em exemplos bem-sucedidos no exterior, ela representa um marco jurídico indispensável para combatermos o crime organizado, o narcotráfico e o contrabando.

A gênese da legislação é acrescentar aos inquéritos policiais e à Justiça elementos, por meio da prova testemunhal de indiscutível valor jurídico, para elucidarmos crimes, desmantelarmos organizações criminosas e acabarmos com o nefasto sentimento de impunidade, que vem deformando o País e desacreditando as instituições.

Os criminosos ameaçam, agem impunemente, pressionam e matam. A sociedade emudece, insegura e impotente. As vítimas e testemunhas ficam desprotegidas, abandonadas e desamparadas. Os corpos vulneráveis se curvam ao poder paralelo do crime. Nossos cidadãos se transformam em mendigos empalidecidos e silenciados pelo medo.

Entre outras providências a lei contemplou: segurança na residência, controle de telecomunicações, escolta em deslocamentos, transferência de domicílio, preservação da identidade e imagem, ajuda financeira mensal, suspensão temporária da atividade profissional, assistência médico-psicológica além do sigilo dos atos relativos à proteção.

A eficácia desta lei está subordinada à prioridade que ela terá do Governo. Não basta termos a lei se os recursos para execução do programa não forem assegurados. A parcimônia de verbas para atender às vítimas e testemunhas poderá tornar a lei inócua e até mesmo ridicularizá-la. Não

podemos admitir, depois de tantos esforços, que esta lei esbarre na burocracia no acesso e liberação dos recursos.

Ao deixar o Ministério da Justiça reservei 1,3 milhão para cinco meses de execução do programa em 1999. Além de liberar estes recursos, o Governo precisa redimensionar os valores para o ano que vem. No Brasil, nos seis estados onde este programa foi adotado por meio de convênios com o Ministério da Justiça, a experiência demonstrou uma média de 50 atendidos por estado. Seriam, então, cerca de 1.300 em todo País, o que implicaria um orçamento de, no mínimo, 5,4 milhões, tendo em vista o gasto mensal de 300 reais por pessoa e um custo inicial de inscrição no programa de 500 reais.

A título de comparação, os Estados Unidos, onde o programa existe há 27 anos sem nenhuma baixa, gastam US\$20 milhões por ano, com uma média de 150 pessoas protegidas anualmente. Ressalte-se que o programa norte-americano é exclusivamente estatal, distinto do modelo adotado no Brasil.

O Governo brasileiro não deve hesitar um segundo na viabilização dos recursos para materializar este programa. Até porque, como é do conhecimento de todos, ele dispõe dos recursos. Esta lei não pode se transformar em mais uma esperança infértil, em mais um mau exemplo de leis que não pegam e não saem do papel.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 5-12-99*

## MEDIDAS DEFINITIVAS

Na semana passada, o Senado aprovou por 70 votos a 2 a emenda constitucional que limita o prazo de validade e as regras na edição de medidas provisórias por parte do Presidente da República. A emenda pretende disciplinar o uso indiscriminado das medidas provisórias.

Esta modalidade de legislar foi incluída na Constituição de 1988, a partir da experiência parlamentarista italiana, a fim de conferir ao Governo agilidade legal em momentos de “urgência e relevância”. No Brasil, a obsessão pelas medidas provisórias entortou a boca do Governo e estes dois conceitos foram banalizados

Tendo em vista sua vigência instantânea e a ausência de limites no número de edições e reedições, todos os governantes que puderam recorrer a ela a utilizaram assiduamente. Desde 1995 – atual Governo – já foram editadas ou revalidadas 3.223 medidas provisórias. Meia MP por dia.

A emenda aprovada no Senado em dois turnos e que, agora, retorna à apreciação da Câmara Federal não inibe e nem tolhe a iniciativa presidencial de recorrer à medida provisória. Entretanto, os critérios foram estabelecidos a fim de que o Congresso não veja minimizado seu papel constitucional de legislar e não perca suas prerrogativas.

Pela proposta, a medida provisória passa a ter uma vigência de 60 dias, prazo prorrogável por mais 60. Ao final de 45 dias após sua edição, ela passa a ter prioridade de votação sobre as demais matérias em tramitação. Se, após 120 de vigência, ela não for aprovada na Câmara e no Senado, a MP perderá a validade.

Obviamente, esta normatização não pretende e não será fator de desarmonia entre o Legislativo e o Executivo, mesmo porque os ocupantes



dos dois poderes são transitórios e as instituições não, são duradouras. É claro, também, que, aprovada na Câmara Federal, a emenda não se aplicará às medidas em vigor – há medidas reeditadas há 6 anos, ou seja 72 vezes.

A disciplina proposta pelo Senado também não pode ser conduzida para o palco sempre delicado da governabilidade, uma vez que o Executivo continuará dispondo deste instrumento e terá um horizonte claro para trabalhar por sua aprovação e ainda operar alternativas se vislumbrada sua rejeição inevitável.

O Brasil, talvez ainda contaminado pela nostalgia imperial e cinzenta dos decretos-leis dos tempos de chumbo, é o único país presidencialista no mundo que albergou em sua Constituição a medida provisória, instrumento legal de natureza nitidamente parlamentarista.

A intenção das duas Casas, ainda que pesem as resistências de alguns segmentos da base de apoio ao Governo, é encerrar a votação deste emenda durante a convocação extraordinária, prevista para iniciar na segunda semana de janeiro. Não vamos multiplicar a idéia de que, no Brasil, tudo que é provisório acaba sendo definitivo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 12-12-99*

## NATAL COM ESPERANÇA

O nascimento de Jesus Cristo, a maior celebração cristã do mundo, é comemorado em todo o planeta e exige de nós, cristãos e mesmo das pessoas de outras religiões, uma profunda reflexão sobre os ensinamentos divinos e os tempos modernos, que a rigor, vêm nos afastando do legado que nos foi deixado.

Além do nascimento de Jesus, o Natal é uma data que encarna uma multiplicidade enorme de simbologias. É uma festa para agregar a família, representa a esperança, a fertilidade, a maternidade, fecundidade e sintetiza a fé na justiça e igualdade entre os homens – um fim perseguido há milhares de anos.

A vida – como nos ensinou Jesus Cristo – é para ser cumprida com denodo, altivez, justiça e integridade. Aquele que, voluntariamente, se inscreve nos preceitos divinos, dificilmente resvala a indignidade. O código bíblico nos indica a decência e a honradez. É isto que devemos perseguir.

Se espelhar em Deus é perseguir continuamente um rosário de condutas que dignificam a alma humana: perdoar, compreender, consolar, repartir, socializar, mas, acima de tudo, renascer. O renascimento diário sobrepondo o iníquo, o desonesto, o mesquinho, a cobiça e a perfídia.

Os ensinamentos divinos, se cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão de afirmação da vida. A vida, sendo exercitada dentro destes conceitos, ainda que eventualmente possa parecer improdutiva, engrandece o homem e contribui para que sejamos a reprodução da imagem divina.

Até a Revolução Francesa, recorrendo ao fato de Deus ter eleito Moisés como condutor de seu povo, os reis eram escolhidos pelo direito divino e coroados pela Igreja. Qualquer objeção se constituía em crime e ateísmo.

A criatividade de Rousseau permitiu subverter esta ordem sem que lhe cortassem o pescoço por heresia. Deus escolhe os reis, mas manifesta sua vontade por intermédio do povo. De onde consolidou-se a expressão: “A voz do povo é a voz de Deus”.

Elegemos nossos representantes e não devemos creditar seus tropeços às interferências divinas. Temos uma geografia árida no País e um quadro rústico e cruel de decomposição, avareza, destruição e indiferença em todo o mundo. As almas estão enrijecidas, carentes de esperança.

Vivemos tempos difíceis, mas superá-los é o maior ensinamento de Jesus Cristo. Não vamos permitir que nossos corpos sejam confiscados pela desesperança e sonolência. Ainda que a dura realidade venha se impondo fustigante, ultrapassando nosso desejo de um futuro melhor, vamos, juntos, reter no coração a promessa da primavera, que certamente virá.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 19-12-99*

## EM BUSCA DA ESPERANÇA

O Ano Novo traz consigo um sentimento positivo de esperança. É a hora do exercício saudável de um retrospectiva do já realizado e uma agenda de iniciativas e compromissos para o ano que se inicia. Agora, esta atitude tem um peso maior, em virtude da simbologia da virada do milênio.

O Brasil, particularmente, viveu um ano árido, difícil, especialmente no que tange à política econômica. Fechamos o ano com índices e estatísticas pálidas, inquietantes. A população quer crer na possibilidade de melhores dias, mas lentamente vai convertendo sua fé em desesperança.

O Plano Real apresentou algumas conquistas, entre elas a civilidade dos índices inflacionários, que no final do ano apresentaram repiques preocupantes. Mas uma política econômica não pode pretender se eternizar na publicidade de sua única virtude. Ele precisa avançar para não gerar novos sonhos órfãos.

Tenho insistido no Senado, e o fiz ainda no Ministério da Justiça, na urgência e necessidade de o Plano Real adquirir uma face humana, um contorno social. Lamentavelmente vêm prevalecendo os gráficos coloridos e as teses acadêmicas de densidade invisível da equipe econômica, distantes e incompreensíveis à população.

Os dados são desconfortáveis: o desemprego subiu; as dívidas externa e interna aumentaram; o déficit público cresceu; a participação dos impostos no PIB foi elevada; os juros permanecem na estratosfera; foi ampliada a participação do capital estrangeiro no patrimônio das empresas nacionais e a remessa de lucros para o exterior duplicou.

A condução da política econômica está priorizando, lamentavelmente, o mercado externo com o enorme sacrifício do mercado interno. Os lu-

ros não estão sendo investidos no Brasil, mas contribuindo para gerar riquezas e postos de trabalho fora do País. Há um dreno contínuo de nossas riquezas para o exterior e isso tem de acabar.

Por mais que se insista, o Congresso não tem faltado. Vem votando as reformas de que o País necessita e tomando todas as providências em relação àquelas que ainda serão votadas, tanto que, já no dia 11 de janeiro, Senado e Câmara vão se reunir, extraordinariamente, para agilizar esta agenda.

Os meios estão sendo viabilizados, entretanto, a classe política, que circula pelas ruas, feiras e periferias das cidades, está inquieta com os farrapos de cidadania, miséria e desemprego. Precisamos saltar da fé no futuro para uma realidade palpável. Que nos 500 anos de Brasil consigamos apagar nosso panorama colonial.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 26-12-99*

## O SILÊNCIO DAS ARMAS

O Congresso Nacional, finalmente, começa a dar a urgência e prioridade que merece o projeto proibindo a comercialização de armas de fogo e munição em todo o País. Ainda no Ministério da Justiça, apresentei a proposta que foi anestesiada na Câmara, provavelmente, pelo *lobby* dos fabricantes.

O projeto volta agora durante a convocação extraordinária do Congresso, que começou na última quarta-feira. Como relator no Senado, posso assegurar que não vamos e não devemos isolar a decisão. Vamos ouvir todos os segmentos envolvidos no tema para garantirmos uma lei em sintonia com o pensamento social.

De minha parte, não tenho dúvidas quanto à necessidade urgente da proibição. Irei ao limite na defesa desta tese. Seria ingênuo supor que a simples proibição eliminaria a violência, mas, sem dúvida, irá contribuir decisivamente para reduzir nossas vergonhosas estatísticas de criminalidade e acabar com o crime sem causa.

Segundo a ONU, na década de 90, três milhões de pessoas no mundo foram mortas por armas de fogo. No Brasil, foram 270 mil vítimas. Ou seja, temos 2,8% da população mundial, mas respondemos por 9% dos crimes cometidos por armas. No Brasil, como bem observou o movimento "Viva Rio", os brasileiros têm três vezes mais chances de morrer por arma de fogo que o resto do mundo, apesar de não estarmos em guerra.

Só este dado seria suficiente para defendermos a proibição definitiva das armas, mas existem outros: mais de 60% dos crimes com armas têm origem banal (brigas, rugas, discussões), ocorre um homicídio/hora no

Rio e em São Paulo, 96% das vítimas armadas que reagem, acabam assassinadas e a população, vítima da epidemia da violência, aprova a proibição.

Na discussão desta idéia, dois mitos foram pulverizados. O primeiro de que o crime era abastecido pelo contrabando de armas – 83% das armas apreendidas nos últimos cinco anos eram de fabricação nacional e 72% delas de dois fabricantes que controlam o mercado. Segundo mito: ao contrário do que se acreditava, as armas leves é que estão alimentando a violência. Das armas acauteladas neste período, 73% são revólveres e não armas pesadas.

A arma, a facilidade de obtê-la, sua banalização, é hoje o maior instrumento da violência urbana. Precisamos, definitivamente, varrer esta nódoa de nossa sociedade. Temos obrigação, como parlamentares, de aperfeiçoar leis, mas não temos o direito de transigir quando se trata de preservação de vidas. O Brasil já está cansado desta cidadania encardida de sangue e vergonha.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 9-1-00*

## ARMAS: A HORA DA VERDADE

Nas últimas semanas os senadores se debruçaram sobre uma das propostas mais controversas em tramitação no Congresso Nacional – o projeto que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o País, que pretende reduzir as estatísticas de violência.

Atualmente três propostas estão sob análise das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça, na qual eu sou relator. Todas pretendem impor algum tipo de restrição ao uso de armas e uma punição severa para a posse ilegal de armas de fogo.

Os projetos diferem no conteúdo quanto ao rigor no combate às armas. Não tenho dúvidas quanto à oportunidade, relevância e constitucionalidade das três propostas. Entretanto, penso que devemos atender ao princípio do gradualismo, contemplado no projeto que eu, ainda como ministro, encaminhei ao Congresso.

Ele proíbe radicalmente a venda de armas e abre exceções somente para as Forças Armadas, órgãos de inteligência federal, polícias estaduais e municipais e empresas de segurança devidamente legalizadas. Não podemos discutir o assunto a partir das ressalvas, mas, sem dúvida, o sentimento do Senado Federal aponta para uma flexibilização, a fim de incluirmos clubes de tiro, guardas florestais, agentes de trânsito e clubes de caça.

Na última semana, acatando uma sugestão minha, as comissões se reuniram e por cinco horas ouviram todos os segmentos da sociedade envolvidos nesta discussão. Foram diversas opiniões, favoráveis e contrárias, que serão levadas em consideração quando da votação do projeto.

Fruto desta discussão democrática e franca, estamos caminhando na elaboração de uma proposta que tenha respaldo político e viabilize sua



aprovação. Entretanto, me mantenho fiel ao princípio da proibição da venda, e admito discutir tudo, desde que a essência da proposta não seja alterada – o desarmamento.

O *lobby* dos fabricantes se movimenta com muita desenvoltura no Congresso no intuito de inviabilizar a proposta da proibição, mas o Senado, tenho convicção, fará a opção correta, uma vez que as pesquisas atestam a aprovação popular deste projeto que vedará a comercialização de armas.

As discussões já ocorreram, a sociedade foi ouvida, todas ponderações e desdobramentos da proposta foram levantadas. É hora de votar, não podemos esperar mais. Não será por falta de parecer que os senadores deixarão de votar. Se for possível um relatório único e negociado, melhor, caso contrário, levarei adiante meu relatório, que já está pronto, com a proposta da proibição da venda.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 23-1-00*

## DEMOCRACIA PLENA

Os senadores terão nesta semana a responsabilidade de decidir sobre o futuro do projeto que proíbe a venda de armas e munição em todo o País. Creio que todos já dispõem de elementos suficientes para votar, conscientes do que a proibição representará para o País em vidas e sofrimentos poupados.

Não podemos analisar uma modificação desta envergadura a partir das excepcionalidades. Se a cada instante determinada exceção for incluída, não estaremos, substancialmente, alterando o quadro dramático de violência no País. A idéia de proibir a venda é ousada. A essência é desarmar a população e é sobre esta premissa que devemos ouvir a população.

Eu tenho clara minha posição. Sou contrário à venda de armas, mas reconhecendo a controvérsia que a proposta envolveu, estou sugerindo em meu relatório que o Senado dê sua posição, contrária ou favorável, para que possamos ouvir toda a sociedade num referendo a ser realizado simultaneamente com o primeiro turno das eleições municipais deste ano.

Tanto se fala em nome da sociedade, tanto porta-voz a opinião pública tem que o mais legítimo é ouvir a sociedade diretamente, pelo voto no referendo, como prevê a Constituição Federal em seu artigo 14. Este será o primeiro referendo após a Constituição de 1988 e, espero que este instituto seja utilizado com maior freqüência.

É fundamental envolvermos a sociedade nesta discussão. Desde o princípio tenho reiterado que o Congresso não pode decidir de costas para opinião pública, uma vez que leis não assimiladas pela sociedade, distantes

da realidade, se tornam letra morta e nunca saem do papel. São as famosas “essa não pegou”.

Seria natural que ouvíssemos a opinião pública regularmente, em especial, nos temas que mexem no dia a dia das pessoas. Ainda quando ocupava o Ministério da Justiça encomendamos uma pesquisa de opinião pública. Foram ouvidas mil pessoas em todo o País e o resultado foi inequívoco: 85% da população concordaram com a proibição da venda de armas.

Vamos repetir este pergunta na urna, aferir o desejo da sociedade. O que não podemos mais é adiar a votação deste projeto e, igualmente, não devemos ficar de braços cruzados, fingindo que 47 mil pessoas não estão morrendo todos os anos em virtude da vulgarização da arma de fogo. Acho improvável que alguém se recuse a ouvir a sociedade sobre este tema.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 30-1-00*

## A REGRA DO JOGO

O Superior Tribunal de Justiça colocou um ponto final na polêmica em torno da obrigatoriedade dos supermercados colocarem o preço em cada um dos produtos expostos à venda, como determina, cristalinamente, o artigo 31 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Dois meses após a decisão terminativa do STJ, podemos observar que os supermercados, particularmente, as grandes redes permanecem renitentes no fiel cumprimento da decisão da Justiça. É um fenômeno circunscrito aos grandes, uma vez que os pequenos e médios supermercados, 93% do setor, já praticam o preço no produto.

Trata-se de uma afronta inaceitável e uma insubmissão inadmissível ao estado de direito, que deve ser punida severa e exemplarmente. Os meios jurídicos para possibilitar esta punição já estão disponíveis no próprio Código de Proteção e Defesa do Consumidor e permitem uma progressividade de sanções para que os que se julgam acima da lei se adequem ao que foi decidido.

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é composto pelos PROCON, subordinados aos Governos de Estado, Ministério Público e pelo Ministério da Justiça, instância superior na defesa do consumidor brasileiro. Estas três esferas precisam se organizar e adotar uma ação enérgica para preservar o mais elementar dos direitos do consumidor, que é o da informação clara.

É necessário atuar firmemente, fiscalizar à exaustão e punir emblematicamente os infratores. Cabe ao Estado, em todos os níveis, assegurar a subordinação à lei e aplicar sanções àqueles que tentam burlar ou negligenciar

ciar o que determina o Código do Consumidor. Não só a multa, mas o respeito ao Código irá contribuir para consolidá-lo.

É imperioso que os órgãos encarregados de proteger o consumidor, elemento mais vulnerável na cadeia de consumo, assumam suas responsabilidades. A omissão irá contribuir para desacreditarmos uma de nossas melhores legislações, que tem servido de exemplo a outros países que não dispõem de leis de proteção do consumidor.

Há várias modalidades no mercado para se colocar o preço no produto. Reitero que o direito do consumidor de ter o preço no que está comprando convive perfeitamente com o código de barra, inquestionavelmente, uma evolução em termos de agilidade e conforto nas compras. Modernidade é respeitar o consumidor, ter ciência da eternidade das relações de consumo e, sobretudo, cumprir a lei.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 6-2-00*

## ESPUMA NA FUSÃO

O CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – é uma autarquia criada para defender os direitos da sociedade e equilibrar as regras de convivência dentro de um mercado livre. É o braço do Estado contra a inclinação predatória de cartéis e monopólios, cuja vítima, invariavelmente, é o consumidor. É no CADE que são julgadas as fusões ou compras de grandes empresas, umas pelas outras.

Em julho de 1999, foi anunciada a maior fusão do País entre as três grandes fabricantes de cerveja nacional. O CADE, imediatamente, suspendeu a fusão até que o plenário do órgão julgasse a continuidade ou não da operação. Iniciou-se uma intensa guerra nos bastidores desta fusão, que envolve valores superiores a 8 bilhões de reais.

Esta semana o País foi surpreendido pelas declarações de uma conselheira, exatamente quem está relatando a fusão, sobre supostas tentativas de suborno a outros membros do CADE, com o objetivo de aprovar a fusão entre das empresas. A Polícia Federal está investigando a denúncia e recomendou a suspensão da união das empresas até o final do inquérito. O Plenário do CADE recusou a sugestão e agora tem até o começo de abril para decidir.

O Senado tem como uma de suas principais atribuições a fiscalização sobre os atos do Executivo, por isso requeri à Comissão de Fiscalização e Controle a convocação de todos os nomes mencionados nesta possível trama de corrupção para prestarem esclarecimentos o mais rápido possível, a fim de que a votação não fique coberta por uma nuvem de suspeita.

Esta fusão não pode colocar os consumidores numa gelada e tão pouco será tolerado que o burburinho afete a imagem do CADE, uma instituição séria e necessária ao País para evitar os abusos de cartéis e monopólios. Não vamos contribuir para desacreditá-lo. Vamos esclarecer tudo e corrigir o que for necessário. É inadmissível que se faça espuma sobre um tema tão sério.

Denúncia de corrupção, como esta, não desce redondo, não é a paixão nacional e tem, definitivamente, de deixar de ser a número um do País. Suspeitas como esta chocam a sociedade e, como cerveja quente, ninguém engole. Por isso o Senado, que é responsável pela aprovação dos nomes dos conselheiros do CADE, deve acompanhar o caso de perto e esclarecer todos os pontos.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 13-2-00*

## DEVER DE CASA

O Congresso encerrou nesta última semana o período de convocação extraordinária e, simultaneamente, iniciou o ano legislativo regular. Apesar das críticas iniciais, o balanço das votações e agilização de vários projetos que estão tramitando revelaram a produtividade deste período, ainda que tenhamos de repensar o assunto.

Alguns projetos e emendas foram aprovadas nas duas Casas em dois turnos e pretendem colaborar para o equilíbrio das contas públicas e para austeridade de gastos com os impostos pagos pelo contribuinte. Outros tiveram avanços significativos, entre eles, evoluiu bastante a mais importante das reformas, a do Judiciário.

Só com a modificação estrutural do Poder Judiciário brasileiro poderemos garantir à população uma Justiça ágil, eficaz e igualitária. A reforma do Judiciário, que andou bastante na Câmara dos Deputados, irá permitir que apaguemos a sensação de impunidade e que tenhamos uma Justiça igual para todos.

É imperioso que, apesar do *lobby* indecoroso dos fabricantes, avancemos no projeto que proíbe definitivamente a venda de armas e munição em todo o País. É uma proposta vital no intuito de eliminarmos os chamados crimes sem causa e diminuirmos nossas vergonhosas estatísticas de violência e morte.

De outro lado, o País anseia e reclama por uma reforma tributária que dê condições de competitividade à empresa nacional e desonere a pessoa física. O Brasil tem uma babel tributária que precisa ser racionalizada e aperfeiçoada, a fim de que os impostos sejam justos e pagos por aqueles que devem e podem pagar.



De importância igual será a reforma política. O atraso eleitoral de nosso País é responsável pela manutenção de ilhas de poder, verdadeiras capitâneas eleitorais do voto. É urgente a mudança que priorize, pelo menos, três aspectos: o fortalecimento dos partidos, com a fidelidade, a definição sobre o financiamento das campanhas, de modo a igualar os candidatos e um dispositivo que impeça a criação das chamadas legendas de aluguel.

Da perspectiva do arcabouço legal o Brasil está andando, mas são recomendáveis providências sociais que possibilitem à população participar desta evolução. A área econômica precisa priorizar o mercado interno e disponibilizar recursos para gerar empregos na agricultura, construção civil e pequenas empresas.

Este semestre, atípico em virtude das eleições municipais, recomenda urgência para votarmos todas estas questões. Não será legítimo buscarmos mais uma vez a aprovação das urnas se não levarmos de baixo do braço nosso dever de casa, corretamente feito. A cobrança virá das ruas, que ainda está carente de resultados práticos.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 20-2-00*

## VERGONHA NACIONAL

Em 1940, o então Presidente Getúlio Vargas, dentro de sua política nacionalista, criou o salário mínimo no intuito de estimular o mercado interno. Em 60 anos os demais índices da economia melhoraram e o mínimo perdeu seu poder de compra e sua força na economia nacional foi reduzida.

O salário mínimo, na década de 40, tinha a capacidade de compra três vezes e meia superior se comparado aos atuais 136 reais. Se o poder aquisitivo do mínimo fosse mantido continuamente e tivesse acompanhado os demais números da economia, hoje ele estaria em torno de 480 reais.

As projeções dos economistas apontam que este valor provocaria um déficit nas contas públicas, em especial da Previdência, em torno de 34 bilhões ao ano, número pouco assustador se considerarmos a quantia que a atual política econômica está pagando a título de juros.

O impacto do reajuste do mínimo nas contas da Previdência tem sido o argumento mais utilizado para frear a recuperação do valor do salário mínimo. Hoje são 12 milhões de aposentados e pensionistas que recebem o mínimo e cerca de 4 milhões de trabalhadores, no mercado formal, que ganham o piso salarial.

No mercado formal, um em cada 10 empregados recebem o mínimo. Entre os trabalhadores sem carteira assinada esta relação aumenta de quatro para cada grupo de 10 trabalhadores. O mínimo representa hoje menos de 25% da força do trabalho quando, em 1940, nada mais nada menos do que 68% da população ganhavam um salário mínimo.

É claro que o salário mínimo preservou sua importância, ainda que modesta, dentro da economia e, inquestionavelmente, foi se deteriorando

e perdendo seu valor de compra. Mais do que repor a inflação é imperioso que os economistas apontem soluções para sua real recuperação. O Brasil tem o menor salário mínimo da América do Sul, uma vergonha para quem detém o título de oitava economia mundial.

Numa economia aberta e moderna, na qual o Brasil ensaia os primeiros passos para ingressar, o baixo custo da mão-de-obra não é fator preponderante para os custos finais dos produtos. É preciso observar que em todos os momentos em que o mínimo teve crescimento real houve diminuição da pobreza.

O Governo precisa analisar o índice de reajuste do salário mínimo com a cautela necessária. Este percentual não deve considerar apenas os números frios da matemática. A equipe econômica deve fazer todos os esforços, dentro do que a situação possibilitar, para reajustar dignamente o mínimo e iniciar um processo de valorização real do salário mínimo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 27-2-00*

## CELEBRAÇÃO RESPONSÁVEL

Nesta semana tive a oportunidade de pesquisar a origem do carnaval. É praticamente impossível localizarmos, com precisão, o período do surgimento da festa. Mesmo os historiadores especializados divergem quanto a gênese da maior manifestação da cultura popular brasileira. Uma comemoração que surgiu em terras distantes mas aqui adquiriu sua forma definitiva.

O Governador da cidade grega de Atenas, Pisístrato, no século VII a.C. oficializou o culto ao deus Dionísio, que encarnava o êxtase e o entusiasmo. Estas festas ocorriam no início da primavera com lavradores e camponeses, em procissão e alguns mascarados, comemorando a colheita em carros abertos acompanhados por música, dança e vinho.

Durante o império romano a tradição grega de celebrar boas colheitas foi mantida nas chamadas Saturnálias, uma referência ao deus romano Saturno, identificado com a agricultura. Os festejos de rua durante o império romano reproduziam a alegria e expansividade da festa grega.

A grande polêmica está na origem da palavra carnaval. Alguns estudiosos atribuem a “carrum navalis”, carros navais alegóricos que, como nossos atuais, abriam as festas dedicadas a Dionísio. Outros defendem que a palavra se originou da expressão “dominica ad carne levandas” (tirar a carne), criada por Gregório I numa referência à quaresma.

Entre os historiadores não há divergências quanto ao carnaval ter surgido como uma válvula de escape para as classes desfavorecidas, tendo em vista a extrema rigidez da estratificação social de outrora. Trata-se de

uma festa para celebrar a alegria, o prazer, o luxo, o canto, a dança e a brincadeira.

Mesmo reprimido por um determinado período, o carnaval é uma festa que o povo impôs e perpetuou para si mesmo, não obstante as tentativas frustradas em condenar a comemoração por considerá-la pecaminosa e permissiva. A Igreja só reconheceu o carnaval em 1545, durante o Concílio de Trento, não obstante os incentivos dados pelo Papa Paulo II anteriormente.

Carnavalizar é quebrar a rígida ordem social – o pobre tem luxo e é coroado; é inverter papéis – homens se vestem de mulher e vice-versa; é misturar, democratizar e fazer a maior festa brasileira que reúne teatro, dança, folclore e música no maior espetáculo do planeta.

O momento é de extravasar e brincar. No mundo moderno, a única faceta negativa do carnaval é a violência, especialmente, no trânsito. As estatísticas de morte e feridos aumentam sensivelmente durante este período. A maioria das mortes e feridos, durante o carnaval, é causada pelo excesso de álcool. É necessário prudência. O carnaval nunca foi uma festa de sacrifícios humanos. Vamos celebrar com responsabilidade.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 5-3-00*

## DÉCADA AMARGA

Às vésperas do carnaval, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE – divulgou os números do desemprego, crescimento do mercado informal de trabalho e a variação da renda do trabalhador brasileiro ao longo dos últimos 10 anos. Lamentavelmente, os resultados apurados em seis capitais com altos índices de industrialização não foram nada alentadores.

De acordo com os dados, o desemprego no País alcançou seu segundo pior índice mensal: 7,6% da população economicamente ativa estavam sem trabalho no mês de janeiro. Este percentual em janeiro de 1999, era de 7,7%. Outro índice semelhante só foi registrado em janeiro de 1984, quando 7,5% dos trabalhadores procuravam uma vaga no mercado de trabalho.

O patamar de desemprego, em torno de 7%, vem se mantendo estável desde 1998, quando ele atingiu 7,3%. É um percentual, sem dúvida, elevado mesmo para países altamente desenvolvidos que dispõem de políticas econômicas eficientes contra o desemprego. No Brasil, em virtude de nossa realidade, torna-se um índice inaceitável. A metodologia do IBGE ameniza os números. No meu estado, Alagoas, o índice de desemprego já atingiu 34,77%.

Um outro dado que chama a atenção comprova o crescimento do mercado informal, ou seja, emprego sem assinatura da carteira de trabalho e, portanto, sem os benefícios previdenciários e sociais, como fundo de garantia, aposentadoria e etc. O mercado informal aumentou em 62% nesta década, o que implica também menos impostos e contribuições sociais.

Segundo os dados da pesquisa do IBGE, nos últimos 10 anos, o trabalhador brasileiro assistiu sua renda média ser reduzida em exatos 8,09%, ou seja, a inflação cresceu mais do que os rendimentos dos trabalhadores. Resultado de uma perversa combinação de desemprego, que achata os salários, e repiques inflacionários.

O Plano Real não pode se converter em um telhado virtual, com janelas exclusivas e particulares de otimismo. A eficácia da política econômica precisa, urgentemente, ser compartilhada e sentida pela sociedade. Não faz sentido um plano pelo plano. Acima de tudo está o cidadão. O Estado não pode viver para si próprio. Reprisar o mérito do controle inflacionário é um exercício inútil de arqueologia. É preciso socializar o real.

Nós vemos e compreendemos o Plano Real, mas é necessário mais do que isso. A população, além de vê-lo nitidamente, precisa tocá-lo. Para isso o real está precisando de um passaporte brasileiro, a fim de ingressar na vida do País. Ele será bem-vindo. E isto só pode ser feito com a geração de postos de trabalho e recuperação dos salários, não só o mínimo e o máximo. Precisamos incluir na discussão os servidores públicos, há cinco anos sem qualquer tipo de reajuste.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 12-3-00*

## BALAS PERDIDAS

O triste cotidiano de crimes e violência no País, que se agrava a cada dia, parece estar anestesiando os homens públicos, responsáveis por propor aperfeiçoamentos ou mudanças no que estiver ineficiente. Na última semana foi fartamente veiculado pela imprensa o desaparecimento de cerca de 300 mil cartuchos para fuzis que, como se sabe, são as armas favoritas do crime organizado.

O lote 178 de uma determinada empresa, contendo 500 mil balas, tinha como destino a Polícia Militar do Rio de Janeiro. A PM, entretanto, garantiu ter recebido, no máximo, 190 mil balas. Ou seja, estranhamente e até o momento sem nenhuma explicação, desapareceram, na melhor das hipóteses, 110 mil cartuchos. Fica evidente a absoluta falta de controle e fiscalização neste setor.

Mais óbvio é ainda é prever que estas balas perdidas irão municiar o crime organizado. Fica mais uma vez evidenciado que as organizações criminosas não se nutrem de armas e munições contrabandeadas, pelo contrário, como diversas vezes já demonstrado, operam com armamentos e munição de fabricação nacional.

Este lamentável desaparecimento das balas deverá contribuir, assim espero, para inibir o *lobby* que, no Congresso Nacional, está dificultando a votação do projeto que proíbe a venda de armas e munição em todo País. É inadmissível que um desvio deste evapore no esquecimento. Além da punição rigorosa e exemplar dos responsáveis é preciso modificar a atual lei de armas.

Do ponto de vista regimental, o projeto, do qual sou relator, já tem condições de ser apreciado e votado. Na última semana, a Mesa Diretora



do Senado concordou que o projeto deve ser votado, primeiramente, pela Comissão de Constituição e Justiça, por ser tratar de matéria penal.

Decidida esta preliminar, o Senado já está apto a votar o projeto, o que certamente, entre outras coisas, irá contribuir para um controle efetivo das armas de fogo e da munição em circulação no Brasil.

O parecer já está pronto e irá contemplar ainda a punição, com dois anos de cadeia, para as pessoas que promoverem, facilitarem ou ajudarem no desvio de armas ou munição. Este projeto, que reconheço ousado, não vai eliminar a violência, mas contribuirá decisivamente para reduzirmos as estatísticas e acabar com o chamado crime sem causa, cometidos por motivos banais.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 19-3-00*

## CRIMES MODERNOS

O Código Penal Brasileiro tem 60 anos de existência e ninguém tem dúvidas quanto a premente necessidade de atualizarmos vários dos seus conceitos e tipificarmos novos delitos que surgiram com a evolução da sociedade. Entre eles estão os chamados crimes cibernéticos, inimagináveis na década de 40.

A rede mundial de computadores é um instrumento de comunicação instantânea e eficaz. Sua comodidade é indiscutível, mas a segurança e a má utilização das redes ainda é um problema sério que terá de ser enfrentado pelos governantes de todos os países do mundo.

O Brasil possui hoje, aproximadamente, 8 milhões de usuários de internet e não temos sequer um instrumento que tipifique e puna os chamados cibercrimes, ou delitos cometidos com o uso do computador. Eles vão desde a violação da vida privada das pessoas até o terrorismo cibernético, que tanto preocupa as nações.

São cada vez mais frequentes as notícias da ação dos conhecidos piratas cibernéticos, batizados de *hackers*, que invadem bases de informação no intuito de prejudicar seu funcionamento normal ou mesmo para subtrair, adulterar ou apagar registros e patrimônios privados ou públicos.

Ainda quando Ministro da Justiça tive a oportunidade de participar do encontro de Ministros da Justiça e Procuradores Gerais, promovido pela Organização dos Estados Americanos no ano passado. A grande maioria dos países já dispunha de legislação específica para inibir os crimes via computador. O Brasil, que à época finalizava a Reforma do Código Penal, era um dos poucos sem a lei para combater os delitos de informática.

Na última semana apresentei ao Senado um projeto tipificando e punindo 20 novos tipos de delitos, todos praticados com a utilização do computador. As penas, conforme a gravidade do crime, chegam até seis anos de detenção e multas. Para um delito cometido em ambiente virtual são necessárias penas reais.

Os crimes foram divididos em sete capítulos: contra a inviolabilidade de dados; contra a propriedade e o patrimônio; contra honra e a vida privada; contra a vida e integridade física das pessoas; contra o patrimônio fiscal; contra a moral pública e contra a segurança nacional. O projeto prevê ainda penas agravadas se o crime é cometido contra empresas de serviços públicos, como telefonia e distribuição de energia, entre outros.

A relevância e oportunidade do projeto justificam uma rápida apreciação da proposta. Mesmo sendo o computador um instrumento utilizado por menos de 10% da população, a tendência é de um rápido crescimento no número de usuários, o que recomenda uma ação preventiva do Brasil de forma a inibir os crimes cibernéticos.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 26-3-00*

## A DUPLA FACE DOS JUROS

O Conselho de Política Monetária – COPOM – tem sido excessivamente cauteloso na condução do processo de redução dos juros cobrados no Brasil, os maiores de todo o mundo. A taxa básica, esta semana, foi fixada, por decisão do Banco Central, em 18,5% ao ano, após a decisão dos Países Exportadores de Petróleo de aumentar sua produção em 7%.

O cenário de aumento da produção de petróleo, em 1,7 milhão de barris ao dia, já estava previsto por todo o mercado nacional e internacional, tendo em vista a forte pressão norte-americana, já que o preço do barril chegou a 34 dólares e agora, presumivelmente, se estabilizará entre 25 e 26 dólares.

Todo o mercado futuro, a partir da definição do novo salário mínimo e da certeza da redução e estabilização do preço do petróleo, começou a trabalhar com juros em 18,5% ao ano, antes mesmo do anúncio formal do Banco Central durante esta semana. Fica evidente a timidez revelada pelos responsáveis da política econômica do País.

Os cenários da economia interna e internacional estão propícios para que o Brasil inicie uma política mais agressiva de redução de juros. A inflação está sob controle e as definições que poderiam implicar repiques inflacionários já foram tomadas, o que nos permite uma previsibilidade razoável para reduzirmos ainda mais a taxa básica de juros. Se formos aguardar o paraíso para promover uma redução mais acelerada, nunca o faremos.

Se o Brasil pretende, realmente, crescer os almejados 4% ainda este ano, e com isso acelerar a atividade econômica e gerar novos empregos, como todos desejamos, é hora de enfrentarmos o excesso de conservadorismo e reduzir os juros. Segundo os especialistas em mercado, a taxa básica

pode chegar aos 17% nos próximos meses, mas o ideal é que esta redução atinja, pelo menos, os 12% anuais.

A redução de 0,25 pontos percentuais implica uma economia para o Brasil em torno de 2 bilhões de reais por ano. Por outro lado, com o redução do custo do dinheiro, as empresas melhoram sua competitividade, conseguem colocar produtos a preços mais baixos e criam condições para gerar novos postos de trabalho.

Resta, entretanto, o consumidor brasileiro, conhecido no impenetrável e incompreensível mercado econômico, como tomador final. Os bancos desconsideram a taxa de 18,5% ao ano e cobram até 13% ao mês para o empréstimo pessoal. O cidadão brasileiro, no crediário, no cheque especial, no financiamento e no cartão de crédito, está pagando juros extorsivos que estão longe, muito longe, dos próprios juros fixados pela área econômica. Estas reduções precisam chegar ao consumidor urgentemente.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 2-4-00*

## A MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL

Em março último, o Brasil assistiu, imobilizado, a mais recente crise do petróleo. A redução da produção, determinada pelos países exportadores, provocou uma elevação dos preços em todo o mundo e o custo do barril chegou a inquietante cifra de 34 dólares. Aumento no preço da gasolina e do óleo diesel é sinônimo de pressão inflacionária.

O Brasil é altamente dependente desta fonte energética. Importa 230 mil barris diários e não fosse a insustentável pressão do governo norte-americano para que a produção fosse elevada em 7% e os preços reduzidos, estaríamos sob o risco de prejudicarmos todos os esforços feitos até então no controle das contas públicas.

Esta não foi a primeira e não será a última crise do petróleo. Esta imprevisibilidade deveria ser suficiente para que o Governo Federal, decisivamente, retomasse os estudos em torno da reativação do Programa Nacional do Álcool, que foi anunciada em 1977 e até hoje não migrou da disposição para a ação concreta. O Brasil deve priorizar o álcool antes mesmo de ingressar na OPEP.

O PROÁLCOOL, criado na década de 1970, revelou ao mundo o pioneirismo e a capacidade brasileira diante de um problema que vem se repetindo. O Brasil desenvolveu uma tecnologia alternativa eficiente na utilização do álcool como matriz energética. Chegamos, na década de 80, a ter 90% dos veículos movidos a álcool hidratado. Hoje temos menos de 20%.

Cada barril de álcool consumido, em substituição ao petróleo, significa uma economia de 76 dólares. O setor emprega atualmente 1,3 milhão de trabalhadores, é capaz de gerar mais 3 milhões de empregos, é um com-

bustível limpo de alta octanagem e menor poluição, é renovável, tecnologicamente avançado e é um poupador de divisas invejável. Sua importância econômica, social e estratégica é indiscutível.

É óbvio que houve equívocos no passado no passado. Houve falta de planejamento. O combustível sumiu e o programa foi levado ao descrédito. Mas a má gestão da primeira iniciativa não significa que devemos abandoná-lo, no exato momento que outros países estão buscando álcool como alternativa energética. O Brasil é o maior produtor de cana do mundo, com 30% da produção mundial, e detém a tecnologia.

O Governo deve reativar o programa evitando os erros do passado. Não se pretende a criação de benesses ou privilégios. É necessário reativar esta matriz energética fixando, claramente, a fatia que o álcool terá no mercado, o que penso ser ideal em torno de 50%. Se isto for atingido estaremos economizando em torno de 11 bilhões de dólares ao ano. Quantia significativa para um País que tanto sacrifica o cidadão para equacionar suas contas.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 9-4-00*

## ESTRADAS PERIGOSAS

A insegurança pública é hoje um dos temas, além do desemprego, que mais angustia a sociedade e vai conduzindo o Brasil para o 4.º mundo. A taxa de criminalidade é intolerável, a impunidade vergonhosa e a tibia ação do Estado, aí compreendidas todas as esferas (União, Estados e Municípios), é preocupante.

Dentro deste cenário semi-bárbaro, o crime organizado cresce assustadoramente no setor de transporte de cargas e passageiros. A incidência criminosa nas estradas brasileiras está crescendo à razão de 30% ao ano. Nos últimos cinco anos o número de roubos e furtos de cargas praticamente duplicou, passando de 2.500 casos em 1994 para 4.970 ocorrências em 1999.

Além de uma ameaça à propriedade, à integridade física de milhões de pessoas que trafegam por nossas rodovias, é um fator que ajuda a elevar o chamado custo Brasil. Os roubos de carga, há cinco anos, representavam 3,5% do faturamento das empresas, hoje estão em 12%, o que significa seguros mais caros e o repasse dos custos ao consumidor. Afinal 62% das cargas transportadas no Brasil o são por via terrestre.

Ainda no Ministério da Justiça tive a oportunidade de lançar o Programa de Segurança nas Estradas, com ações de curto, médio e longo prazo. Infelizmente o programa não teve continuidade. O reforço do policiamento em 90 pontos considerados críticos, em poucos meses, reduziu o número de ocorrências. A Polícia Rodoviária teve sua frota e equipamentos completamente renovados, mas os passos seguintes do programa foram esquecidos.



O Congresso acaba de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para investigar e propor soluções para coibir a atuação das quadrilhas de roubo de cargas. A CPI é, sem dúvida, oportuna e, além de apurar as óbvias conexões com o narcotráfico, contrabando de armas e tráfico de menores, irá saber apontar as providências para inibir e punir rigorosamente os piratas rodoviários.

É uma iniciativa congressional que procura suprir a tímida atuação do Estado no combate ao crime organizado. Hoje, nada mais, nada menos do que 95% dos roubos acontecem em rodovias estaduais e próximos a centros urbanos. São Paulo e Rio de Janeiro respondem por 78% do total de cargas roubadas e as rodovias federais acabam servindo de rota de fuga. Estes dados evidenciam a necessidade de uma integração entre os níveis de poder para combater este tipo de crime.

Mas não só o Estado – responsável pela segurança – deve se empenhar na solução deste problema. As empresas transportadoras, as seguradoras e todos os setores envolvidos deverão dar sua contribuição para tentarmos apagar mais este triste índice nacional, especialmente na aquisição de novas tecnologias. Neste setor específico, o crime organizado pode estar anulando os benefícios obtidos com a modernização de nossa malha rodoviária e com as privatizações.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 16-4-00*

## O BRASIL E OS OUTROS 500

O Brasil é surpreendentemente vigoroso. Ao completar seus 500 anos – uma cronologia de árdua afirmação – vive sua maturidade democrática, depois de tantos contratempos, tem uma sociedade pluralista, uma cultura forte e ensaia seu ingresso na modernidade, ostentando uma hipoteca de exclusão extremamente pesada, não honrada.

A Constituição Cidadã, levada a termo pelo PMDB, está incompleta. Direitos individuais, alguns, são respeitados, mas os direitos sociais estão ancorados em um porto longínquo, distantes de muitos. Temos hoje um Estado menor, mas os benefícios prometidos ainda não puderam ser percebidos pela população.

O desemprego é um dos mais altos do planeta, o subemprego elevado, o mercado informal se amplia, todos os salários estão corroídos e a renda nacional foi reduzida. A distribuição de renda é vergonhosa e doenças primitivas, como febre amarela, ainda matam. Os servidores públicos estão desestimulados e mau remunerados e a máquina pública contaminada pela corrupção e nepotismo.

Na segurança pública, ostentamos o melancólico posto de campeões mundiais de homicídios, índices elevados de mortes no trânsito e impunidade enxovalhante, além de hospedeiros complacentes do narcotráfico e contrabando. A Justiça ainda é lenta, o Código Penal enrugado pelo tempo, o sistema penitenciário falido, as polícias com equipamentos sucateados e salários indignos e ainda a indefinição inquietante sobre as fontes de financiamento da segurança.

Na economia, desenvolvemos uma nociva dependência do capital externo, remunerando o dinheiro ao invés do trabalho. Nossas dívidas inter-

na e externa cresceram, aumentou o déficit público, duplicou a remessa de lucros para o exterior, os juros permanecem altos e praticamente desnacionalizamos nossa economia em desfavor do mercado interno. Neste campo ressuscitamos nosso minguante panorama colonial com alta dependência de novas cortes.

Dentro do arcabouço legal, em muitos aspectos, estamos ainda na era colonial. Em nossa pequena babel de leis, em torno de 17 mil diplomas, várias estão anacrônicas ou não pegaram. Além das reformas do judiciário e tributária, em curso, é inegável a necessidade de uma reforma política. Temos partidos híbridos, fracos e pouco representativos. As tradicionais oligarquias políticas se perpetuam como no tempo das capitanias hereditárias.

Mas nada é tão grave quanto a situação da infância abandonada. A taxa de mortalidade foi reduzida, mas a desnutrição ainda é grande. O trabalho infantil, criminoso, vitima 5,7 milhões de crianças e por isso 1,3 milhões de meninos e meninas ainda estão fora da sala de aula e 21 milhões de crianças, 35% da população infantil, vivem em famílias com renda menor do que meio salário mínimo, acarretando a prostituição infantil. Por isso o Plano Real precisa marcar um encontro com o social. Condenando nossas crianças não teremos certeza de novas comemorações.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 23-4-00*

## RETRATOS BRASILEIROS

O Brasil, esta semana, ensaiou e se preparou para comemorar duas datas importantes que, teoricamente, deveriam ressuscitar o orgulho da nacionalidade – os 500 anos do Descobrimento e o Dia Internacional do Trabalho. A festa patriótica registrou, de forma indelével na tortuosa história brasileira, fatos lamentáveis e imagens chocantes de repressão e truculência com o saldo de 141 prisões e 30 índios feridos.

É evidente que os excessos cometidos pela segurança em Coroa Vermelha, na Bahia, devem ser apurados e os responsáveis punidos, o que é uma competência da Polícia, inclusive a Federal, do Ministério Público e da Justiça. O que não podemos mais é tolerar imagens de índios ajoelhados pedindo clemência, como ocorreu. Não é só uma vergonha para o mundo, é uma humilhação nacional.

De outro lado, o fiasco das comemorações dos 500 anos pode ser explicado pelo processo de desenvolvimento do País, historicamente excluyente. São ecos repetitivos do passado. Não é lícito ao Estado que não tem mostrado perspectivas ao cidadão, tentar trabalhar a população exclusivamente em cima do ufanismo tosco, baseado em sentimentos nacionalistas. E nunca é demasiado lembrar que protestos e manifestações são legítimos e democráticos, dentro dos limites da lei.

Esta sensação amarga, de abismo entre o Estado e a sociedade civil, certamente, irá se reproduzir nas manifestações deste primeiro de maio. A insatisfação dos desempregados, dos mau remunerados, dos subempregados e de milhares de cidadãos excluídos, que vivem de migalhas e sobras, antes de uma ameaça a ser reprimida, deveria servir de alerta aos burocratas que vivem um sonho róseo, alheados em seus gráficos matemáticos.

As pesquisas mensais de desemprego de diversos institutos de vários matizes políticos, são coincidentes em suas conclusões. O desemprego permanece elevado – 8,2% da população economicamente ativa – e a remuneração dos ocupados está sendo pulverizada gradualmente. A renda média dos empregados em fevereiro foi a pior em sete anos. Isso significa que não poderemos ter o crescimento pretendido de 4% do PIB este ano e que os trabalhadores que conseguiram se reempregar ou acabaram de ingressar no mercado estão ganhando menos.

Todos os sacrifícios impostos até aqui para equilibrar as contas públicas não estão sendo materializados em retornos sociais. Já não é mais legítimo pedir paciência aos corpos esqueléticos de nossos cidadãos. O pendore triunfalista e messiânico de alguns segmentos do poder não pode ignorar a decomposição social de nosso País. A toalha está tomada por migalhas e nódoas indisfarçáveis de indigência.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 30-4-00*

## PRECIPÍCIOS SOCIAIS

O encadeamento de crises sociais no Brasil está conduzindo o país para uma zona obscura, com desdobramentos delicados e imprevisíveis. Uma semana depois da repressão aos índios nas comemorações dos 500 anos, a sociedade assiste, incrédula, à pressão de dois movimentos sociais – caminhoneiros e MST –, onde foram verificados exageros dos dois lados, Governos e manifestantes.

Grupos de pressão, dentro dos limites legais, sem quebra-quebra, são legítimos e democráticos. Na greve dos caminhoneiros, constitucional, e na onda de invasões do MST a prédios públicos, fica nítido que o governo foi surpreendido e hoje responde por erros pretéritos, onde em situações análogas foi hesitante e complacente.

A paralisação dos caminhoneiros, dentro do desencontro habitual sobre adesões, gerou um temor óbvio, embutido no risco do desabastecimento de gêneros alimentícios e combustíveis e contribuiu para afugentar o capital volátil, suscetível a sobressaltos. Independente do número de caminhoneiros que aderiram, esta greve tem origem no sentimento de orfanidade da categoria, gerado dos custos elevados dos pedágios privatizados, do baixo preço dos fretes e da insegurança nas estradas.

Exclusão e abandono foram, também, os motivos que levaram o MST a promover uma bateria de invasões em todo o país, envolvendo mais de 20 mil pessoas em busca de agilidade na reforma agrária e a criação de mecanismos que viabilizem a permanência na terra dos assentados. O movimento teve contornos de radicalização, mas nada justifica o despreparo e a intolerância da Polícia no assassinato de um manifestante no Paraná e as mais de duas centenas de feridos.

Se a maioria da população da América Latina sobrevive à mais desumana e cruel das penúrias, graças às metas e padrões estabelecidos por países ricos, e seus governantes, sempre que pressionados pelos excluídos (talvez o mais apropriado seria esquecidos), insistem em recorrer ao fantasma atemorizante da democracia ameaçada, talvez seja sensato considerar esta ameaça.

Se é verdade que a democracia está ameaçada, não seria legítimo atribuímos a paternidade deste risco aos que reclamam dignidade e cidadania. Melhor seria corrigir os planos econômicos exógenos e melhorar nossos índices. Os indicadores sociais do IBGE de 1999 atestam a necessidade desta mudança de rumo. Os dados de concentração da renda, mortalidade infantil, analfabetismo, desemprego, violência e longevidade, especialmente no meu Estado, Alagoas, são enxovalhantes.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 7-5-00*

## SUBÚRBIOS DA GLOBALIZAÇÃO

O Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – sobre os índices socioeconômicos da América Latina nos últimos 50 anos é uma expressão numérica da insatisfação de todo o continente, em particular do cidadão brasileiro. A estagnação refletida nos dados é uma alerta para a política econômica atual e para agências internacionais como o FMI.

Há 50 anos a renda *per capita* do continente só era superada pelos países desenvolvidos. Hoje perde para a Europa Oriental, Leste Asiático e Oriente Médio. Na década de 50 a renda da América Latina representava 50% dos países ricos, hoje é menos do que 30%. A distribuição da renda na América Latina é a pior do planeta e o Brasil apresenta a maior concentração de renda do continente, portanto do globo.

Hoje 25% da renda brasileira está concentrada nas mãos de apenas 5% da população, quando esta relação em países desenvolvidos é de 13% da renda em poder de 5% da população. A renda do continente também foi achatada. Em 1987 a renda *per capita* era de 3,5 mil dólares/ano, hoje está em 3,1 mil. Em educação e saúde só superamos a África e, em violência, somos os campeões mundiais de homicídios.

Estas estatísticas melancólicas derivam da inexistência de políticas que distribuam renda, promovam crescimento da economia, garantam a prestação de serviços do Estado, combatam a corrupção e criem empregos. Os acordos internacionais, que são receitas de assepsia contábil, estão asfixiando a capacidade de investimentos e provocando sucessivas crises sociais no Brasil e em todo continente.

O Estado, acuado pela opinião pública, tenta controlar a situação com ameaças e utilização da força, como vimos recentemente. Desta for-



ma expressões anacrônicas ressuscitam quase que espontaneamente: repressão, lei de segurança nacional, baderna, censura, militarização, transgressão da ordem, comunidade de informações, entre outras das quais ninguém tem saudades.

A questão brasileira não é e não pode mais ser analisada sob a ótica macroeconômica. O desafio que se coloca, a fim de preservar a jovem democracia do continente, é geração de empregos, distribuição de renda, redução da pobreza, eficiência do Estado e o combate efetivo à corrupção e impunidade. A América Latina está se tornando o subúrbio da globalização e o Brasil o seu ralo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 14-5-00*

## DESCOMPASSO TROPICAL

O Banco Central norte-americano, numa atitude preventiva para conter a pressão inflacionária nos Estados Unidos, aumentou sua taxa de juros de 6% para 6,5% ao ano. Foi a maior elevação dos juros desde 1991 e o acréscimo de 0,5 pontos não chegou a surpreender o sensível mercado financeiro internacional, mas certamente terá efeito nocivos nos chamados “emergentes”, onde se inclui toda América Latina.

No Brasil os desdobramentos são previsíveis: o aumento dos juros irá provocar uma retração do fluxo de capitais externos e irá pressionar uma maior desvalorização do Real. Isso significa que o País continua vulnerável e dependente do capital externo. Para honrar suas dívidas o País precisará atrair os recursos pagando mais juros e a importação ficará mais cara, comprometendo ainda mais as contas públicas.

Simultaneamente ao aumento dos juros nos EUA, o Governo brasileiro anunciou o maior déficit em transações correntes com o exterior, que atingiu 4,6% do PIB. Este déficit cresce com o pagamento das dívidas brasileiras e com o aumento da remessa de lucros para o exterior. Ou seja, ao contrário do que proclama o FMI e os nossos economistas, o País continua aumentando o endividamento para pagar suas contas com um imenso sacrifício para o cidadão brasileiro.

Para o Brasil, caso continuemos seguindo o atual modelo econômico, isso representa que o dinheiro ficará mais caro – nossos juros básicos são de 18,5% ao ano, mas o crédito direto, o consumidor sabe, é de 13% a 15% ao mês. As metas de crescimento serão afetadas e, conseqüentemente, não serão criados novos empregos, a renda não será distribuída, os salários não serão aumentados e tão pouco será atenuada a miséria nacional.

As notícias ruins para os messiânicos da economia brasileira não se esgotam aí. O preço do barril do petróleo chegou novamente aos U\$30, fator que certamente pressiona a inflação. Consequência da política econômica, que ignora o social, são os infames índices socioeconômicos do Brasil. O último relatório da comissão econômica para América Latina aponta o crescimento da pobreza em 12% nos últimos dois anos. Isso quer dizer que a pobreza, que vitimava 200 milhões de pessoas, agora flagela 224 milhões no continente.

Nessa perspectiva, de privilegiar o mercado externo em detrimento do povo brasileiro, fica incompatível a prática da equipe econômica com o novo discurso “social” do Ministro da Fazenda, adotado na última semana. Mas, como dizia Rui Barbosa “as palavras convencem, mas são os exemplos que arrastam.”

*Artigo publicado em vários jornais do País em 21-5-00*

## NAÇÃO DO MEDO

O Governo Federal pretende anunciar esta semana um pacote de medidas na área de segurança pública. As medidas estão sendo debatidas internamente e objetivam reduzir os elevados índices de violência e criminalidade no País, cujos números nos levaram ao triste posto de campeões mundiais de violência.

A origem da violência, há pouca controvérsia sobre este diagnóstico, é o longo processo de exclusão social brasileiro. Os indicadores sociais e econômicos mais recentes, entre eles os relatórios do Banco Interamericano de Desenvolvimento, IBGE e Comissão Econômica para América Latina, apontam que pouco se faz para corrigir a distribuição de renda, gerar empregos e reduzir a pobreza.

No atual horizonte econômico também não é possível observar nenhum gesto no intuito de promover o resgate social que o Brasil reclama. Há uma fidelidade adúltera aos compromissos externos, em detrimento das necessidades do País, que vem drenando continuamente nossos recursos para o exterior, sob forma de pagamento de dívidas, envio de lucros e dividendos.

As conseqüências da manutenção do modelo econômico neocolonial são visíveis. As insatisfações sociais se adensam e passam a preocupar o Governo e o Congresso Nacional. No último mês foram os índios, MST, caminhoneiros, servidores públicos e agressões contra autoridades públicas.

O Estado vive uma crise de autoridade e descrédito, gerada do fato de não estar prestando os serviços à população, entre eles a segurança pública que cresce desmedidamente e transforma o Brasil na nação do medo. A

gravidade deste problema não pode mais ser abordada exclusivamente sob o ângulo da macroeconomia.

A persistirmos neste ritmo, não resta dúvida, o Brasil não se desenvolverá, portanto não serão gerados novos empregos, não haverá distribuição de renda e muito dificilmente resolveremos o problema da violência. Uma redistribuição de órgãos, embora seja necessária, isoladamente, não irá apresentar resultados significativos. É como mudar a mobília de lugar. O efeito visual é agradável temporariamente, mas não elimina o problema.

O ponto essencial para discutirmos a diminuição da violência, a curto prazo, é a definição da fonte de financiamento para o setor, hoje completamente desamparado no Orçamento e vivendo de improvisos. A longo prazo é preciso reencontrarmos o caminho do desenvolvimento. Neste processo cabe ao Congresso votar os projetos na área de segurança que já estão tramitando e, ao Governo, garantir os recursos e regulamentar leis já aprovadas no Legislativo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 28-5-00*

## TURBULÊNCIA NA AVIAÇÃO

As quatro companhias aéreas nacionais estão enfrentando turbulências em suas finanças. Não obstante a atenção que devamos ter para com o setor, em virtude do que ele significa para economia interna e do número de empregos que gera, convém abordarmos o problema também sob o ângulo dos direitos dos consumidores, que não podem ser secundarizados.

Em virtude desta nuvem de crise, algumas empresas do setor foram obrigadas a devolver aviões e cancelar rotas dentro e fora do Brasil. Numa tentativa de superar a tempestade, outras companhias fizeram acordos operacionais, que também redundaram em diminuição de vôos e aumento de tarifas.

Os horizontes para que a turbulência não se transforme em pane, depende da capacidade gerencial de cada empresa e até de mudanças legais. Os acordos de operação conjunta, desde que não prejudiquem o consumidor, a venda de ativos e até mesmo uma ampliação da participação do capital externo, hoje limitado a 20%, devem ser considerados.

Como o número de rotas vem diminuindo e houve redução na quantidade de aeronaves e a demanda está aumentando, o horizonte é previsível e irá penalizar o consumidor. A prática do famoso *overbooking* (venda de passagens acima da capacidade do avião) tende a se agravar, provocando longas filas, aborrecimentos, discussões, prejuízos e o aumento de queixas nos órgãos do consumidor e no Departamento de Aviação Civil, que hoje já estão em torno de 2,5 mil por ano.

Para garantir os direitos de consumidor, apresentei esta semana um projeto fixando as penalidades pelo abuso na prática do *overbooking*. Cada passageiro prejudicado, além das garantias atuais, como hospedagem,

transporte e alimentação, terá o direito de receber uma compensação financeira pelo contratempo. Desta forma nos vôos até 1.100 quilômetros, o consumidor terá direito 105 Direitos Especiais de Saque (DES), que hoje representaria cerca de 270 reais. Acima de 1.000 km a compensação seria 175 DES, aproximadamente 430 reais.

O Projeto, para o qual solicitei urgência urgentíssima, em virtude do agravamento do problema e das férias escolares, cria ainda o chamado leilão. O passageiro que já estiver acomodado pode, voluntariamente, aceitar viajar em um outro vôo mediante uma compensação financeira. Afinal, há mais coisas entre o céu e a terra além dos interesses dos empresários do setor.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 4-6-00*

## RECURSOS SAUDÁVEIS

O Senado deve votar esta semana a proposta que vincula um percentual mínimo dos orçamentos da União, Estados e Municípios a ser aplicado no setor de saúde. A relevância social e urgência da emenda é inquestionável e não há críticas consistentes à aplicação de 12% do Orçamento em saúde pública. Serão mais sete bilhões para o setor.

A certeza de um orçamento determinado, longe da improvisação resultante de cortes e remanejamentos, irá permitir a execução de programas essenciais como os agentes comunitários de saúde, as campanhas de vacinação, a importância do aleitamento materno e várias outras ações na prevenção e terapia de doenças.

A fiel aplicação destes recursos é a garantia de que, em breve, não repetiremos os índices de mortalidade infantil como os que foram divulgados esta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, situando o Brasil como uma das nações de maior número de mortes de crianças antes de completarem um ano de idade.

De acordo com os estudos do instituto, ainda que tenhamos de ressaltar a diminuição das taxas, o índice de mortalidade infantil no País é de 35 crianças a cada grupo de mil nascidas. Este dado, comparado ao resto do mundo, inclusive entre os países subdesenvolvidos, deixa muito a desejar.

A título de comparação convém registrar que o número de óbitos de crianças recém nascidas em países desenvolvidos é de oito por mil. Nações com problemas similares aos do Brasil, como Uruguai, Cuba e Costa Rica, têm desempenho muito superior ao nosso. A taxa de mortalidade está em 10 crianças a cada mil nascidas.



O índice nacional, entretanto, não reflete a realidade brasileira. A taxa de mortalidade no Nordeste é de 56 por mil e, em Alagoas, a estatística é mais vergonhosa. São 68 mortes em cada mil crianças nascidas. Isto espelha o terrível gerenciamento social e também a perversa concentração de renda do País.

Analisados fora da perspectiva otimista de que as taxas estão sendo reduzidas, os dados demonstram que no Brasil, em virtude da falta de saneamento, da ausências de investimentos sociais e do baixo índice de escolaridade, a possibilidade de se morrer antes de um ano de idade é seis vezes superior ao resto do mundo.

Em um País, cujos índices socioeconômicos são lamentáveis, nada mais legítimo do que assegurar investimentos mínimos no objetivo de melhorarmos ou atenuarmos nossas melancólicas estatísticas. Não se pode permitir que a vinculação orçamentária para saúde, de importância indiscutível, seja reduzida a questiúnculas políticas de interesse nulo para a população.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 11-6-00*

## PRIORIDADE PARA O BRASIL

Nos últimos dias, procurados por dirigentes de outros partidos, como o PPS, lideranças do PMDB conversaram sobre as perspectivas nacionais e, especificamente, sobre a urgência de um programa de segurança pública e necessidade de reformas político-partidárias. Discussões pontuais e maduras como estas não podem ser interpretadas como gestos antecipados de alianças visando a eleição presidencial.

O PMDB é a maior agremiação partidária do Brasil. Tem o maior grau de organização, reúne a maior quantidade de militantes, está presente em quase todos os municípios, agrega o maior número de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e representa, também, a maior bancada no Congresso Nacional.

A sigla é identificada pela sociedade como o partido que combateu os anos de chumbo e recolocou o Brasil nos trilhos serenos da democracia. Por isso é apontado em todas as pesquisas como o principal interlocutor da sociedade nas diversas esferas de poder. Sua imagem se perpetua no tempo como o partido defensor das causas sociais e da justiça.

A grandeza e magnitude do partido impõe aos seus militantes, filiados e representantes as responsabilidades proporcionais à sua dimensão. Se os sobressaltos, outrora, tinham uma gênese política, hoje eles se repetem e têm origens na exclusão social. É pela evolução de conquistas sociais que o PMDB irá se pautar doravante, pela reinserção do brasileiro em seu Estado, tendo em vista que a crise social ameaça a estabilidade democrática.

O processo de reunificação do PMDB tem buscado superar as divergências internas e revelou um partido coeso, com comando e reoxigenado. Vivemos, literalmente, a unidade dentro de pluralidade de pensamentos e

convicções. O resultado desta reorganização partidária credenciou o PMDB para disputar qualquer eleição como protagonista e não como coadjuvante.

O partido mantém irredutível sua disposição de apresentar candidato próprio às eleições presidenciais de 2002 e, dentro desta perspectiva, serão muito importantes as eleições municipais, nas quais o PMDB irá reafirmar sua inarredável vocação de grandiosidade e de liderança política nacional.

Muito mais do que personalizar o debate, o PMDB tem de se preparar para apresentar algo além de um nome: um programa de compromissos que priorize o Brasil e seu mercado interno. As conquistas do Plano Real, hoje restritas ao controle inflacionário, precisam ser ampliadas na geração e internação de riquezas, criação de postos de trabalho e redistribuição de renda.

A sociedade brasileira apresenta desequilíbrios abissais, com indicadores socioeconômicos modestíssimos, que deixam muito a desejar. O maior legado da história do PMDB, que é sua devoção às bandeiras sociais, não será negligenciado. Prioridade para o Brasil será um cânone do qual o PMDB não se afastará.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 18-6-00*

## HIATOS NO PACOTE DE SEGURANÇA

O Governo Federal anunciou esta semana um pacote com 124 medidas com o objetivo de diminuir os trágicos índices da violência no País. Apenas duas têm efeito imediato. O conjunto de ações tem o traço eminentemente centrado na repressão ao crime e abarca providências em diversas áreas, desde a contratação de novos policiais, de longo prazo, até a moratória de seis meses para novos registros de armas de fogo.

Ao atacar as conseqüências da violência, o pacote retirou o Governo de uma letargia que vinha inquietando a sociedade. É um começo tímido, cujo resultado precisa ser acompanhado por todos e as metas cobradas. Afinal a descontinuidade de programas, até agora, comprometeram a eficácia no combate à violência.

O Governo, que procurava medidas de impacto, parece ter escolhido como carro chefe do plano a proibição do registro de armas de fogo durante um período de seis meses. O paliativo, ainda que tenha sido anunciado como uma fase intermediária até a aprovação do projeto que proíbe definitivamente a venda de armas, soou como um recuo, podendo sepultar a proibição definitiva.

Quem quer proibir a venda de armas e detém a maioria do Congresso Nacional, proíbe. Bastava colocar os votos dos aliados na Comissão de Relações Exteriores esta semana e aprovar o substitutivo que veda a comercialização de armas de fogo. A gravidade da vulgarização da arma não comporta medidas apenas para inibir o comprador, provavelmente, a intenção da medida. É preciso proibir a venda e recolher os milhões de armas assassinas espalhadas pelo País.

O plano de segurança também chamou a atenção pela ausência. Medidas essenciais no combate ao crime foram deixadas de lado e estão entre elas : a quantificação dos recursos para o programa de proteção às vítimas e testemunhas, a reforma do caquético Código Penal, novamente adiada, a regulamentação do abate de aeronaves hostis, vital no combate ao tráfico e contrabando, o registro único civil, a aprovação dos acordos de cooperação internacionais em matéria penal e um plano nacional antidrogas, com ênfase na prevenção e recuperação, que já devia estar pronto.

De outro lado os recursos para reaparelhar e modernizar as policias, contratar mais homens, colocar as Forças Armadas no patrulhamento de fronteira e construir presídios para 46 mil vagas são pequenos e resultantes de uma maquiagem orçamentária. É um desembolso modesto, tendo em vista, por exemplo, os oito bilhões que o Senado norte americano aprovou, recentemente, para a Colômbia combater o narcotráfico.

Persevero na tese que remanejamentos e improvisos financeiros são insuficientes para combater a violência. É necessária uma fonte fixa e atacar as causas da violência: a pior distribuição de renda do planeta, índices elevados de desemprego, queda da renda nacional, miséria, indicadores sociais e econômicos que carimbam a condição colonial brasileira, gerando riquezas para fora, em detrimento do mercado interno.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 25-6-00*

## RETROVISOR DO ATRASO

Os Governos dos EUA e da Inglaterra mobilizaram toda a opinião pública mundial para anunciar uma das mais revolucionárias evoluções da ciência de todos os tempos. Num trabalho conjunto, foi mapeada e estabelecida a sequência do genoma, que é a coleção de genes de um ser humano com instruções genéticas decisivas na formação de cada pessoa.

A descoberta histórica envolveu várias nações e consumiu recursos de U\$2,2 bilhões. O mapeamento deste código genético irá permitir o diagnóstico de doenças originadas na alteração da seqüência correta dos genes, como alguns tipos de câncer. Mas esta descoberta não poderá estar subordinada a uma gerência mercantilista, é um patrimônio da Humanidade e assim deverá ser tratada. O Brasil, para evitar este tipo de comércio, não admite patentes de seres vivos.

O anúncio, que é só um começo, foi comparado à descoberta dos antibióticos, a chegada à lua e a invenção da roda. Agora os cientistas, que trabalham há dez anos no projeto, terão de decodificar a descoberta para começar a aplicá-la no diagnóstico e tratamento de doenças antigas. Mal comparando é como uma alfabetização: as letras são identificadas, agrupadas, formam a palavra e depois descobrimos o significado do que foi escrito.

Enquanto as nações do primeiro mundo podem se orgulhar de avanços históricos, frutos de investimentos, o Brasil mantém sua política social do retrovisor e nada pode comemorar na saúde. O relatório divulgado na última semana pela Organização Mundial de Saúde – OMS – situou o País como 125.º do *ranking* mundial na prestação de serviços de saúde, atrás de nações pobres como Eslovênia, Jamaica e Senegal.

Se considerada a distribuição dos investimentos em saúde, a classificação brasileira é ainda mais humilhante. De uma lista de 191 países, o Brasil é o antepenúltimo, à frente apenas de Serra Leoa e da antiga Birmânia. Para elaborar, pela primeira vez este *ranking*, a OMS considerou o acesso aos serviços de saúde e a disponibilidade de serviços.

Para um país com a taxa de mortalidade infantil de 33 a cada mil crianças nascidas, onde o Nordeste apresenta 56 mortes por grupo de mil recém nascidos e Alagoas 68 mortes por cada mil nascidas, nada mais legítimo do que aprovar a vinculação orçamentária para área de saúde. Só o acréscimo de R\$7 bilhões no setor não é suficiente. É preciso que o dinheiro seja bem gasto.

As explicações para que o Brasil, a cada semana, receba um título internacional negativo está na ausência de investimentos sociais, na maior concentração de renda do planeta e na alta taxa de mortalidade infantil. Resultado de uma política econômica míope que vem privilegiando os pagamentos das contas internacionais e imolando os cidadãos brasileiros.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 2-7-00*

## CONTRADIÇÕES BRASILEIRAS

O aumento da extração de petróleo na Bacia de Campos (RJ) recolocou o Brasil numa antiga aspiração de atingir a auto-suficiência. Os poços de Campos atingiram a produção recorde de 1 milhão de barris/dia. O consumo interno é da ordem de 1,7 milhões de barris e a produção nacional está em 1,3 milhões.

Ainda que a informação seja positiva, este incremento na produção não implicará em redução dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha para o consumidor. Pelo contrário, em nome de uma terminologia do economês batizada de Parcela de Preços Específicos, o Governo se prepara para anunciar um novo aumento nestes produtos.

A contradição expressa entre o aumento da produção e o reajuste cíclico dos preços dos combustíveis é uma síntese de todo o Plano Real. Os economistas do Governo anunciam melhorias nos indicadores econômicos, mas a população não consegue compreendê-los e tão pouco senti-los. Ratifica a idéia de que vivemos dentro de um escritório contábil.

No cenário internacional, os países produtores e exportadores de petróleo, por duas vezes este ano, elevaram a produção na tentativa de empurrar o preço do barril para um patamar inferior a U\$30, o que não ocorreu. Mesmo com o aumento da produção interna, o Brasil continua a depender das importação de petróleo e todo sobressalto neste setor assusta a economia interna.

O Brasil dispõe de meios e recursos naturais para diminuir sua vulnerabilidade, mas não passa do discurso à prática. Em agosto de 1997 o Governo anunciou sua disposição de retomar o programa nacional do álcool e



até hoje a decisão de reativar o programa dormita em alguma gaveta ociosa de Brasília.

O mundo inteiro vem investindo pesadamente na busca de matrizes energéticas alternativas, entre elas o álcool. É um combustível limpo, de alta octanagem, menos poluidor, renovável, poupador de divisas e, implementado, diminui nossa dependência externa e gera cerca de três milhões de novos empregos.

Os erros com o álcool no passado não devem sepultar o programa para a eternidade. O Brasil detém a tecnologia e responde por 30% da produção de cana-de-açúcar de todo o planeta. Cada barril de álcool, em substituição ao petróleo, significa uma economia de U\$76 dólares. Desta forma, se 50% dos carros fossem movidos a álcool, o Brasil economizaria, em 10 anos, cerca de U\$117 bilhões. É querer fazer.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 9-7-00*

## VÍTIMAS DA INSENSIBILIDADE

Os principais institutos de pesquisa e acompanhamento econômico do País divulgaram nos últimos dias a taxa de inflação durante os seis anos de vigência do Plano Real. As conclusões do DIEESE e do IBGE são convergentes. O DIEESE registrou uma inflação acumulada de 90,11% e o IBGE apurou uma inflação de 88,34% .

A média mensal de inflação no período do Real ficou em torno de 15%. Os principais aumentos, e aqui também coincidem os dois estudos, foram na habitação, 195%; educação, 200%; saúde, 163%; transporte 98% ; telefonia fixa, 300%; aluguéis, 382%; botijão de gás 217% e gasolina, 132%. O aumento recente dos derivados de petróleo não estão computados nestes índices.

A inflação pesou mais para a classe média, especialmente nas cidades de Brasília, Porto Alegre e Curitiba. O aumento, anunciado esta semana, nos preços dos combustíveis, obviamente irá acrescentar índices negativos nas taxas de inflação. Haverá repasse do aumento para as tarifas de ônibus, para o frete do transporte rodoviário e, conseqüentemente, no preço dos produtos nas feiras e supermercados.

O segmento que mais vem sendo penalizado com a inflação aliada a uma política equivocada de arrocho salarial, sem dúvida, são os servidores públicos federais, estaduais e municipais. Os funcionários públicos estão há seis anos sem qualquer tipo de recomposição salarial e fica claro que, neste espaço de tempo, a remuneração dos servidores perdeu o poder de compra na razão direta da inflação apurada.

Numa greve que superou os cem dias, os funcionários públicos, lamentavelmente, esbarraram na insensibilidade da área econômica que, até

agora, não fez nenhum gesto no sentido de atender a principal reivindicação, uma justa reposição salarial de 68%. Ao invés de negociar a área econômica preferiu ameaçar e cortar o ponto dos grevistas que faltassem ao trabalho.

É um equívoco a política de desestímulo ao servidor público. A falta de condições de trabalho e os baixos salários provocam uma corrosão na qualidade dos serviços prestados à população. Não é justo impor um prolongado sacrifício aos funcionários públicos para atender as exigências dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no Congresso, prevê que o Governo fixe no Orçamento de 2001 o volume de recursos destinados ao aumento dos servidores. Este foi um primeiro passo, mas para que o aumento dos funcionários públicos não fique na promessa, é preciso aprovar o projeto que torna obrigatória a execução do Orçamento aprovado. O Congresso é mais sensível às demandas sociais e, sendo o Orçamento impositivo, fica mais fácil consagrar novas conquistas sociais.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 16-7-00*

## FALSAS PREVISÕES

Uma semana após o Governo autorizar o reajuste dos preços dos derivados do petróleo nas refinarias, verifica-se que os economistas do Governo, por uma compulsão otimista, erraram longe as previsões. O impacto destes aumentos no já apertado bolso do consumidor foi além do projetado pelos economistas.

De acordo com as projeções dos economistas, o gás de cozinha iria subir em torno de 7%. Não foi o que ocorreu. O gás de cozinha teve seu preço aumentado em até 20% em algumas cidades. As passagens aéreas, que na visão do Governo iria subir, perto de 11% foram reajustadas em 19%, tornando a viagem por avião um privilégio de poucos ou pessoas jurídicas.

Na gasolina também erraram os profetas dos números. Segundo os mesmos economistas, a gasolina para o consumidor, iria ter reajuste de, no máximo, 11%. Em várias cidades, como São Paulo e Goiânia, ela chegou a subir 16,8%. É muito provável que o impacto na inflação também supere o índice vaticinado por eles próprios.

Alie-se ao aumento dos preços dos derivados de petróleo, o reajuste dos serviços de telefonia, dos remédios, de energia elétrica em vários estados e também a adversidade climatológica. O frio e geadas e no Sudeste e Sul do País irão prejudicar a safra de alimentos e a consequência é o inevitável aumento nos preços. De acordo com os especialistas, pela soma destes fatores, a inflação de julho será maior do que a todo o semestre.

Na questão específica do petróleo, Brasil é atualmente o País que está na situação mais confortável para se tornar menos dependente dos humores do mercado internacional. Tendo em vista se tratar de um componente

importante no índice de preços, caberia ao Governo acelerar os estudos para definir a participação do álcool na matriz energética brasileira.

Mesmo com o frio prejudicando a cana de açúcar no Sudeste, a região Nordeste tem condições de compensar esta quebra e irá produzir 45 milhões de toneladas de cana e precisa ser acompanhada de cautela quanto aos preços. Alagoas, o segundo maior produtor do País, irá contribuir com mais da metade desta safra, 25 milhões de toneladas.

Diante de uma abundância de cana de açúcar, de crises intermináveis do petróleo, chega a ser incompreensível a lentidão do Governo na retomada do programa do álcool. Nesta última semana foram revogadas as comissões criadas anteriormente para estudar o assunto e foi criada mais uma comissão, no âmbito do Ministério da Agricultura.

O Novo Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool, é composto, além do Ministério da Agricultura, pelos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento e Minas e Energia e tem a missão elaborar políticas sucroalcooleiras e definir os programas de produção e dispêndios para o álcool como combustível. Infelizmente o novo decreto não fixa prazos para conclusão dos trabalhos, o que evidencia, novamente, uma falta de prioridade.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 23-7-00*

## O BRASIL EM PRETO E BRANCO

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostrou que em 1999 o brasileiro, com carteira assinada, empobreceu, perdendo 7,1% do seu poder de compra. A renda média, comparada com o ano de 1998, caiu de R\$565 para R\$525 no ano passado.

Pelo terceiro ano consecutivo, o trabalhador brasileiro, assistiu, inerte, sua renda ser achatada. De acordo com os dados de março, do mesmo IBGE, durante os anos 90, que poderia ser batizada de a década amarga, o brasileiro teve sua remuneração comprimida em mais de 8%. Resultado de uma lógica cruel que constringe o trabalhador a lutar por emprego e não por salários.

Apontado pelo IBGE como um dado positivo, a mesma pesquisa indica que os mais ricos tiveram sua renda diminuída em 8,6% durante o ano de 1999. Já os mais pobres, ainda segundo a pesquisa, perderam 6,8%. Entretanto estes dados não permitem a leitura fácil da distribuição de renda. O fato é que a renda foi achatada brutalmente e todos perderam. Um dos poucos dados positivos é que as mulheres reduziram significativamente as diferenças salariais entre os sexos.

O Brasil permanece no vergonhoso topo de uma piores distribuições de renda do planeta. Segundo os dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em maio último, o Brasil tem a pior distribuição de renda do globo. De acordo com os números do Banco Mundial, o País supera apenas o Paraguai e África do Sul. Metodologias à parte, é claro que a situação é humilhante e o problema precisa ser enfrentado urgentemente.

Aliada ao decréscimo do poder de compra dos salários, à concentração das riquezas, surge a outra tragédia derivada de uma política econômica que privilegia apenas o mercado externo: o desemprego. No Brasil, em 1999, o desemprego atingiu a incrível marca de 9,6% da população economicamente ativa. Trata-se de uma taxa inaceitável para as condições brasileiras, com políticas compensatórias túbias.

A queda na renda nacional, o empobrecimento e a precarização do mercado de trabalho atestam a paralisia do estado em relação a programas de geração de emprego e renda. Estes fatores evidenciam a fragilidade de uma política econômica que não consegue retomar os trilhos do crescimento sustentado.

Algumas das conquistas, apontadas na pesquisa do IBGE, como aumento do acesso a serviços básicos, como luz, esgoto, água e telefonia, são inegáveis, mas não comportam nenhuma euforia por se tratarem de um momento. São frutos de situações transitórias que, para serem mantidas, necessitam ser acompanhadas de um crescimento robusto e continuado.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 30-7-00*

## RESPOSTAS URGENTES

O Senado Federal instalou esta semana uma subcomissão, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, destinada a acompanhar e fiscalizar os desdobramentos das indicações apontadas no relatório da CPI do Judiciário. Esta foi uma determinação do relatório final da própria CPI.

O PMDB, maioria na comissão, mais uma vez me honrou com a indicação para o cargo de presidente desta importante subcomissão. Os fatos e notícias veiculadas pela imprensa em torno da rumorosa obra do Tribunal Regional de São Paulo, realçam a importância dos trabalhos deste fórum.

É fundamental que os trabalhos desta subcomissão atendam a princípios básicos da democracia: equilíbrio, bom senso, responsabilidade e, acima de tudo, completa independência para dar ao País as respostas esperadas por toda a sociedade. Não se trata, como alguns pretendem transmitir, de um faz-de-conta.

A subcomissão, independente do relevo político que assumiu em virtude dos citados, tem exatamente os mesmos poderes de qualquer comissão permanente do Senado. Tem, regimentalmente, competência para convocar autoridades, fazer diligências e requisitar quaisquer documentos, inclusive os de natureza sigilosas.

A polêmica em torno da robustez e dos limites de competência da subcomissão oculta o desejo de desqualificá-la para abreviar o caminho até uma CPI. O PMDB, por intermédio de seu presidente, tem dito reiteradas vezes que o partido apoiará a criação de uma CPI quando surgir um fato novo. As próprias investigações da subcomissão podem levar a esta conclusão.



Desde o início dos trabalhos, esta subcomissão tem a orientação clara de absoluta transparência e a obrigação de esclarecer as dúvidas remanescentes. Por isso fiz questão de solicitar pessoalmente ao Ministro da Justiça e ao Procurador Geral da República que designassem representantes do Ministério Público e da Polícia Federal para agilizar os todos os procedimentos, facilitar documentos e informações fundamentais para que possamos acompanhar e fiscalizar.

Os procedimentos adotados até então não permitem politizar o comportamento da comissão e muito menos presumir que se trata de um engodo. A subcomissão não está gerando expectativas irrealizáveis, dadas as restrições regimentais que não lhe conferem todos os poderes de uma CPI, mas também não vai esconder cadáveres em armários. Ela dará uma resposta cabal à sociedade. Este é o nosso compromisso.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 6-8-00*

## LIÇÕES DA TRAGÉDIA

Nosso Nordeste apresenta os mais modestos índices socioeconômicos do País, como a pior renda *per capita*, maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, desemprego e concentração de renda. Sofre há décadas com o flagelo das secas que empurra os nordestinos para fora de sua terra e desumaniza aqueles que lá permanecem.

As tragédias da seca não podem ser consideradas apenas sob o prisma da hostilidade climática. Mas a ausência de políticas continuadas contribui para que seus efeitos sejam maximizados. O mesmo ocorre com outra calamidade que, periodicamente, se abate sobre nós: as enchentes.

A ausência de investimentos sociais, estruturantes e coletivos, como saneamento, estação de tratamento de esgotos, contenção de encostas e de enchentes e desvio do leito de rios contribui significativamente para ampliar as conseqüências trágicas do excesso de chuvas. Mais uma vez, as vítimas foram os alagoanos e pernambucanos, especialmente os mais pobres e humildes.

O saldo numérico de vítimas é espantoso. Em Alagoas as chuvas deixaram 90 mil desabrigados em 30 municípios e, mais grave, 25 mortos. Em Pernambuco o número de desabrigados, em 35 cidades, chegou a 107 mil pessoas. Mais assombrosa ainda é a visão da tragédia. Horror, sofrimento, aflição e desespero. Pessoas que, em três horas, perderam economias de uma vida inteira.

O Senado Federal constituiu uma comissão da qual faço parte, para visitar os municípios e levantar os prejuízos das enchentes. O resultado deste trabalho, entregue ao Presidente da República, concluiu que para começar a reconstrução das cidades atingidas serão necessários, pelo menos,

R\$306 milhões, uma vez que não possível dimensionar os prejuízos no comércio, na indústria e no turismo.

Pessoalmente visitei vários municípios de Alagoas e Pernambuco e, a primeira impressão, é de espanto, mas a indignação acaba por substituir o primeiro sentimento. A região Nordeste não pode continuar sendo um apêndice do País, uma região esquecida, um elo perdido.

Os recursos servirão para reconstruir casas, reabrir o comércio, refazer pontes, pavimentar ruas, estradas e indenizar familiares das vítimas. São medidas emergenciais para que os municípios voltem ao seu cotidiano. É preciso criar a bolsa-enchente para o sustento das famílias por 10 meses e liberar no BNB e CEF linhas de crédito de até 30 mil para comerciantes e agricultores.

A região precisa de políticas permanentes que respeitem a sua especificidade climática, de investimentos sociais que confirmem dignidade e respeito ao nordestino. Muito mais humano e economicamente razoável são investimentos sociais e econômicos para evitar que tragédias como esta se eternizem no já sofrido cotidiano do nordestino.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 13-8-00*

## AGILIDADE E PRECISÃO

A subcomissão do Senado, que acompanha os desdobramentos da CPI do Judiciário, optou por não aderir ao recesso branco do Congresso às vésperas da eleição municipal. Entendemos que o desejo da população é o preto no branco, ou seja, o esclarecimento definitivo das dúvidas remanescentes em torno do caso.

Por minha decisão foram marcadas, pelo menos, duas reuniões por semana para ouvirmos depoimentos, cujos requerimentos já foram aprovados pelo Plenário. Foram agendados 30 depoimentos até 22 de setembro, o que não exclui novos depoentes, ainda durante este período, entre eles o representante do Banco Central.

Paralelamente às oitivas, tenho ido pessoalmente ao Ministério Público Federal, Ministério da Justiça e, esta semana, ao Banco Central e Receita Federal solicitar agilidade no fornecimento de documentos essenciais para esclarecermos os casos. A documentação é fundamental para que não transformemos investigados em condenados e para que sussurros não se convertam em fatos, nem fatos em sussurros.

O Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, garantiu à comissão que continuará entregando, dentro dos prazos, todas as informações pedidas pelo Ministério Público e autorizadas judicialmente. Estes mesmos dados também serão requisitados pela subcomissão. A documentação se refere ao cruzamento e rastreamento das contas que tiveram seus sigilos quebrados pela CPI do Poder Judiciário.

Recebemos ainda esta semana um pacote com informações telefônicas, fiscais e bancárias do ex-Secretário Geral da Presidência da República. Elas estão sendo analisadas microscopicamente pelo relator e qualquer

dados complementares será pedido para que a nuvem de suspeitas seja comprovada ou desfeita.

Temos a preocupação de apurar tudo com isenção, equilíbrio, responsabilidade e independência. Somos uma subcomissão e não um tribunal para condenar ou absolver previamente quem quer que seja. Quanto mais elementos estiverem à disposição dos senadores, mais rápida e precisamente concluiremos as investigações e as remeteremos para as autoridades competentes.

As informações protegidas por sigilo devem ser tratadas com segurança e bom-senso. É óbvio que a Subcomissão precisa de dados para tornar seu trabalho eficiente. Mesmo com alguns excessos no vazamento de dados sigilosos, não podemos concordar que deslizes momentâneos e irresponsáveis justifiquem iniciativas inspiradas em ultrapassadas condutas de censura. A mordaza para juízes, promotores, delegados e procuradores, intempestivamente ressuscitada, é totalmente incompatível com a democracia, portanto inaceitável. Estamos fazendo nossa parte.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 20-8-00*

## A ÉTICA NECESSÁRIA

O Governo Federal anunciou esta semana uma série de iniciativas legislativas batizadas pela imprensa de “pacote da ética”. As propostas compreendem novos critérios de escolha para ministros do Tribunal de Contas da União e a perda de autonomia orçamentária para Tribunais Regionais.

Uma das principais sugestões se refere ao código de ética do servidor público. Nesta parte destaca-se a conhecida “quarentena”, pela qual os servidores de alto escalão ficam impedidos de ocupar postos privados por um período de até seis meses após sua exoneração. Neste período, o ex-servidor seria remunerado pela União.

Esta é uma proposta muito antiga que defendi no Ministério da Justiça e agora, após uma crise prolongada, foi finalmente materializada. Uma outra modificação, ainda não considerada pelo Governo, se refere ao Orçamento, fonte dos últimos escândalos brasileiros. Não tenho dúvidas quanto aos efeitos benéficos de um Orçamento impositivo e não apenas autorizativo, como é atualmente.

Além de medidas de caráter inibitório, como as anunciadas, o Brasil está clamando por ações concretas para recuperar e repatriar as quantias desviadas e varrer, definitivamente, do cenário nacional o triste sentimento de impunidade. É a impunidade que anaboliza a corrupção, a convicção que todos têm de que não haverá punição. Mais do que modernizar e atualizar leis, precisamos de resultados no combate à impunidade.

As medidas anunciadas, ainda que tardias, são muito bem vindas. Elas não podem, entretanto, cair no esquecimento, como se representassem um analgésico para aliviar a tensão de um momento específico. É de se

esperar que o Governo reúna sua já conhecida maioria e aprove urgentemente as medidas no Congresso Nacional.

Não podemos imaginar que um governo pense em sobreviver de anúncios cinematográficos de planos mirabolantes. É imperioso, e a sociedade espera, que as iniciativas divulgadas saiam do papel. Não se admite mais pirotecnia com a tolerância da opinião pública. O plano de segurança, anunciado há dois meses, é um exemplo. Até hoje está onde sempre esteve, no papel.

Este pacote não pode se transformar numa ilusão de ética, como outros no passado. O Governo tem, repito, a maioria congressual e, portanto, condições de caminhar rapidamente com esta assepsia tão necessária. Caso contrário passará a impressão de diversionismo e, também, poderá ser interpretado como uma tentativa de coletivizar culpa.

Neste processo de faxina moral, a subcomissão do Senado que acompanha os desdobramentos da CPI do Judiciário, tem dado sua contribuição. Havendo fatos novos eles serão remetidos ao Ministério Público. Ela continuará funcionando para apresentar respostas que, espero, não serão subconclusões.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 27-8-00*

## LIMPEZA ORÇAMENTÁRIA

O Congresso Nacional recebeu esta semana a proposta orçamentária para o ano 2001. É enfadonho e repetitivo reiterar que o Orçamento é uma fantasia, ou como muitos preferem, uma peça de ficção, que não desenha em prioridades a necessidade das pessoas. O que é aprovado pelo Congresso, muitas vezes, por absoluta falta de disponibilidade financeira, não é executado, ou o é de acordo com critérios políticos.

Cabe ao Congresso, desta vez, abordar o assunto sob duas premissas indispensáveis: avançar na definição de mecanismos que impeçam o desvio do dinheiro público, como vem ocorrendo e, simultaneamente, tornar o Orçamento um instrumento real em vez de um mero cardápio insípido de possibilidades.

Remetendo ao passado, convém lembrar que o Legislativo foi criado para aprovar o Orçamento, tal sua importância. Pessoalmente não tenho dúvidas quanto à eficácia de um Orçamento impositivo, consequência de um rígido e democrático planejamento, onde o que for aprovado seja observado, cumprido na íntegra. Esta simples modificação, a qual o Governo se opõe e quase todo mundo já adotou, possibilitaria um maior controle social sobre os gastos públicos.

Sendo o Orçamento impositivo, e não facultativo como é, as políticas sociais seriam contempladas de maneira mais efetiva e o Brasil não conviveria com a humilhação de seus indicadores. O Congresso, por ser uma casa política, intimamente ligada às pressões das sociedade, é mais sensível a essas demandas. Desta forma, questões urgentes, como do salário mínimo e a remuneração dos servidores públicos, poderiam prosperar mais facilmente sem delongas e com absoluta transparência.



A previsão da proposta orçamentária para elevar o valor do salário mínimo é extremamente tímida. Está estimando um reajuste, em maio do ano que vem, de apenas 5,5%. O Congresso não irá concordar com este percentual ridículo e desumano. O salário mínimo quando foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas tinha poder de compra 3,5 maior dos que os atuais R\$151,00.

De outro lado o Congresso não vai esquecer a penúria atual dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. Eles são as maiores vítimas da obsessão fria e odiosa. Há seis anos sem nenhum tipo de reajuste, os servidores públicos estão sendo tratados no Orçamento da União, nova e injustamente, como vilões. É inadmissível prosseguir neste rumo. Quando ministro fiz o contrário: reajuste os salários dos policiais federais e rodoviários.

Uma outra importante questão envolvendo a proposta orçamentária são as chamadas obras irregulares. Hoje elas são, aproximadamente, 200. O Tribunal de Contas da União já enviou ao Congresso uma listagem condenando 33 obras, que consumiriam R\$240 milhões. Tenho dito que obras podres não podem continuar a receber recursos públicos. É um desperdício. Foi exatamente o que fiz quando presidi a Comissão de Orçamento: cortar estes recursos.

É recomendável que avancemos para que não fiquemos todos os anos fazendo a mesma coisa, repetindo erros. Por tudo isso se torna imperiosa a adoção de regras, critérios e normas e controle que impeçam, na prática, a corrupção. O Brasil não pode esperar. É preciso prevenir o futuro. É isso que a sociedade quer e vai conseguir.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 3-9-00*

## EM BUSCA DA VERDADE

Meu partido, o PMDB, me honrou ao me indicar para presidir a subcomissão do Senado que investiga os desdobramentos da CPI do Judiciário. Em menos de um mês, mesmo durante o chamado recesso branco, a subcomissão trabalhou com empenho e disposição para esclarecer as dúvidas da sociedade brasileira.

Foram, em poucos dias, 25 depoimentos que, freqüentemente, iam madrugada adentro. Pessoalmente fui a todos os órgãos que poderiam colaborar no sentido de conferir agilidade aos trabalhos da subcomissão. Fui ao Banco Central, à Receita, ao Ministério Público, Polícia Federal e Tribunal de Contas da União. Todos se prontificaram no auxílio técnico aos trabalhos da subcomissão.

O trabalho realizado é muito eloqüente e não comporta leituras políticas secundárias e ardilosas. Desde o início, reiteradamente, frisei que não iria criar expectativas irrealizáveis. Afirmei também que conduziria os trabalhos de maneira isenta, equilibrada e, principalmente, independente. Afinal, trata-se de uma subcomissão do Senado Federal e não de um processo de submissão a quem quer que seja.

De outro lado, fiz questão de não permitir a politização de nossas investigações para beneficiar ou prejudicar qualquer segmento político. Mesmo sendo uma casa política, a partidarização, evitaria que chegássemos às conclusões que a sociedade merece e espera do Congresso Nacional. Não é uma comissão para acorbetar quem quer que seja, mas sim para dar respostas.

Na última semana os partidos de oposição, numa decisão que respeito, optaram por não participar mais dos trabalhos de investigação. Com

ausência deste segmento político, eleito democraticamente como os demais, perdemos as condições imprescindíveis, que eram a isenção, a independência e o equilíbrio.

Não me sinto confortável presidindo uma comissão de facções. Para manter a coerência política, tomei a decisão solitária de me afastar da Presidência. Uma investigação que conta com apenas uma das partes não iria ser aceita pela sociedade. Seria um exercício faccioso de inutilidade e desconfiança.

A oposição precisa ter a consciência de que fechou a única porta existente, até agora, para investigarmos. A subcomissão manteve o assunto na ordem do dia. Seu silêncio pode provocar o esquecimento. De outro lado, não interessa a ninguém o hiato que se cria. Para o próprio Governo fica como mais uma névoa não dissipada. Todos, sem exceção, perdem.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 10-9-00*

## ABRANDAMENTOS TEMERÁRIOS

A violência e a impunidade no Brasil estão em patamares obscenos e ameaçando corroer o próprio conceito de Estado. As estatísticas de assassinatos, roubos, seqüestros, estupros são vergonhosas para qualquer brasileiro e não admitem mais a complacência dos governantes.

Vários são os caminhos para combater a violência e suas causas. Em primeiro lugar, óbvio, é necessária uma política voltada para o mercado interno, gerando novos postos de trabalho e um programa real de distribuição de renda, que inicie imediatamente o resgate da hipoteca social do País.

De outro lado se faz urgente uma atualização das leis penais. Quando ministro encaminhei ao palácio várias propostas neste sentido, entre elas a reforma do próprio Código Penal, já carcomido pelo tempo e pela evolução social. Mas só agora, depois de patinar em três gestões no Ministério da Justiça, a reforma Penal, finalmente, chegou ao Congresso. A proposta encaminhada à minha época ficou passeando nas mesas da burocracia.

Lamentavelmente a proposta agora encaminhada pelo Governo, subordinada à doutrina do direito penal mínimo, está contaminada pelo liberalismo jurídico. A questão obrigatória a ser levantada, longe de discussões acadêmicas, é detectar se estas propostas estão em sintonia com o desejo da população.

Sem pretender assumir o posto de porta voz da sociedade brasileira, posso assegurar, com base nas pesquisas que realizamos quando estive no ministério, que a opinião pública deseja penas maiores e aplicação rigorosa da lei. Isso para não mencionar a expressiva aprovação da prisão perpétua.

Um dos pontos preocupantes da proposta enviada pelo Governo se refere à parte que, na prática, revoga o rigor para crimes hediondos. Ao su-

gerir esta mudança alguns casos de estupradores, traficantes, assaltantes e seqüestradores poderiam ser beneficiados com cumprimento de pena em regime semi-aberto.

A lei de crimes hediondos foi criada exatamente para não permitir aos condenados nenhum tipo de benefício. Tenho certeza de que o Congresso, afinado com a sociedade, não irá permitir que coloquemos nas ruas pessoas como o maníaco do parque de São Paulo, que matou cruelmente mais de 10 mulheres.

Um exemplo é suficiente para atestar a eficácia da lei de crimes hediondos. Quando estive no Ministério da Justiça, o Brasil estava tomado por remédios falsificados, os remédios de farinha, sem princípio ativo, eram comuns. Quando tornamos este crime hediondo começamos a esvaziar drasticamente as estatísticas. A sociedade espera penas severas e rigor na aplicação delas. Qualquer gesto para beneficiar bandidos e marginais, em nome de concepções teóricas ou tendências mundiais, é inaceitável.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 17-9-00*

## OS MALES DA CORRUPÇÃO

O Brasil acaba de conquistar mais um humilhante título, que envergonha a todos. O levantamento realizado anualmente pela Organização Transparência Internacional, rebaixou o País no *ranking* mundial da corrupção. Subimos cinco casas entre os países mais corruptos do planeta.

No ano de 1998, numa escala que vai de zero a dez, o Brasil recebeu a nota 4,1 no índice internacional da corrupção. No ano passado a nota brasileira, que já era vermelha, inaceitável, caiu ainda mais e ficamos com 3,9, numa zona de humilhação e vergonha, ao lado de Coréia do Sul, Turquia e Croácia.

É uma das piores colocações de toda a América Latina. Só para se ter uma idéia deste posto, países como El Salvador, Peru e África do Sul estão, neste levantamento, em situação mais confortável do que a brasileira. Esta pesquisa é feita em 90 países e ser o 45.º país mais corrupto do mundo é inadmissível.

Os representantes dessa ONG entrevistaram 800 pessoas em todo o Brasil, entre empresários, formadores de opinião, políticos e a população em geral e as informações, analisadas conjuntamente, formam o índice de percepção de corrupção. Deveríamos seguir o exemplo da Finlândia, que tirou nota dez, e nos afastarmos da Nigéria, que ficou com nota 1,2%.

É preciso que os governantes façam uma profunda reflexão sobre esta pesquisa para que os números não se tornem uma estatística a ser mencionada dentro da conveniência do momento, apenas para exercitar a memória. Além da reflexão, insisto permanentemente nesta tese, é crucial atacar as origens destas conclusões: a impunidade.

Desde o ano passado, o Brasil é varrido, açoitado vergonhosamente por denúncias de corrupção cuja maioria, a grosso modo, ficam impunes. Esta sensação de conforto do corrupto e do corruptor precisa ser desfeita com penas mais severas e a execução rigorosa da legislação. Só assim começaremos a mudar esta vergonha.

Rumores não esclarecidos, denúncias não respondidas, fatos não explicados alimentam a desconfiança da população e contribuem para a perda completa de credibilidade do País no exterior. Isto inibe novos investimentos, estreita o mercado, prejudica a concorrência, não cria empregos e reduz as expectativas de um ansiado crescimento.

De acordo com especialistas, se o combate à corrupção fosse efetivo e o País estivesse ao lado de países como o Canadá na punição aos corruptos e corruptores, a renda *per capita* do brasileiro seria elevada em R\$6 mil por ano. Ou seja, cada brasileiro está perdendo este valor anualmente para o dreno podre da corrupção. Tá passando da hora de virar este jogo.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 24-9-00*

## O APRENDIZADO DEMOCRÁTICO

Neste primeiro de outubro, perto de 110 milhões de eleitores estarão escolhendo, democraticamente, pelo voto, os prefeitos de suas cidades, aqueles que serão responsáveis pela administração do dia-a-dia de cada um dos 5.600 municípios brasileiros. Menos de 100 municípios terão um segundo turno de votação ainda em outubro.

De acordo com o levantamento realizado pelos partidos políticos, cerca de 70% dos atuais prefeitos foram candidatos à reeleição e as projeções dos institutos de pesquisas apontam para vitória de boa parte dos atuais administradores. A eleição para prefeito não se traduz em abordagens políticas, fica mais focada nas questões administrativas.

Nesta campanha para prefeitura o que está sob julgamento popular, em última instância, é a competência dos candidatos, especialmente daqueles que são candidatos à reeleição. Entretanto não é possível mais encobrir o peso desleal da utilização da máquina pública numa eleição como esta. Os protestos contra esta prática predatória e amoral vieram de todos os cantos do Brasil.

Lacradas as urnas, anunciados os resultados e vistos os desdobramentos da eleição se faz necessária uma profunda reflexão sobre a conveniência de mantermos ou não a possibilidade de reeleição. De um lado devemos considerar que bons administradores, honestos, têm direito a uma segunda oportunidade para levar adiante seus projetos, uma vez que a descontinuidade de obras quando há alternância de poder, já provocou prejuízos indesejáveis ao País, aos estados e municípios.

Mas é preciso, de outro lado, observarmos meticulosamente todos os abusos que foram cometidos nesta campanha utilizando-se o dinheiro



público em nome de um continuísmo, do poder pelo poder. Além de ser uma conduta criminosa e desigual, é eticamente imoral o uso da estrutura pública para permanecer no poder.

Os exemplos foram pródigos e eloqüentes. Campanhas milionárias, cachês estratosféricos, farta distribuição de cestas básicas e uma série de abusos financeiros. Torna-se urgente a adoção do financiamento público de campanha. Exclusivamente público, sem a participação privada, o que igualaria os candidatos e remeteria a disputa para o leito da competência e das propostas.

Não devemos, também, reduzir a atual crise política brasileira ao uso da máquina na campanha para prefeito. O problema é mais amplo e abrange a fragilidade político-partidária, a ausência da fidelidade, a existência de legendas de aluguel e uma série de deformações do sistema eleitoral. A reforma político partidária se torna, assim, inadiável.

Um outro desdobramento desta eleição municipal será a inevitável análise em torno de possíveis arranhões sobre esta ou aquela pretensão presidencial. É desnecessário dizer que está muito cedo para qualquer tipo de prognóstico ou de sentenças sobre prejudicialidade ou não das candidaturas presidenciais que já estão colocadas. Antes de pensarmos em nomes, devemos reorganizar a legislação, aperfeiçoá-la para que a democracia fique, verdadeiramente, representativa.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 1º-10-00*

## A VOZ DAS URNAS

A sociedade brasileira, mais uma vez, demonstrou seu amadurecimento político e um grau de civilidade dignos de reconhecimento. As eleições do último domingo, envolvendo uma multidão de eleitores, transcorreram na mais absoluta ordem e foram uma grande manifestação de cidadania e democracia.

Totalizados os votos, cada partido menciona números e estatísticas de sua conveniência no afã de demonstrar seu fortalecimento na eleição. Algum registra que triplicou o número de prefeituras, outro que cresceu em centros importantes e ainda há os que tentam sublinhar um bom desempenho pelas vitórias obtidas em primeiro turno.

Do mosaico de partidos envolvidos na eleição, 25 conquistaram pelo menos uma prefeitura no País. Sem pretender seguir o modelo publicitário e autopromocional das outras agremiações partidárias, considero oportuno o registro de dois dados que são suficientemente loquazes para aferir o desempenho do PMDB neste pleito municipal.

De um total de 5.559 prefeituras envolvidas na disputa, o PMDB, a “Fênix que ressurgiu das cinzas”, como o batizou o saudoso Ulysses Guimarães, elegeu 1.283 prefeitos. Pouco mais do que 1/5 de todos os municípios brasileiros serão administrados por prefeitos que professam as idéias e o programa do partido.

Considerando-se o total de votos dados aos partidos nas prefeituras, novamente é realçada a confiança dos eleitores no PMDB, que permanece sendo o maior partido do Brasil. Mesmo com um quadro de pulverização partidária, o PMDB obteve a confiança de 13,2 milhões de eleitores, sendo o partido que, individualmente, recebeu cerca de 16% do total de votos.

O PMDB optou por coligações na grande maioria das capitais e em vários centros não lançou candidatos, como São Paulo, Rio, Salvador, Maceió e Natal, dentre outros. Além disso o partido ainda disputa, com boas chances de vitória, o segundo turno em 9 grandes cidades. O número de vereadores eleitos pelo PMDB em todo o País é, igualmente, muito expressivo. Foi o partido que, de longe, mais elegeu vereadores em todo Brasil.

A direção do partido que, há pouco mais de um ano, iniciou um trabalho de reaglutinação e de unidade partidária, saberá respeitar, honrar e retribuir com trabalho e seriedade este patrimônio eleitoral. Igualmente estes números reafirmam as credenciais do partido para disputar as eleições presidenciais de 2002. Não há dúvida que um projeto nacional como este está intimamente ligado à capilaridade política dos partidos.

Mesmo neste cenário de celebração, o PMDB, agora, irá se debruçar no sentido de acelerar a tão necessária reforma político-partidária. O princípio da reeleição precisa ser profundamente avaliado, temos de fortalecer a fidelidade partidária e, principalmente, implantarmos o financiamento público e exclusivo de campanhas. Estes aprimoramentos são vitais para repetirmos as saudáveis cenas de democracia como da última eleição.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 8-10-00*

## CARGAS ROUBADAS

O crime organizado no Brasil vem se aprimorando e ocupando novos espaços diante da omissão dos governantes. Outrora convivíamos com outros tipos de crime. Hoje o delito que mais aumenta no País é o roubo de cargas, que oferece poucos riscos para os bandidos e revolta, cada vez mais, motoristas indefesos.

No levantamento feito em São Paulo pelo Sindicato das empresas transportadoras, só no primeiro semestre de 2000, o número de roubo de cargas cresceu 24,5% em relação ao mesmo período de janeiro a junho de 1999. Foram 1.158 casos contra 938 no primeiro semestre do ano passado.

Os prejuízos alcançam todos, especialmente o consumidor. Com a desenvoltura dos piratas do asfalto os custos das empresas que fazem seguros de cargas são maiores e, claro, este impacto é repassado ao preço final dos produtos. Não é por outro motivo que, de 100 seguradoras, apenas 5 continuam trabalhando com apólices de cargas.

O aumento do roubo de cargas está crescendo à proporção de 30% ao ano. Em 1999 foram 4.970 furtos. A quase totalidade, 95% dos casos, são registrados em rodovias estaduais. No Rio de Janeiro e São Paulo estão concentrados 78% destes furtos. Apenas 5% dos roubos ocorreram em rodovias federais.

Ainda quando estava no Ministério da Justiça, criamos o plano de segurança nas estradas com medidas a serem executadas no curto, médio e longo prazo. Inicialmente a Polícia Rodoviária, que teve sua frota renovada com 2 mil viaturas, 6 helicópteros, ambulâncias de resgate, além de contratação de mais 400 patrulheiros, reforçou o policiamento em 90 pontos considerados críticos em todo o País.

Mas este trabalho precisa ser continuado. O combate ao crime tem de ser permanente, duradouro. Na questão do roubo de cargas, ele demanda um investimento de 4 milhões de reais em medidas para permitir um maior controle no transporte de cargas. As empresas também precisam se associar a este esforço gastando mais em novas tecnologias, como fizemos, por exemplo, com os bancos para diminuir o número de assaltos.

Medidas simples também contribuiriam para evitar o crescimento deste tipo de delito. Hoje as cargas são fiscalizadas basicamente pelo veículo condutor, o chamado cavalo motor. É necessária a consolidação do manifesto da carga, da carreta, o carro e a identificação do motorista, tudo em um único documento.

O Congresso abriu este ano uma Comissão Parlamentar de Inquérito para aprofundar as investigações e as conexões destas quadrilhas com o narcotráfico, contrabando de armas e tráfico de crianças. O resultado, certamente, indicará os caminhos para reprimir e punir os responsáveis por estes crimes do asfalto.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 15-10-00*

## O MÁXIMO PARA O MÍNIMO

O Congresso inicia nas próximas semanas a votação do Orçamento para o ano 2001. Duas questões são fundamentais na discussão do Orçamento: a definição de um reajuste para os servidores públicos, com seis anos sem qualquer tipo de aumento, e o crescimento real do salário mínimo.

A proposta original do Executivo não contempla nenhum tipo de elevação para o salário dos servidores. No caso do mínimo, o índice de reajuste previsto é muito modesto, 5,57%, o que significaria um aumento dos atuais 151 para 160 reais no ano que vem. Os dois dados são inadmissíveis.

O mínimo foi criado em 1940 e, à época, 68% dos trabalhadores recebiam um salário. O poder de compra dele era três vezes e meia superior aos atuais 151 reais. Se o mínimo tivesse acompanhado todos os outros índices da economia, hoje estaria em torno de 480 reais.

O argumento repetitivo da área econômica contra um reajuste maior para o mínimo é o impacto nas contas públicas, especialmente nos benefícios dos 12 milhões de aposentados. Os economistas afirmam que cada 1 real de aumento para o salário mínimo representa 182 milhões em gastos do Governo.

No mercado formal de trabalho, apenas 1 em cada 10 empregados ganha o salário mínimo. Entre os trabalhadores sem carteira assinada, no mercado informal, somente 4 trabalhadores a cada 10 recebem o mínimo. Hoje o salário mínimo representa menos do que 25% da força de trabalho. Ou seja, a mão-de-obra barata não é preponderante para os custos finais dos produtos.

Todos estes dados indicam que é perfeitamente possível uma reajuste digno para o salário mínimo, a fim de que ele recupere seu poder de compra e readquira sua importância na economia nacional. Está sobejamente comprovado que, quando há um crescimento real do mínimo, há uma expressiva redução nas taxas de pobreza.

O próprio Banco Mundial, em suas projeções, afirma que, para eliminar 50% da pobreza no Brasil, é necessário um crescimento de 6% ao ano. O mesmo estudo indica que este crescimento tem de ser contínuo por, pelos menos, 15 anos. Lamentavelmente a taxa média de crescimento nos últimos 20 anos tem sido de 2,3%.

É desnecessário reafirmar que o aumento dos servidores – federais, estaduais e municipais – e do salário mínimo não pode ser abordado apenas pelo aspecto matemático e suas conseqüências numéricas. Trata-se de uma dívida social que precisa, urgentemente, ser honrada. Tenho convicção de que o Congresso, ao votar estes dois temas, irá saber respeitar os trabalhadores brasileiros.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 22-10-00*

## A HORA DA DECISÃO

Na próxima semana, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, finalmente, deverá votar o projeto que proíbe a comercialização de armas de fogo e munição em todo o País. Este tema já está em debate há quase dois anos e todos os senadores já têm uma posição amadurecida sobre o assunto.

O projeto original foi enviado ao Congresso Nacional quando eu ainda ocupava o Ministério da Justiça. Sua concepção foi baseada em experiências internacionais, onde a proibição da venda de armas trouxe resultados extremamente positivos no combate à violência, como na Inglaterra, por exemplo.

O Brasil, como já demonstrado à exaustão, possui as piores estatísticas de criminalidade do mundo. O País é o campeão mundial de homicídios cometidos com armas de fogo. São milhares de pessoas mortas todos os anos pela banalização do uso da arma. Só este ano foram inúmeras tragédias e poucos esquecem as cenas dramáticas do seqüestro de um ônibus no Rio, no mês de junho, transmitido ao vivo pela televisão.

Na comoção daquela tragédia, o projeto que proíbe a venda de armas saiu da gaveta e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, onde fui o relator. Mas, surpreendentemente, o Governo Federal, dentro do plano de segurança nacional, que ainda não saiu do papel, quase atingiu de morte a proibição da venda ao suspender novos registros.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal derrubou a vigência da medida provisória que suspendeu novos registros de armas por 6 meses. Desta forma voltou a ganhar espaço o projeto que proíbe, definitivamente, a venda de armas e, sinceramente, espero que ele seja aprovado como saiu



da Comissão de Constituição e Justiça, sem abrandamentos, sem tolerâncias que o descaracterizem.

A sociedade, diversas vezes consultada sobre o assunto, reiteradamente aprovou a proibição da venda de armas. Nada mais, nada menos do que 85% da população concordam com a proibição. 79% dos brasileiros consideram que a posse de uma arma prejudica a defesa de quem está armado e agrava a situação.

Todos os argumentos apresentados pelo poderoso *lobby* da indústria de armamentos foram derrubados um a um. É claro que a mera proibição não elimina a criminalidade, mas contribui decisivamente para acabarmos com os crimes que têm motivos banais, originados de discussões acaloradas, rusgas e discussões.

Proibir a venda de armas é um primeiro passo, ousado e necessário, para combatermos os índices superlativos da violência no Brasil. O quadro da criminalidade atual é alarmante e exige respostas imediatas, enérgicas e duras. Caso contrário, começaremos a trilhar o irreversível caminho da barbárie e da submissão do Estado ao crime organizado.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 29-10-00*

## NAS ASAS DA ESPERANÇA

Uma das maiores angústias da sociedade é a insegurança, que continua crescendo diante dos olhos inertes dos governantes. As estatísticas da violência no Brasil se aproximam – e não raro superam – dos índices de países que enfrentam guerras ou distúrbios sociais momentâneos.

Recentemente, em junho deste ano, o Governo Federal anunciou, com pompa e pirotecnia, um Plano Nacional de Segurança que pretendia reduzir nossa triste realidade de criminalidade. Das mais de 100 medidas prometidas, nenhuma saiu do papel.

Resultado de uma maquiagem orçamentária, este plano aumentou o estoque de promessas não cumpridas. Até o chamamento para ações conjuntas envolvendo os governos estaduais foi, paulatinamente, sendo esquecido.

O Governo precisa implementar este plano de segurança urgentemente, priorizando a viabilização do Fundo Nacional de Segurança Pública e a execução do programa de proteção às vítimas e testemunhas, que está enfraquecido pela falta de recursos.

Além de materializar as propostas do plano, o Governo precisa resgatar outras medidas de fácil execução e que estão sendo ignoradas, entre elas a lei que permite o abate de aeronaves hostis. Ela foi sancionada em 6 de março de 1998. Sua regulamentação foi elaborada imediatamente, no mesmo ano, quando eu ainda ocupava o Ministério da Justiça. Mas, sem explicações aceitáveis, esta proposta de regulamentação não foi adiante e sumiu em alguma gaveta da burocracia.

A existência de uma lei como esta, é irrefutável, contribui decisivamente para combater o narcotráfico, o contrabando de armas e para a

defesa do espaço aéreo nacional, especialmente em nossas fronteiras ainda desguarnecidas e à disposição da ação de criminosos internacionais.

É difícil compreender porque uma lei urgente, necessária e eficaz esteja dormitando dentro de uma gaveta sem sua regulamentação. Sua execução é vital no sentido de que Brasil deixe de ser um indulgente corredor para o tráfico de drogas e o contrabando de armas.

Apesar de sua importância, o abate de aeronaves hostis não foi incluído no Plano de Segurança Nacional. No momento seguinte, após as operações de combate ao narcotráfico na Colômbia, patrocinadas pelo Governo norte-americano, era de se esperar que ela fosse implementada, mas, lamentavelmente, ela foi mais uma vez colocada à margem.

A ação desinibida do crime organizado precisa ser combatida. Cada êxito em operações pontuais representa um golpe importante no combate ao crime. Não temos o direito de abrir mão de uma lei como a que permite o abate de aeronaves hostis, sob o risco termos sido coniventes com o aumento da criminalidade.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 5-11-00*

## A CORREÇÃO DA DÉCADA

A exemplo do estudo publicado em março último pelo IBGE, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, acaba de divulgar o trabalho que confirma a queda dos rendimentos dos trabalhadores no mercado formal durante a década de 90.

De acordo com os números apresentados esta semana, o trabalhador brasileiro, durante os anos 90, teve um decréscimo em sua remuneração de 8,7%. Tomando por base o Estado mais industrializado do País, São Paulo, a renda média caiu de R\$937, em agosto/90, para R\$855 dez anos depois.

Este achatamento é o somatório de vários indicadores negativos que condenaram a década de 90 como perdida: índices de desemprego muito elevados, em torno de 7,7% da População Economicamente Ativa, descompasso entre a inflação e a remuneração e a ausência de planejamento e proteções na abertura do mercado brasileiro, que comprometeram a produtividade das empresas nacionais.

Atendendo a uma idolatria contábil, o modelo econômico brasileiro não priorizou a geração de novos postos de trabalho ou correção da pior distribuição de renda do planeta. O setor industrial foi penalizado e muitas empresas foram obrigadas a se ajustar cortando custos, principalmente na mão-de-obra.

Paralelamente a uma acentuada contração na oferta de emprego, todas as tarifas públicas foram e continuam, gradualmente, sendo reajustadas. Alguns preços foram corrigidos em mais de 200%, como é o caso da gasolina, luz e telefonia. Desta maneira a inflação acumulada, só no período do Plano Real, já atingiu os 90%.

A expectativa, ainda incerta, de um crescimento de 4% a partir deste ano amenizaria o quadro do desemprego, mas ainda seria insuficiente e tímida diante do abismo social que temos a obrigação de corrigir nos próximos anos. Os economistas sustentam que a cada 1% de crescimento deveria haver 1% de redução na taxa de desemprego.

Um estudo recente do Banco Mundial, ainda mais preocupante, demonstra que para reduzir apenas a metade da pobreza nacional, que voltou a crescer, seria necessário um crescimento de 6% ao ano durante um período mínimo de 15 anos consecutivos. Tendo em vista a taxa média de crescimento dos últimos anos, 2,3%, não há espaço para otimismo se não humanizarmos a política econômica.

Um outro dado a ser considerado na pesquisa do DIEESE é o êxito de algumas categorias na obtenção de algum tipo de reajuste salarial. Mas esta recomposição se limitou a repor perdas com a inflação passada. A perspectiva de crescimento aliada a uma, ainda tímida, queda do desemprego irá permitir ambientes mais favoráveis para reajustes salariais.

Desta forma, voltamos a conviver com greves, paralisações de advertência e outras fórmulas de pressão trabalhista que haviam sido superadas pela luta da manutenção do emprego. Sem dúvida, é um sinal positivo e evidencia um movimento de crescimento na economia, que necessita ser contínuo e sustentado.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 12-11-00*

## A RECONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Toda a direção nacional, vários deputados, senadores, prefeitos, vereadores, filiados, militantes e simpatizantes do PMDB prestigiaram na última quarta-feira, em Joinville (SC), o lançamento oficial da pré-candidatura do Senador Pedro Simon à Presidência da República.

Simon, aos 70 anos de idade, é a figura síntese da história de lutas e do compromisso do PMDB com as questões sociais e com a ética. Se, outrora, tomamos as ruas para exigir e conquistar as liberdades democráticas, hoje o partido volta ao mesmo cenário para iniciar o resgate social e a reconstituição da dignidade do povo brasileiro.

A trajetória política do PMDB se confunde com a própria História do País. É o partido, segundo todas as pesquisas, mais identificado com as demandas sociais e por isso tem sido, ao longo do tempo, o interlocutor preferencial da sociedade brasileira.

A última eleição municipal resume em números a credibilidade que o partido conquistou junto ao povo brasileiro. O PMDB conquistou o maior número de prefeituras (1/5 do total), a expressiva maioria dos vereadores (mais de 12 mil) e obteve a confiança de, aproximadamente, 16% do eleitorado nacional.

Diante da loquacidade destes números, é natural que o partido se coloque como uma alternativa de poder e possa mostrar o que pensa para o País. A candidatura própria é a expressão da vontade do partido legitimada pela manifestação das urnas e, certamente, saberá responder aos mais profundos anseios da população.

Para elaborar um minucioso programa de governo, o partido irá percorrer o Brasil, de leste a oeste, de sul a norte, captando o sentimento

nacional. Não há dúvidas quanto à urgente necessidade de enfrentarmos o degradante problema do desemprego, a insegurança pública, a precariedade da saúde pública e revertermos os indicadores socioeconômicos, todos negativos, infelizmente.

As propostas do PMDB, que estão sendo sistematizadas pela Fundação que tenho a honra de presidir, Ulysses Guimarães, são claras: retomada do crescimento, fim da corrupção e da impunidade, combate à fome com um programa eficiente na agricultura familiar, um gigantesco programa de habitação popular para gerar empregos e a criação do banco do povo para financiar pequenos empreendimentos.

Além de priorizar uma agenda nitidamente social, o PMDB irá assumir no Congresso Nacional, onde tem a maior bancada, um compromisso de levar adiante as reformas vitais para o País, que patinam na Câmara e no Senado: a reforma tributária, onde paga mais quem pode, e a reforma política, centrada no financiamento público de campanhas e na fidelidade partidária, no intuito de igualar a disputa e eliminar o peso do poder econômico.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 19-11-00*

## ASSEPSIA ELEITORAL

As recentes notícias, ainda que o tema seja muito antigo, sobre impropriedades na gestão de recursos captados durante os dois últimos processos eleitorais estimularam e criaram um ambiente favorável no Congresso para agilizar a aprovação da proposta que prevê o financiamento público e exclusivo de campanha, que foi aprovada pelo Senado esta semana.

Qualquer parlamentar que advogue a alternância de poder, a igualdade em uma disputa, a isonomia entre os pretendentes a um cargo eletivo e que repudie o atual e humilhante mecanismo de financiamento de campanhas não hesitará em dar seu voto favorável a esta proposta, que segue, agora, para a Câmara.

O financiamento público e exclusivo elimina o peso do poder econômico, equilibra a disputa, iguala os candidatos, afasta a suspeição, bane a corrupção, confere independência ao eleito e dá absoluta legitimidade ao mandato. Sintetizando, reveste o processo eleitoral dos princípios inafastáveis da administração pública: transparência, probidade e impessoalidade.

Nenhuma generalização é sensata. Mas episódios recentes do Parlamento brasileiro evidenciaram relações espúrias entre comitês de campanha e os financiadores eleitorais privados. À guisa de exemplo, basta rememorarmos a rumorosa CPI do Orçamento. Fixarmos uma fonte clara, pública e conhecida para as campanhas acaba com o inadmissível hibridismo entre o público e o privado.

Mesmo após dezenas de cassações nos últimos anos, ainda paira na opinião pública, como uma suspeita indissipável, a sensação de que os financiamentos privados são moedas de troca para futuros favorecimentos empresariais. Esta imagem distorcida e generalizada vem provocando uma



erosão de credibilidade dos homens públicos. Os erros passados devem balizar as correções e, nunca, reforçar a desconfiança.

Igualmente não é recomendável que criemos a ilusão de que o financiamento público, isoladamente, conserte a atual legislação político-partidária. Ele se justifica dentro de um conjunto de mudanças que impõe uma organicidade, onde, obrigatoriamente, deve ser implementada a fidelidade partidária e repensado todo o sistema eleitoral.

É legítimo ao legislador conviver com a ânsia do ideal e não com as limitações do possível. A idéia do financiamento público não é originada de um mal-estar momentâneo – já houve outros projetos em circunstâncias distintas. Leis derivadas de quadros deformados, para responder ao momento, não são eficazes e contribuem para agravar o problema. O financiamento público é a terapia permanente para varrermos qualquer suspeita sobre o processo eleitoral.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 26-11-00*

## PROMESSAS ESQUECIDAS

Em junho deste ano, na esteira de uma comoção nacional provocada por um seqüestro de um ônibus no Rio de Janeiro, transmitido ao vivo pelas emissoras de televisão, o Governo anunciou com alarde um plano de segurança nacional para conter a proliferação da violência no Brasil.

Fruto de uma justaposição de orçamentos já existentes, prometia o Governo Federal investir 3 bilhões de reais até o ano de 2002 no intuito de reduzir as estatísticas de criminalidade que humilham o País. De acordo com o anúncio, o Governo Federal acenava com a liberação de 700 milhões para atender à primeira etapa do plano, ainda este ano.

Das 124 medidas anunciadas, 14 foram apontadas como “prioritárias”. Decorridos 6 meses, é desalentador verificarmos que nenhuma das medidas saiu do papel. A única ação prática, editada numa medida provisória, contribuiu para retardar a proibição da venda de armas e acabou sendo derrubada pelo Supremo Tribunal Federal por inconstitucionalidade.

Para que as promessas não se diluam no esquecimento, convém lembrarmos as mais importantes: reestruturação do Ministério da Justiça, que cuidaria só de segurança pública, convênio com os governos estaduais para melhorar o policiamento, reforço das Forças Armadas nas áreas de fronteira, abertura de 2 mil vagas na PF, expansão do programa de proteção às vítimas e testemunhas, projeto para autorizar a infiltração policial e reforma do Código Penal, entre outras.

Prefiro não acreditar que o Governo Federal tenha se tornado um adepto dos “factóides”, que tenha anunciado este plano apenas para dar uma satisfação à opinião pública. Afinal, o País que responde por 10% dos

crimes cometidos em todo o planeta não pode encenar ações contra o crime, precisa de atitudes concretas e continuadas.

Pirotécias e efeitos especiais iludem temporariamente, mas não apagam a dura realidade de violência do País. Ela está todos os dias no noticiário em suas diversas modalidades: assaltos, seqüestros, homicídios, narcotráfico e contrabando.

O Estado mais desenvolvido do País, São Paulo, registrou este ano um crescimento de 240% no número de seqüestros. Este dado se refere apenas ao seqüestro com cativo e pedido de resgate, não inclui, portanto, o seqüestro relâmpago.

Ainda esta semana, o diretor das Nações Unidas para o controle de drogas e prevenção ao crime, Pino Arlacchi, visitou o Brasil e fez uma advertência preocupante: a repressão ao tráfico na vizinha Colômbia pode provocar uma migração dos laboratórios e do próprio tráfico para o território brasileiro. Eu mesmo já alertei para este risco várias vezes no Senado.

Diante do cenário atual de criminalidade e sua perspectiva de crescimento, o Governo não pode ficar inerte. É essencial que o plano de segurança seja concretizado e para isso é urgente que sejam definidas fontes fixas de financiamento. O quadro atual não comporta boas intenções e improvisações financeiras.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 3-12-00*

## SOCIOLOGIA DA INSENSATEZ

Os técnicos do Programa de Distribuição de Alimentos – PRODEA, conseguiram nos últimos dias reunir uma rara unanimidade no Congresso Nacional. Foram objeto das mais procedentes e severas críticas contra a proposta de extinção da distribuição de cestas básicas.

O Programa de Distribuição de Alimentos para comunidades carentes foi implantado há seis anos sob inspiração de uma luta quase individual do falecido sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que sensibilizou o País em sua campanha contra a fome e a miséria.

A distribuição de cestas básicas atende atualmente 9 milhões de cidadãos que vagueiam na mais completa indigência pelos bolsões de miséria do País. É desnecessário lembrar que estas pessoas não dispõem de outros meios para sustentar a si e suas famílias.

Longe de ser um programa paradigmático em um País de dimensões e perspectivas como o Brasil, a distribuição de cestas básicas é indispensável para atenuar os efeitos devastadores da fome e da miséria, especialmente no Norte e Nordeste, que concentram mais de 60% dos cidadãos que vivem abaixo da linha a pobreza.

No decorrer destes anos, várias foram as sugestões, críticas e aprimoramentos sugeridos a este programa, particularmente no que concerne ao seu aspecto centralizador e assistencialista. Ponderações que, infelizmente, não foram relevadas pelos responsáveis.

Agora, surpreendentemente, os técnicos do programa querem desativar a distribuição de cestas básicas em nome de conceitos sociológicos e substituí-lo por um novo programa denominado de “Comunidade Ativa”,

cuja promessa é movimentar a economia dos municípios pobres, gerar renda e emprego, repassando os recursos para os municípios.

Sem pretender verticalizar muito a fragilidade da proposta, basta nos atermos ao fato de que o cidadão, com os vales de compra, não irá obter os produtos no varejo pelos mesmos preços que hoje são adquiridos no atacado pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Sem orientação, tampouco, irá o beneficiário atingir o equilíbrio nutricional da cesta básica.

Não se trata de uma defesa férrea do assistencialismo embutido na distribuição de cestas básicas, mas de garantir alimento no prato de quem necessita. O novo modelo proposto tem metas de médio e longo prazos e, é claro, os atuais beneficiários da cesta não podem esperar por soluções que não sejam instantâneas e concretas.

Portanto, é inadmissível que o Governo ensaie a extinção da distribuição de cestas básicas sem uma alternativa eficiente e imediata. É impensável, também, prever que uma mudança neste programa irá propiciar a distribuição de renda, a geração de empregos e o fim da miséria como todos desejam.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 10-12-00*

## INFÂNCIA ABANDONADA

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, acaba de divulgar os resultados do primeiro índice de desenvolvimento infantil do País, que leva em consideração o número de crianças de até 6 anos de idade na escola e o percentual de cobertura vacinal neste mesmo grupo.

As conclusões foram desalentadoras. Quase a metade das 5.507 cidades brasileiras presta um atendimento insuficiente à criança. Apenas uma cidade, no interior de São Paulo, Águas de São Pedro, conseguiu um índice elevado de assistência à infância em saúde e educação, com 100% de crianças vacinadas e matriculadas na pré-escola ou em creches.

A classificação feita pelo instituto para aferir o índice de desenvolvimento infantil – IDI – vai de 0 a 1. Desta forma cidades e estados que obtêm taxas abaixo de 0,500 prestam uma assistência “baixa” à infância. De 0,500 a 0,799 o índice é considerado “satisfatório” ou “médio” e acima de 0,800 o atendimento à criança é “elevado”.

Na classificação feita por estados, o Distrito Federal ficou em primeiro lugar no atendimento à criança, seguido pelo Rio de Janeiro e São Paulo. O meu Estado, Alagoas, lamentavelmente, ocupa a última posição com o índice de 0,426, considerado baixo pelo UNICEF, revelando o descaso com investimentos feitos em educação e saúde.

Sem dúvida a situação do Brasil neste *ranking* é muito ruim. Na taxa de mortalidade infantil os números são igualmente incômodos. São 40 mortes antes dos cinco anos de idade por cada mil crianças nascidas. Ocupamos a vergonhosa 89.<sup>a</sup> posição de um grupo de 191 países.

Para se ter uma idéia mais precisa, no item mortalidade infantil, estamos empatados com países economicamente muito mais pobres, como

Vietnã e Albânia. Se compararmos com países latino-americanos temos estatísticas semelhantes às do Equador, El Salvador e Honduras. Temos o dobro da mortalidade infantil de Uruguai e Argentina.

Mais esta humilhação internacional impõe uma profunda reflexão e ações urgentes e objetivas em políticas públicas de assistência à infância. É claro que, além delas, é preciso repensar a economia que não tem gerado empregos, não tem distribuído renda, não corrige as desigualdades regionais e vem engessando o crescimento do País.

É necessário priorizar, efetivamente, a infância, o futuro do País. Senão for uma questão de prioridade, como explicar que um pequeno município, Águas de São Pedro, erradicou o analfabetismo e tem toda a população infantil vacinada e na escola? A receita é simples: 15% do orçamento são aplicados em saúde e 25% são investidos em educação. Isso, sim, é priorizar.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 17-12-00*

## ESPERANÇA NECESSÁRIA

O Natal é a maior festa cristã do planeta. Além de uma celebração, mesmo nos tempos modernos, conturbados e difíceis em que vivemos, é um momento também de pararmos e refletirmos intimamente sobre os rumos que estamos tomando em nossas vidas.

Para os homens públicos, condutores do destino de um País com 160 milhões de habitantes, a obrigação e responsabilidade nesta reflexão são ainda maiores, sejam eles do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário e em todas as esferas do poder: federal, estadual ou municipal.

Os ensinamentos que nos foram legados são inúmeros e idealizaram o homem vivendo numa sociedade harmônica, justa, igualitária, equilibrada, fraterna e que saiba superar suas desigualdades. É um objetivo perseguido há 2 mil anos por diversos regimes de governo em todo o mundo.

Há pensadores que crêem que o próprio exercício de perseguir esta sociedade justa, projetada por Jesus, já nos aproxima de Deus por engrandecer a alma e perpetuar Suas doutrinas. Mas este raciocínio, de estarmos tentando e perseverando, não pode nos conduzir a qualquer sensação de conforto. É preciso muito mais, é preciso agir.

Os homens públicos necessitam, verdadeiramente, introjetar os conceitos humanistas e, a partir deles, tabular qualquer ação de governo. Priorizar o mercado, a contabilidade, os números em detrimento do ser humano é uma modalidade de afastar-se do humanismo.

É do conhecimento e, principalmente, do sentimento coletivo que o Brasil viveu mais um ano duro, difícil para todos. Faltou emprego, comida, escola, saúde, segurança, justiça, infra-estrutura, dinheiro, crescimento,



distribuição de renda, alegria, enfim, faltou dignidade e cidadania para o povo brasileiro.

Podemos recorrer a Deus, em nossas orações, para mitigar este sofrimento, mas não podemos nos resignar. A sociedade, civilizadamente, deve se organizar e cobrar de seus representantes compromissos com o povo brasileiro e atitudes que impliquem o resgate social e a reconstituição do Brasil.

Não podemos permitir que a desesperança confisque nossos espíritos. Acima de tudo é preciso acreditar, lutar para que melhores dias aconteçam, perseverar para conquistarmos, por meio do nosso trabalho e na crença em Jesus, uma sociedade realmente próspera, justa e igualitária.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 24-12-00*

## A CONQUISTA DO FUTURO

A virada do ano novo sempre enseja, de uma maneira quase compulsória, uma espécie de balanço do que passou e nos convida a projetarmos os compromissos e metas para o ano que se inicia. É uma atividade produtiva de reavaliação e prospecção que engrandece o ser humano.

Da perspectiva política, econômica e social, é inquestionável, o País avançou muito palidamente rumo ao pretendido crescimento que todos anseiam. O Congresso, com seus erros e acertos, procurou contribuir para fornecer os meios necessários a esta prosperidade. Só o Senado deliberou sobre 525 matérias em 2000.

Os números do crescimento econômico foram muito tímidos. Optou o Governo por manter sua política voltada para atender a um balanço contábil exógeno em detrimento de um desejado crescimento interno. Desta forma, prosseguimos na exportação de capital, por meio do pagamento de juros e remessa de lucros e dividendos para o exterior.

Internamente o País viu crescer suas taxas de desemprego, hoje em torno de 8% da População Economicamente Ativa, caírem muito discretamente as taxas de juros, aumentarem os índices da pobreza nacional e se agravarem quase todos os indicadores socioeconômicos. Outros números da macroeconomia, dívida interna, externa e déficit público, também não são alentadores.

A renda dos brasileiros com carteira assinada caiu quase 9% durante esta década, as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil permanecem em patamares intoleráveis, especialmente no Nordeste, e, talvez o pior indicador de todos, aumentou a concentração de renda no País. Hoje, 25%

da renda nacional estão nas mãos de apenas 5% da população. Isso para não mencionar a proliferação da violência.

Estes dados, mesmo que lembrados de maneira genérica, impõem uma correção de rumo. Claramente, todo o esforço nacional, que implicou estagnação, venda de ativos, contenção de salários, desemprego elevado e sacrifício do mercado interno, não está sendo convertido em benefício da população brasileira.

Esta realidade numérica, angustiante, está refletida nas ruas, na explosão da miséria e da exclusão. Crescer 4% em 2001, como anunciam nossas autoridades econômicas, é insuficiente. Segundo o Banco Mundial é preciso crescer 6% durante, pelo menos, 15 anos para eliminarmos apenas metade da pobreza nacional.

O Congresso irá fazer sua parte. Votar uma reforma tributária justa, uma reforma política e todos os aperfeiçoamentos legais que se fizerem necessários. Mas não podemos prosseguir na discussão do futuro, de economias modernas e globalizadas, enquanto não mudarmos estes vergonhosos indicadores sociais.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 31-12-00*

## NA MÃO CERTA

Na próxima semana o Código de Trânsito Brasileiro estará completando o terceiro ano de sua vigência. Fruto de um metucioso e prolongado trabalho do Congresso Nacional, que durou 6 anos, os primeiros anos de existência do Código comprovaram, numericamente, sua eficácia.

Fielmente cumprido por condutores e efetivamente fiscalizado pelas autoridades, o Código Brasileiro é, hoje, um dos mais modernos do mundo e, ao lado do Código do Consumidor, a legislação brasileira que tem mais contribuído rumo à conquista do conceito integral de cidadania.

Este Código é o resultado da indignação da sociedade com o quadro anárquico que vivíamos no trânsito até bem pouco tempo. Milhares de mortes todos os anos, acidentes, invalidez, gastos elevados na rede hospitalar pública e o sofrimento irreparável de milhares de famílias.

Tive a honra de regulamentar o Código durante o período em que ocupei o Ministério da Justiça, órgão máximo da política nacional de trânsito. Exigi de todo o sistema nacional rigor na fiscalização e os resultados, com a redução do número de mortes e acidentes, foram extremamente gratificantes.

Em seu primeiro ano de vigência, em 1998, com a colaboração de todos, reduzimos o número de mortes em 25% (foram preservadas 6 mil vidas), a quantidade de acidentes caiu em 22% (diminuição em 70 mil ocorrências) e a incidência de feridos diminuiu em 26% (83 mil feridos a menos). Isso tudo ocorreu com um aumento da frota de carros em torno de 10%.

Resta ao Conselho Nacional de Trânsito implementar outras medidas do Código, envolvidas em discussões que nem de longe dizem respeito ao cidadão. Entre elas estão: a câmara de compensação de multas, a inspeção veicular, as aulas de trânsito no ensino fundamental, a utilização dos bafômetros e a padronização de lombadas.

A ausência de continuidade, aliada a um afrouxamento na fiscalização e a uma proposta de flexibilidade do Código, oriunda do Executivo, lamentavelmente, contribuíram para piorar algumas estatísticas do trânsito. Esta leniência, certamente, foi decisiva para que alguns estados já exibissem números de acidentes ascendentes.

No Rio de Janeiro, os dados indicam um crescimento de 6,8% no número de acidentes. É muito provável, com o relaxamento da fiscalização, que este percentual volte a se repetir nas estatísticas nacionais, podendo levar o Brasil de volta ao triste posto de campeão mundial de acidentes de trânsito. Toda a experiência mundial indica que só as regras rígidas e punições efetivas resolvem este problema.

Negligência, corpo mole, tolerâncias, afrouxamentos ou má vontade de integrantes do Sistema Nacional de Trânsito merecem uma resposta enérgica do Ministério da Justiça. Transigir na fiel aplicação desta lei é a certeza de retomarmos a barbárie sobre rodas, o que a sociedade não aceita mais.

*Artigo publicado em vários jornais do País em 14-1-01*





# Entrevistas





## RENAN VOTA CONTRA O SALÁRIO MÍNIMO DE R\$151,00

*Entrevista publicada no jornal Gazeta de Alagoas, em 14 de maio de 2000*

*Senador alagoano afirma que sempre defendeu aumento real para o mínimo.*

O Governo Federal passou seis meses sob a pressão da opinião pública e sofrendo desgastes consecutivos em virtude do reajuste do valor do salário mínimo. Foi a pior fase de todo o Governo FHC e a crise que mais perdurou no noticiário, independente dos movimentos do Palácio para arrefecer o problema e retirar o assunto da pauta.

O Governo tentou a estratégia de fixar o piso do mínimo em R\$151,00 e facultar aos estados aumentos superiores a este valor. O PFL, capitaneado pelo presidente do Congresso, como sempre, ameaçou ir contra o Governo, mas acabou capitulando e cedendo à ameaça de que quem votasse contra o mínimo de R\$151,00 estaria fora do Governo. O recado acertou o alvo e o PFL, há trinta anos ao lado do poder, votou com o Governo e isolou seu cacique baiano.

Mas alguns parlamentares da base desafiaram a orientação de votar contrariamente aos R\$151,00. O Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), filiado a um partido da base de apoio, votou contra o mínimo de R\$151,00 e a favor dos R\$177,00. Nesta entrevista o Senador explica os motivos de sua posição.

**Senador, o PMDB é da base de apoio ao Governo e orientou suas bancadas a votar favoravelmente. Por qual ou quais motivos o senhor se rebelou?**

Não foi uma rebelião, pelo contrário. Votei fielmente às minhas mais íntimas convicções e comuniquei minha decisão, às vésperas da votação, ao líder do Governo e ao líder do meu partido. Sempre defendi, em artigos, entrevistas e nos debates sobre o assunto, um aumento real para o mínimo. Não é uma questão de estar a favor deste ou daquele. Os R\$151,00 são insuficientes para uma família sobreviver dignamente, assim como seria pouco também a outra proposta de R\$177,00. Eu sempre defendi um aumento real. A título de exemplo: o mínimo, quando foi criado em 1940, dentro do empenho nacionalista do Presidente Vargas para fortalecer a economia interna, tinha 3 vezes e meia o valor de compra do mínimo atual. O Brasil tem o menor salário mínimo da América Latina. Isto para um país que se orgulha de ser a oitava economia do mundo, é uma humilhação, uma vergonha nacional. Nós temos de encontrar outros mecanismos e não perdermos a oportunidade para conceder aumentos reais ao mínimo, bem como fórmulas para repor as perdas do salário dos servidores públicos, que estão desestimulados em função de não terem reajustes há seis anos. Discutir o secundário é uma boa forma de evitar a discussão essencial, de mérito, ou seja, a recuperação da importância do salário mínimo na economia nacional e sua valorização real.

**O senhor não teme represálias, como foi anunciado pelo Governo Federal?**

Absolutamente não estou preocupado com isso. Tenho compromissos com meus eleitores, com Alagoas e com o País e entendo que algum esforço poderia ter sido feito para tentar elevar este valor do mínimo.

**Mas a MP do mínimo permite que os governadores dêem aumentos que superem os R\$151,00. Alagoas tem como conceder aumentos maiores?**

Entendo que o Estado tem plenas condições de aumentar o mínimo além dos R\$151,00. Não estão proibidos aumentos maiores, como você frisou. O governador tem espaços nos quais ele poderia mexer e possibilitar um percentual maior. Se ele enxugar a máquina administrativa e extin-

guir secretarias criadas em sua gestão, se ele demitir os parentes que contratou, conforme denunciou o jornal *O Estado de S. Paulo*, ele terá margem para possibilitar um percentual maior. Ele pode e deve ainda deixar de pagar dívidas mortas, de governos passados, diminuir a sonegação e aumentar a receita. Acho também que ele deveria pedir uma auditoria nas dívidas do Produban e apurar se o valor de R\$427 milhões é realmente o que se deve. Afinal, quando o Banco Central, em 1995, assumiu o Produban, o passivo era de R\$36 milhões e agora, quando o Governo do Estado negociou e negociou mal a liquidação do Banco, a dívida tinha crescido mais de 1.500% e o saldo a pagar é de R\$427 milhões.

Está claro que o Banco Central fez uma péssima gestão à frente do Produban e agora quer cobrar a conta do povo alagoano e o Governo do Estado o que faz? Concorde pacificamente e nem sequer questiona os números. O Governo deve auditar a dívida e entrar na Justiça para que o Banco Central responda por seus erros durante o período em que controlou o Produban. O Governo do Estado deve exigir o ressarcimento daquilo que está sendo cobrado irregularmente, inclusive das Letras, e não pedir sua inclusão na rolagem, como o Governo do Estado fez. Não tenho dúvidas que nesta equação sobrarão recursos.

**Muitos deputados e senadores votaram contra os R\$151,00 em virtude da proximidade da eleição municipal. O senhor votou contra, é candidato à Prefeitura?**

Não sou candidato. Reitero que votei de acordo com o panorama social e econômico do País. Hoje o impacto da mão-de-obra, especialmente o mínimo, que responde por 25% da força de trabalho do País, não é um fator preponderante no custo final da produção. Em Alagoas este quadro é mais grave.

O mínimo corresponde a quase 50% da mão-de-obra. Pesada é a carga tributária, cuja reforma não anda e eu não sei por qual motivo. Eu não sou candidato à Prefeitura de Maceió, mas terei um candidato. Pretendo honrar e lutar pelo Estado no mandato que me foi confiado e que vai até 2003. Eu estou conversando, empenhado em escolher um candidato o mais rapidamente possível e um nome que possibilite a união dos partidos e pessoas que não concordam com a má administração que vem sendo realizada na Prefeitura e no Governo.

## O PAÍS TEM 2,9% DA POPULAÇÃO MUNDIAL E CONTRIBUI COM 10% DOS HOMICÍDIOS

*Entrevista concedida ao jornalista Klécio Santos  
e publicada no jornal Zero Hora, em 18-6-00*

Depois de seis meses de polêmica, a Comissão de Constituição e Justiça(CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira o projeto que proíbe a venda de armas no País. Na opinião do relator da proposta, Senador Renan Calheiros, a violência triplicou no Brasil nos últimos 20 anos, o projeto não resolve todos os problemas da violência no País, mas é um primeiro passo. Com a autoridade de quem foi Ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso, entre abril de 1998 e julho do ano passado, Calheiros diz que a onda de criminalidade no Brasil é uma epidemia que precisa ser controlada com uma ação eficaz do Governo Federal. Para isso, defende que deveriam ser prioridades do novo Plano Nacional de Segurança Pública a liberação de recursos e o combate à impunidade.

Munido de estatísticas, o Senador conversou com *Zero Hora* na quinta-feira, durante uma hora, tempo suficiente para expor suas idéias a favor da proibição da comercialização de armas no País e manifestar sua contrariedade com a idéia de colocar o Exército na ruas para auxiliar no policiamento. Antes de ir a plenário, o texto aprovado na CCJ deverá passar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá sofrer alterações.

**Até que ponto o senhor acha que o projeto aprovado na CCJ do Senado pode impedir a escalada da violência no País?**

A proibição da venda de armas é o primeiro passo concreto que se dá com relação à diminuição da violência. A proibição não acaba com a violência, que tem múltiplas causas. O projeto não tem esse objetivo. Mas com certeza acabará com os chamados crimes sem causa, que são aqueles que ocorrem pela banalização do uso da arma de fogo. Pela facilidade que as pessoas têm de comprar uma arma em qualquer lugar. Dos crimes com arma de fogo, 66% acontecem por motivos fúteis na rua, no trânsito ou num jogo de futebol. É uma estatística que envergonha o Brasil perante os outros países. Em 1999, morreram 47 mil brasileiros assassinados por armas de fogo. O País tem 2,9% da população mundial e contribuiu com 10% dos homicídios do planeta. A violência é uma epidemia e precisa ser tratada como tal.

**O senhor concorda com a proposta do Senador Pedro Piva (PSDB-SP), que vai propor a substituição da proibição de venda pela autorização para a guarda das armas nas residências?**

Não, isso desfigura completamente o projeto. Eu fiz concessões para possibilitar a aprovação, como permitir que moradores da zona rural tenham armas, mas nenhuma que desfigurasse o projeto.

**Além de proibir a venda, o projeto prevê o recolhimento das armas de fogo no País. Como o senhor rebate o argumento de que isso só deixaria a população ainda mais desprotegida diante dos bandidos?**

A arma não resolve a situação, só agrava. Se o bandido pressentir que a pessoa está armada, ele não dá as costas, ele prefere matar. Estatísticas apontam que 96% das vítimas que, armadas, reagem ao assalto, morrem. Além do mais, o cidadão de bem não sabe manejar a arma, ao contrário do bandido. Hoje, temos 20 milhões de armas ilegais e apenas 1,5 milhão legalizadas. Isso significa dizer que a população vive na clandestinidade. Por isso, é preciso sim exercer um controle rigoroso sobre o uso da arma para diminuir a violência.

**O que o senhor acha da idéia de o Governo suspender o registro de armas até a regulamentação do seu projeto, proposta que deverá ser uma das medidas do Plano Nacional de Segurança Pública a ser anunciado terça-feira?**

A proposta do Governo ajuda, mas não resolve. O Governo precisa definir claramente recursos para diminuir a onda de criminalidade que vai dominando o Brasil impunemente. Não há no Orçamento da União um centavo sequer para colaborar com a segurança nos estados. A proteção das pessoas é hoje um dos fatores de maior preocupação nacional.

**Que tipo de medidas de impacto conquistariam o apoio da população?**

O Governo precisa ter um plano, com prévia definição de recursos. Para que isso aconteça, precisa sentar o Malan (o Ministro da Fazenda, Pedro Malan) à mesa que está formulando o plano. Recursos que seriam utilizados para modernizar as polícias, construir presídios e dar maior amplitude à ação da Polícia Federal, colocando-a permanentemente no combate ao crime organizado.

**O Exército nas ruas para auxiliar no policiamento também seria uma solução?**

Não. O Exército tem uma função constitucional definida, que é a defesa da Pátria. O Exército não está preparado para garantir a segurança pública da população. Mas pode ser utilizado para reforçar o patrulhamento e proteger as fronteiras. O Brasil precisa priorizar a segurança pública. A Polícia Federal, por exemplo, vive momentos terríveis. Hoje, temos em atividade no Brasil 6 mil homens. Na Argentina, uma país menor, são 42 mil homens, com competência igual.

**A unificação das Polícias Civil e Militar seria uma alternativa?**

É um caminho, mas também não resolve. O problema do Brasil é a impunidade. No Rio, por exemplo, 90% dos crimes não são esclarecidos. Como já disse, vivemos uma epidemia, um quadro total de impunidade que precisa ser combatido.

**Por que só se fala em combater a violência depois que ocorre uma tragédia como o seqüestro do ônibus no Rio que terminou com uma das reféns morta?**

O combate ao crime precisa ser permanente, não pode ser circunstancial. O Governo tem demorado para agir. É inconcebível ainda não termos uma política de segurança no País.



## RENAN AVALIA QUE ELEIÇÃO FORTALECEU O PMDB

*Entrevista publicada em O Jornal, em 8 de outubro de 2000*

Em Alagoas, o PMDB elegeu 17 prefeitos e outros 20 em coligação. Elegeu principalmente de cidades importantes como São Miguel dos Campos (Nivaldo Jatobá), União dos Palmares (Afrânio Vergetti), Delmiro Gouveia (Luiz Carlos Costa, o Lula Cabeleira), Matriz do Camaragibe (Cícero Cavalcante), São Luiz do Quitunde (João Cordeiro), Porto Real do Colégio (Eraldo Cavalcanti), Água Branca (José Rodrigues Gomes), Marechal Deodoro (Danilo Dâmaso), Murici (Remi Calheiros), dentre outros. E o Senador Renan Calheiros, principal liderança do partido em Alagoas, colaborou decisivamente na eleição de quase todos os municípios apoiando candidatos do PMDB e de partidos aliados, consolidando esta que foi a maior vitória oposicionista de todos os tempos. A política de Alagoas não é disputada do ponto de vista acirrado e uma prova disso é que só o Deputado Federal Olavo Calheiros, também do PMDB e irmão do Senador, ajudou a eleger 18 prefeitos de partidos diferentes. Renan deverá ser o líder da bancada do PMDB no Congresso a partir de janeiro de 2001. A bancada do PMDB é a maior entre todos os partidos, contando com 27 senadores. Apesar da avaliação favorável que faz ao desempenho do PMDB e dos partidos aliados, o Senador diz que ainda é cedo para se lançar candidato ao Governo em 2002.

**O resultado da eleição municipal o estimula a disputar o Governo do Estado em 2002?**

O mais natural é que eu seja candidato ao Senado, pois tem sido exatamente como senador que eu tenho ajudado Alagoas; fui Ministro de

Estado da Justiça e colaborei para diminuir o preconceito contra nossa gente.

**E se as forças políticas exigirem sua candidatura?**

Candidatura ao Governo não pode ser consequência de postulação pessoal. Ela tem que ser objetivo da sociedade e das forças políticas. Sem isso é um salto no escuro. E a vida tem me ensinado que isso é temerário.

**Quais são os nomes que o senhor avalia como fortes candidatos ao Governo?**

Nomes não faltam, até existem em excesso e eu entendo que o que necessitamos não é de nomes, precisamos de projetos, programas, correção no trato da coisa pública, sobretudo depois que o atual governador transformou esperanças em desolação, tem feito na prática o oposto ao seu próprio discurso.

**Qual é a saída para viabilizar um projeto político para Alagoas? E as alianças?**

Defendo um projeto de Centro-Esquerda para o Brasil e para Alagoas. Aliás, esse foi o caminho majoritariamente trilhado nesse primeiro turno da eleição em todo o País. Eu tenho conversado com todos os partidos que admitem se aliar ao PMDB.

**E o desempenho do partido em nível nacional?**

O PMDB ressurgiu das cinzas e foi o partido que individualmente teve mais votos e elegeu mais prefeitos, apesar de não ter disputado as eleições em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Maceió, Salvador, Recife, Vitória, Aracaju, Manaus, São Luís, entre outras onde o partido preferiu fazer coligações. Pela capilaridade partidária e pelo fato de continuar sendo o maior partido nacional, somos obrigados a fortalecer a tese da candidatura própria à Presidência da República em 2002.

**E em Alagoas, qual a avaliação do desempenho do PMDB?**

O PMDB e os partidos aliados (PFL/PSDB/PTB/PSD/PDT e PSL) elegeram mais de 90 prefeitos. Mais não basta eleger, é preciso saber administrar, dirigir, conduzir. Não basta sentar ao volante, é preciso saber guiar. Esse tem sido, aliás, o erro do atual Governador que, deslumbrado e arro-

gante, pensava que bastava ganhar. Para que isso não aconteça, eu quero em Brasília continuar ajudando os municípios, com recursos que concretizem os compromissos assumidos.

**Como foi sua participação nas eleições de Alagoas?**

Particpei ativamente da campanha, apoiei candidaturas em todos os municípios, salvo naqueles onde dois ou três amigos disputavam as eleições. Compatibilizei a campanha no interior com a campanha em Maceió, onde fui de casa em casa com Régis Cavalcante. Foi uma maratona, mas estou muito feliz com os resultados.

**E em caso de vitória de Régis, sua candidatura ao Governo ficaria mais forte?**

Não acredito que a eleição de Maceió seja indicativo do que será 2002. Política não é isso, ela não é uma coisa concreta, objetiva, sistemática. Na prática inevitavelmente acaba dependendo do imponderável e de outros fatores que da próxima vez espero que conspiram em favor do interesse da maioria do nosso povo.

**A disputa eleitoral causou divisão entre o senhor e o Senador Teotônio Vilela Filho?**

Confesso com humildade que eu e o Senador Teotônio Vilela Filho temos independentemente de partidos a grande maioria de prefeitos de Alagoas. Havendo rompimento ou separação, os dois perdemos. Os nossos amigos comuns não gostariam de nos ver em palanques diferentes, mas só o tempo vai dizer em que palanques estaremos na eleição de 2002.

## ALAGOAS PODE VIRAR LABORATÓRIO DE DELINQUENTES

*Entrevista publicada no jornal Gazeta de Alagoas, em 12 de novembro de 2000*

Ridículo, vergonhoso e surreal são apenas alguns dos adjetivos com que o Senador Renan Calheiros (PMDB) define o acordo firmado entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça, que culminou na importação de presos de alta periculosidade para o Presídio Baldomero Cavalcanti. Com críticas contundentes à postura do Governador Ronaldo Lessa, o Senador alagoano voltou a colocar em dúvida a sanidade mental do Chefe do Executivo, frisando que, em outras questões, como na transposição das águas do rio São Francisco e no horário de verão, Lessa também assumiu uma postura “contrária ao interesse coletivo”.

O Senador também revela já ter agendado uma audiência com o Ministro da Justiça, José Gregori, a fim de pedir que o acordo seja anulado. Mas não é só. Avisa que também vai ingressar com uma ação na Justiça com o mesmo objetivo. Segundo ele, a presença de integrantes do Comando Vermelho em Alagoas, reunidos num mesmo presídio, se caracteriza em uma situação de risco máximo para a segurança da população e pode transformar o Estado em um laboratório da bandidagem. Calheiros cita o exemplo dos seqüestradores de Wellington Camargo, irmão da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, afirmando que ambos têm alto poder de influência junto aos presos das penitenciárias por onde passam.

Para o Senador alagoano, Alagoas só tem a perder com a postura do Governador Ronaldo Lessa, que ele qualifica como de total subserviência ao Governo Federal, frisando que o trabalho que vinha sendo feito ao longo

dos anos, de mostrar que o Estado é povoado por pessoas honestas, decentes e trabalhadoras, está agora comprometido. “Quem vai gozar suas férias, seu feriado, num Estado que importa criminosos? Você levaria seus filhos, sua esposa, para onde estão concentrados os mais cruéis e piores bandidos do País?”, indaga.

**Senador, qual a sua opinião sobre este acordo?**

Minha opinião sobre esta excrescência é impublicável e tenho certeza que ela reproduz toda a apreensão e indignação do povo de Alagoas com esse acordo irresponsável. Alagoas não é um estuário do crime organizado. O ato do Governo pode transformar Alagoas no Estado do pânico, do medo e numa grande universidade da delinquência, na Meca do Crime. Os seqüestradores do irmão de Zezé di Camargo, por exemplo, são de alta periculosidade e organizam o crime em vários estados. Conheço muito bem este caso, porque conduzi pessoalmente sua elucidação. Os dois influenciam o meio onde vivem, são extremamente perigosos. Agora, graças a este acordo, eles vão operar o crime em nosso Estado, em nossa cidade. É lamentável.

**Na opinião do senhor, o que levou o Estado a fazer este acordo?**

Este acordo é inominável, ridículo, vergonhoso e irá trazer graves prejuízos para a imagem de Alagoas, além de ser completamente ilegal. Foi feito à revelia da lei, em desrespeito ao que determina a lei de execução penal. A própria Justiça só soube pelos jornais. Atropelaram todos. O Governo rasgou a lei e está condenando Alagoas a ser uma academia do banditismo. Ele pode até se sentir confortável com tantos marginais perigosos em volta, mas o povo de Alagoas, certamente, não.

**Senador, o senhor, como representante do Estado, o que pretende fazer?**

Contra esta insensatez, este abuso, eu vou até o limite das minhas forças para desfazer este acordo. Já providenciei uma audiência com o Ministro da Justiça, José Gregori, e pretendo, objetivamente, pedir ao Ministro, que foi meu Secretário dos Direitos Humanos, que anule este acordo entre o Governo de Alagoas e a Secretaria Nacional de Justiça. Ao mesmo tempo,

já pedi à minha assessoria jurídica, vou entrar na Justiça para anular este acordo, que foi feito clandestinamente.

**O senhor havia tomado conhecimento desse acordo?**

Em nenhum momento. Ninguém tomou conhecimento dele, nem a sociedade, que está alarmada e estarecida, nem a Justiça, nem os juízes da execução penal, que deveriam, obrigatoriamente, receber os documentos do Estado de origem do preso, como os papéis da sentença e o histórico do processo, entre outros. O Governo pode aceitar, mas Alagoas não aceita ser transformada num depósito de assassinos bárbaros, narcotraficantes e seqüestradores de altíssima periculosidade. Não encontro palavras para expressar com precisão a amplitude da minha indignação e, entendo, de toda a população.

**Que prejuízos o senhor antevê para a imagem do Estado?**

Danos superlativos. Nós lutamos diariamente, mesmo quando estive à frente do Ministério da Justiça, para mostrar que o Estado de Alagoas é digno, honrado, povoado por pessoas honestas, decentes, trabalhadoras. Um ato como este compromete todo este trabalho, que não é só meu, é de toda a bancada federal. Além dos prejuízos para a imagem da cidade, o primeiro impacto, após a difusão deste acordo, será no turismo, que já enfrenta dificuldades. Quem vai gozar suas férias, seu feriado num Estado que importa criminosos? Você levaria seus filhos, sua esposa para tirar férias onde estão concentrados os mais cruéis e piores bandidos do País?

**E quais os riscos de reunir integrantes do Comando Vermelho no Presídio do Estado?**

Risco máximo, total. A presença, num único local, de integrantes do Comando Vermelho, vai possibilitar que o crime organizado se estruture no Estado. Eu tenho uma razoável vivência política e, por dever de consciência, confesso que nunca vi nada parecido. Um Governador eleito, com um falso verniz de Esquerda, transforma seu Estado num caldeirão do crime, abala a tranqüilidade de seu povo, monta um laboratório da bandidagem sem ouvir ninguém, atendendo a um pedido, observe bem, um pedido de uma Secretária do Ministério da Justiça. Onde já se viu tamanho despropósito?

**Então, na opinião do senhor, este acordo pode ser desfeito?**

Ninguém tem dúvida quanto a isso. A OAB já manifestou seu repúdio e sua intenção de reverter este acordo, o Ministério Público, igualmente, já se pronunciou e os próprios juízes da execução penal em Alagoas já omitiram sua opinião contrária e o desejo de desfazer esta trapalhada do governador. É uma situação surreal, de quase incredulidade. O próprio secretário de Segurança disse à *Gazeta de Alagoas* que os “bandidos que vêm para Maceió são os que causam prejuízos para a segurança nos locais onde estão presos”. Ou seja, eles causam problemas em seus Estados e o Governo de Alagoas importa estes presos para causar prejuízos aqui no Estado. Para preservar o leitor de adjetivos mais precisos, é, no mínimo, ridículo, o acordo e estas declarações. Por uma melancólica coincidência. O Governo reuniu o secretariado esta semana e falou em tolerância zero contra a violência. Tentar converter Alagoas numa grande alcatraz é tolerância zero? Devolver os agentes da Polícia Federal que estavam aqui em Alagoas para combater o crime organizado é tolerância zero? Interromper o combate ao crime é tolerância zero?

**E quanto aos recursos negociados para os presos ficarem em Alagoas?**

Esta é uma conduta absurdamente torta. Nós temos de lutar pelos recursos existentes, a bancada já faz isso, e não temos de nos submeter a nenhum tipo de troca do gênero, só libero o dinheiro se você receber o que há de mais podre do sistema carcerário brasileiro. É uma submissão inadmissível para um governador. Além de tudo, de todo o desgaste, da potencialização da criminalidade, da perspectiva do crime organizado se instaurar no Estado, do medo se instalar na sociedade, Alagoas terá gastos com a manutenção destes presos. Um preso custa muito caro aos cofres públicos. Eu, quando Ministro da Justiça, mandei muito preso estrangeiro ir cumprir pena no País dele. A decisão do governador é reprovável sob todos os ângulos: no aspecto social, jurídico, moral e administrativo. Repito: está na hora, talvez, dele se submeter a um exame de sanidade mental. Esta postura, contrária ao interesse coletivo, foi a mesma que ele adotou na transposição das águas do rio São Francisco, extremamente prejudicial ao Estado, e, no horário de verão, que provocou uma balbúrdia em Alagoas.

## RENAN AVALIA QUE ELEIÇÃO TEVE RESULTADO POSITIVO PARA O PMDB

*Entrevista publicada em O Jornal, em 12 de novembro de 2000*

O resultado das eleições municipais de outubro para o PMDB foi considerado positivo em todo o País pelo Senador Renan Calheiros, uma das principais lideranças do partido e nome forte para uma eventual disputa pelo Governo de Alagoas em 2002. Na avaliação de Renan, o PMDB, do ponto de vista partidário, teve um saldo extremamente positivo, mantendo sua condição de maior partido brasileiro e demonstrando por que há algum tempo é o principal interlocutor da sociedade. No total, o partido elegeu 1.283 prefeitos e 12.626 vereadores, apesar de ter optado por não lançar candidaturas próprias em grandes centros urbanos como São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, fazendo coligações com outros partidos. Renan – que foi Ministro da Justiça – é hoje um dos principais nomes do PMDB nacional e tem participado efetivamente das decisões que envolvem a cúpula do partido. O Senador garante que o PMDB pode lançar uma candidatura própria à Presidência da República em 2002 e aponta os nomes do Presidente da Câmara, Michel Temer (SP), do Senador Pedro Simon (RS) e do ex-Presidente José Sarney (AP) como capazes de entrar na disputa. Nessa entrevista, o Senador faz também uma análise sobre o resultado das eleições em Alagoas.

### **Qual o balanço que o senhor faz destas eleições?**

Do ponto de vista partidário, o saldo é extremamente positivo. Mesmo num quadro de absoluta pulverização partidária, o PMDB reafirmou sua condição de maior partido brasileiro, reforçando o conceito do que as



pesquisas vêm demonstrando há algum tempo, que o PMDB é o principal interlocutor da sociedade. Isto pode se comprovado nos números finais das eleições. O PMDB fez o maior número de prefeitos e, disparado, conseguiu também eleger o maior número de vereadores de todo o País. Várias agremiações partidárias recorreram a dados específicos para se proclamar como vitoriosas das eleições. Cada qual faz o seu *marketing* pessoal, mas o inquestionável é que o PMDB tem o maior número de prefeituras e a maior quantidade de vereadores em todo o Brasil. São 1.283 prefeituras, quase 1/5 de todos os municípios brasileiros e 12.626 vereadores. É uma grande vitória se considerarmos ainda que o PMDB optou por se coligar e não lançar candidatos próprios, como Rio, São Paulo, Recife e outros centros urbanos.

**Mas o partido não perdeu espaço nos grandes centros?**

Nos 62 maiores municípios brasileiros, o partido foi o único que manteve o número de suas prefeituras. Além disso, o PMDB obteve a preferência de cerca de 16% dos 110 milhões de eleitores do País. Obviamente estes dados indicam que o partido tem condições de trilhar uma candidatura própria na sucessão presidencial. Numa eleição presidencial esta capilaridade é fundamental. De outro lado é preciso humildade para evoluirmos na linha da reforma político-partidária. Penso que o Congresso deve analisar profundamente a instituição reeleição bem como não pode deixar de adotar, imediatamente, o financiamento público e exclusivo de campanha. De igual importância é também o estabelecimento da fidelidade partidária. São aperfeiçoamentos legais mínimos para aprimorarmos a representatividade e a democracia brasileira.

**E na visão do PMDB, qual seria o melhor projeto para o Brasil na campanha de 2002?**

Isto é o que vamos começar a fazer agora, após as eleições municipais. Percorrer todo o País, todas as capitais, as grandes, pequenas e médias cidades para captarmos o que a sociedade está desejando como propostas para o Brasil, inclusive porque é o meu papel como Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, que é o instituto de estudos políticos do PMDB. Já vamos iniciar estas conversas no próximo dia 15 em Joinville, Santa Catarina, e, em

seguida, a direção do PMDB vai a Belo Horizonte e Campo Grande. Estas conversas servirão também para promover uma ampliação de nossos quadros.

### **Mas o partido já tem uma direção para este trabalho?**

De antemão já é possível identificar, nas várias conversas que temos tido, que o cidadão brasileiro prefere um modelo de governo e desenvolvimento que priorize o mercado interno, que gere empregos, que aumente e distribua renda, que elimine gradualmente as diferenças sociais, que garanta segurança pública, que reduza a pesada carga tributária, que proporcione saúde pública de maneira efetiva, enfim, um Brasil para os brasileiros. Não podemos prosseguir neste neocolonialismo de sermos exportadores de capital, criando oportunidades e empregos fora do País com um extremo sacrifício para o mercado interno. Nosso maior compromisso, hoje, é resgatarmos a dívida social que temos para com o País.

### **Quais são hoje os nomes do PMDB para disputar a Presidência?**

São vários os nomes, não deixaremos de ter candidato próprio por carência de bons nomes. Temos o Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, o Presidente da Câmara, Michel Temer, o ex-Presidente José Sarney, enfim há uma lista extensa de nomes, bons nomes, que poderiam se apresentar como candidato do partido. Mas a escolha de nomes não é prioritária neste momento. Temos muito tempo para amadurecer as conversas, agregarmos novos quadros, dialogar com outros partidos, identificar projetos semelhantes e, quem sabe, costurarmos uma grande aliança de Centro-Esquerda para a eleição de 2002.

### **Senador, e em Alagoas, como o senhor vê o quadro político?**

Com muita tranqüilidade. As eleições recentes em todo o Estado foram muito boas para o PMDB. Elegemos vários prefeitos e apoiamos vários outros, de partidos distintos, que ganharam as prefeituras em mais de 90 municípios. Mas não é hora de nos precipitarmos sobre a sucessão estadual. Tudo vai depender muito das conversas que irão ocorrer daqui para frente. Alagoas tem ótimos quadros, bons políticos. Só para se ter uma idéia, Alagoas é o único estado que possui seus 3 senadores entre os políticos mais influentes do Congresso, conforme a publicação que o DIAP faz

anualmente sobre as lideranças em Brasília. Até o momento oportuno para discutirmos nomes e candidaturas, vou continuar trabalhando pelo Estado como sempre fiz, lutando por obras novas, liberando recursos, buscando meios de desenvolver o Estado e gerar novos postos de trabalho.

**A eleição em Maceió tem alguma relação direta com os planos políticos do senhor?**

Eu não estabeleci nenhuma meta política. Enquanto for Senador pelo Estado, minha obrigação é com Alagoas, tentando, da melhor maneira possível, colaborar com o crescimento e o desenvolvimento do Estado. Não se pode ter um projeto pessoal. Depende das forças políticas do Estado, das conversas, de futuras coligações, de afinidade de projetos e programas. Desta forma ainda não tenho definido se disputo o Governo ou o Senado. É preciso dar tempo ao tempo. Acho que tivemos um excelente desempenho na eleição de Maceió, especialmente se considerarmos o derrame de dinheiro que foi a eleição municipal, inclusive com o uso da máquina pública. Nunca vi uma campanha para prefeito tão milionária.

**Mas o resultado agradou ao senhor?**

Diante deste quadro, considero que a candidatura que apoiamos foi muito feliz. O Regis teve 60 mil votos no primeiro turno e, praticamente, dobrou este número no segundo turno, onde atingiu 107 mil votos. É uma votação muita expressiva e demonstra ainda que perto de 40% da população, está altamente insatisfeita com os rumos desta administração. Temos ainda de considerar que a imagem de probidade e de competência da atual administração foi desfeita pela prática em oposição ao discurso. Foram várias as denúncias comprovadas de irregularidades nesta gestão, denúncias que não foram desmentidas e precisam ser investigadas pelo Ministério Público.

*Os artigos escritos pelo Senador Renan Calheiros  
foram regularmente publicados em todo o País nos seguintes veículos:*

*A Gazeta (Vitória / ES)*  
*A Tarde (Salvador / BA)*  
*Amazonas em Tempo (Manaus / AM)*  
*Comércio da Franca (Franca / SP)*  
*Correio do Estado (Campo Grande / MS)*  
*Correio do Sul (Varginha / MG)*  
*Correio Lageano (Lages / SC)*  
*Diário de Bauru (Bauru / SP)*  
*Diário de Cuiabá (Cuiabá / MT)*  
*Diário de Natal (Natal / RN)*  
*Diário de Sorocaba (Sorocaba / SP)*  
*Diário de Votuporanga (Votuporanga / SP)*  
*Diário do Povo*  
*Diário Popular (Pelotas / RS)*  
*Folha da Região (Araçatuba / SP)*  
*Folha de Guanhães (Cidade Pólo / MG)*  
*Folha de Londrina (Londrina / PR)*  
*Folha de Notícias (Alambari / SP)*  
*Folha do Povo (Itaúna / MG)*  
*Folha do Sudoeste (Jataí / GO)*  
*Gazeta do Oeste (Divinópolis / MG)*  
*Gazeta do Paraná (Cascavel / PR)*

Retratos Brasileiros

- Jornal da Cidade* (Aracaju / SE)  
*Jornal da Cidade* (Mauá/SP)  
*Jornal da Savassi* (Belo Horizonte / MG)  
*Jornal de Jundiá* (Jundiá / SP)  
*Jornal de Piracicaba* (Piracicaba / SP)  
*Jornal do Commercio* (Recife / PE)  
*Jornal do Dia* (Macapá / AP)  
*Jornal Gerais* (Contagem / MG)  
*Jornal Novo Nordeste* (Arapiraca / AL)  
*Jornal Oeste Notícia* (Presidente Prudente / SP)  
*Jornal Vale Paraibano* (São José dos Campos / SP)  
*O Correio* (Uberlândia / MG)  
*O Dia* (Rio de Janeiro / RJ)  
*O Estado do Maranhão* (São Luís / MA)  
*O Estado do Norte* (Porto Velho / RO)  
*O Jornal* (Maceió / AL)  
*O Liberal* (Belém / PA)  
*O Nacional* (Passo Fundo / RS)  
*O Norte* (João Pessoa / PB)  
*O Popular* (Goiânia / GO)  
*O Povo* (Fortaleza / CE)  
*O Progresso* (Dourados / MS)  
*O Regional* (Catanduva / SP)  
*Página 20* (Rio Branco / AC)  
*Tocantins* (Palmas / TO)  
*Tribuna de Santos* (Santos / SP)  
*Tribuna do Sertão* (Palmeira dos Índios / AL)  
*Tribuna Livre* (Ouro Preto / MG)  
*Tribuna Penedense* (Penedo / AL)  
*Zero Hora* (Porto Alegre / RS)

**Renan Calheiros**